

avigator

SUBSIDIOS PARA A HISTÓRIA MARÍTIMA DO BRASIL

V.10 - N.19 - junho de 2014





SUBSÍDIOS PARA A HISTÓRIA MARÍTIMA DO BRASIL

A revista NAVIGATOR é dirigida a professores, pesquisadores e alunos de História e tem como propósito promover e incentivar o debate e a pesquisa sobre temas de História Marítima no meio acadêmico.

As opiniões emitidas em matérias assinadas são de exclusiva responsabilidade de seus autores.

COMANDO DA MARINHA

Almirante de Esquadra Julio Soares de Moura Neto

SECRETARIA-GERAL DA MARINHA

Almirante de Esquadra Airton Teixeira Pinho Filho

DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E DOCUMENTAÇÃO DA MARINHA

Vice-Almirante (Ref^o-EN) Armando de Senna Bittencourt

Departamento de História

Capitão de Corveta Pierre Paulo da Cunha Castro

Departamento de Publicações e Divulgação

Primeiro-Tenente (RM2-T) Luiz Cesário da Silveira do Nascimento

REVISTA NAVIGATOR

www.revistanavigator.com.br

Editora Serviço de Documentação da Marinha

Departamento de Publicações e Divulgação

Ilha das Cobras s/n^o – Centro

20091-000 – Rio de Janeiro – RJ

Tels.: (21) 2104-6852 / 2104-5492

Tiragem: 1.500 exemplares

CONSELHO EDITORIAL

VA (Ref^o-EN) Armando de Senna Bittencourt (IHGB/IGHMB)
CMG (RM1-T) Edina Laura C. Nogueira da Gama (DPHDM/IGHMB)
CC Pierre Paulo da Cunha Castro (DPHDM/Cemfhis)
CC (T) Carlos André Lopes da Silva (DPHDM/IGHMB/Lemp)
CT (T) Ricardo dos Santos Guimarães (DPHDM/SAB)
CT (IM) Marcello José Gomes Loureiro (DPHDM/UFRJ)
CT (AA) Jonei Coelho Muniz (DPHDM/IGHMB)
CT (T) Daniel Martins Gusmão (DPHDM/UFS)
Prof. Ms. Renato Jorge Paranhos Restier Junior (IGHMB/SME-RJ)
1T (T) Anderson de Rieti Santa Clara dos Santos (DPHDM)
1T (T) Sérgio Willian de Castro Oliveira Filho (DPHDM/Unicamp)

CONSELHO CONSULTIVO

VA (Ref^o-EN) Armando de Senna Bittencourt (IHGB/IGHMB)
Prof. Dr. Arno Wehling (IHGB/UGF)
Prof. Dr. Cláudio de Carvalho Silveira (UERJ)
Prof. Dr. Francisco Carlos Teixeira da Silva (IUPERJ)
CMG (RM1) Francisco Eduardo Alves de Almeida (IGHMB/PPGEM-EGN)
Prof. Dr. Gilson Rambelli (UFS/SAB)
Prof. Guilherme de Andrea Frota (IHGB/IGHMB)
VA (Ref^o) Helio Leoncio Martins (IHGB/IGHMB)
Gen. (Ref^o) Jonas de M. Correia Neto (IHGB/IGHMB)
Prof. Dr. José Miguel Arias Neto (UEL)
Prof. Dr. Marcos Guimarães Sanches (Unirio)
Prof.^a Dra. Maria Cristina Mineiro Scatamacchia (USP)
Prof. Dr. Paulo André Leira Parente (Unirio)
Cel. (Cav-R) Paulo Dartanham M. de Amorim (IGHMB)
Dr. Petrônio Raimundo G. Muniz (FUNCEB)
CA (RM1) Reginaldo Gomes Garcia dos Reis (EGN)
Prof. Dr. Ronaldo Rogério de Freitas Mourão (IHGB)

INDEXADA POR / INDEXED BY

Latindex
www.latindex.unam.mx
Sumários de Revistas Brasileiras
www.sumarios.org

EQUIPE EDITORIAL**Diretor**

CMG (Ref^o) Milton Sergio Silva Corrêa

Editor

1T (T) Sergio Willian de Castro Oliveira Filho

Organização do dossiê

Benjamin Nicolaas Teensma
Marcello José Gomes Loureiro

Identidade Visual

Edna Costa

Editoração Eletrônica

Felipe dos Santos Motta

Capa

Felipe dos Santos Motta

Revisão

Manuel Carlos Corgo Ferreira

Revisão em inglês

CT (T) Adriana de Matos Peixoto Rogerio

Web Designer

Célia Gutierrez

Navigator: Subsídios para a história marítima do Brasil.

– n.1 (jun. 1970) – n.20 (jun.1985) – n.19 (jun. 2014)

Rio de Janeiro: Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha, 2005 – il.; 27cm.

Semestral

ISSN 0100-1248

Reedição do periódico de mesmo nome, editado pelo Serviço de Documentação da Marinha em 20 v.

1. Brasil – História Marítima – Periódicos

2. Brasil. Marinha – Periódicos. I. Brasil. Marinha. Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha

II. Título: Subsídios para a história marítima do Brasil

CDD 359.00981

Sumário

- 5 **APRESENTAÇÃO**
Marcello José Gomes Loureiro
- DOSSIÊ DEFESA, POLÍTICA, TRAJETÓRIAS SOCIAIS E FLUXOS MERCANTIS NO ANTIGO REGIME**
- 11 **A cruz e o trono: o armistício de Iperoig, o auto de São Lourenço e a vitória portuguesa sobre a França Antártica**
Marcello Felipe Duarte
- 19 **A conquista do Maranhão e Grão-Pará na política ibérica**
Helidacy Maria Muniz Corrêa
- 32 **Viva força ou guerra lenta? As ideias econômicas e estratégicas de Luiz Álvares Barriga de 1634 e 1635 sobre a expulsão dos holandeses de Pernambuco**
Benjamin Nicolaas Teensma
- 44 **“Como leais soldados”: algumas reflexões sobre a primeira batalha dos Guararapes**
Bruno Romero Ferreira Miranda
- 53 **Facções de Marte: narrativa e discurso sobre a guerra cotidiana nas páginas do *Mercurio Portuguez* (1663-1666)**
Daniel Pimenta Oliveira de Carvalho
- 73 **Conflitos e tensões no espaço americano: a trajetória do mestre de campo do Rio de Janeiro, Manoel de Freitas da Fonseca, na ocupação de Montevidéu (1723-1732)**
Victor Hugo Abril
- 83 **O infeliz general português: Antônio Carlos Furtado de Mendonça e a invasão castelhana da Ilha de Santa Catarina no século XVIII**
Adriana Angelita da Conceição
- 99 **Do Estaleiro do Recife à Ribeira das Naus: logística, dinâmicas econômicas e sociais para a construção naval na Capitania de Pernambuco (1755-1788)**
*Fernanda Cordeiro de Almeida
Cleverson Faust*

114 **Guiana Francesa, janeiro de 1809: articulações para a construção governativa conforme as primeiras ordenanças**

Ivete Machado de Miranda Pereira

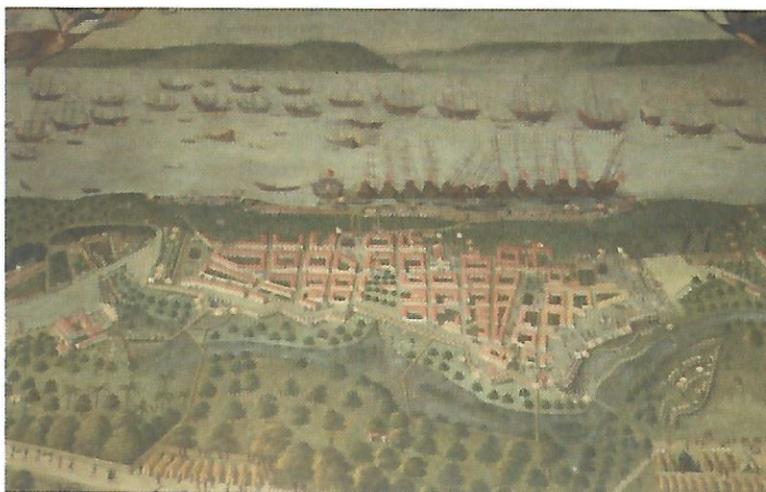
RESENHA

125 **Marujos de primeira viagem: os Aprendizes-Marinheiros da Bahia (1910-1945)**

Wagner Luiz Bueno dos Santos

Resenha de BARRETO NETO, Raul Coelho. *Marujos de primeira viagem: os aprendizes-marinheiros da Bahia (1910-1945)*.

Capa – *Sitio y Empresa de la Ciudad de Salvador en la Baya de Todos los Santos*, reprodução de Andrés Ignacio de Azola do original de Juan Bautista Maíno, de 1625. Representa a reconquista da Bahia por D. Fadrique de Toledo Osório, em 1625, quando os holandeses foram expulsos. Em 1o plano, à esquerda, medalhão com volutas. Ao centro, várias cenas como estradas com carros de bois e figuras humanas; acampamentos em vários pontos; à direita figuras humanas a cavalo e a pé enfileiradas em estrada. Há ainda vegetação e casarios protegidos por muros. No cais, 13 embarcações formadas em linha horizontal. No mar, várias embarcações com velas abertas e bandeiras hasteadas; próximas a elas, há pequenas embarcações. Ao fundo, montanhas. Na parte superior da tela, um listel suspenso por 2 anjos, o da direita com trombeta e o da esquerda com capacete e escudo, com a inscrição: "SITIO Y EMPRESA D LA CIVDAD DL SALVADOR EN LA BAYA DE TODOS SANTOS POR DON FADRIQUE D TOLEDO OSORIO CAP GRL DE LA ARMADA RL Y EXERCITO DL MAR OCEANO Y REYNO D PORTVGAL A XXX DABRIL A 1625 REYNANDO DM PHELIPPO IV".



Apresentação

Esta nova edição da *Revista Navigator* apresenta ao leitor um conjunto original de pesquisas sobre os séculos XVI a XIX congregadas no dossiê intitulado "Defesa, política, trajetórias sociais e fluxos mercantis no Antigo Regime". Tal dossiê reúne artigos de doutores, doutorandos e um mestrando de diferentes instituições e regiões do país, desde Maranhão e Pernambuco até Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná. Beneficia-se, também, com artigos advindos da Holanda, Portugal e França, nesse último caso, nomeadamente de brasileiros que realizam doutoramentos na *École des Hautes Études en Sciences Sociales* (EHESS) de Paris. Tem-se aqui, portanto, uma revista multifacetada, não apenas pela sua larga abrangência temática, mas também pela pluralidade institucional dos autores envolvidos.

Em geral, os artigos refletem ou abarcam questões relevantes para a historiografia especializada sobre o Brasil colonial ou mesmo a Época moderna. Sem a pretensão de ser exaustivo, mas apenas para citar alguns exemplos, não custa ressaltar que o dossiê faz emergir discussões voltadas para os instrumentos e as condições da conquista dos territórios; o sistema de mercês e a formação de lealdades; a construção de discursos políticos; as trajetórias individuais e de governação; e as relações entre os poderes locais e centrais.

Por outro lado, percebe-se também como estas mesmas pesquisas guardam consonância com aquilo que alguns chamam de "Nova História Militar". Afastam-se assim de uma narrativa linear e diacrônica das questões militares para inseri-las em um universo amplo, complexo e inter-relacionado de forças e movimentos políticos, econômicos e sociais.

Os primeiros artigos publicados, em síntese, tratam das invasões de franceses e holandeses nos séculos XVI e XVII. Sem dúvida, um tema clássico da historiografia brasileira, mas revisitado à luz de novos problemas. Assim, o doutorando Marcello Felipe Duarte (UERJ) tangencia a França Antártica e o conturbado contexto da contrarreforma para enfatizar a

importância da catequese jesuítica no momento da conquista do Rio de Janeiro. As alianças entre portugueses e indígenas agregavam não apenas capacidade militar aos primeiros, como também afastavam o perigo huguenote francês.

Já Helidacy Correia (UEMA) se debruça sobre a conquista do extremo norte, região estratégica no Atlântico, porque, dentre outras razões, poderia viabilizar acesso às minas do Potosi. Expulsos os franceses, em 1615, os “conquistadores” da terra logo instituíram a câmara e a administração periférica, numa expectativa de receberem mercês. A autora examina ainda o valor simbólico das cerimônias de posse da fortaleza de São Luís.

Depois, Benjamim Teensma (Universidade de Leiden) examina os “atrevidos” arbítrios de Luiz Álvarez BARRIGA (também traduzidos pelo autor),¹ que procurava apontar caminhos para a expulsão dos holandeses de Pernambuco. Não descarta a conjuntura crítica subjacente em que papéis foram elaborados. Tema recente da historiografia internacional, mas ao que parece típico da cultura política ibérica seiscentista, a literatura de arbítrios indicava um modo de os vassallos participarem da gestão da monarquia, aconselhando e advertindo o monarca sobre o melhor modo de governo das “repúblicas”.

Se Teensma apreende a problemática holandesa a partir de um ângulo ibérico, Bruno Miranda (UFRPE) inverte a perspectiva e explicita as dificuldades enfrentadas pela Companhia das Índias Ocidentais para garantir a disciplina de suas tropas. Anote-se que Miranda nos permite uma valiosa aproximação com arquivos holandeses, além de ampliar as explicações possíveis para a derrocada holandesa em Guararapes.

Em seguida, a propaganda da Guerra da Restauração (1640-1668) foi objeto de investigação por Daniel Carvalho (EHESS). Por meio das páginas de “O Mercúrio Portuguez”, um periódico mensal redigido pelo próprio secretário de Estado português, Carvalho aborda temas caros à historiografia política recente. Imbricando notícias da guerra com estratégias discursivas, o autor retraça um dos momentos militares mais notórios da Restauração portuguesa.

A perseguição da trajetória do mestre de campo Manuel de Freitas da Fonseca, figura central no processo de ocupação de Montevidéu, é o fio de condução da narrativa de Victor Hugo Abril (UFF). Tendo como pano de fundo a dinâmica da guerra e o cotidiano de uma governação, discute e pondera as relações entre o poder central e os locais no século XVIII.

Outra trajetória social desenrolada nas questões do sul é apresentada por Adriana Angelita da Conceição (UNICAMP). Dessa vez, o foco recai sobre o “infeliz” general Antônio Carlos Furtado de Mendonça, vinculado à invasão de Santa Catarina pelos castelhanos, consumada em fevereiro de 1777. A autora se detém ainda nas construções retóricas da “defesa” que o general representou à rainha D. Maria I, que revela, em última instância, uma série de desentendimentos entre ele, o vice-rei e o governador.

Fernanda Cordeiro de Almeida (UFPR) e Cleverson Faust (Universidade Nova de Lisboa) analisam, na sequência, os esforços empenhados para potencializar a logística do estaleiro de Recife, na segunda metade do século XVIII. Demonstram como, num contexto de significativas mudanças na arquitetura naval, impulsionadas pela circulação das técnicas na Europa, era preciso dotar os estaleiros com madeiras e pessoal próprios à construção. Desnecessário insistir aqui na importância da construção naval para um império marítimo.

Concluindo o dossiê, Ivete Machado Pereira (EHESS) investiga a organização e instalação da estrutura governativa portuguesa na Guiana Francesa após sua conquista, em 1809. Assim, acompanha as primeiras diretrizes portuguesas para administração do território recém-incorporado, evidenciando também os pactos tecidos pelo governador português

¹ Em face da extensão do documento, decidiu-se pela publicação apenas na versão online desta Revista.

com os cidadãos que até então pertenciam à monarquia hispânica. Para tanto, recorre ao cruzamento da documentação disponível nos *Archives Nationales* de Paris com outros documentos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Apresentados muito sucintamente estes trabalhos, resta claro que a *Revista Navigator* oferece resultados de pesquisas originais que estão em plena consonância com o que de mais atual se produz na historiografia internacional. Articulam refinado tratamento aos recortes temáticos, metodologia, fontes e problemas analíticos suscitados.

Por fim, registro o agradecimento aos autores que escolheram a *Navigator* para divulgar suas pesquisas. Em especial, ao Professor Benjamin Teensma que, além de contribuir com um artigo e uma tradução, participou da organização deste valioso dossiê.

Boa leitura!

Marcello José Gomes Loureiro

Doutorando em História Social (PPGHIS-UFRJ)

Dossiê Defesa, política, trajetórias sociais e fluxos mercantis no Antigo Regime

Marcello Felipe Duarte

Helidacy Maria Muniz Corrêa

Benjamin Nicolaas Teensma

Bruno Romero Ferreira Miranda

Daniel Pimenta Oliveira de Carvalho

Victor Hugo Abril

Adriana Angelita da Conceição

*Fernanda Cordeiro de Almeida
Cleverson Faust*

Ivete Machado de Miranda Pereira

A cruz e o trono: o armistício de Iperoig, o auto de São Lourenço e a vitória portuguesa sobre a França Antártica*

Marcello Felipe Duarte

É bacharel e licenciado em História (UERJ), com especialização em História do Brasil (UFF), História da Arte Sacra (Faculdade de São Bento/RJ), mestrado em História Política (UERJ) e doutorando em História Política (UERJ). Atualmente, é professor e coordenador de História do Colégio Naval.

RESUMO

A aliança entre a Igreja e a coroa portuguesa, por meio do regime de padroado, representou ao mesmo tempo um elemento de fixação de fronteiras territoriais e de propagação da fé, sendo importante para viabilizar a colonização da América portuguesa principalmente no século XVI. Diante da ameaça da França Antártica, a solução encontrada pelas lideranças jesuíticas foi o armistício de Iperoig cujo efeito mais significativo foi o de ter contribuído para a expulsão dos franceses da Baía de Guanabara. A vitória portuguesa nesse evento foi, posteriormente, eternizada pelo Padre José de Anchieta no auto da Festa de São Lourenço.

PALAVRAS-CHAVE: França Antártica; Armistício de Iperoig; Auto de São Lourenço

ABSTRACT

The Alliance between the Church and the Portuguese Monarchy, through the system of patronage, represented, at the same time, the establishment of the territorial borders and the propagation of religion, which was important to facilitate the colonization of the Portuguese America, mainly in the 16th century. Faced with the threat of Antarctic France, the solution found by the Jesuit leaders was the Armistice of Iperoig, and the most significant effect of which was its contribution to expel the French from Guanabara Bay. The Portuguese victory in this event was later immortalized by Jesuit priest José de Anchieta in his play called "Auto da Festa de São Lourenço".

KEYWORDS: Antarctic France; Armistice of Iperoig; Play "Auto de São Lourenço"

A ALIANÇA ENTRE A CRUZ E O TRONO VIABILIZOU A COLONIZAÇÃO DA AMÉRICA PORTUGUESA

A obra catequética jesuítica esteve ligada, indissociavelmente, ao plano colonizador da Coroa portuguesa. Essa aliança entre a cruz e o trono por meio do regime de Padroado foi importante para viabilizar a colonização da América portuguesa principalmente no século XVI. É preciso ressaltar o fato de que o primeiro século de colonização foi muito difícil para Portugal, tanto no que se refere às dificuldades financeiras por que passava o reino, sobretudo, a partir de 1530, quanto às incursões europeias sobre a América portuguesa, com destaque, para a França Antártica.

* Artigo recebido em 26 de fevereiro de 2014 e aprovado para publicação em 8 de abril de 2014.



Segundo o Historiador Charles Boxer, as ordens religiosas tiveram papel de enorme relevância na dilatação da fronteira dos domínios ultramarinos das Coroas ibéricas. Elas foram o arrimo do domínio colonial naquelas regiões tipicamente de fronteiras, e, por isso, muitas vezes, as Coroas alcançaram seus objetivos de expansão e controle territoriais sem a necessidade do uso de contingentes militares de maneira extensiva, o que tornava, sem dúvida, menos onerosa esta tarefa¹

Comungando da mesma opinião, o Historiador Arno Wehling afirma que os jesuítas exerceram uma função relevante no processo de incorporação das novas terras à economia mercantil do século XVI ao auxiliar a reordenação do clero secular e ao expandir a doutrina católica, simultaneamente com a propagação de um “catecismo imperial” elaborado e transmitido pelos missionários, na faina penosa de formar ao mesmo tempo cristãos e súditos.²

Ainda em relação a essa aliança entre a Igreja e a Coroa portuguesa não se pode perder de vista o fato de que o processo missionário, por estar muito ligado ao projeto colonizador, representou ao mesmo tempo um elemento de fixação de fronteiras territoriais e de propagação da fé. Nesse sentido, segundo Baeta Neves, havia um caráter bifronte da expansão marítima que por um lado anexava terras e por outro incorporava novos fiéis à Igreja de Roma³. Pode-se dizer que a Companhia de Jesus, em razão de sua estrutura militarizada, carregou essa herança em seu projeto catequético nas áreas coloniais.

O Historiador Eduardo Hoornaert também estabeleceu a relação entre a conquista/ocupação do litoral da América portuguesa e a atuação missionária procurando, para isso, distinguir os diferentes movimentos missionários na América portuguesa:

O primeiro movimento acompanhou a conquista e a ocupação do litoral brasileiro, não somente da costa do pau-brasil, mas sobretudo da zona da mata dedicada ao cultivo do açúcar. (...) O segundo movimento é condicionado pela ocupação do vasto interior brasi-

leiro (sertão). (...) O terceiro movimento é maranhense, não brasileiro, no rigor da palavra, pois os portugueses consideraram o Maranhão como um estado distinto do estado do Brasil. (...) O quarto movimento missionário não pertence à Igreja como instituição clerical, mas ao povo português como povo missionário. O catolicismo mineiro é fruto da missão leiga, não clerical, só controlado pelo clero após a criação do bispado de Mariana em 1745.⁴

A CONQUISTA DA GUANABARA PELOS PORTUGUESES: A FRANÇA ANTÁRTICA COMO DUPLA AMEAÇA

No ano de 1555, chegou à Baía de Guanabara o cavaleiro de Rodes, Nicolau Durand Villegaignon, comandando uma expedição que tinha por objetivo estabelecer as bases para a fundação de uma colônia francesa na América portuguesa. De acordo com Serafim Leite, Villegaignon teve sua missão facilitada por causa da inimizade dos índios tamoios com os portugueses, que então se viram duplamente ameaçados. De um lado, a antiga atitude hostil dos tamoios, acirrados e armados agora pelos franceses, convertia-se em grande atrevimento, fazendo-os chegar às portas de Piratininga. Por outro, os franceses que, ao fundarem a França Antártica, representavam um enorme estorvo para o domínio político da Coroa portuguesa e a catequese no Brasil. Quanto a essa ameaça calvinista francesa ao projeto catequizador jesuítico, Serafim Leite afirma que

A Capitania de S. Vicente via-se realmente em situação melindrosa, quando, em 1563, sucedeu o duplo facto do armistício de Iperoig e da volta ao Brasil de Estácio de Sá, com duas naus grandes. Neste ano, precisamente, recolhia Anchieta aquela informação de que todos os franceses do Rio eram protestantes e até perseguem e matavam a quem celebrasse missa, motivo a mais para se apressar a empresa. A Rainha D. Catarina, o governador, a gente

do Brasil, os jesuítas, todos achavam urgente. E os jesuítas talvez mais do que ninguém. A experiência de Iperoig mostrava-lhes que os tamoios, instigados pelos franceses do Rio e Cabo Frio, queriam a guerra.⁵

Serafim Leite ainda nos informa que, diante de tais ameaças, os padres da Companhia de Jesus resolveram intervir, sendo que essa intervenção se revestiu de três aspectos, segundo as necessidades do momento: umas vezes acompanhavam as expedições militares organizadas contra os tamoios; em outras, dividiam os inimigos, conseguindo pazes com uma parte deles – como foi o que ocorreu em Iperoig, quando foi selado um armistício com uma parte das lideranças dos tamoios que passaram para o lado português. Em outros momentos, ainda impunham e ajudavam, com a sua influência, a conquista final do Rio de Janeiro, por meio da fundação do povoamento de São Sebastião do Rio de Janeiro, evento ligado à expulsão definitiva dos franceses dessa região.⁶

Privilegiaremos as últimas formas de ação dos jesuítas visto que, através delas, a América portuguesa manteve-se, ao mesmo tempo, sob o domínio secular da coroa lusitana e espiritual do catolicismo.

Os tamoios tinham se confederado contra os portugueses atacando-os desde o Rio de Janeiro até São Vicente. Tal confederação beneficiava muito os franceses na Baía de Guanabara, pois os portugueses tinham dificuldade em lidar simultaneamente com essas duas ameaças.

O Padre Manuel da Nóbrega então idealizou um plano que consistia em separar os tamoios da Costa Vicentina dos do Rio de Janeiro, confederando os primeiros com os tupis de Piratininga e de São Vicente, que já eram aliados de Portugal. Deste modo, estariam garantidas a economia e a catequese em São Vicente, a fundação da Cidade do Rio de Janeiro e a expulsão definitiva dos “franceses hereges” da Baía de Guanabara, já que, para os jesuítas, a presença francesa representava uma dupla ameaça aos domínios da Coroa portuguesa e à expansão da fé católica.⁷

É preciso esclarecer o fato de que Villegaignon, como líder da França Antártica, também enfrentou graves problemas: deserções, indisciplinas, falta de apoio da França no que se refere ao envio de reforços militares, tentativa de assassinato e, principalmente, desentendimentos entre os próprios franceses.⁸

Muito embora fosse católico – Villegaignon era cavaleiro da Ordem de Malta⁹ – teve que lidar com os embates entre católicos e protestantes (estes vieram posteriormente, enviados por Coligny).¹⁰ Esses desentendimentos por questões teológicas evoluíram a tal ponto que levaram os calvinistas a um enfrentamento com Villegaignon. O resultado foi desastroso, pois provocou uma grande desordem, enfraquecendo os alicerces da França Antártica. O Padre Serafim Leite nos informa:

Nesta fortaleza viera abrigar-se, sob a proteção ou tolerância de Villegaignon, grande número de protestantes, enviados alguns diretamente de Genebra pelo próprio Calvino. Era um grave elemento de desordem. Na verdade, ao estudarmos a vida interna da colônia, verificamos que os franceses transplantaram consigo para a América as preocupações e disputas da pátria. Exacerbaram-se as paixões. Houve conspirações, traições, execuções de pena capital, fugas. Uma verdadeira miniatura da França revolta então, onde já fermentava a tragédia de S. Bartolomeu.¹¹

Para realizar o referido plano, Nóbrega partiu, em abril de 1563 juntamente com Anchieta, que o ajudaria no contato entre os índios por ter conhecimento da língua brasílica, e as lideranças dos tamoios em Iperoig.¹²

Reuniram-se, então, Anchieta e Nóbrega com os principais (lideranças dos tamoios) e lhes expuseram sua proposta para que fizessem definitivamente a paz com os portugueses e seus índios aliados. Apesar do avanço das negociações, pairava uma grande ameaça em relação às vidas dos jesuítas, em função da firme disposi-

ção do principal Aimbiré, índio crudelíssimo das bandas do Rio, em matá-los, muito embora pudessem contar com a aliança de Cunhambebe e Pindobuçú.¹³

Para formalizar a paz, Nóbrega deveria voltar a São Vicente acompanhado de uma comitiva de tamoios, liderada por Cunhambebe, para comunicar o ocorrido aos portugueses. Mas, em contrapartida, Anchieta ficaria em Iperoig como refém, por exigência dos próprios tamoios. Foi nesse momento delicado, considerando-se o fato de que muitos tamoios nutriam em relação aos portugueses verdadeiro ódio, que Anchieta escreveu o seu poema à Virgem. Segundo Eugênio Vilhena de Moraes, o jesuíta o concebeu em circunstâncias memoráveis, num momento crítico, constituindo-se prisioneiro dos tamoios sublevados, abrandados com a doçura de suas palavras de paz. Com isso, sua poesia algema-lhes a fúria, garantindo a Portugal o domínio do Brasil.¹⁴

A paz finalmente foi selada em São Vicente. Anchieta retornava à Fortaleza de Bertioiga em companhia de Cunhambebe.¹⁵ Sua estada entre os tamoios certamente foi seu “batismo de fogo” que por certo contribuiu para o sucesso do armistício em Iperoig. Vale ressaltar que esse acordo de paz foi feito, entre a primeira derrota dos franceses e dos tamoios em fevereiro de 1660, pelas forças comandadas pelo Governador Geral Mem de Sá, momento em que foi destruída a Fortaleza de Coligny¹⁶, e a expulsão definitiva dos franceses em 1567 que também, nessa ocasião, estavam aliados aos tamoios da Guanabara. Estes eram os mesmos que não aderiram ao referido armistício¹⁷.

Restava ainda resolver o problema dos tamoios da Guanabara e os de Cabo Frio que, arbitrariamente, não aceitaram a proposta de paz, mantendo a aliança firme com os franceses. Da fundação da cidade do RJ, em 1565, até a vitória definitiva sobre os franceses em 1567, foram tempos bem difíceis para Estácio de Sá, comandante da Armada, designado para acabar definitivamente com a França Antártica, exigindo dele grande esforço e diligência para a tarefa que lhe foi confiada. Mais uma vez os jesuítas, em especial Anchieta e Nóbrega, tiveram papel fundamental nesse processo,

alistando combatentes e índios para ajudarem a povoar a recém-fundada cidade de São Sebastião.¹⁸

Após tal fundação, ainda coube a Anchieta uma última missão: ir à Bahia informar a Mem de Sá sobre a situação do Rio de Janeiro e a necessidade de reforço para a conquista efetiva dessa região, ao mesmo tempo em que se ordenaria padre. O reforço, no entanto, só chegaria no dia dezoito de Janeiro de 1567, através de uma armada de três galeões, que trazia Mem de Sá, o Bispo Pedro Leitão e seis jesuítas, inclusive, o próprio Anchieta. As lutas renhidíssimas prosseguiram até a vitória definitiva dos portugueses.

O AUTO DE SÃO LOURENÇO: A DEMONIZAÇÃO DO OUTRO

Logo após essa refrega entre franceses e tamoios contra portugueses e os seus índios aliados, o Padre José de Anchieta escreveu *O Auto na Festa de São Lourenço*. Este auto religioso em sua dimensão imagística foi certamente uma das peças teatrais anchiéticas, que mais caracterizou a *pedagogia do medo*. Seu didatismo cênico a todo momento reforçava o embate entre Bem e Mal, impactando o espectador e instando-o a tomar a decisão certa, a partir da qual seu destino eterno estaria garantido.

O *Auto de São Lourenço* foi representado em Niterói no dia 10 de agosto de 1587. Anchieta aproveitou o ato principal da *Pregação Universal*, um auto natalino escrito na língua tupi, e o adaptou ao cenário do Rio de Janeiro acrescentando elementos novos. Tal adaptação se fez necessária para a comemoração da festa de São Lourenço, padroeiro da capela de Iperoig, atual Niterói. Segundo Olga Pischchenko:

O ato principal de “*Pregação Universal*”, escrito em tupi, teria sido aproveitado por Anchieta em *Na Festa de São Lourenço* que foi representado em Niterói a 10 de agosto de 1587. Nesta representação o ato principal aparece adaptado ao cenário do Rio de Janeiro, tendo adicionado algumas cenas novas e muito mais ricas em personagens. Assim, em “*Pregação*

Universal", a ação se desenvolve entre dois diabos: Guaixará, o principal, e Aimbirê (...). Há ainda um terceiro personagem, o Anjo, que vence os diabos no desfecho do ato. Já em *Na Festa de São Lourenço* aparecem três diabos: Guaixará, Aimbirê e Saravaia.¹⁹

Nele encontramos uma teodiceia marcada pela conciliação entre os universos euro-cristão e ameríndio que em um primeiro momento eram antinômicos. É nessa interseção cultural de dois mundos tão díspares, que encontramos um Anchieta *mediador* de linguagens e signos que ao mesmo tempo se encontram e se confrontam. Não se pode perder de vista o fato de que essa conciliação nunca ocorrerá de forma imparcial, isto é, o Cristianismo se interpenetrará à religiosidade nativa, objetivando que esta se conforme aos seus padrões éticos e religiosos, muito embora, na prática, o resultado desse intercâmbio cultural seja a formação de algo realmente novo: uma sociedade mestiça.

A intermediação exigiria o domínio e a utilização da língua indígena para veicular a fé católica. Os jesuítas perceberam que a conversão só poderia acontecer por intermédio da língua nativa. O esforço missionário se concentrou na tradução de conceitos cristãos para os códigos culturais dos nativos, que ao se realizar permitiu aos inácios utilizarem-se dos mesmos códigos e se tornarem intermediários legítimos entre esses dois mundos.

A tradução possibilitou, desta forma, a transferência de significados entre as duas culturas, encurtando, por um lado, a distância que separava os universos culturais dos índios e dos missionários e, propiciando, por outro, a subjugação subjacente ao processo de conversão dos indígenas. Segundo Ricard: "Por tornar possível a transferência de significado e intenção entre colonizador e colonizado a tradução torna possível a articulação das linhas gerais da subjugação contida na conversão."²⁰

O teatro anchietano seria o exemplo desse cristianismo traduzido, não somente para os índios, pois o auto foi escrito em mais de uma língua, como também para os colonos que, por estarem longe das igrejas, acabavam se

tornando vítimas de "artimanhas diabólicas". As peças teatrais anchietanas são essencialmente catequéticas, cujas propostas seriam inocular os princípios do cristianismo de uma maneira lúdica, aprimorar os costumes e conduzir os espectadores e participantes a uma aceitação plena da moral cristã.

Para se ter uma compreensão melhor desse auto é preciso não perder de vista sua característica mais importante: a heterogeneidade. Esta se fez presente nos variados idiomas (tupi, espanhol e português) e na liturgia (a caracterização das personagens: o uso das cores rubro-negras que representam os demônios, as asas dos anjos, as coroas dos imperadores etc.) com a qual são compostas as cenas amalgamando em um só universo a política, a religião e a vida secular.

Essa heterogeneidade tão marcante do *Auto de São Lourenço* enquadra-se no que Gruzinski denominou como *processo de ocidentalização*. Segundo o autor: "Em outros termos, a ocidentalização provoca, deliberadamente ou não, mestiçagens. A Igreja explora os sincretismos cristãos para enraizar o culto católico."²¹

O *Auto de São Lourenço* foi, portanto, portador de um discurso beligerante com um forte viés político e adequado à realidade que se apresentava naquele momento: a luta contra os franceses que tinham se instalado na Baía de Guanabara. O arguto Anchieta teve como intenção ressaltar a superioridade da colonização portuguesa, da mensagem cristã, a instrução dos vassalos ultramarinos na verdadeira doutrina católica e a integração dos indígenas a essa sociedade mestiça que estava sendo construída, conforme se pode observar pelo trecho a seguir:

Anjo Guardião

Também São Sebastião
valente santo soldado,
que aos tamoios rebelados
outroza deu uma lição
esta hoje ao vosso lado.

E a tapera do pecado,
a de Jabebiracica,
não existe. E lado a lado
a nação dos derrotados
no fundo do rio fica.

Os franceses seus amigos,
armas inúteis trouxeram.
Por nós combateram
Lourenço, jamais vencido
E São Sebastião flecheiro.²²

Fica notório e patente o discurso político de Anchieta quando associou os tamoios rebelados aos “franceses seus amigos”. A decisão dos tamoios em apoiá-los acarretou-lhes a derrota. As armas lusitanas foram colocadas em riste para a defesa da supremacia católica e dos domínios ultramarinos da Coroa portuguesa contra os franceses calvinistas e os índios tamoios seus aliados. Com relação à Aldeia de Jabebiracica, cabe lembrar que foi destruída pelas forças lusitanas nesse confronto. A aliança entre tamoios e franceses foi também concebida como sinal da atuação maligna, ao passo que São Sebastião, vitorioso em relação aos índios rebelados, símbolo das forças benígnas, representava as forças portuguesas, tanto espirituais quanto terrenas, colocando-se ao lado dos índios catequizados e aliados dos portugueses em Niterói. A derrota definitiva dos franceses e índios demonizados se encontra nos versos abaixo:

Anjo Guardião

Cantemos todos, cantemos!
Que foi derrotado o mal!
Esta história celebremos,
nosso reino inauguraremos,
nessa alegria campal!

Alegrem-se os nossos filhos
por Deus os ter libertado.
Guaixará seja queimado,
Aimbirê vá para o exílio,
Saravaia condenado!²³

É importante observar que a demonização do indígena (Guaixará, Aimbirê e Saravaia) tinha um alvo específico por parte de Anchieta nesse auto: o índio que se associara ao invasor francês. Entendemos que essa especificidade cumpria dois papéis: em primeiro lugar, desqualificar qualquer indígena que não estivesse lutando ao lado das forças portuguesas; em segundo, demarcar o bem e o mal. O bem seria representado pela ética cristã do catolicismo, pelos santos, pe-

los anjos e pelos padres, seus arautos na colônia. O mal, por sua vez, seria corporificado no paganismo indígena e nos índios associados aos “hereges franceses calvinistas”.

Cabe ressaltar o fato de que era recorrente a demonização dos indígenas em toda a América, sendo viabilizada por religiosos ibéricos e de outros reinos. D'Abbeville, francês que participou de uma expedição ao Maranhão por ocasião da fundação França Equinocial, afirmou que os nativos “acreditavam também em espíritos malignos, que nós denominamos diabos”.²⁴ “O Diabo aparece-lhes muitas vezes”, escreveu Gomara, sobre os índios Hispaniola.²⁵ Já Anguiera, fazendo menção aos índios da Venezuela, disse que eles tinham “relações com os demônios e falam com eles, especialmente quando suas mentes estão intoxicadas.”²⁶

Na América portuguesa os exemplos são vastíssimos, a começar pela demonização da própria colônia ultramarina. É bem conhecida a análise do Frei Vicente de Salvador, inspirada nos seus antecessores quinhentistas, quanto ao nome Brasil:

O dia que o Capitão-Mor Pedro Álvares Cabral levantou a cruz [...] era a 3 de maio, quando se celebra a invenção da Santa Cruz em que Cristo Nosso Redentor morreu por nós, e por esta causa pôs nome à terra que havia descoberto de Santa Cruz e por esse nome foi conhecida durante muitos anos. Porém, como o demônio com o sinal da cruz perdeu todo o domínio que tinha sobre os homens, receando perder o muito que tinha sobre em os desta terra, trabalhou que se esquecesse o primeiro nome e lhe ficasse o de Brasil, por causa de um pau assim chamado de cor abrasada e vermelha com que tingem panos, que o daquele divino pau, que deu tinta e virtude a todos os sacramentos da igreja [...].²⁷

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A aliança entre a igreja, tendo como ponta de lança a Companhia de Jesus, e a Coroa portuguesa, pode ser vista como uma estratégia política que logrou êxito, sobretudo,

nos primórdios da colonização da América portuguesa. Em um momento delicado para Portugal, em razão dos escassos recursos materiais e humanos, era imprescindível a aliança com índios que se dispusessem a lutar pela causa portuguesa.

Desta forma, o liame entre a Cruz e o Trono atendia tanto às pretensões colonizadoras da Coroa, cujo objetivo era controlar os homens e terras no plano material a fim de consolidar sua autoridade sobre as colônias ultramarinas, quanto ao objetivo da missão da Companhia de Jesus, cuja obra catequética jesuítica – e em particular o teatro anchietano – visava estabelecer um controle espiritual sobre as almas ameríndias, tornando viável assim a dominação metropolitana. Dito de outra forma, a missão jesuítica, e dentro dessa perspectiva o teatro anchietano, além de converter o gentio à santa fé católica, serviu também para sujeitar as novas terras e povos incorporados ao poder temporal da Coroa portuguesa.

Tal aliança foi consolidada no armistício de Iperoig por meio do qual foi possível a desarticulação da Confederação dos tamoios e, por conseguinte, a vitória sobre a França Antártica. Aliás, dupla vitória: a militar, que representou a expulsão dos franceses dos domínios ultramarinos portugueses, e a religiosa, considerando o fato de que essa presença francesa era encarada pela Companhia de Jesus como uma ameaça calvinista à catequese católica.

Após a vitória portuguesa sobre os franceses, verifica-se a estratégia pedagógica jesuítica de sacralizá-la através do *Auto de São*

Lourenço. A ação demoníaca ao ser inscrita no cotidiano colonial propiciaria, desta forma, a construção das práticas discursivas sobre o Diabo, presentes no teatro anchietano, em especial no *Auto de São Lourenço*. Tais práticas viabilizadas por uma *pedagogia do medo* serviria, ao mesmo tempo, para reforçar o catolicismo como única religião cristã verdadeira, tanto pela depreciação e condenação em relação às práticas culturais indígenas tidas como demoníacas, quanto pela condenação e extirpação do protestantismo herege associado sempre à presença dos invasores europeus, em especial os franceses instalados na Baía de Guanabara.

Anchieta conseguiu assumir o papel de intermediador cultural ao construir espaços de interseção entre os mundos indígenas e euro-cristãos. Suas peças teatrais, em especial o *Auto de São Lourenço*, foram produtoras de significados tanto para os autóctones quanto para a sociedade colonial que estava sendo construída no século XVI, em razão de fundir os elementos culturais de ambos universos. A explicação para isso talvez esteja em sua própria história de vida marcada também por um profundo hibridismo, tanto por seu nascimento, fruto de uma união entre um espanhol e uma nativa, na Ilha de Tenerife, onde judeus egressos da Europa perseguidos pela Inquisição juntavam-se a espanhóis, italianos, portugueses e aos nativos, vivendo num ambiente mais tolerável quanto à diversidade cultural, quanto por sua formação educacional em Coimbra como noviço da incipiente Ordem Jesuítica.

¹ BOXER, Charles. *A Igreja e a expansão ibérica (1440-1770)*. Lisboa: Edições 70, 1989. p. 95-98.

² WHELING, Arno. *A incorporação do Brasil ao mundo moderno*. In: STEPHANOU, Maria, CAMARA BASTOS, Maria Helena. (Org.). *Histórias e Memórias da Educação no Brasil*. v. I. séc. XVI-XVIII. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 48-50.

³ NEVES, Luís Felipe Baêta. *O combate dos soldados de Cristo na terra dos papagaios: Colonialismo e repressão cultural*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978. p. 28.

⁴ HOORNAERT, Eduardo. *História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo*. Petrópolis/São Paulo: Vozes/Paulinas, 1992. t. 2 v. 1. p. 42-103.

⁵ LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. *Op. cit.*, 1938. p. 380-381.

⁶ Idem, p. 367.

⁷ MARIZ, Vasco. *Villegagnon e a França Antártica*/Vasco Mariz & Lucien Provençal. - 2. ed. - Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005. p. 83-95.

⁸ Idem, p. 47-62.

⁹ Idem, p. 94-95.

¹⁰ LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. *Op. cit.*, 1938. p. 376.

¹¹ Idem, p. 375.

¹² Idem, p. 369-370.

¹³ Idem. p. 371-372.

¹⁴ LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Op. cit., 1938. p. 373.

¹⁵ Idem. p. 377.

¹⁶ Idem. p. 381.

¹⁷ Idem. p. 382-383.

¹⁸ Idem.p. 106.

¹⁹ PISNITCHENKO, Olga. *A arte de persuadir nos autos religiosos de José de Anchieta*. Dissertação de mestrado. UNICAMP. 2004. p. 106.

²⁰ RICARD, R. *La conquista espiritual de México*. México: Fondo de cultura económica, 1986. p.130.

²¹ GRUZINSKI, Serge. *O historiador, o macaco e a centaura: a 'História Cultural' no Novo Milênio*. In: Estudos Avançados. 17(49) São Paulo, 2003. p. 336.

²² ANCHIETA S. I. Pe. José de. *O Auto de São Lourenço*. Op. cit., 1996. p. 75.

²³ Idem.p. 76.

²⁴ D'ABBEVILLE, Claude. *História da Missão dos padres capuchinhos na Ilha do Maranhão (1614)*. São Paulo, Edusp, 1975. p. 252.

²⁵ LEITE, Edgard. *Homens vindos do céu: contatos religiosos no litoral da América portuguesa, séculos XVI e XVII*. Rio de Janeiro: Papéis e Cópias, 1997. p. 161.

²⁶ Idem. p. 161.

²⁷ SOUZA, Laura de Mello. *O inferno atlântico: demonologia e colonização séculos XVI-XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 31-32.



A conquista do Maranhão e Grão-Pará na política ibérica^{1*}

Helidacy Maria Muniz Corrêa

Profa. Dra. da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA

RESUMO

Este texto trata da conquista do extremo norte como fator primordial da política ibérica no Atlântico equatorial para a manutenção da soberania portuguesa na América. Discute o papel do governador-geral do Brasil, Gaspar de Sousa, na consolidação do projeto luso de soberania do território. Por fim, problematiza a cerimônia de posse do Forte São Luís para refletir acerca dos mecanismos simbólicos na legitimação da dominação colonial.

PALAVRAS-CHAVE: Maranhão e Grão-Pará; Conquista; União Ibérica

ABSTRACT

This text refers to the conquest of the extreme north as a prime factor of Iberian politics in the equatorial Atlantic for the maintenance of Portuguese sovereignty in America. It discusses the role of Gaspar de Sousa, Governor-General of Brazil, in securing the Portuguese project of territorial sovereignty. Finally it analyzes the installation ceremony of the São Luís fort to ponder on the symbolical mechanisms in the colonial domination legitimacy.

KEYWORDS: : Maranhão, Grão-Pará; Conquer; Iberian Union

A POLÍTICA DA CONQUISTA

Eu El-Rei faço saber a vós Gaspar de Souza, do meu Conselho, meu gentil-homem de boca, governador e capitão general do estado do Brazil, que para melhor se poder conseguir a conquista das terras e rios do Maranhão, que vos tenho cometido conforme as minhas instruções, a qual é de tanta importância a meu serviço, como se deixa ver.²

Ao chegar ao Brasil como governador-geral, Gaspar de Sousa trouxe consigo uma vasta experiência nos mecanismos políticos da corte ibérica e nos serviços prestados à Coroa em diferentes partes do Império. Proveniente de família aristocrata da corte filipina, o governador-geral serviu na Índia em 1537, pertenceu ao Conselho de Filipe II, foi pajem e moço fidalgo de um irmão do Rei D. João III, tornou-se fidalgo escudeiro e depois fidalgo cavaleiro, chegando a cavaleiro da Ordem de Cristo.

Participou de guerras na África, na batalha de Alcácer-Quibir, na Ilha Terceira, lutando contra franceses; foi capitão de tropas portuguesas na invencível armada espanhola e participou também na formação de terços portugueses para a guerra contra a França e a Holanda. Recebeu ainda as comendas de São Salvador de Anciães, Nossa Senhora do Touro e da Ordem de Cristo, além de inúmeras mercês régias, dentre as quais uma tença da fazenda real de 80 mil réis por ano e uma comenda cuja renda ultrapassou 150 mil réis.

* Artigo recebido em 7 de maio de 2014 e aprovado para publicação em 30 de maio de 2014.



Garantiu também mercês régias para seus descendentes, a exemplo de 100 mil réis de pensão em algum bispado para estudo de um de seus filhos.³ Trata-se, portanto, de um fidalgo com expressiva intimidade com a política imperial filipina. Nomeado governador-geral do Brasil, esse fidalgo exerceu uma política decisiva para os destinos de Maranhão e Grão-Pará. Em 1612, o poder régio mandou Gaspar de Sousa suceder Dom Diogo Meneses⁴ no governo do Estado do Brasil, “encomendando-lhe mui deveras o descobrimento e conquista do Maranhão”.

Ao chegar a Pernambuco, na Vila de Olinda, o governador-geral, “depois dos negócios do governo composto, tratou mui deveras o descobrimento do Maranhão e tomando-o por principal assunto”⁵. De fato, Gaspar de Sousa passou a maior parte de seu governo empenhado em conseguir a posse do Maranhão. Em carta régia de 8 de outubro de 1612, o monarca pessoalmente se empenhou em recomendar ao governador-geral a maneira como deveria proceder para “se animarem todos a ir servir n’ela [conquista do Maranhão] com mais vontade”⁶.

O próprio rei acionava assim o conhecido e infalível jogo das concessões de honras e mercês para dar impulso à institucionalização da política imperial no extremo norte. A remuneração dos serviços se tornou fulcral como dispositivo capaz de atrair gentes para o serviço da conquista. No Antigo Regime, a recorrência a esse expediente foi tamanha que foi necessário criar instrumentos normativos para classificar as mercês de acordo com o tipo de serviço desempenhado.⁷

Dois anos mais tarde, o governador-geral, escrevendo da Vila de Olinda ao monarca, referiu-se a mais uma medida régia para impulsionar a política de conquista do extremo norte: “Mandou-me V. M. a esta capitania para dela continuar a empresa do Maranhão”⁸. Gaspar de Sousa se referia à determinação régia de transferi-lo de sua residência, na Baía de Todos os Santos, para a Capitania de Pernambuco, para que, desse modo, acompanhasse mais de perto a conquista do Maranhão.

Com essas medidas, o monarca confiava pessoalmente o serviço da conquista do Maranhão a Gaspar de Sousa. Dada a direção

pelo poder régio, o governador-geral iniciou o trabalho. Em 1614, enviou duas expedições – uma terrestre e outra marítima – comandadas, respectivamente, por Jerônimo de Albuquerque e o sargento-mor do Estado, Diogo de Campos Moreno⁹.

Entretanto, uma situação de dualidade de determinações do Poder Régio colocaria em cheque a conquista do Maranhão, expondo o outro lado do empreendimento. A Junta da Fazenda do Brasil¹⁰ colocou em dúvida as despesas referentes aos soldos de oficiais para a conquista realizada por Gaspar de Sousa, impedindo-o, com isso, de efetuar tais pagamentos. Gaspar de Sousa escreveu ao rei queixando-se da atitude dos membros “da Junta deste Estado, que podem alterar ou confirmar o que lhes parecer conforme seus poderes”.

O governador se empenhou em denunciar a ação da Junta da Fazenda, que por sua vez se respaldava numa provisão régia, autorizando-a a ver “as folhas e que havendo nelas ordenados d’alguns oficiais da Justiça ou Fazenda que os não tenham limitados por provisão de V. M. se abatam das ditas folhas e os almoxarifes os não paguem”. Por meio da referida provisão, o rei concedia poderes à Junta da Fazenda para mandar suspender os pagamentos dos oficiais que não estivessem definidos por provisão.

Referindo-se à ingerência da Junta da Fazenda nos assuntos do governo, Gaspar de Sousa reclamou: “Debaixo deste pretexto sendo sua jurisdição e o que V. M. lhe concedeu tão limitado se intrometem em censurar toda a folha”. A Junta tocou num problema crucial: a quem caberia os custos da conquista do Maranhão?

Gaspar de Sousa considerava que, no âmbito geral, o condicionamento do pagamento dos ofícios no valor determinado em provisão régia era justo. Porém, lembrava que, se a questão fosse aprofundada e tratada no âmbito das particularidades, apresentaria “grandíssimos inconvenientes”, visto que “neste Estado há muitos ofícios em especial da Fazenda que a princípio foram introduzidos por a necessidade que deles havia”.

Esses ofícios – continuava explanando – foram providos pelos governadores passados “com os ordenados que lhes pareceu

para bom governo do Estado e arrecadação da Fazenda de V. M., os quais nunca nas contas que deram se duvidaram até agora aos almoxarifes". O governador-geral do Brasil apresentava como exemplo o Rio Grande, onde o então Governador-Geral Dom Francisco de Sousa nomeou um almoxarife e um escrivão para "que tivessem conta com os pagamentos e de quem os soldados e os oficiais os recebessem". Ainda de acordo com Gaspar de Sousa, estes "até hoje foram sustentando seus sucessores com cinquenta ou sessenta mil réis de ordenado a cada um". O problema residia na questão da nomeação de oficiais para as conquistas.¹¹

O direito de nomeação de pessoas para o exercício de funções era uma das tarefas mais importantes da governação do Império no Antigo Regime. As nomeações para os governos assumiam formas variadas para cada instituição responsável por essa tarefa.

Em relação ao preenchimento de ofícios realizados pelos governadores-gerais, uma de suas atribuições era identificar os oficiais da Fazenda nas capitânicas com as respectivas provisões que os serviam. Havendo necessidade de oficiais, cabia a ele, governador-geral, a tarefa de nomeá-los e – auxiliado pelo provedor-mor – informar ao rei das rendas e direitos reais em cada capitania, enquanto aguardava provimento régio dos cargos conferidos.

Até a época do governo de Gaspar de Sousa, o preenchimento dos ofícios da Fazenda era feito de maneira simples e direta, obedecendo aos trâmites das nomeações feitas pelos governadores-gerais, seguidas do parecer do provedor-mor e do posterior provimento do monarca. Com pequenas variantes, essa determinação perpassou os governos desde Tomé de Sousa (1548) e Francisco Giraldes (1588) até Gaspar de Sousa (1612). A partir de Gaspar de Sousa, o governador, além de nomear os ofícios da Fazenda, passou a ser responsável pelos ofícios de justiça.

A respeito do pagamento dos ofícios civis, militares e eclesiásticos e das despesas extraordinárias, só existiu instrução específica normatizando esses custos com Gaspar de Sousa. Os pagamentos eram feitos mediante recursos provenientes do rendimento das dízimas, e, em caso de urgência, a

orientação era para que o governador recorre-se a empréstimo de quem o pudesse concedê-lo, por consignação, garantindo o pagamento sem atraso, mas sem recorrer às rendas dos defuntos e órfãos.

Também o governador podia fazer e aprovar a folha de despesa e receita, mediante a anuência do provedor-mor da Fazenda, mas o aumento dos gastos só era permitido em caso de guerra. Aliás, essa foi uma das justificativas dadas por Gaspar de Sousa para os gastos na conquista do Maranhão. Outro argumento apresentado pelo governador-geral para que a Fazenda continuasse a custear os soldos dos oficiais dá uma dimensão da importância financeira da Coroa no empreendimento da conquista do Maranhão:

A terra é pobre e pouco de cobiar até agora e assim não sei eu pessoa alguma que lá queira ir servir de graça se supostas estas razões V. M. achar que a dita provisão se deve praticar com o dito escrivão e almoxarife; não vejo eu como na Fazenda de V. M. possa sem ministros haver conta de se deixar a fortaleza e virem a esta capitania para haverem seu pagamento¹².

As evidências na fala do governador mostram que o trabalho de conquista do Norte foi feito com oficiais pagos provenientes da capitania de Pernambuco. Essa capitania teve um papel central nesse processo, fornecendo também dinheiro da Fazenda para pagamento de pessoal. Os soldados não podiam deixar suas fortalezas à mercê dos inimigos para irem a Pernambuco receber seus soldos.

As tropas pagas¹³ nas conquistas do norte dependiam, portanto, dos serviços do almoxarife e escrivão para receberem seus pagamentos. Essa mesma situação se encontrava em Itamaracá, de onde se destinava a maior parte do pau-brasil ao reino e, "não havendo quem queira ir servir de graça e não podendo sem ministros tratar-se da carga e corte do dito pau, ser-me-á forçado sobestar", dizia Gaspar de Sousa.

O caso do pau-brasil era emblemático para demonstrar que arrematar pessoal para os mais diversos serviços da conquista

só foi possível mediante algum pagamento. Da mesma forma, alegava o governador-geral, na Paraíba e no Rio de Janeiro, a despeito de os oficiais estarem providos pelo monarca, suas cartas diziam que o rei lhes fixaria um ordenado, o “qual até agora não tem declarado e assim parece que devem levar o que tiveram seus antecessores, pois a tenção de V. M. não é desfraudá-los de seu trabalho e que sirvam de graça dando-lhe ocasião para que furem”.

Diante da insistência do almoxarife em cumprir a ordem da Junta, Gaspar de Sousa pedia mercê ao soberano, “mandando outrossim passar provisão para que os ditos oficiais possam levar os ordenados que se lhes deram no Rio Grande, Itamaracá e mais capitânias”¹⁴.

Embora as promessas de recompensas pelos serviços prestados se tornassem uma importante estratégia nas conquistas portuguesas, no Maranhão as primeiras expedições foram realizadas às custas das tropas pagas e dos índios. Por isso, o impasse entre o governador-geral e a Junta ameaçavam os projetos régios. Gaspar de Sousa lembrava ao rei que estava na capitania de Pernambuco por mandado régio para “continuar a empresa do Maranhão”, mas que não poderia “intentar a dita conquista com toda a prevenção de gente necessária”, se a Junta insistisse na dúvida a respeito de suas medidas.

Estava claro que naquele momento não haveria como prosseguir na conquista do Maranhão se não fosse com pessoal pago, cabendo à Fazenda realizar os referidos pagamentos. Ainda descartando a ingerência da Junta nos assuntos relativos a seu ofício, o governador-geral exigia liberdade na condução de seu serviço:

Bem entendo eu que suposto que V. M. me manda provisão que faça a jornada [do Maranhão] *posso fazer tudo o que em razão de a conseguir achar que convém. E que o que nisto despender fica da mesma natureza para se não poder duvidar.* Mas nada basta com a Junta que totalmente duvidou tudo suspendendo os pagamentos d'ambas as residências do almoxarife, do escrivão e padre que lá assiste¹⁵.

O governador-geral, além de não aceitar a ingerência da Junta da Fazenda nos assuntos da conquista, alertava o monarca, em tom irônico, de que aquela instituição procedia contra uma determinação régia, “pois querendo V. M. que da sua [Fazenda] se faça a conquista [do Maranhão] a Junta como mais zelosa dela não o quer consentir, mandando ao almoxarife desta capitania [...] não faça pagamento algum”.

Diante de tal oposição, Gaspar de Sousa desabafou: “Não tenho de quem me valha, pois o dito almoxarife se não deve querer arriscar contra o que a Junta lhe manda”. Em seguida, advertiu o monarca de que, sem o provimento das pessoas, tudo o que tinha sido feito até então pela conquista do Maranhão seria perdido, ficando os postos desamparados.

Para evitar tal perda, pedia provisão para que os gastos feitos no Ceará e Camucim não fossem desautorizados “e que passando-se aquela gente ao Rio Pará [...] como pretendo se lhes paguem seus soldos até V. M. ordenar o que for servido na resolução da dita jornada porque me dói muito ver perder o que está gastado e sustentado com tanto trabalho meu e dos soldados que ali residem”¹⁶.

De fato, o governador já havia gasto muito dinheiro na conquista do Maranhão com fretamento de embarcações, artilharias, pessoal, mantimentos, ordenados e outros apetrechos próprios do empreendimento. A situação a respeito da continuidade da conquista do Maranhão ficou ainda mais confusa para Gaspar de Sousa quando ele recebeu uma provisão régia enviada pelo Conselho de Portugal, datada de 25 de abril de 1614 e assinada pelo vice-rei de Portugal, Dom Pedro de Castilho, com vista de Dom Estevão de Faro, vedor da Fazenda¹⁷, constando que

do rendimento dos dízimos do Brasil se tomasse dez mil cruzados para compra e despesa do pau vermelho que pertence a minha Fazenda e porque convém que tudo o mais que do dito rendimento sobejar além dos ditos dez mil cruzados se empregue e despenda na compra do dito pau

vos mando que assim o cumprais inteiramente e mandeis que inivelmente se guarde e cumpra e que se não despenda em outra cousa, por mais precisa e necessária que seja¹⁸.

Com essa determinação régia para que o governador canalizasse todo o dinheiro para a carga do pau-brasil, o empreendimento da conquista do Maranhão ficou seriamente ameaçado. Porém, como essa ordem contradizia inteiramente as recomendações monárquicas anteriores, Gaspar de Sousa resolveu convocar uma reunião na qual debateu o assunto da provisão régia e dos rumos da conquista do Maranhão com o Capitão-Mor Alexandre de Moura, o provedor e contador da Fazenda, Diogo Cirne, e o Sargento-Mor Diogo de Campos Moreno. Após a discussão resolveram fazer um auto dirigido ao rei, explicando-lhe o andamento da conquista e requerendo-lhe decisão final sobre o assunto da jornada.

Gaspar de Sousa escreveu mais uma carta na qual foi ainda mais incisivo com o rei, dizendo-lhe que se era “para eu não gastar o que sobejar do rendimento deste Estado em outra cousa mais que na carga do pau-brasil bastava mandar-mo V. M. e não era necessário dizer a provisão que se passar para esse efeito”. Lembrava-lhe mais que não seria possível fazer o carregamento de pau-brasil e, ao mesmo tempo, continuar com a conquista do Maranhão, “pelo pouco cabedal que para isso tem a Fazenda de V. M. neste Estado”.

Diante de tal contradição das determinações régias, o governador-geral pediu ao rei que mandasse “declarar se era servido que o dito pau se carregasse conforme a provisão que para isso me veio do Conselho da Fazenda, ou se continuasse com o Maranhão como por outra do Conselho da Índia se ordenava”. Explicou o porquê da carta e de sua decisão de continuar o trabalho da conquista: “de maneira que *nestas contradições* recorri logo a V. M., não deixando porém enquanto se me não diferia de carregar o dito pau com particular diligência como se lá tem visto, e *ir continuando com a jornada* que se me encomendou”.

O governador aproveitou ainda para se queixar do silêncio do documento quanto ao serviço da conquista do Maranhão: “e ainda a *provisão que me veio de que eu tão justamente me queixo é tão sucinta no principal [...] que em nenhuma cousa trata acerca do dito Maranhão*, como se V. M. ou não mandara fazer a conquista, ou eu não tivera escrito tantas vezes sobre ela”¹⁹.

Enquanto o Conselho da Índia²⁰ era favorável a que se priorizasse a conquista do Maranhão, o Conselho de Portugal se opunha, defendendo a exploração do pau-brasil. Diante do impasse, Gaspar de Sousa requeria do rei uma definição: se deveria considerar o Conselho da Índia ou o Conselho de Portugal; se devia separar os “250\$ em dinheiro para compra de pau-brasil” ou se “devia acudir, se a carregar o pau, se a fazer a conquista”²¹. Na realidade, o governador estava a meio de um conflito entre o Conselho da Fazenda e o Conselho da Índia.

Em relação ao silêncio sobre os assuntos do Maranhão, reclamado pelo governador, de fato, a maioria dos ministros do Conselho de Portugal pouca coisa sabia a respeito das matérias ultramarinas. Não tinham experiência pessoal nas conquistas, muito menos conheciam o território, à exceção de quatro membros, dentre os quais se encontrava Dom Estêvão de Faro²², o vedor da Fazenda que deu vista na provisão do Conselho de Portugal.

O problema da continuidade do empreendimento do Maranhão perdurou, e o governador-geral conduziu concomitantemente as duas tarefas, até que chegou o momento crucial da ação conquistadora, isto é, a guerra. Não daria mais para prosseguir sem uma definição da Coroa, “porque guerra ofensiva ou defensiva não se faz sem dinheiro”, argumentou o governador ao monarca.

E, em tom de advertência, acrescentou: “E se eu gastar na defesa do Estado que V. M. foi servido fiar de mim e de que lhe dei menagem, quiçá se haja depois por minha Fazenda conforme diz a dita provisão” declarava o governador, lamentando ainda: “parece são de mais importância a seu serviço carregarem-se dois mil quintais de pau mais a menos cada ano que deixar a conservação de todo este em contingência à mercê do inimigo quando o queria invadir”.

Ao final, deixou claro qual seria sua decisão: “Porém, se vier não deixarei de fazer o que devo sem embargo das palavras da dita provisão, porque vai pouco em perder a Fazenda por não arriscar a honra, que é o precioso da vida”²³.

A questão da conquista do Maranhão esteve no centro de um problema de “desco-ordenação administrativa decorrente da sobreposição de jurisdição”.²⁴ Trata-se de uma disfunção do governo metropolitano, motivada pela própria indefinição jurisdicional de cada Conselho típica dos órgãos centrais do Antigo Regime.

Essa situação criou diversos conflitos como o exposto por Gaspar de Sousa. Já observamos que a interferência do Conselho da Fazenda de Lisboa nos negócios do governo-geral do Brasil fazia parte de um jogo mais amplo que envolvia uma sistemática oposição ao Conselho da Índia. A carta de Gaspar de Sousa, além de revelar uma dimensão desse conflito jurisdicional, mostra claramente a reação do governador-geral a esse tipo de ingerência de natureza jurídica. Suas palavras, ao final da referida carta, não deixam dúvidas:

eu me não intrometo nas matérias da Junta mais que nas que meramente tocam ao presente governo em que eles lhes parece que podem (ter jurisdição estendendo os poderes de seu regimento ao que em nenhum modo lhes concede como alguns ministros menos apaixonados lhe deram a entender e os da Junta confessaram²⁵.

Se, por um lado, a pressão do Conselho de Portugal não teve sucesso, pois o Conselho da Índia continuou suas atividades por uma década, a pressão de Gaspar de Sousa deu mais um importante passo para os desdobramentos da política ibérica no Maranhão. O dinheiro foi canalizado para a conquista do Maranhão, e Gaspar de Sousa assegurou à Coroa ibérica o domínio de uma região estratégica.

Empreendida a conquista do Maranhão resta a considerar o desfecho final dessas medidas para compreensão do papel do Maranhão e Grão-Pará no conjunto da política ibérica.

A CONQUISTA DA SOBERANIA

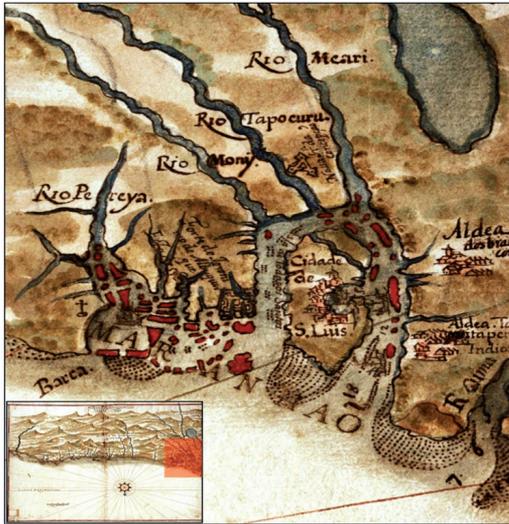
O relato minucioso da cerimônia de posse do forte São Luís²⁶, em 1615, que marca o domínio dos portugueses no extremo norte, embora não constitua uma novidade aos especialistas merece uma reavaliação a fim de se refletir acerca da própria natureza da conquista do extremo norte. Logo no início da longa descrição, o tamanho do empreendimento chama atenção. “Quarta-feira, pelas duas horas, [Alexandre de] Moura²⁷, deixando com a armada Manuel de Sousa [...] ordenou uma vistosa companhia de 70 ou oitenta soldados[...]”.

Ainda sobre o volume da empresa, a narrativa detalha: “Com esta companhia e com todos os capitães e pessoas de conta, acompanhado dos dois capuchos e dos dois capuchinhos franceses e do Ravardière, e assim mais de dois padres da Companhia e dois do Carmo que havia levado consigo de Pernambuco” a armada “desembarcou ao pé da fortaleza com muito tanger de charmelas e trombetas bastardas. E em terra ordenou Diogo de Campos²⁸ tomar modo de marchar[...]”.

Assim, enfileirados, “Diogo de Campos com seu bastão precedia a todos” da Companhia e era seguido por “um pagenzito do capitão ricamente vestido com gineta e rodela de aço, logo o Capitão Pereira com os arcabuz dourados e frascos lindamente guarnecidos, logo as fileiras de cinco soldados todos muito bizarros”. Além destes “ia também o condestável mor Pero Fernandez com seu botafogo de prata, depois da última fileira ia Alexandre de Moura com o acompanhamento”.

Ao chegarem “à ponte do fosso que é levadiça, no meio da qual estaria um francês com mosquetes e forquilha e mecha calada, saiu de dentro o seu sargento mor e passando por meio de nossas fileiras chegou a Moura com as chaves da dita fortaleza e lhas entregou”. Em seguida, Diogo de Campos “foi passando à ponte em ordem a parte direita com os rostos para os franceses que estavam a parte esquerda todos uns e outros postos ala com mechas caladas”. Ao fim da cerimônia, “acabando os nossos de entrar, se saíram os franceses e na ponte se pôs

um mosqueteiro nosso na forma que estava o francês e com isto se deu fim a entrega e tomada do Maranhão”²⁹. Naquele momento, “tomei posse da fortaleza que chamam São Luís e lhe pus nome São Filipe”³⁰. A tomada e posse da fortaleza foi comemorada com missa solene³¹.



Fragmento do Mapa do litoral do Maranhão e Grão-Pará com destaque da Ilha de São Luís e os respectivos fortes, rios e aldeias. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Disponível em: http://bndigital.bn.br/cartografia/cart_colonial.html

A NEGOCIAÇÃO DA RENDIÇÃO

Embora Jerônimo de Albuquerque e Diogo de Campos Moreno tivessem derrotado os franceses na batalha de Guaxenduba (1615), não tomaram o Forte São Luís de imediato. Após a guerra de conquista, Albuquerque empreendeu uma negociação com Daniel de La Touche para retirada definitiva dos franceses da Ilha. Contudo, enquanto negociavam os termos da derrota, ambos usavam estrategicamente o tempo da diplomacia de guerra para aguardar a chegada de algum socorro.

Alexandre de Moura chegou primeiro e apressadamente montou uma base em frente ao Forte São Luís, construindo o Forte denominado Sardinha ou São Francisco³². De lá, o capitão-mor mandou avisar Daniel de La Touche para que entregasse o Forte Saint

Louis, evitando, assim, mais derramamento de sangue. Sem alternativa, o general francês concordou, afirmando que quando “quisessem poderiam tomar posse do Forte Saint Louis em nome de Sua Majestade”³³.

Ainda no Forte São Francisco, Alexandre de Moura registrou a rendição em auto, mas antes tentou impor os termos da capitulação, condicionando a entrega da fortaleza à permanência de “toda a artilharia, munições, e apetrechos de guerra, que nella habiam, sem por isso Sua Majestade ficar obrigado a lhe pagar nada de sua real fazenda”³⁴.

Moura, além de restaurar definitivamente o domínio luso na região, tentou se esquivar de negociar a rendição do general francês, descumprindo, assim, a determinação de Gaspar de Sousa para que a retirada do inimigo fosse negociada mediante a quantia de vinte mil cruzados, correspondentes à artilharia do Forte, munições e demais benefícios feitos pelos franceses na terra, bem como dar ordenados e repartir terras para a vivenda dos franceses.³⁵ Contudo, os registros apontam para outro desfecho:

feitos todos os assentos, e papéis necessários em como Jerônimo d’Albuquerque ficava quieto de posse de sua fortaleza acabada sobre o Maranhão, com religiosos, igreja, casas de vivenda, roças, plantas, dois barcos, e dois batéis, que um dos barcos se havia comprado aos franceses por haver na fortaleza mais serviço, e assim redes para pescar, e mais de 40 jangadas feitas para as pescarias, e mantimentos dos índios; veio o Capitão Millarte, ao qual se deu pela caravela 500 cruzados, a saber em coisas de resgates cento e trinta mil-réis, e em escrito a pagar em Lisboa o resto, com o mais, que custou o mantimento de S. Majestade; pois a caravela não se tomava para mais, que para seu serviço, e assim feitas estas coisas, se despediu o Sargento-Mor do Estado”³⁶.

A tomada de São Luís, além de garantir a expulsão e derrota definitiva das pretensões francesas no território, possibilitou

aos portugueses o aproveitamento dos primeiros empreendimentos implantados pelos concorrentes na Ilha. Uma fortaleza minimamente aparelhada “com 17 peças de artilharia e 200 soldados e muitas aldeias do gentio”³⁷ e um aglomerado urbano que contava com “mais de quinhentos moradores”³⁸, cabanas, um armazém, fontes de água e o convento de São Francisco capaz de viabilizar uma dominação efetiva.

Apesar de os portugueses a essa altura terem o domínio de outros fortes igualmente estratégicos na região, tais como o mencionado Forte São Francisco, São José de Itapari³⁹ e Santa Maria, a tomada do Forte São Luís seguida de ritual militar e religioso eram necessários para conferir um caráter inquestionável à dominação portuguesa.

O FORTE SÃO LUÍS: A “CHAVE” DA CONQUISTA E SOBERANIA

As ameaças da presença de outras nações na “Ilha do Maranhão” contribuíram para que a Coroa dual despertasse para a importância do território. São Luís, nesse momento, representava mais que um estabelecimento militar. Sua posição estratégica lhe conferia um papel vital para a afirmação da hegemonia portuguesa. A “Ilha do Maranhão” permitia o assentamento de uma importante base conquistadora numa área considerada fundamental para o acesso aos domínios espanhóis e portugueses. Além desses aspectos, havia em seus arredores um pequeno contingente populacional capaz de conferir ao lugar ares de uma incipiente vida urbana.

Para o Forte São Luís convergiam duas funções essenciais: lugar estratégico, do ponto de vista militar, e marco símbolo da soberania portuguesa no território. Para a Coroa, a posse de São Luís significava ao mesmo tempo a confirmação da soberania monárquica no extremo norte e a consolidação da hegemonia na América portuguesa. O domínio do porto significava possuir a “chave” de entrada do vasto, indefinido e estratégico território amazônico.

Para os conquistadores, a tomada do Porto São Luís convergiria diversos interesses: o papel que passariam a desempenhar

naquele cenário de incertezas dos domínios luso imperiais; a valorização de sua presença e seus serviços numa área onde justamente o inimigo se estabeleceu; a possibilidade de firmar um marco político, militar e administrativo com o Reino; além de ser o início da exploração e submissão da terra e das gentes do lugar.



Mapa do Estado do Maranhão e Grão-Pará e Estado do Brasil com base em BOXER, R. Charles. O Império Ultramarino português (1415-1825). São Paulo: Companhia das Letras

Fosse pela necessidade de expulsão de antigos adversários do forte e consequente confirmação do domínio luso-espanhol ou pela localização e aproveitamento da pequena estrutura montada pelos franceses, a importância de São Luís como um lugar central para a sustentação da soberania portuguesa era incontestável na percepção dos contemporâneos. Lugar estratégico para o domínio do *hinterland* amazônico, a “Ilha do Maranhão” foi o território por onde a Coroa ibérica iniciou a política de conquista continental do Atlântico amazônico⁴⁰. Por isso, a região foi considerada ponto de partida para a dominação do extremo norte e centro nevrálgico para a consolidação do território e do domínio luso no extremo norte.

Nesse sentido, São Luís adquiria importância central como porto e via de acesso, dominação e exploração do interior amazônico, como cidade fortificada voltada para a defesa contra inimigos e, mais tarde, como centro político e administrativo do território.

O SENTIDO DOS RITUAIS NA DOMINAÇÃO COLONIAL

Com o auto da tomada do forte e a cerimônia de posse os conquistadores cumpriam uma determinação regimental explícita passada pelo governador-geral do Estado do Brasil:

Nas partes que lhes parecer levantaré ele capitão [Alexandre de Moura] algum padrão de pedra e fará auto de posse em nome de S. M. pela Casa de Portugal e lhe porá nome na nossa língua e o que tiver na dos índios declarando dia, mês e ano com todas as solemnidades ordinárias em que assinará com as mais pessoas principais que nisso forem.⁴¹

O ritual de posse do Forte São Luís constituiu um marco simbólico legitimador da soberania portuguesa no extremo norte. Após mais de um século de domínio luso no Atlântico Sul e três anos de domínio francês da Ilha, o Capitão-Mor Alexandre de Moura assegurou definitivamente a posse das terras setentrionais da América portuguesa à Coroa.

O ato de posse estabelecia que a partir daquele momento o território era parte integrante do Reino de Portugal. A legitimação e reconhecimento da soberania monárquica sobre todo o território estava confirmada. No universo das conquistas europeias, o ritual da posse, além de marcar a propriedade do território ou de um ofício, simbolizava, sobretudo, a presença e autoridade da Coroa em seus domínios. As cerimônias de posse nas conquistas europeias tais como erguer cruces, estandartes, bandeiras, brasões, marchas em procissões, gestos, discursos, registros, ilustrações oficializavam o início da dominação colonial.⁴²

Ao entrar no Forte São Luís, Alexandre de Moura recebeu de seu concorrente a chave da porta de entrada da fortaleza. Em seguida, tomou posse e mandou celebrar missa solene. Mais que um ritual, as cerimônias de posse imprimiam o direito de governar, legitimando as ações dos oficiais régios nas conquistas. Por meio delas, os conquistadores

eram investidos de poderes régios. Por isso, os rituais se tornaram uma prerrogativa para instaurar sua autoridade no território.

Da mesma forma acontecia com os indivíduos ao serem investidos em uma função⁴³. Ao ser nomeado para exercer um ofício nos domínios portugueses, o indivíduo devia legitimar sua ação por meio da tomada de posse de seus ofícios. Embora a nomeação para o cargo de governador-geral fosse uma mercê régia concedida em Portugal, a posse só acontecia nos domínios onde o oficial exerceria a função. A cerimônia tanto da terra quanto de um ofício simbolizava a presença e autoridade monárquica no território e a delegação de poderes exclusivos dos direitos régios⁴⁴ concedidos a um fiel vassalo para assumir o governo da conquista.

A cerimônia de posse do Forte São Luís assegurou minimamente o início de uma sistemática e complexa política de dominação portuguesa pautada na defesa militar do território, na instalação do governo local, na institucionalização do corpo funcional, na ocupação e exploração do território organizado em razão de interesses da política ibérica no Atlântico equatorial.

O processo de institucionalização dessa política na parte mais setentrional dos domínios lusos no Atlântico Sul, durante o século XVII, ocorreu predominantemente por meio de quatro ações indissociáveis e fundamentais para a consolidação da soberania portuguesa no Brasil. A primeira ação diz respeito aos esforços empreendidos pela Coroa ibérica no sentido de assegurar o território, a partir da institucionalização da política ibérica de conquista e dominação contra os concorrentes europeus.

A segunda medida se relacionou ao firme propósito português de promover a defesa, a ocupação e a exploração do espaço a partir de 1615 com a política de imigração e de uso da mão de obra local. A terceira decisão está ligada com a instalação do governo local por meio do regimento de 1615, passado a Jerônimo de Albuquerque Maranhão, e a criação do Estado do Maranhão e Grão-Pará, em 1618, reafirmado em 1621, mas só efetivado em 1626, tornando o norte da América portuguesa administrativamente independente do Estado do Brasil.

E, por último, a não menos importante criação de tradicionais instituições administrativas ultramarinas, como o Concelho Municipal, em 1615 (só efetivado em 1619), no Maranhão. Todas essas medidas se inscrevem na convergência política de dois impérios europeus – Portugal e Castela – e na dinâmica política em torno da definição da defesa e soberania do território do Estado do Maranhão perante as nações adversárias.

Portanto, não se pode construir uma análise isolada ou fragmentada da posse do Forte São Luís sem considerar os impactos

da política adotada pela união das coroas de Portugal e Castela na América portuguesa e, sobretudo, na formação territorial e política do Maranhão e Grão-Pará. A vigência do período da União Ibérica (1580-1640) e sua conjuntura são pontos de partida para o entendimento do significado da conquista do Maranhão e Grão-Pará. A partir desses marcos, a dinâmica colonial no extremo norte adquiriu vigor próprio em relação ao quadro geral instalado no Atlântico Sul e se materializou em diversas práticas típicas do mundo ultramarino dos seiscentos.

REFERÊNCIAS

STUDART, Guilherme. Documentos para a história do Brasil e especialmente do Ceará. Fortaleza: Typ. Studart, 1904.

LIVRO 1^a do Governo do Brasil (1607-1633). Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores Nacional, 1958.

ABREU, Capistrano de. Prolegômenos ao livro V. SALVADOR, Frei Vicente do. História do Brasil (1500-1627). 7^a ed. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1982.

BERREDO, Bernardo Pereira de. Anais históricos do Estado do Maranhão, em que se dá notícia do seu descobrimento, e tudo o mais que nele tem sucedido desde o ano em que foi descoberto até o de 1718: oferecidos ao augustíssimo monarca D. João V. Nosso Senhor. 4^a ed. Rio de Janeiro: s/d.

CONSENTINO, Francisco Carlos. O ofício e as cerimônias de nomeação e posse para o governo-geral do Estado do Brasil (séculos XVI-XVII). In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral. Modos de governar: ideias e práticas políticas no império português – séculos XVI-XIX. São Paulo: Alameda, 2005.

CONSENTINO, Francisco Carlos. Governadores Gerais do Brasil (séculos XVI – XVII): ofício, regimentos, governação e trajetórias. São Paulo: Annablume: Belo Horizonte: Fapemig, 2009.

FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. Na trama das redes: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CARDIM, Pedro. "Administração" e "governo": uma reflexão sobre o vocabulário do Antigo Regime. In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral (org.). Modos de governar: ideias e práticas políticas no império português – séculos XVI-XIX. São Paulo: Alameda, 2005.

CHAMBOULEYRON, Rafael Ivan. Portuguese colonization of the Amazon region, 1640-1706. Inglaterra, 2005. 344 f. Tese (Doutorado) – University of Cambridge, Inglaterra, 2005.

CUNHA, Mafalda Soares da. Governo e governantes do Império português do Atlântico (século XVII). In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral (org.). Modos de governar: ideias e práticas políticas no império português – séculos XVI-XIX. São Paulo: Alameda, 2005.

GOMES, José Eudes Arrais Barroso. As milícias d'El Rey: tropas militares e poder no Ceará setecentista. Niterói, 2009. 273 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

MARQUES, César A. Dicionário histórico-geográfico da Província do Maranhão. 3ª ed. revista e ampliada. São Luís: Edições AML, 2008.

MAURO, Frédéric (coord.). Nova história da expansão portuguesa: o Império Luso-Brasileiro (1620-1750). Lisboa: Editorial Estampa, 1991.

MONTELLO, Josué. A conquista do Maranhão. In: MORENO, Diogo de Campos. Jornada do Maranhão por Ordem de Sua Majestade feita no ano de 1614. Rio de Janeiro: Editorial Alhambra, 1984.

MORAES, José. História da Companhia de Jesus na extinta Província do Maranhão e Pará. Rio de Janeiro: Alhambra, 1987.

MARQUES, Guida. O Estado do Brasil na União Ibérica: dinâmicas políticas no Brasil no tempo de Filipe II de Portugal. Penélope. Revista de História e Ciências Sociais, nº 27, Oeiras/Portugal: Celta Editora, 2002.

MARTINÈRE, Guy. A implantação das estruturas de Portugal na América (1620-1750). In: MAURO, Frédéric (coord.). Nova história da expansão portuguesa: o Império Luso-Brasileiro (1620-1750). Lisboa: Editorial Estampa, 1991.

MONTELLO, Josué. A conquista do Maranhão. In: MORENO, Diogo de Campos. Jornada do Maranhão por Ordem de Sua Majestade feita no ano de 1614. Rio de Janeiro: Editorial Alhambra, 1984.

SALGADO, Graça (coor). Fiscais e Meirinhos: a administração no Brasil Colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

SEED, Patrícia. Cerimônias de posse na conquista europeia do Novo Mundo (1492-1640). São Paulo: Editora UNESP, 1999.

SOUSA, Augusto Fausto de. Fortificações no Brasil: época da respectiva fundação, motivo determinativo della, sua importância defensiva, e valor actual. Revista Trimensal do Instituto Histórico Geographico e Etnographico do Brazil, Rio de Janeiro, Typografia Universal de Laemmert e C., 1885, tomo 48, vol. 71, parte II. Disponível em <http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1885t00482.pdf>

VARNHAGEN, Francisco Adolfo. História Geral do Brasil. Tomo Primeiro. 5ª ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1956

WEHLING, Arno e WEHLING, Maria José. O funcionário colonial entre a sociedade e o rei. In: PRIORE, Mary del. Revisão do Paraíso. Rio de Janeiro: Campus, 2000.



- ¹ Os argumentos deste texto encontram-se ampliados na tese de doutoramento intitulada: CORRÊA, Helidacy. "Para o bom aumento da conquista e o bom governo do Maranhão": o papel da câmara de São Luís na conquista, defesa e organização do território do Maranhão (1615-1668). 2011. 300f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011. Com base nesse estudo desenvolveu o projeto de pesquisa intitulado "A dinâmica dos poderes locais no Maranhão e Grão-Pará: vínculos e tensões (século XVII/XVIII)", FAPEMA/2012.
- ² Carta régia a Gaspar de Sousa oferecendo mercês e honras aos que saírem a servir na conquista e descobrimento das terras e rio Maranhão. In: STUDART, 1904, p. 53.
- ³ CONSENTINO, 2009.
- ⁴ Diogo de Meneses passou todo o seu governo enviando expedições para chegarem o mais próximo possível do Maranhão e, assim, saberem a real situação da Conquista ao Norte e informarem o monarca das ameaças da presença de corsários inimigos no litoral. Mas foi somente a partir de Gaspar de Sousa que o rei tomou a decisão de fazer o empreendimento da conquista.
- ⁵ LIVRO 1^a do Governo do Brasil... p. 76.
- ⁶ Carta régia a Gaspar de Sousa... STUDART, p. 53.
- ⁷ CUNHA, Mafalda Soares da. Governo e governantes do Império português do Atlântico (século XVII). In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral (org), 2005.
- ⁸ Carta do Governador Gaspar de Sousa queixando-se a El-Rey da Junta da Fazenda. Ocupa-se da projetada Jornada do Maranhão, 12 de abril de 1614. In: STUDART, p. 57-60.
- ⁹ LIVRO 1^a do Governo do Brasil... p. 76.
- ¹⁰ A Junta da Fazenda do Brasil foi criada em 19 de setembro de 1612, porém suas atividades iniciaram um ano depois e, devido a muitos conflitos, foi dissolvida em 1616. MARQUES, 2002.
- ¹¹ Carta de Gaspar de Sousa queixando-se... In: STUDART, 1904, p. 57.
- ¹² Carta de Gaspar de Sousa queixando-se... In: STUDART, p. 59.
- ¹³ As tropas pagas, também denominadas tropas de primeira linha, tropas de linha, tropas regulares ou simplesmente tropas pagas, eram as únicas forças que serviam em caráter permanente e recebiam o pagamento em soldo ou *soldada*. Compostas de terços e companhias de infantaria, depois acrescidas de corpos de artilharia, atuavam principalmente na guarnição das fortificações litorâneas, tendo como principal função garantir a defesa dos domínios portugueses. GOMES, 2009.
- ¹⁴ LIVRO 1^a do Governo do Brasil... p. 79.
- ¹⁵ Carta de Gaspar de Sousa queixando-se... In: STUDART, p. 60.
- ¹⁶ *Ibidem*.
- ¹⁷ Em relação aos domínios ultramarinos, os vedores da Fazenda possuíam imensos poderes, pois deles dependia a própria Casa da Índia. Cuidavam dos assuntos ligados aos domínios orientais lusitanos e, no Brasil, ocupavam-se do comércio das drogas. SALGADO, 1985.
- ¹⁸ Auto que mandou fazer o Governador-Geral Gaspar de Sousa sobre hua provisão de S. Magd.^e pelo Cons.^o de Portugal acerca da carga do pao Brazil. 2 de agosto de 1614. In: STUDART, p. 106.
- ¹⁹ Carta de Gaspar de Sousa a El-Rei queixando-se... 20 de agosto de 1614. STUDART, p. 110.
- ²⁰ O Conselho da Índia foi um importante órgão da administração portuguesa criado em 25 de junho de 1604, regulamentado um mês depois de sua criação e extinto dez anos mais tarde, em 1614. Cuidava dos negócios e matérias referentes aos Estados do Brasil, Índia, Guiné e Ilhas de São Tomé e Cabo Verde. Seu corpo era formado por um presidente, dois conselheiros de capa-e-espada, dois conselheiros letrados, sendo um clérigo canonista. Após sua extinção, os assuntos de ultramar voltaram à esfera do Desembargo do Paço, do Conselho da Fazenda, além da Mesa da Consciência e Ordens, cujo novo regimento foi baixado em 23 de agosto de 1608. SALGADO, 1985.
- ²¹ Carta de Gaspar de Sousa a El-Rei queixando-se... STUDART, p.113.
- ²² CUNHA, Mafalda Soares da. Redes sociais e decisão política no recrutamento dos governantes das conquistas, 1580-1640. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima, 2010.
- ²³ Carta do Governador Gaspar de Sousa a El-Rei queixando-se... In: STUDART, p. 118-119.
- ²⁴ CARDIM, Pedro. "Administração" e "governo": uma reflexão sobre o vocabulário do Antigo Regime. In: BICALHO; FERLINI, p. 63.
- ²⁵ Carta do Governador Gaspar de Sousa a El-Rei queixando-se... In: STUDART, p. 119.
- ²⁶ O Forte São Luís foi provavelmente a primeira fortificação regular do Brasil. Fundada em 1612 por La Ravardière, recebeu nome de São Luís em honra ao rei francês Luís XIII. Esse nome se estendeu à povoação e a toda a ilha. Está situado na ponta formada pelos Rios Anil e Bacanga, a noroeste da cidade, em frente à ponta do Bomfim. Compõe-se de dois baluartes semicirculares, unidos por uma cortina de 150 metros. Era armado com 28 canhões jogando à barbata. SOUSA, 1885.
- ²⁷ Residente em Pernambuco, Alexandre de Moura auxiliou na conquista do Rio Grande e, em 24 de março de 1602, recebeu mercê da capitania-mor de uma armada da carreira da Índia pelos serviços prestados nas armadas do Brasil e em outras partes. Pelos serviços prestados na conquista do Maranhão, Alexandre de Moura recebeu o hábito de São Bento. ABREU, 1982; VARNHAGEN, 1956.
- ²⁸ Diogo de Campos Moreno, natural de Tânger, era homem experiente na guerra: combateu em Flandres. Tinha conhecimento do castelhano e francês. É-lhe atribuída autoria da obra "Jornada do Maranhão por Ordem de Sua Majestade feita no ano de 1614", fruto de sua experiência na guerra de conquista do Maranhão, denominada Guaxenduba. Essa obra foi publicada pela primeira vez em 1812 pela Academia de Ciências de Lisboa. ABREU, 1982; MONTELLA, 1984.
- ²⁹ LIVRO 1^a do Governo do Brasil... Op. cit., p. 90.
- ³⁰ Ofício do capitão-mor do Maranhão, Alexandre de Moura, ao Rei D. Filipe II, sobre a tomada da fortaleza de São Luís do Maranhão. 24.09.1616. AHU_ACL_CU_009_Cx.1, Doc. 08. O nome do Forte São Filipe foi uma homenagem a Filipe II, mas na prática continuou a ser chamado de Forte São Luís. BERREDO, p. 116.

³¹ STUDART, p. 273-287. "Entrados que fomos no forte, já tomado São Luís, quis o capitão-mor que a primeira missa que se dissesse na igreja fosse solene, como foi, cantando-se a dous coros e com charamelas. Houve pregação, e em todos um geral aplauso e agradecimento a Deus Nosso Senhor, por nos ter livrado de tantos perigos na viagem e das pazes com os franceses, feitas com posse pacífica do Forte de São Luís". MORAES, 1987, p. 60.

³² Com uma estrutura de pau-a-pique esse forte localizava-se na Baía de São Marcos, na atual Ponta d'Areia, no São Francisco, em frente ao Forte São Luís. MARQUES, 2008, p. 482-483.

³³ Auto de posse que se tomou da Fortaleza. BNRJ, 1905, v. 26, n. 18, p. 227.

³⁴ O auto de entrega do Forte Saint Louis foi assinado por Luís Monis, escrivão da Fazenda, Alexandre de Moura, Payo Coelho de Carvalho, Diogo de Campos Moreno, Hierônimo Fragoso d'Albuquerque, João Cavalcante d'Albuquerque, Francisco de Frias de Mesquita, os padres Manoel Gomes e Diogo Nunes, religiosos da Companhia de Jesus, Frei Cosmo da Anunciação de N. Sra. do Carmo, Álvaro Neto, André Leitão de Abreu, Armandus Carmélia, Henrique Alfonso Pereira, Frei Ornatus, Manoel Filgueira de Mendonça, Gaspar Dias, Gaspar d'Andrade Bezerra, P. Mozinho, Manuel da Cunha de Andrade. BNRJ, 1905, v. 26, p. 227. BERREDO, s/d, p. 114.

³⁵ ABREU, 1982,

³⁶ MORENO, 1984, p. 95.

³⁷ MORAES, 1987, p. 54.

³⁸ Regimento que o Capitão-Mor Alexandre de Moura deixa ao Capitão-Mor Hierônimo d'Albuquerque por serviço de Sua Majestade para bem do governo desta província do Maranhão. BNRJ, 1905, v. 26, p. 233. Sobre os dados populacionais da capitania do Maranhão há divergências: em 1637, Bento Maciel Parente estimou em sua "Relação do Estado do Maranhão" a população da capitania em 300 moradores. Em 1660, no Noticiário Maranhense, a população do Maranhão era de 500 moradores. Maurício de Heriarte, em 1684, apresentou 950 moradores. O capitão Manuel Guedes de Aranha, em 1685, no "Papel político sobre o Estado do Maranhão", referiu-se a 1.000 moradores. Por fim, em 1693, João de Sousa Ferreira escreveu na "América abreviada" que a capitania do Maranhão contava com 600 moradores. A diferença na sistematização desses dados revela a dificuldade na definição da população da capitania do Maranhão durante o século XVII devido à imprecisão dos dados fornecidos pelos próprios contemporâneos. CHAMBOULEYRON, 2005.

³⁹ Banhado pela Baía de São José, a noroeste da ilha, foi construído por La Ravardière. MARQUES, 2008.

⁴⁰ MARTINÈRE, 1991.

⁴¹ Regimento dado a Jerônimo de Albuquerque pelo Governador Gaspar de Sousa. STUDART, 1904, p. 99.

⁴² SEED, 1999.

⁴³ No Antigo Regime, quando se trata de servidor e sua atividade, segundo Arno e Maria José Weling, o termo mais adequado é oficial e ofício para se referir respectivamente ao trabalhador e a seu cargo ou função. De acordo com os autores, não havia a categoria "funcionário" colonial para se referir a um servidor na época moderna. Essa designação é originária do fim do século XVIII. O termo ofício era usado no Antigo Regime para designar uma função de natureza manual ou administrativa. Ou seja, qualquer indivíduo que exercesse uma atividade profissional ou prestasse um serviço ao rei era um oficial que exercia um ofício. Todavia, o oficial que exercia atividades exclusivamente manuais era denominado oficial mecânico. WEHLING, Arno e WEHLING, Maria José, 2000, p. 141-159; CONSENTINO, 2009.

⁴⁴ CONSENTINO, 2005.

Viva força ou guerra lenta? As ideias econômicas e estratégicas de Luiz Álvares Barriga de 1634 e 1635 sobre a expulsão dos holandeses de Pernambuco*

Benjamin Nicolaas Teensma

Pesquisador holandês; Professor Emérito da Universidade de Leiden.

RESUMO

Na década de 1630, os holandeses ampliavam seus domínios no Atlântico Sul, usurpando o comércio e os territórios portugueses. Nessa conjuntura crítica, Luiz Álvares Barriga escreveu um “atrevido arbítrio”, em que propõe à então administração filipina suas ideias econômicas e estratégicas para por fim ao avanço holandês. Este artigo analisa não apenas tais ideias, mas também as insere em seu contexto de produção.

PALAVRAS-CHAVE: administração filipina; invasões holandesas; Luiz Álvares Barriga

ABSTRACT

In the 1630s the Dutch were expanding their territories in the South Atlantic, usurping Portuguese trade and territories. In this critical situation, Luiz Álvares Barriga wrote an “impertinent ordain”, where he proposes the administration of Philip III, his strategic and economic thoughts to stop the Dutch advance. This work will analyze those ideas and will place them in the context of their production.

KEYWORDS: *Philippine Administration; Dutch invasions; Luiz Álvares Barriga*

O OBJETIVO DA PRESENTE EDIÇÃO

Nesse linguajar espanhol indocilmente lusitano do período da monarquia dual ibérica, o cavaleiro português Luiz Álvares Barriga escreveu em 1634 e 1635 dois patrióticos tratados sobre o melhor método econômico-militar de expulsar os holandeses do seu enclave pernambucano no Brasil. O primeiro deles se encontra na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, e o segundo na John Carter Brown Library, em Providence, nos Estados Unidos. Estes textos foram publicados em 1950 por José Honório Rodrigues no volume 69 dos *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*. Entretanto são pouco consultados, porque o referido volume da revista em questão é dificilmente alcançável, o idiossincrático “portunhol” em que foram redigidos desanima seu estudo, a qualidade filológica da edição de 1950 deixa a desejar, e a explicação histórica que os acompanha não é satisfatória. Por estas razões, julguei aconselhável preparar uma edição atualizada em tradução portuguesa, mais bem anotada e com introdução mais desenvolvida.

* Artigo recebido em 22 de maio de 2014 e aprovado para publicação em 3 de junho de 2014.

Minha introdução pretende apresentar a ideologia do autor seiscentista acerca do já então antiquado ideal ibérico do *Mare Clausum* frente ao tão mais moderno do *Mare Liberum* dos holandeses. No relatório da sua frenética escaramuça de retaguarda, ele descreve o clima frustrado em que os membros do Conselho de Portugal, na decrépita administração filipina em Madri, atuaram; a repressão que ele sofreu sob esses mesmos representantes governamentais; e a geral impotência econômica e militar da monarquia ibérica. As ideias estratégicas por ele propagadas foram teoricamente sensatas, economicamente irrealizáveis no momento em que as formulou, mas finalmente vitoriosas quando executadas em 1654 pelas tropas luso-brasileiras que libertaram o Brasil dos “heréticos” invasores holandeses.¹

O AUTOR E SUA ÉPOCA

A presença holandesa no Atlântico Português é o único tema dos dois escritos ainda conhecidos de Luiz Álvares Barriga,² cavaleiro português [232, 277] que nasceu em 1569 [271, 293] no primeiro ano do reinado de Dom Sebastião. Tinha onze anos quando as tropas espanholas vieram anexar Portugal, e doze quando as Províncias Setentrionais dos Países Baixos, em julho de 1581, abjuraram solenemente a soberania da Majestade Católica d’El-Rei Dom Filipe II de Espanha. À consequência desses acontecimentos o Reino de Portugal chegou a ser parte integrante da Monarquia de Espanha, com os rebeldes habitantes dos Países Baixos do Norte – habitualmente indicados com o nome de holandeses – por inimigos. Esses holandeses já então dispunham de perfeitos conhecimentos náuticos e de uma importante frota mercantil graças ao comércio e à pescaria nos Mares do Norte e Báltico, e com o tempo animaram-se também a explorar a navegação às zonas atlânticas de Portugal e da costa ocidental da África. Eram exatamente essas zonas que Portugal, pelos acordos do Tratado de Tordesilhas de 1494, considerava como “mares nossos” ou “mares de Portugal” [268]. Desse modo é que, no século XVII, os holandeses e os portugueses chegaram a ser acérrimos ini-

migos, que disputaram o comércio e a colonização das costas da África Ocidental e do Nordeste do Brasil. Manifestou-se aqui a clássica luta jurídica entre princípio do *Mare Liberum* de Rugo Grócio de 1618 e do *Mare Clausum* de Serafim de Freitas de 1625.

Quase nada sabemos da vida de Luiz Álvares Barriga. Deve ter tido qualquer emprego numa colônia portuguesa, porque nos anos trinta do século XVII a Casa da Índia em Lisboa ainda lhe devia 6.000 ducados [270, 310]. Pelos seus profundos conhecimentos do comércio atlântico e marcado interesse nos assuntos relativos à Costa da Mina é provável que tenha servido como feitor num entreposto comercial português no Golfo da Guiné. Estava casado e teve três filhos, que igualmente seguiram carreiras no ultramar [270, 293]. Nos anos 1634 e 1635 já se considerou tão velho e fraco que não podia empreender mais a viagem de Portugal a Madri [270, 310]. Ignora-se a data da sua morte.

Antes de que lhes fora impedido visitar o Porto de Lisboa pela anexação espanhola de Portugal, os holandeses lá saíam para comprar os gêneros coloniais trazidos pelos portugueses, e assim eles conheceram os principais produtos asiáticos [234], africanos [281/2] e brasileiros [237]. E para seguirem abastecendo os mercados do norte europeu daqueles produtos tropicais, depois de 1580, dirigiram-se cada vez mais aos países de onde provinham. Na opinião de Barriga, era tática deles imiscuir-se primeiro furtadamente nos territórios portugueses da Ásia, da África [234] e do Brasil [238], para depois se estabelecer neles em definitivas praças de armas. Numa frase da *Proposta* de 1635, o autor observou “que o importantíssimo comércio da Mina e Guiné passa já de 30 anos nas mãos do inimigo” [286], e noutra das advertências de 1634, que os rebeldes deveriam ser combatidos “com uma nova guerra na Mina, que é donde sacam o principal de suas riquezas” [268]. A mesma opinião, embora em linguagem mais categórica, já se acha formulada no primeiríssimo parágrafo das *Advertências*:

Tem estes hereges usurpado há mais de 30 anos o grandíssimo comércio da Mina e da Guiné,

bastante a fazer poderoso um grande monarca, em que têm fundadas as forças com que sustentam sua injusta guerra, perturbando com ela em tantas partes esta Monarquia com intento de sua total ruína [232].

A esse fim, tinham construído suas fortalezas na Ilha de Gorea [274] e no Cabo Corso [278]. E, observe-se, de passo que os holandeses como heréticos e vis rebeldes *usurpam* seus territórios ultramarinos, ao passo que as Sereníssimas e Católicas Majestades de Portugal apenas *dilatam sua Monarquia* [295].

No começo do século XVII, Amsterdã foi o grande empório internacional, onde toda uma série de mercados secundários nos países circundantes foi abastecida dos gêneros mais variados. Uma vez que desde 1580, por razões políticas internas ibéricas, aquele outro grande empório de gêneros tropicais, Lisboa, ficara fechado aos holandeses, foram procurá-los nas próprias zonas produtoras. Entre elas, a Costa da Mina, de onde vieram marfim, ouro, âmbar, cera, pimenta, courama e pau de tintas [281]. Foi essa a principal razão da presença holandesa na costa ocidental africana, e não a necessidade de lá ganharem os fundos para financiar sua “injusta guerra” no Brasil, como Barriga repetidamente ventilava.

Como a longa guerra entre a Monarquia dos Habsburgos e a República das Províncias Unidas dos Países Baixos do Norte estava esgotando as reservas econômicas dos dois beligerantes, crescia a mútua vontade de um prolongado período de paz, que resultou no assim chamado Tratado dos Doze Anos, que durou de 1609 a 1621. Nesse tempo, os holandeses deviam abster-se de qualquer ação ofensiva contra as possessões da Coroa de Espanha na África e nas Américas. Mas logo depois da expiração desse tratado, foi fundada na Holanda, em junho de 1621, a Privilegiada Companhia das Índias Ocidentais, com monopólio do comércio e a colonização nos territórios tropicais da África Ocidental e da América Oriental. Os produtos mais atrativos dessa última zona eram o açúcar e o pau de tintas do Brasil.

Em [304] e [305], Barriga deu-se o trabalho de fornecer uma lista da quantidade de açúcar anualmente produzida no Nordeste do Brasil, entre a Paraíba e a Bahia de Todos os Santos, que na época chegava a 1.100.000 arrobas de 15 quilos. Delas, 500.000 arrobas vinham de Pernambuco e 400.000 da Bahia. Nessa altura, a produção anual total do Brasil era de 1.200.000 arrobas, ou seja, de 18.000.000 quilos de açúcar [237, 241, 296 e 300]. Em [237], ele observa que nos períodos de paz a importação total dos gêneros vindos do Brasil importava 500.000 ducados à Real Fazenda de Lisboa, e que todos esses gêneros juntos valiam mais de 5.000.000 ducados no mercado inglês. Deste simples esquema, compreende-se claramente o enorme papel econômico que a capitania de Pernambuco poderia significar para a Companhia Holandesa das Índias Ocidentais.

Quando em [240] Barriga menciona um Marquês de Alenquer, sabemos graças a uma sumária nota de José Honório Rodrigues que esse homem fora governador em algum lugar não mencionado de 1617 a 1619. Em [240/1] o autor afirma que nesse período as safras brasileiras de açúcar ainda chegaram na sua totalidade a Portugal, o que tão somente para Lisboa significou 32.000 caixas de 19 arrobas, isto é, 9.120.000 quilos de açúcar, ou seja, a metade da produção anual. O resto chegava a Viana, Porto, Setúbal, Portimão, Madeira e outros portos portugueses. Pela indireta menção do período 1617-1619, fica claro que depois da expiração do Tratado dos Doze Anos em 1621, os transportes entre Brasil e Portugal foram atacados. Para os holandeses, havia finalmente chegado o momento para tentar a conquista de uma colônia açucareira própria.

A EXPANSÃO HOLANDESA NO BRASIL

Talvez estimulados pela leitura de algumas passagens sobre a cultura do açúcar na Bahia no livro *Tocha da Navegação*, publicado pelo piloto Dierick Ruiters, na cidade zelandesa de Flisinga em 1623,³ os diretores da Companhia das Índias Ocidentais escolheram Salvador, capital da Bahia, como alvo da sua primeira tentati-

va expansionista. Em dezembro de 1623 e janeiro de 1624, uma armada de 26 navios de guerra saiu dos portos da Holanda, e em maio de 1624 chegou à Bahia de Todos os Santos. Em seguida a cidade de Salvador foi conquistada.

Mas esta primeira tentativa colonizadora dos holandeses no Brasil durou apenas um ano, porque já em abril de 1625 eles foram expulsos por uma forte armada luso-espanhola. Entretanto, dessa experiência os invasores tinham aprendido que o Brasil era fracamente defendido, e que seria muito fácil repetir um ataque a qualquer outro ponto da costa do Nordeste. Para dizê-lo nas palavras do autor Barriga:

Intentaram os holandeses a conquista do Brasil, e para efeito de dar-lhe princípio tomaram a cidade de Salvador da Bahia de Todos os Santos no ano de 1624. O que puderam fazer por não haver no mar armada que temessem, nem na terra quem lhes resistisse senão gente bisonha dos que habitavam aquele país, atentos a cultivá-lo e beneficiar seu comércio [219].

Precisaram de cinco anos para preparar o segundo ataque. Nesse ínterim restauraram a enfraquecida situação econômica da Companhia mediante a frutífera captura de navios açucareiros no Atlântico Português e a conquista da riquíssima frota de prata espanhola diante da Ilha de Cuba em 1628. Também se orientaram detalhadamente sobre a situação geográfica, meteorológica e militar do Nordeste brasileiro, como se depreende do *Roteiro das Costas do Brasil*, elaborado em 1629 em Amsterdã por Ressel Gerritsz, cartógrafo-mor da Companhia.⁴

Do ano de 1624 até ao ano de 1631 andaram sempre os mares do Estado do Brasil, e os do caminho, e os da costa de Portugal, tão cheios de piratas que foram muito poucas as embarcações que lá pudessem ir a salvamento. E o mesmo sucedeu às que de lá partiram carregadas de açúcares, porque a maioria delas não chegou ao Reino por caírem aos piratas nas mãos [239].

No meio de fevereiro de 1630 chegou a segunda armada invasora diante da costa do Brasil, desta vez em frente do Recife de Pernambuco. Segundo Barriga [262], ela se compunha de 77, mas, na página 298, de 55 navios e 12 patachos; ou seja, 67 baixéis. No relatório oficial do almirante holandês Loncq mencionam-se 65 baixéis, com 3.780 marinheiros e 3.500 soldados, num total de 7.280 militares a bordo. Dentro de poucos dias, a Cidade de Olinda e o porto do Recife foram ocupados. Pouco depois, parte destas tropas foi retirada para acompanhar os navios que deviam voltar à Holanda.

Os portugueses nunca souberam o número exato dos militares inimigos presentes no enclave holandês de Pernambuco, mas deve ser à base de cifras oficiais, como a acima citada do Almirante Loncq que Barriga menciona os números de 6.000 soldados para 1634 [246, 258], e de 4.000 para 1635 [285]. Dirigidos por um governo alerta: os Estados Gerais em Haia [246, 285, 291], respaldados por uma eficiente companhia mercantil, e abastecidos por poderosas armadas [290], tinham-se fortificado inexpugnavelmente no delta do Rio Capibaribe:

E sendo estes homens por natureza grandes fortificadores e vigilantes, e tendo tanto tempo e aparelho de se fortificarem, se deve justamente crer que serão suas fortificações mui bem entendidas, tanto na fortaleza da matéria como na feitura [249]. [...] Têm soldados exercitados na guerra, um posto mui fortalecido por natureza e arte, abastecidos de todo o necessário, e de excessiva quantidade de artilharia [258].

Mas nos primeiros tempos eles estavam sitiados pelos portugueses num reduzido território ao redor do Recife. Nesse período a maior e melhor zona de produção do açúcar ficava nas mãos dos brasileiros, que seguiam exportando-o pelos portos secundários da região em pequenas e ligeiras embarcações. E eram esses navios o alvo predileto dos corsários holandeses ativos no Atlântico, a partir de 1630 radicados no Recife. Que eles eram

os principais culpáveis da tal pirataria foi explicitamente formulado por Barriga em [244, 255] e [297/8]. Tanto para a economia brasileira como para a portuguesa, o corso holandês chegou a ser desastroso:

Com a seguridade de tantas e tais fortificações dominam os holandeses este porto [de Pernambuco] em que... têm muitos baixéis a ponto de poderem executar seus intentos; com os quais nas monções que o permitem trazem a costa do Estado do Brasil tão oprimida que se tem a grande ventura aquilo que se lhes escapa das mãos. O que é mui pouco – assim do que lhe vai a entrar como do que dela sai – com o que têm os habitantes daquelas partes tão apertados com lhes faltarem todas as coisas que lhes são necessárias – tanto à lavoura dos açúcares como à comodidade das pessoas, e com lhes tomarem as colheitas que navegam – que quase os tem metido em desesperação [249]. [...] De muitos anos a esta parte se tem roubado tanta quantidade do comércio desta Coroa que se estima esta a perda em somas de milhões de ducados incríveis. Com o que os vassallos se tem mui empobrecido; e até a praça de Lisboa, que era a mais rica do mundo, está tão pobre que não tem nenhuma semelhança do que foi [280].

Nos seus textos, Barriga pintou uma dramática imagem da crise econômica que começava a castigar cada vez mais não só Pernambuco, mas todo o Brasil. Pelo efetivo bloqueio das costas, a exportação diminuía; pela onnipresença dos corsários, só poucos navios açucareiros chegavam a Portugal; pelo aumentado risco durante o transporte, os prêmios dos seguros subiam; e pela combinação de todos esses fatores, o açúcar brasileiro ia perdendo seu valor. “Todos os açúcares trazem grande risco, porque de ordinário roubam os piratas a maior parte; e aqueles que os querem assegurar levam-lhes pelo seguro pago, logo 20% a mais; e com as falências dos asseguradores” [300]. Assim é que grandes quantidades se amontoavam nos ar-

mazéns brasileiros sem serem vendidas, pelo que os produtores ficavam privados dos ingressos necessários para a compra dos víveres – farinha de trigo, azeite, bacalhau, vinho e sal – vestidos, sapatos, escravos e acessórios para os engenhos. Razão por que muitos deles, forçados pela penúria, começavam a arrancar os canaviais para plantá-los de mandioca [240]. É óbvio que essa diminuição da produção de açúcar e os constantes roubos cometidos pelos piratas durante o transporte para Europa redundavam igualmente em grande perda para as rentas das alfândegas de Portugal [271, 300].

Já à nossa gente lhes causam as perdas das embarcações tão grandes faltas que muitos dos de Pernambuco chegaram a andar descalços e quase desnudos...; a gente daquele Estado se vai mettendo em desesperação pela falta que há das coisas de que têm necessidade, e faz que as poucas que acham custem a excessivos preços; e pela falta que lhes faz o preço que deviam sacar dos açúcares que os inimigos lhes roubam, que os têm muito empobrecidos, com o que não têm capital para comprar o que lhes falta [250]. [...] Porque dependendo a conservação das gentes daquele Estado das colheitas dos açúcares – que são suas fazendas e seu remédio – e dependendo as tais colheitas de haver negros que as fabrique porque os engenhos e partidos de canas têm necessidade deles em grande quantidade, evidente coisa é que, se os rebeldes lhes quitarem, que prestamente ficarão aquelas fazendas de todo perdidas ou em grande diminuição [282].

A REAÇÃO DOS PORTUGUESES

É evidente que a ocupação holandesa de um enclave em Pernambuco preocupou gravemente os governos de Lisboa e Madrid. Seu desejo de recuperar esse território dependia da disponibilidade de armadas e exércitos adequados, mas os reduzidos fundos dos tesouros reais se opunham a qualquer solução definitiva. No entanto, uma

armada sob comando de Dom Antônio de Oquendo, com 2.000 soldados a bordo, saiu de Lisboa em maio de 1631. Poucos meses antes, uma armada holandesa de abastecimento chegara ao Recife. Esquadras das duas armadas se encontraram em setembro de 1631 em águas pernambucanas, travando um combate indeciso que várias vezes foi mencionado pelo autor e analisado com certa extensão [288-9¹]. Outras armadas ibéricas, uma comandada por Dom Lope de Rocas y Córdoba, saída de Lisboa em setembro de 1635, e outra comandada pelo Conde da Torre, saída de Lisboa em setembro de 1638, deixaram de atacar o Porto do Recife, mas já são posteriores ao documento de Barriga.

A conquista holandesa do maior porto pernambucano obrigou logo o governo da Monarquia Dual em Madri a inúmeras reuniões sobre o melhor método militar de expulsar o inimigo do seu enclave no Brasil. O principal resultado delas foi uma grotesca ostentação de letargia e impotência. Nesse governo funcionava o chamado Conselho de Portugal, e foi pelas notícias dos membros dele que rumores sobre as medidas nelas discutidas chegaram a Lisboa. Ali foram atentamente seguidos por Luiz Álvares Barriga que, graças a sua carreira na burocracia colonial ultramarina, possuía profundos conhecimentos da interdependência econômica, geográfica e militar do Atlântico Português. Os projetos lançados nas reuniões dos círculos mais influentes do governo central não deixaram de desinquietá-lo seriamente por sua imperfeição e estupidez. E assim tomou iniciativa de formular duas vezes num arbítrio suas ponderadas objeções contra os imaturos projetos governamentais, e de esboçar outro melhor e mais eficiente. Por intermédio de um cavaleiro principal, esses documentos, redigidos em espanhol, foram entregues ao conde-duque de Olivares, uma espécie de primeiro-ministro de El-Rei D. Filipe IV [233]. Os títulos já exprimiam os objetivos deles: recuperar o porto de Pernambuco, conservar o Estado do Brasil, restaurar o comércio da Mina e Guiné, desinfestar “nossos mares” [232, 277], e isso mediante uma milícia da terra e uma armada no mar [286].

Nas páginas [250-276] das *Advertências* de 1634 constam cinco “Pareceres” ou dita-

mes sobre o melhor modo militar de expulsar os holandeses de Pernambuco: o primeiro na página 250, o segundo nas páginas 251-253, o terceiro nas 253-255, o quarto nas 256-266, e o quinto nas 267-275. Os quatro primeiros comentam projetos estratégicos discutidos pelo governo em Madri, e o último é o arbítrio a esse respeito concebido pelo Luiz Álvares Barriga. Os primeiros três são os mais breves, porque incompletos e assim totalmente refutáveis.

O primeiro propaga sitiar o enclave holandês do lado terrestre, transportar o açúcar brasileiro a Portugal em embarcações soltas e desfiladas, com o resultado de que “eles [os holandeses] assim se consumiriam com as despesas que fizessem, e lhes seria forçado largarem o porto” [250]. Este projeto foi rejeitado pelo autor porque deixaria o inimigo com a armada intacta, com a qual poderia seguir cometendo suas piratarias no Atlântico.

O segundo propaga uma armada portuguesa que bloqueasse as costas do Nordeste brasileiro entre a Paraíba e a Bahia para impedir o curso dos holandeses:

Para que assim faltem aos rebeldes os socorros e as presas. O que será causa de se consumirem e não poderem suprir as despesas que fazem em quererem sustentar o porto de Pernambuco referido; e que assim lhes será forçado largarem-no e os intentos da sua conquista [251].

Este projeto também foi rejeitado pelo autor porque a armada proposta portuguesa não poderia bloquear ininterruptamente as costas por razão das borrascas durante os meses de inverno. Também porque ela deveria compor-se de mais de 20 galões grandes e pelo preço de 1.500.000 ducados anuais, dinheiro que faltava ao erário da Coroa de Portugal.

O terceiro propaga encarregar a defesa das frotas comerciais entre Portugal e Brasil vice-versa a galeões provenientes de Dunquerque. O autor rejeitou este projeto porque, como cada frota costumava transportar mais de 800.000 arrobas de açúcar, seria injustificável confiar tal valor econômico a

marinheiros de Dunquerque, como Flamen-
gos, eram politicamente suspeitos. De resto,
“tal proposta é imprudência grande” porque
os galeões deles não chegavam a 400 tone-
ladas, enquanto os holandeses mediam ge-
ralmente entre 800 e 1.000 toneladas:

Os baixéis grandes trazem
muito mais artilharia e muito
maior, e peleja neles a gente por
sua superioridade mais fortaleci-
da; o que tudo é pelo contrário nos
baixéis pequenos [254].

O quarto parecer discutido pelo Governo
da Monarquia Dual em Madri foi o mais de-
senvolvido, ambicioso e arriscado, merecen-
do, portanto, a maior atenção de Barriga,
porque implicou nada menos que 60 baixéis
grandes, 16.000 militares e 3.000.000 duca-
dos [257, 258]. “Estes dinheiros, não fazendo
Sua Majestade mercê deles dos que há na
Coroa de Castela, não há na Coroa de Portu-
gal donde se saquem” [258]. O projeto, que
ele volta a comentar nas páginas [283-285],
pretendia uma expedição a Pernambuco de
maximamente cinco meses, duração essa
condicionada pelas monções, na qual o en-
clave holandês devia ser sitiado dos lados
da terra e do mar, bombardeado pela artilha-
ria, e finalmente conquistado num assalto
final pela infantaria [259].

Os [partidários] do quarto pa-
recer dizem que mande Sua Ma-
jestade fazer uma armada com
16.000 homens de guerra para que
possa meter em Pernambuco um
exército capaz de deitar os hola-
ndeses de suas fortificações; e que
o tempo que se despender em os
expugnarem guarde a armada o
mar porque não lhes possa entrar
socorro [255].

Trata-se, em outras palavras, de uma
repetição da tática militar seguida na expe-
dição para libertar a cidade do Salvador no
ano de 1625, tão minuciosamente descrita
pelo Padre Bartolomeu Guerreiro no tratado
Jornada dos Vassallos da Coroa de Portugal,
ou seja, de uma Guerra Relâmpago a Viva
Força. Mas a situação topográfica da cida-
de do Salvador diferia muito da recifense,

porque a armada não encontraria um abri-
go seguro, razão porque deveria ancorar no
mar aberto; a artilharia teria a maior dificul-
dade, em encontrar bases firmes para suas
baterias; o terreno cortado por rios e o solo
pantanosos dificultariam os assaltos; e havia
uma densa rede de fortalezas inimigas guar-
dadas por 6.000 homens:

Soldados exercitados na guer-
ra, um posto muito fortalecido
por natureza e arte, bastecidos de
todo o necessário, e de excessiva
quantidade de artilharia [258].

Mas Barriga foi homem que não gosta-
va dos riscos grandes que uma Guerra Re-
lâmpago a Viva Força traria consigo; estava
convencido de que “toda a verdadeira razão
de estado obriga a que de nossa parte se
faça tudo com a prudência e seguridade
que o serviço de Sua Majestade manda”
[249]. Aliás, uma expedição que precisasse
de tantos baixéis e de tantos homens en-
fraqueceria inconsideradamente todas as
demais obrigações marítimas de Portugal
no Atlântico [257]. E assim veio a rejeitar
também este quarto ditame nos seguintes
contendentes termos:

E assim se vem a concluir
neste quarto parecer que, onde
o risco está tão evidente, manda
toda a verdadeira razão de esta-
do que não se deixem coisas de
grandeza tão imensa no juízo de
as poder determinar uma desgra-
ça mui fácil de suceder, e impos-
sível de remediar depois de suce-
dida, pelo que se devem buscar
os meios mais seguros que se
podem achar [266].

O ATREVIDO ARBITRIO DE LUIZ ÁLVARES BARRIGA

O quinto parecer, tal como formulado nas
páginas [267-275] das *Advertências* de 1632,
é a primeira redação do arbítrio que, na sua
segunda e definitiva redação, ocupa a totali-
dade do texto da *Proposta* de 1635. Entre as
duas versões há apenas uma ligeira diferen-
ça entre os números de baixéis e tripulações
da armada que o autor pretende mobilizar

para o seu projeto. Ela aparece sistematizada nos dois elencos da nota número 87. Mas o teor do objetivo e da metodologia de realizar as medidas propostas neste arbítrio oferecido ao governo da Monarquia Dual de Espanha em 1634 e 1635 é totalmente congruente. Em vez da Guerra Relâmpago do quarto parecer, o autor propaga uma Guerra Lenta de indefinida duração, mediante o levantamento de:

um tal poder na terra e no mar que fosse bastante... a ter sempre defendido o Estado do Brasil, recuperar o porto de Pernambuco e o comércio da Mina..., e desinfestar nossos mares segurando o comércio [232-233].

O arbítrio em questão, "alcançado com muito trabalho e demorada especulação" [232], foi encomiado pelo autor em diversos lugares com adjetivos como: barato, benéfico, certo, cristão, eficaz, fácil, importante, justo, santo e seguro. É, portanto, pena que documentos de tão subido valor nunca tenham chegado às mãos do Monarca, porque o primeiro ministro dele os remeteu "a outras mãos" [233, 270], "mãos portuguesas" [310], ou seja, aos membros do Conselho de Portugal em Madri. Por inveja e falta de discernimento eles acumularam os documentos de Barriga com objeções e difamação e descrédito, em qualificações como "quimeras sem fundamento" [270, 294] e "coisa aérea" [293]. Entre eles havia até pessoas que por ignorância e infundada ousadia não vacilaram em duvidar da qualidade construtiva das fortalezas holandesas no Recife [248, 284]:

As fortificações dos inimigos são todas mui débeis por serem feitas de faxina e areia, por não haver melhor terreno nos postos onde estão feitas, e que assim não são capazes de fazer resistência, porque se desmoronam facilmente [284].⁵

Mas o autor não se deixou desencorajar por semelhantes difamações, porque estava convencido da infalibilidade do seu arbítrio:

Digo que serão bastantes a milícia e a armada da minha pro-

posta para deitar os rebeldes de Pernambuco e do Brasil" [287]; "as razões até aqui discursadas por evidência indubitável se devem ter por infalíveis" [301]; "não pode haver outro remédio mais eficaz, nem mais seguro, nem mais barato que o da [milícia e da] armada contido na tal proposta [309].

É evidente que necessariamente o programa dele também se baseou nas combinadas forças marítimas e terrestres, mas a plusvalia do esquema dele reside no atrevido sistema de financiamento que acompanhou o projeto, na opção pela guerra lenta notavelmente mais segura e menos arriscada que a guerra relâmpago, e na clara formulação do objetivo:

Este meu arbítrio... importa em 1.280.000 ducados cada ano, que deve ser o fundamento com que Sua Majestade deve senho-rear nossos mares. Mostra os meios de se recuperar Pernambuco, defender-se e conservar-se o Brasil, recuperar-se o comércio da Mina, desinfestar-se nossos mares com que os comércios naveguem seguros, grande aumento nas Rentas Reais, grande diminuição no poder dos rebeldes; pois que tudo o que se aumentar à nossa parte, se lhe saca a eles das mãos [307].

Este programa oferecido pelo autor para remediar os males do Império Atlântico português é simples na sua apresentação, e será repetido várias vezes mais em [273/4, 294 e 303/4]. A essência de todas as dificuldades foi a presença holandesa em Pernambuco, onde controlavam os portos exportadores da principal zona açucareira do Brasil, interceptavam o rendoso comércio da Costa da Mina, praticavam ativamente o corso, e atacavam as naves vindas do Oriente no seu último trajeto entre os Açores e Lisboa [304/5]. Analisado assim é óbvio que a única solução do problema devia ser a eliminação definitiva das atividades holandesas no Atlântico português, e em primeiro lugar pela expulsão deles do seu enclave no Brasil.

É forçado arrancar tão dani-nhas ervas de raízes [242/3] com o que florescerá o comércio na maior grandeza que se possa de-sejar, com grandes aumentos das Reais Rentas e muitos emolument-os dos vassallos [268].

E foi precisamente com o dinheiro des-sas novas rentas e emolumentos que Barriga contava financiar os diversos elementos do seu arbítrio.

A primeira versão de 1634 do arbítrio de Barriga fixa-se em despesas de 1.250.000 ducados por ano [232], e a segunda de 1635 em 1.280.000 [293, 301], “sem darem opres-são à Real Fazenda, nem tocarem coisa aos vassallos” [211]; a primeira versão calcula o número dos holandeses em Pernambuco em 6.000 homens de guerra [246, 258], e a segunda em 4.000 [285]; a primeira versão menciona uma armada protetora das frotas de açúcar de 12 navios, tripulados com 4.600 homens de mar [212], e a segunda, de 11 navios com 4.500 marinheiros [301/2]. Em vista da sua maior atualidade decidi limitar-me à segunda e mais elaborada versão.

Quanto à milícia da terra digo que devem ser 2.000 homens de paga sempre levantados, postos na parte onde a necessidade os pedir... Esta milícia deve ser bastante ajudada da gente do país para defender a terra” [281]. “Os 2.000 homens que assinalo deve ser a milícia ordinária de aquele Estado em guerra e em paz” [288]...”Para se sustentar a milícia do Brasil era necessário que se lhe enviassem cada ano 80.000 ducados [292].

A armada proposta para proteger as frotas de açúcar [308] devia compor-se de nove galeões sem carga, a saber cinco de 1.000 toneladas e 50 peças de artilharia, e quatro de 800 toneladas e 40 peças de artilharia [301/2]; além de oito patachos, dos quais quatro para “correr as Costas de Mina e Malagueta, procurando desbaratar os inimigos que lá achar, e dar todo o favor possível a nosso comércio” [214]. “Para fazer-se a despesa de cada ano à armada... eram necessários 1.500.000 ducados” [292/3].

Fazendo-se aqui o balanço provisório de 80.000 ducados anuais para a milícia e de 1.500.000 para a armada, chegamos ao total de 1.580.000 ducados anuais para as duas armas militares. E é pela resolução do problema aritmético $1.580.000 - 300.000 = 1.280.000$ que podemos compreender a menção dos 30.000 ducados na frase que segue:

O principal desta despesa digo que deve sair de 1.280.000 ducados de um arbítrio meu que ofereço à Sua Majestade; e os 300.000 ducados que faltam para suple-mento de tal despesa se devem sacar de coisas que os rebeldes têm impedido em muita parte que, tanto que houver a milícia: é à armada propostas em efeito, ficarão logo correntes [293].

Com a resolução deste problema não terminam os cálculos aritméticos. O autor refere que na sua época cada tonelada mercantil de açúcar pagava 45 ducados de “frete e avarias” [271, 300, 303]. Claro está que os galeões sem carga nenhuma seriam os mais valiosos para desempenhar sua tarefa de proteger as frotas transportadoras de açúcar, mas os galeões com carga reduzida seguiriam representando certo valor combativo.

E que os baixéis que viessem carregados devia a carga ser tão moderada que à sombra os outros galeões que viessem dispostos a pelejar pudessem fazer a resistência devida [296]

Aqui é que se manifesta a astuta inventividade de Barriga, porque pela introdução de galeões parcialmente carregados pretendia formar uma armada de funções mistas, a saber combativa e transportadora. Com os galeões da categoria transportadora ganharia dinheiro com os fretes, reduzindo assim os gastos para a Coroa de Portugal com mais de 50 por galeão de carga reduzida. O altíssimo preço dos fretes – introduzido “dalguns anos a esta parte” [300] como seguro dos grandes riscos que os navios portugueses corriam de ser tomados no mar pelos corsários holande-

ses [271/2] – valia a pena de ser cobrado pelo Fisco de Lisboa. Mas a custa dos produtores de açúcar do Brasil! A explicação aritmética lê-se na frase seguinte:

Na conformidade referida o baixel que tiver 800 toneladas em sua medida não deve trazer de carga mais de 525 toneladas mercantis [de açúcar]; e por razão da tal carga não poderá ganhar ao preço dos 45 ducados referidos de frete e avarias mais de 23.625 ducados. E haverá para sua despesa mais de 40.000 ducados..., com o que haverá pouco mais de meia despesa [302/3].

O autor ainda convidou seus leitores a resolver outro problema aritmético, embora sem fornecer dados suficientes para responder à questão formulada. Ela tinha que ver com eventuais suplementos ao orçamento dos 1.280.000 ducados de seu arbítrio para financiar um número indefinido de baixéis com carga limitada. A resposta só poderia dar-se depois de haver fundos bastantes no Tesouro do Reino e saber-se a quantidade de arrobas de açúcar nos armazéns do Brasil. Mas pessoalmente acreditou que seu arbítrio chegaria a render muito mais, de 2.000.000 ducados por ano [294].

Pergunto quantos baixéis de carga deve haver nesta armada; o que ganharão entre todos; o que faltará para a cópia dos 1.280.000 ducados de meu arbítrio; e donde se poderá sacar a tal falta sem que se 'toque em coisa alguma da Real Fazenda, nem nos vassalos' [303].

A solução de todos os problemas luso atlânticos consistia na garantida produção e no ininterrupto transporte marítimo da enorme quantidade dos açúcares brasileiros aos portos portugueses, sem serem incomodados por tropas e armadas holandesas com base em Pernambuco. A atividade da infantaria deles devia ser neutralizada pelo sítio terrestre e pelo bloqueio marítimo do enclave recifense, e a pirataria deles pela constante atividade patrulheira

da armada de Portugal nos meses do verão de setembro a abril. Porque no inverno nos outros meses do ano havia tão fortes borrascas nos mares do Nordeste brasileiro que a navegação ficava interrompida [251, 299]. Segundo Barriga, tais medidas resultariam num êxito infalível:

Defendendo a tal milícia misturada com a gente do Brasil a terra aos inimigos, sem que se possam aproveitar dela nem daná-la; e defendendo a armada o comércio, abrindo-o a Pernambuco e a todo o Estado do Brasil para que aquelas gentes tenham todas as coisas que lhes forem necessárias de Europa, e naveguem seus açúcares sem que possam receber dano; será causa de estes rebeldes se desenganar de sua *pretensão*, e que – vendo que não se podem aproveitar da terra nem do mar em coisa alguma, e que seus baixéis devem ser perseguidos de nossa armada no verão em toda a costa do Brasil – larguem o que possuem. Ou querendo insistir obstinadamente: que se consumam com as despesas que fizerem sem nenhum proveito, e com as incomodidades que terão dentro de seus presídios [287].

ARBÍTRIO IMPRESTÁVEL PORQUE CARO E INSOLENTÉ

Até aqui Barriga tinha tido toda a liberdade de moldar em teoria a estrutura ideal de suas armada e milícia para libertar o Império Atlântico Português dos opressores holandeses, e de restaurar a antiga prosperidade econômica do Reino. Mas inevitavelmente chegou o momento em que mostrasse na prática como daria os difíceis passos iniciais na realização concreta do seu ideal achando os navios, fundos e tropas para o primeiro ano da intervenção militar ainda sem ingressos, em que “nem devia dar opressão na Real Fazenda, nem tocar nos vassalos” [232, 277, 293]. Como arbitrista português sua solução foi de uma lucidez ingênua e quase comovente: os galeões e os patachos que viessem das armadas da Coroa de Castela; os fundos

e a artilharia também que saíssem da mesma fonte, acrescentados dos ingressos das diversas fintas por empréstimo durante um ano; e os militares de qualquer proveniência obscura não mencionada:

Os cinco galeões de a 1.000 toneladas se podem ordenar dos que se nomearam para as Quatro Esquadras; os oito patachos também se acharão nas armadas de Sua Majestade, sem ser necessário fazer-se de novo. Para os quatro galeões de a 800 toneladas e para os demais baixéis que devem trazer carga também deve haver alguns; os que mais forem necessários se podem fazer de novo. E para se acudir a uma necessidade tão grande e tão precisa DEVE SUA MAJESTADE SER SERVIDO, até se compor esta primeira armada, mandar-lhe aplicar por empréstimo [os ingressos das várias fintas correntes]. E porque pede toda a razão que se faça a armada dentro de um ano... DEVE SUA MAJESTADE SER SERVIDO mandar que da Coroa de Castela se socorra à de Portugal por empréstimo de dinheiros e artilharia. E para pagamento deste empréstimo se devem firmar as Alfândegas do Reino naquilo que no presente rentam efetivamente... E porque o Brasil está em muito risco por razão do aperto em que está posto Pernambuco conforme as novas que de lá têm vindo ultimamente, DEVE SUA MAJESTADE SER SERVIDO que se enviem com a brevidade possível 1.500 homens de socorro àquela guerra [308/9].

Considere-se que em vista da conhecida inércia de Dom Filipe IV e da crônica indecisão do governo dele, a por três vezes repetida áulica frase DEVE SUA MAJESTADE SER SERVIDO ganhou agora a força de ordens gritadas, acompanhadas de murros sobre a escrivaniha do autor. Entretanto, para convencer “a Majestade Católica do Rei Nosso Senhor que Deus guarde muitos anos” [281, 307] da necessidade absoluta de satisfazer. Os pedidos do seu desinteressado vassalo português, Barriga lhe inculcou outra vez a total infalibilidade dos futuros lucros provenientes do seu arbítrio:

o que tiverem [as Alfândegas] de sobras ao segundo ano depois de a armada navegar, se deve ir dando à Coroa de Castela, até ser satisfeita. E não pode haver dúvida que, por razão de os comércios haver de navegar seguros, que sejam tantas estas sobras que brevemente seja pagado o empréstimo. E depois se devem enviar as tais sobras todos os anos a Sua Majestade como coisa que justamente se deve reputar vindo de novo à Sua Real Fazenda [309].

Nessa altura Dom Filipe acabaria possivelmente por ter dinheiro bastante no seu Tesouro para lembrar-se da dedicação dos seus vassalos na resistência contra os inimigos holandeses, sendo, por exemplo, servido pagar uma dívida de 6.000 ducados da Real Fazenda ao cavaleiro Barriga [270, 310].

E que juntamente se chamem os homens daquelas partes [ultramarinas] que andam nestas em suas pretensões, e que seja Sua Majestade servido mandar-lhes responder com que fiquem contentes. E que aos homens que andam naquela guerra de que houver informação que servem bem, se lhes enviem hábitos e esperanças de outras mercês [309].

Seguramente tais salutares conselhos nunca foram lidos pelo Monarca. O mais provável é que o conde-duque de Olivares tivesse remetido também esta segunda versão do arbítrio aos membros do Conselho de Portugal, funcionários que já antes tinham qualificado as ideias do autor por “coisa aérea e sem fundamento” [293]. Era melhor ignorar as insolentes palavras de um rancoroso cavaleirinho de Lisboa que cinicamente se atrevera a falar das “invictas armas de Espanha” [266, 281, 291] quando elas no Brasil eram constantemente batidas pelos rebeldes de Holanda. E assim quase é óbvio que o caderno com seus caríssimos e atrevidos conselhos econômico-militares terminasse esquecido nas poeirentas prateleiras do arquivo do medroso Conselho de Portugal em Madri.

MAGRO PRÊMIO DE CONSOLAÇÃO

Mas algumas partículas aéreas da sua ideologia ficaram boiando no ar porque quando menos de vinte anos mais tarde os holande-

ses em Pernambuco foram forçados a render-se às forças luso-brasileiras, o método militar por elas empregado para chegar a esse fim não foi nenhuma guerra relâmpago a viva força, senão a atrofia do inimigo em guerra lenta.

¹ Os algarismos entre colchetes remetem aos números das páginas da edição brasileira de 1950, mas as citações são feitas no português da minha tradução. Agradeço aos colaboradores da John Carter Brown Library de Providence a sempre competente ajuda na resolução das inúmeras dificuldades que a edição de semelhantes textos históricos inevitavelmente provoca, e ao amigo José Alberto Tavim de Almada, em Portugal, que me facilitou a fotocópia do volume 69 dos Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

² Os Barrigas pertenciam à nobreza. Ver a imagem do escudo de armas da família em: *Armorial Lusitano. Genealogia e heráldica*, Lisboa 1961: 86: "De vermelho, com um castelo de prata, aberto e iluminado de negro, assente num rochedo de sua cor, cercado de água, em ponta, e na torre do meio uma bandeira de prata carregada de cruz da Ordem de Cristo, hasteado de ouro e movente na fresta."

³ Dierick Ruiters. *Toortse der Zeevaart (Tocha da Navegação.)* 1ª ed.: Flisinga 1623. Reeditada por S. P. l'Honoré Naber, Haia 1913.

⁴ Ressel Gerritsz. *Beschrijving van de cust van Brasil om ende bij Pernambuco [Descrição da Costa do Brasil na região de Pernambuco]* Manuscrito holandês da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, publicado em tradução francesa de E. J. Bondam: "Journaux et nouvelles tirées de la bouche de marins hollandais et portugais de la navigation aux Antilles et sur les côtes du Brésil", no volume 29, 1907, páginas 98-179, dos Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Este importante texto merece ser editado em tradução portuguesa.

⁵ Ver a esse respeito: MELLO, Evaldo Cabral de, *Olinda Restaurada, Guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*, São Paulo 1975:227: "O Brasil era, aliás, falto de material de construção apropriado. A pedra de cantaria era rara e cara e tinha de ser importada do Reino ou tirada dos arrecifes e muito custo. Mas a argila e a madeira abundavam. A taipa dominava assim as técnicas de construção civil e militar. Não surpreende que a maioria das fortificações brasileiras fossem então de taipa, como o forte do Brum, o forte do Buraco, o das Três Pontas, o Ernesto, o das Cinco Pontas. O massapê da "zona da mata" empregado de mistura com a madeira constituía material bem precário: observa fonte holandesa que o forte dos Afogados era construído de uma "terra singular" que só faltava desmanchar-se quando chovia e que no verão endurecia como pedra".

“Como leais soldados”: algumas reflexões sobre a primeira batalha dos Guararapes^{1*}

Bruno Romero Ferreira Miranda

Doutor em História pela Universidade de Leiden, Países Baixos. Professor Adjunto do Departamento de História da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Sócio efetivo do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP).

RESUMO

Conhecida como uma das batalhas que selaram o curso do domínio da Companhia Neerlandesa das Índias Ocidentais no Brasil, a primeira batalha dos Guararapes foi objeto de estudo de vários historiadores. Alguns procuraram entender como um exército reputado como um dos mais modernos do período sucumbiu diante de um grupo inferior em número e treinamento militar. A escolha do terreno e o uso de um tipo de guerra não convencional aparecem como os pilares da explicação do ocorrido. Todavia, a análise de certos documentos neerlandeses permite a ampliação do debate em torno da derrocada nos Guararapes. O objetivo deste artigo é fazer algumas reflexões em torno da questão disciplinar da tropa da Companhia e tratar de eventos anteriores e posteriores à primeira batalha que permitem repensar o confronto e, sobretudo, seu desfecho.

PALAVRAS-CHAVE: Companhia das Índias Ocidentais; Batalha dos Guararapes; insubordinação

ABSTRACT

Known as one of the battles that set the course of the Dutch West India Company's domain in Brazil, the first battle of Guararapes was subject of study for many historians. Some of them tried to understand how an army that was reputed as one of the most modern of the period has succumbed to an inferior group in size and training. The choice of the battlefield and the use of a not conventional type of war by its enemies seems to be the main line of interpretation for the events. However, the analysis of certain Dutch documents allow us to broaden the debate on the Guararapes' defeat. The objective of this article is to do some thinking around the military discipline issue on the Company's army and to discuss some events occurred before and after the battle, which allow us to rethink the struggle and, mainly, its outcome.

KEYWORDS: Dutch West India Company; Battle of Guararapes; insubordination

INTRODUÇÃO

A expressiva derrota do exército da Companhia das Índias Ocidentais para uma tropa numericamente inferior nos montes Guararapes, em abril de 1648, influenciou decisivamente na saída definitiva do Brasil dos neerlandeses. Mesmo levando em consideração as grandes dificuldades enfrentadas pelos rebeldes desde o início de sua insurreição para expulsar definitivamente os invasores, o duro golpe empreendido por suas forças ante um exército re-

* Artigo recebido em 26 de março de 2014 e aprovado para publicação em 30 de abril de 2014.



putado como um dos mais poderosos do período é usualmente explicado pela utilização de um tipo de guerra não convencional e pela escolha de um terreno vantajoso.² Essa explicação pautada na destreza da milícia da terra e no tipo diferenciado de guerra praticado por ela seria feita até mesmo por gente da Companhia em cartas e relatórios que explicam os desastrosos acontecimentos em Guararapes, que ocorreriam novamente, e com ainda mais vigor, em 1649.³

O objetivo deste artigo é tratar de eventos anteriores e posteriores à primeira batalha que permitem repensar o confronto e, sobretudo, seu desfecho. A justificativa para abordar um assunto tão discutido pela historiografia e em algumas fontes coevas se dá pela percepção de que a derrota da Companhia em Guararapes também parece estar conectada a fatores externos pouco explorados ou sequer mencionados no conjunto de interpretações e narrativas sobre a batalha. No entanto, a análise por esse prisma não exclui os elementos usualmente elencados para explicar o sucedido, a exemplo da estratégia errada dos comandantes da Companhia, da inexperiência na Guerra Brásilica, das tropas de reforço enviadas pela Companhia em 1647 e prontamente lançadas ao campo de batalha em 1648 e da capacidade e qualidade dos comandantes e tropas locais.⁴

A PRIMEIRA BATALHA DOS MONTES GUARARAPES: ASPECTOS GERAIS

A primeira batalha nos montes Guararapes foi resultado de uma tentativa do comando das tropas da Companhia das Índias Ocidentais de romper o forte cerco imposto pelos inimigos luso-brasileiros. Desde meados de 1645, data de início da rebelião contra o domínio da Companhia, o exército local controlava majoritariamente o território antes sob jurisdição dos neerlandeses.

Após as vitórias das tropas luso-brasileiras em Santo Antônio (Tabocas), no engenho de Turlon (Casa Forte) e as rendições das fortificações da Companhia em Porto Calvo, em São Francisco (Penedo) e no Pontal de Nazaré (Cabo de Santo Agostinho), os neerlandeses ficaram reclusos à

praça do Recife. Mais ao norte, as tropas da Companhia foram evacuadas para fortificações em Itamaracá (forte *Orange*), Paraíba (forte Cabedelo) e Rio Grande (forte *Ceulen*, ou Reis Magos).

Seria apenas no segundo semestre de 1646, graças ao reforço em tropas enviado pela República das Províncias Unidas, que os neerlandeses puderam respirar e partir para algumas ações ofensivas. Contudo, as tentativas do Coronel Sigismund von Schkoppe, experiente militar na guerra local, e de outros comandantes a serviço da Companhia mostraram-se infrutíferas. O cerco ao Recife e às demais praças do norte foi mantido. A maior chance de romper o forte sítio terrestre imposto pelos locais deu-se com o envio, em 1647, da frota comandada pelo Almirante Witte Corneliszoon de With. A armada aportou no Recife em março de 1648. Apenas com tal reforço em homens pôde o comando da Companhia no Brasil preparar uma nova ofensiva terrestre.

Após debate entre autoridades civis e militares a respeito de qual seria o próximo passo da Companhia no enfrentamento dos locais, venceu a opção menos encorajada pelos comandantes militares: tentar forçar as tropas inimigas a entrar em confronto campal com as forças da Companhia. Era a busca por uma batalha decisiva, cujo resultado poderia mudar o rumo da situação da Companhia na região.⁵

No dia 18 de abril, Von Schkoppe, à frente de 4.500 homens, seguiu para o sul do Recife, área da Muribeca. Ele esperava bloquear o caminho terrestre para o Cabo de Santo Agostinho, onde estava localizado o porto. Retirar o acesso ao porto que servia às tropas inimigas era essencial para quebrar a linha de suprimento do novo Arraial do Bom Jesus. Era do Arraial que partiam as tropas que fustigavam as cercanias do Recife. Se fosse concretizado o objetivo de Von Schkoppe, as tropas inimigas certamente iriam tentar romper o bloqueio e dar a oportunidade de uma batalha campal.⁶

O primeiro encontro da tropa de Von Schkoppe com os luso-brasileiros ocorreu numa área chamada Barreta, um pouco adiante de Afogados. Após desbaratar a tropa opositora nesta localidade, os homens

da Companhia pernoitaram na chamada Leiteria, uma área de pasto para gado no litoral. A parada, necessária para a espera da retaguarda, foi suficiente para a chegada de reforços luso-brasileiros, que no dia 19 de abril atraíram os contingentes da Companhia para a série de outeiros que ficavam no meio do caminho entre o Recife e a Muri-beca. Lá, cerca de 2.200 homens das tropas locais se digladiaram com a tropa da Companhia em um terreno favorável ao contingente de menor número. O desenrolar e o desfecho da luta são bem conhecidos. Não cabe, nesta ocasião, fazer uma descrição pormenorizada dos fatos.⁷

Todavia, a análise dos relatórios de comandantes da Companhia da Índias (Von Schkoppe e Cornelis van den Brande), do diário do Almirante De With, das atas do Alto e Secreto Conselho do Brasil e de outras listagens da Companhia referentes àquele episódio servem para contar uma história usualmente negligenciada pela historiografia, sobretudo a brasileira. Essa história mostra como a indisciplina das tropas neerlandesas foi fator importante na derrota da Companhia em Guararapes.⁸

Antes de continuar a tratar do episódio de 1648, é conveniente ver qual era a situação da Companhia após o início da rebelião dos moradores, em meados de 1645. Perceber qual era o clima da tropa na área de jurisdição da Companhia será essencial para entender, em parte, a derrota de 1648.

O CERCO AO RECIFE E A INDISCIPLINA DAS TROPAS

Iniciado o cerco em 1645, as tropas da Companhia sofreram substancialmente com problemas logísticos que ocasionaram diversas deserções e motins de soldados. Tais reações, infrações graves no mundo militar, ocorreram no Brasil com mais frequência justamente nos períodos em que os homens estavam sob maior pressão militar, cercados em suas próprias fortificações e extremamente dependentes das remessas de víveres da Europa.⁹

A primeira e mais frequente dessas duas infrações capitais a figurar nos relatos e documentos governamentais foi a deserção.

Embora a deserção tenha sido um sério problema para a administração da Companhia no Brasil, é difícil quantificar as fugas ao longo dos anos de ocupação. Isso se deve aos relatos fragmentados e pouco concretos em relação aos números. Uma exceção certamente é o depoimento de um dos oficiais da guarnição do forte vendido aos rebeldes no Cabo de Santo Agostinho em agosto de 1645, o capitão proveniente da cidade de Amsterdã Nicolaes Clasen.¹⁰ Em depoimento de novembro daquele ano, Clasen afirmou que havia oito companhias de ex-militares da Companhia das Índias Ocidentais a serviço do inimigo. Eram quase 260 homens atuando em Pernambuco, Goiana e Paraíba. Gente em sua maioria trãnsfuga do Cabo e também de outras guarnições.¹¹ Esse era um número elevado, pois a guarnição total da Companhia no Brasil, entre os meses de setembro de 1645 e janeiro de 1646, era de pouco mais de 2.000 homens.¹² A quantidade de desertores continuou a aumentar nesse período. Parte da companhia de Clasen – cerca de 60 homens – retornou para o Recife quando havia sido designada para montar uma emboscada contra seus ex-companheiros na área do forte das Salinas, nos arredores do Recife e de Antônio Vaz. Esses homens beneficiaram-se de uma anistia emitida pelo Alto Governo em fins de agosto de 1645. O indulto levava em consideração que esses militares serviram aos portugueses por temor de serem assassinados após a rendição do Cabo e por conta da pressão feita pelo comandante da fortificação – Diederick van Hoogstraten – para que eles se entregassem sem resistência.¹³

Afora os coagidos a mudar de lado no Cabo de Santo Agostinho, entre agosto de 1645 e fins de 1646, muitos militares da Companhia abandonaram ou tentaram deixar seus postos para engrossar as fileiras do inimigo ou receber livre passagem para voltar para casa. Os bem-sucedidos saíam em grupos de tamanho diverso, enquanto que os capturados eram usualmente punidos com a morte. As fugas ocorriam nas guarnições do Recife, de Antônio Vaz e em outras localidades cercadas pelas tropas rebeldes.¹⁴ A queixa desses militares era proveniente da “diminuição da ração de pão”, escreveu o

anônimo autor do diário de Arnhem de 1647, redução esta verificada em outros relatos coevos como o do soldado Peter Hansen, a serviço da Companhia no forte *Frederick Hendrick*.¹⁵ Para o diretor da capitania da Paraíba, Paulus de Linge, o esgotamento dos víveres tinha levado muitos franceses e valões da companhia do Capitão Claude Prevo a desertar.¹⁶ Ao sul de Pernambuco, os fortes da Companhia em Porto Calvo e no São Francisco capitularam em parte por causa da falta de comida em seus armazéns e por conta das pressões feitas pelas tropas, inflamadas pela obtenção de notícias a respeito da derrota das forças da Companhia em combates contra os rebeldes e da queda do forte no Cabo. Com gente a ponto de se amotinar, os comandantes preferiram entrar em acordo com os sitiadores.¹⁷

Os rebeldes, por sua vez, ao saber das péssimas condições de existência nas guarnições, atiçavam ainda mais os ânimos dos militares enviando-lhes cartas que os instavam a desertar. Escritas em neerlandês e em francês por desertores da Companhia e por vezes assinadas pelos líderes da rebelião, as missivas eram deixadas nas vizinhanças das fortificações. Elas continham promessas de bom quartel, passagem livre para a Europa, pagamento de todos os vencimentos atrasados e a possibilidade de servir aos portugueses. De acordo com uma das cartas encontradas e entregues ao Governo, escrita por Diederick van Hoogstraten, o mencionado ex-comandante do Cabo, e assinada por André Vidal de Negreiros, datada de março de 1646, a oferta era válida até mesmo para os homens que fugiram com Nicolaes Clasen.¹⁸ Prática semelhante seria utilizada em 1647 e entre os meses de dezembro de 1653 e janeiro de 1654, quando as tropas da Companhia continuavam cercadas no Recife e Antônio Vaz.¹⁹

Apesar da dificuldade em precisar o impacto da deserção em números, a gravidade da situação pode ser percebida através das medidas emergenciais tomadas pelo Governo. Pouco tempo depois da entrega do Cabo, da rendição dos fortes em Porto Calvo e São Francisco, bem como as derrotas em Tabocas e no engenho de Tournalon, decidiu-se cunhar uma grande soma em moedas “para

contentar os militares, como os outros”. O dinheiro seria destinado ao pagamento da ajuda de custo semanal da tropa e para a compra de alimentos aos comerciantes.²⁰ Também foi aumentada a ração de pão dos soldados em detrimento da distribuída aos civis.²¹ Esperava-se diminuir o descontentamento da tropa que não estava apenas fugindo pacificamente, mas planejando sabotar peças de artilharia, proferindo ameaças ao Governo ou se amotinando.

Em outubro de 1645, no forte *Prins Willem*, em Afogados, alguns dos homens foram presos por pretender “envenenar os gêneros, encravar as peças do forte [...] e tocar fogo nos quartéis”. A insatisfação na guarnição não parece ter sido reduzida, pois outro soldado foi detido em abril de 1646 sob a denúncia de atear fogo na casa de pólvora do forte e fugir.²² É incerto se as acusações eram verídicas ou apenas boataria, pois não foram registradas nas atas do Governo. Todavia, um mês depois vários soldados foram presos por suspeita de querer fazer um motim no forte *Ernestus* por causa da ração. Não foi coincidência que a ameaça de revolta tenha ocorrido em um mês no qual a ração sofreu reduções.²³ Ainda em maio de 1646, para alimentar os rumores de descontentamento geral da tropa que circulava no Recife e em Antônio Vaz durante o cerco, uma carta “cheia de palavras sediciosas tendentes a provocar motim” foi deixada defronte à casa de um padre. De maneira a aumentar ainda mais a tensão entre o Governo e os militares, os soldados passaram a “chorar” para receber seu dinheiro.²⁴ Alguns deles estavam começando a ser insolentes a ponto de o Governo ter decidido transmitir ordens aos oficiais para mantê-los nos fortes. Era uma medida para evitar que eles fossem ao Recife reclamar diretamente contra o Governo e para se prevenir um “desastre”.²⁵ A pressão dos soldados parece ter surtido algum efeito, ainda que a melhoria na ração só tenha ocorrido em fins de junho. Foram compradas 1.200 libras de carne fresca para a tropa.²⁶

Em Itamaracá, a situação não era das melhores. Militares “mal satisfeitos com a ração” amotinaram-se. Uma missiva do Diretor Balthasar Dortmondts para o Governo

datada de 23 de junho de 1646 informou que dois condestáveis e dois artilheiros planejavam indicar aos portugueses qual era o lado mais fraco do forte *Orange* e preparar as peças de artilharia de modo que elas não pudessem causar danos aos inimigos. Dois deles foram presos e enforcados, enquanto que os outros conseguiram escapar. Um alferes e outros soldados também foram detidos, acusados de tentar fugir. Os soldados foram liberados por se entender que apenas cumpriam ordens do oficial, de nome Wouter Falloo. De acordo com as investigações feitas e reportadas ao tribunal militar que julgou o delito, o Alferes Falloo e um sargento de Gdańsk, Paulus Vonck, tentavam evadir-se do forte à noite. No dia 23 de junho, os dois foram condenados pelo Conselho de Guerra Superior a ser arcabuzados, mas dois dias depois, por interferência de civis e de oficiais, Falloo foi perdoado. Vonck não teve a mesma sorte.²⁷ Os motivos do motim e deserção não foram citados na carta de Dortmund ou nas atas do governo, mas, no mesmo dia da execução do sargento, o governo decidiu enviar víveres para a guarnição do forte.²⁸

Atormentado mais uma vez pelos pedidos de dinheiro feitos por militares, o governo fez uma nova cunhagem de moeda em agosto de 1646.²⁹ É verdade que as “atitudes ameaçadoras” da tropa já haviam levado a Companhia a contrair empréstimos para contentá-la antes mesmo do início da rebelião, em meados de fevereiro de 1645.³⁰

Mesmo com a chegada dos mencionados reforços nos anos de 1646 e 1648, as condições de existência na conquista não foram muito alteradas.³¹ Pelo contrário, a ida de grandes contingentes agravou ainda mais os problemas logísticos enfrentados pela Companhia, há muito incapaz de alimentar com satisfação seus homens. O Governo iria enfrentar novos distúrbios com a gente enviada para resgatá-los e aliviá-los do cerco imposto pelos rebeldes. Os integrantes da frota comandada pelo Almirante Witte Corneliszoon de With, que chegaram ao Brasil em 1648, não precisaram de muito tempo para entrar em confronto com o Governo. Segundo o próprio almirante, além de muitos dos homens terem chega-

do ao Brasil em um estado “miserável” devido à viagem prolongada, eles foram providos com alimentos em “péssimo” estado de conservação e acomodados em alojamentos “fétidos e apertados”.³² Para piorar, informados antes da partida de que iriam receber pelo recrutamento dois meses de soldo adiantado no embarque para o Brasil, souberam que o dinheiro seria enviado pela Companhia para o local.³³ Chegando na colônia, receberam como resposta dos membros do Alto Governo que eles não sabiam nada a respeito do assunto e que deveriam aguardar com paciência.³⁴ Os ânimos ficaram ainda mais exaltados quando o Governo decidiu pagar um mês de soldo aos oficiais. Tal atitude deixou a soldadesca indignada. Na noite anterior à batalha dos Guararapes muitos falavam em coro que somente os oficiais deviam lutar, já que eles receberam dinheiro. Sem o pagamento, eles não queriam combater. A batalha estava perdida antes mesmo de começar.³⁵

Segundo os relatos de dois oficiais presentes na refrega, o Tenente-General Sigismund von Schkoppe e o Coronel Cornelis van den Brande, deserção e baixo moral influenciaram decididamente no desempenho dos soldados. Obviamente, pesaram na derrota a inexperiência de parte da tropa da Companhia, recém-chegada, a má alimentação recebida, a irregularidade do terreno e a lentidão das tropas, que viajavam com provisões para oito dias, sem falar na disposição dos rebeldes no campo de batalha, suas táticas de ataque mais condizentes com o terreno e seu moral.

Em um dos momentos mais confusos da luta, quando a vanguarda e o corpo de batalha da tropa da Companhia foram desbaratados e rechaçados pelas tropas lusobrasileiras após um encarniçado combate corpo a corpo, muitos soldados da Companhia fugiram. Outro indício do péssimo moral da tropa fica evidente durante a preparação de um contra-ataque da retaguarda comandada por Van den Brande e pelo Coronel Guillaume de Hauthain, que chegou à frente de batalha quando a confusão já estava instalada entre os homens. Antes de avançar, Van den Brande disse ter ido de regimento em regimento tomando de todos

os soldados um novo juramento de fidelidade. Van den Brande pedia que os homens agissem como “leais soldados” e honrassem seu voto de fidelidade à Companhia. Mas essa investida não foi levada adiante por ordens de Von Schkoppe, que, ferido, repassou o controle da operação para Van den Brande e o deixou encarregado de segurar a posição da tropa no campo de batalha até o cair da noite, quando então ele deveria retornar à Leiteria, ponto de reunião do Exército na praia. A decisão de retirada feita por Von Schkoppe teve esteio na acentuada baixa de sua força, que, segundo ele, sofreu uma redução de 1.500 homens, algo confirmado em grande parte pelo relato de Van den Brande. A deserção teve um grande papel nessa diminuição, se observadas as pesadas baixas do Exército, contabilizadas em 501 mortos e 556 feridos.³⁶

Outro episódio reacenderia a insegurança do Governo em relação a suas próprias tropas. Na noite do dia 21 de abril, aproveitando-se da concentração das hostes inimigas em Guararapes, foi enviado um efetivo de cerca de 240 homens – sob o comando do Capitão Hans Vogel – para tentar dominar Olinda e um reduto na sua parte baixa.³⁷ Mas ao perceber a aproximação de uma pequena força oponente de aproximadamente 50 homens, os soldados da Companhia – em lugar de esperá-los e resistir, haja vista “a notável vantagem” – fugiram do forte deixando os oficiais e alguns outros militares para trás.³⁸ Essa gente chegou em desordem no Recife, onde adentraram bradando pelo pagamento e asseguraram continuar sem trabalhar até receber o dinheiro prometido.³⁹ Temendo um motim generalizado,

o governo hesitou tomar satisfações e não puniu os soldados. Por perceber que havia uma “insatisfação geral” e um comportamento “amotinador” entre a tropa, os conselheiros acabaram decidindo pagar um mês de salário em dinheiro para a milícia “velha” e para a vinda com a frota de socorro, ainda que isso tenha levado ao esvaziamento do caixa da Companhia.⁴⁰

Esse foi o melancólico desfecho – para a Companhia – da primeira batalha dos Guararapes. A análise de um conjunto documental mais amplo sobre o episódio, contemplando sobremaneira as informações referentes aos momentos precedentes e posteriores à contenda, permitiu trazer mais subsídios para a compreensão dos acontecimentos de abril de 1648. Tal exercício, embasado em fontes neerlandesas parcialmente exploradas pelos historiadores brasileiros, não diminui o feito das tropas luso-brasileiras que, aliás, também padeciam de problemas logísticos contornados apenas com grandes dificuldades pelos comandantes.⁴¹ Além disso, as informações coletadas ajudam a entender – além dos aspectos táticos usualmente enfatizados pela historiografia – como uma tropa superior em número, treinamento e armamento sucumbiu ante oponentes, em sua maioria, sem treinamento formal e em número reduzido. Para concluir, é possível afirmar também que o destino do Brasil sob ocupação da Companhia pode até ter sido selado com as fragorosas e decisivas batalhas em Guararapes, mas, observando a condição disciplinar da tropa da Companhia, pode-se dizer, no mínimo, que a situação dos neerlandeses no Brasil parecia já ter saído do controle muito antes dos confrontos em Guararapes.

¹ O presente artigo é baseado no capítulo 6 de minha tese de doutorado: MIRANDA, Bruno Romero Ferreira. *Gente de guerra: Origem, cotidiano e resistência dos soldados do exército da Companhia das Índias Ocidentais no Brasil (1630-1654)*. Leiden: Tese de doutorado da Universidade de Leiden, 2011.

² MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda Restaurada. Guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. 2ª Edição, Rio de Janeiro: Topbooks, 1998, pp. 331-332; MELLO, Frederico Pernambucano de. *Guararapes: uma visita às origens da Pátria*. Recife: Editora Massangana, 2002, pp. 35-37; NASCIMENTO, Rômulo Luiz Xavier. A toque de caixas. In: *Revista de História*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, n. 70, 2001, pp. 18-19; NASCIMENTO, Rômulo Luiz Xavier. Ribanceira abaixo. In: *Revista de História*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, n. 31, 2008, pp. 16-18; SOUZA JÚNIOR, Antônio. *Do Recôncavo aos Guararapes ou História Resumida das Guerras Holandesas ao Norte do Brasil*. 2ª Edição, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1998, pp. 111-142.

³ MELLO, Evaldo Cabral (Org.). *O Brasil holandês (1630-1654)*. São Paulo: Penguin & Companhia das Letras, 2010, pp. 458-460; SOUZA JÚNIOR, Op. Cit., pp. 120-121, 205-206.

⁴ Além das obras citadas nas notas anteriores, ver: BOXER, Charles Ralph. *Os holandeses no Brasil: 1624-1654*. Tradução de Olivério M. de Oliveira Pinto. 2ª Edição, Recife: Companhia Editora de Pernambuco – CEPE, 2004, pp. 273-278; MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Filipe Bandeira de Melo*. Tenente de Mestre de Campo General do Estado do Brasil. Recife: Universidade do Recife, 1954, pp. 25-37; VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *História das lutas com os holandeses no Brasil desde 1624 a 1654*. 2ª Edição, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2002, pp. 236-243; WÄTJEN, Hermann. *O Domínio Colonial Holandês no Brasil*. Um capítulo da história colonial do século XVII. Tradução de Pedro Celso Uchôa Cavalcanti. 3ª Edição, Recife: Companhia Editora de Pernambuco – CEPE, 2004, pp. 264-265. Para as narrativas coetâneas, ver: JESUS, Raphael de. *Castrioto Lusitano*. Parte I. Empresa, e restauração de Pernambuco; & das Capitânias Confinantes. Lisboa: Antonio Craesbeeck de Mello, 1679, pp. 490-515; SANTIAGO, Diogo Lopes. *História da Guerra de Pernambuco*. Recife: Companhia Editora de Pernambuco – CEPE, 2004, pp. 479-521. A “guerra brasílica” constituía na acomodação da arte militar europeia às condições do Nordeste brasileiro e na assimilação de técnicas indígenas de combate. Tinha por características a ausência de confrontos decisivos – em batalhas campais e assédios a posições fortificadas –, a mobilidade/velocidade dos efetivos, os ataques-surpresa e o uso do terreno. Para uma discussão em torno da “guerra brasílica”, ver o capítulo 7 – Guerra de Flandres e guerra do Brasil – do livro de Evaldo Cabral de Mello, *Olinda Restaurada*.

⁵ MELLO, Evaldo Cabral (Org.). *Op. Cit.*, pp. 435-436; BOXER, Charles Ralph. *Op. Cit.*, p. 273.

⁶ MELLO, Evaldo Cabral (Org.). *Op. Cit.*, p. 435.

⁷ Para as informações mencionadas, consultar as obras dispostas nas notas 1, 2 e 3.

⁸ Apenas os trabalhos de F. A. Varnhagen e J. A. Gonsalves de Mello mencionam rapidamente a questão da indisciplina nos momentos que antecederam a refrega em Guararapes. MELLO, José Antônio Gonsalves de. *João Fernandes Vieira*, pp. 278, 280; VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *Op. Cit.*, pp. 236, 242. Entre os trabalhos de historiadores estrangeiros que mencionaram, sem se aprofundar na questão, ver: BOXER, Charles Ralph. *Op. Cit.*, pp. 274, 277; Netscher, Pieter Marinus. *Les Hollandais au Brésil, Notice Historique sur les Pays-Bas et le Brésil au XVII^e siècle*. La Haye: Belinfante Frères, 1853, p. 158; WÄTJEN, Hermann. *Op. Cit.*, pp. 264-265.

⁹ MIRANDA, Bruno Romero Ferreira. *Op. Cit.*, capítulo 6.

¹⁰ O episódio da entrega do forte do Pontal, situado ao Sul do Cabo de Santo Agostinho, é muito citado na historiografia e dispensa comentários. Para mais detalhes, ver: BOXER, Charles Ralph. *Op. Cit.*, pp. 231-232, 234, 238-239; WÄTJEN, Hermann. *Op. Cit.*, pp. 237-239.

¹¹ Nederlad, Nationaal Archief te Den Haag (NL-HaNA), Oude West Indische Compagnie (OWIC) 1.05.01.01, inv. nr. 61, doc. 64, 15-11-1645; NL-HaNA_OWIC 1.05.01.01, inv. nr. 61, doc. 69, 15-11-1645. Ver também: NIEUHOF, Joan. *Memorável Viagem Marítima e Terrestre ao Brasil*. Tradução de Moacir N. Vasconcelos. Belo Horizonte/São Paulo: Editora Itatiaia/Editora da Universidade de São Paulo, 1981, pp. 263-264; MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Tempo dos Flamengos*. Influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil. 4ª Edição, Rio de Janeiro: Topbooks, 2001, p. 151; Documento 5. Relatório apresentado por escrito aos Nobres e Poderosos Senhores Deputados do Conselho dos XIX, e entregue pelos Senhores H. Hamel, Adriaen van Bullestrate e P. Jansen Bas. In: MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Fontes para a História do Brasil Holandês*. 2. A Administração da Conquista. Recife: MinC – Secretaria da Cultura, 4ª Diretoria Regional da SPHAN, Fundação Nacional Pró-Memória, 1985, pp. 259-260.

¹² NL-HaNA_OWIC 1.05.01.01, inv. nr. 71, Dagelijkse Notulen (DN) 18-09-1645.

¹³ Diário ou breve discurso acerca da rebelião e dos pérfidos designios dos portugueses do Brasil, descobertos em junho de 1645, e do mais que se passou até 28 de abril de 1647. Tradução de José Hygino Duarte Pereira. In: *Revista do Instituto Archeologico Historico e Geographico Pernambucano*. Recife: Typographia Universal, volume V, número 32, 1887, pp. 143, 148, 159-160; CALADO, Manuel. *O Valeroso Lucideno e triunfo da liberdade*. Belo Horizonte/São Paulo: Editora Itatiaia/Editora da Universidade de São Paulo, 1987, pp. 145-146; Documento 5. Relatório apresentado por escrito aos Nobres e Poderosos Senhores Deputados do Conselho dos XIX, e entregue pelos Senhores H. Hamel, Adriaen van Bullestrate e P. Jansen Bas. In: MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Op. Cit.*, pp. 256, 259-260; MELLO, José Antônio Gonsalves de. *A rendição dos holandeses no Recife (1654)*. Recife: Parque Histórico Nacional dos Guararapes – IPHAN/MEC, 1979, pp. 21-22, 29; NIEUHOF, Joan. *Op. Cit.*, pp. 258; VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *Op. Cit.*, p. 227.

¹⁴ Diário ou breve discurso acerca da rebelião, pp. 147, 149, 185-186, 190-191, 196-198, 207, 209.

¹⁵ Diário ou breve discurso acerca da rebelião, pp. 185-186; HANSEN, Peter. Memorial und Jurenal des Peter Hansen Haystrup. In: IBOLD, Frank; JÄGER, Jens; KRAACK, Detlev. *Das Memorial und Jurenal des Peter Hansen Hajstrup (1624-1672)*. Neumünster: Wachholtz Verlag, 1995, pp. 76-77.

¹⁶ NL-HaNA_OWIC 1.05.01.01, inv. nr. 71, DN 24-06-1646.

¹⁷ Para mais informações ver as considerações dos oficiais para a capitulação do forte *Mauritius*, em São Francisco, em setembro de 1645, narradas por Matheus van den Broeck, oficial da WIC que foi feito prisioneiro no começo da rebelião dos moradores. Van den Broeck fala ainda da “indisposição” da tropa de Porto Calvo após receber informações sobre as derrotas da Companhia. Diário de Matheus van den Broeck. Tradução de José Hygino Duarte Pereira. In: *Revista do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, Tomo XL, 1877, pp. 36-40; A queda do *Mauritius* – “por falta de víveres e munições” – foi registrada no diário de Arnhem. Diário ou breve discurso acerca da rebelião, pp. 145-146.

¹⁸ NL-HaNA_OWIC 1.05.01.01, inv. nr. 60, doc. 1, 1645; NL-HaNA_OWIC 1.05.01.01, inv. nr. 62, doc. 2, 12-03-1646; NL-HaNA_OWIC 1.05.01.01, inv. nr. 62, doc. 3, 14-04-1646; NL-HaNA_OWIC 1.05.01.01, inv. nr. 62, doc. 4, 15-04-1646; NL-HaNA_OWIC 1.05.01.01, inv. nr. 62, doc. 17, 13-03-1646.

¹⁹ Para o ano de 1647, ver: NL-HaNA_OWIC 1.05.01.01, inv. nr. 63, doc. 2, 13-01-1647; NL-HaNA_OWIC 1.05.01.01, inv. nr. 63, doc. 19, s/d (1647); NL-HaNA_OWIC 1.05.01.01, inv. nr. 63, doc. 20, s/d (1647). A missiva datada de janeiro foi escrita em neerlandês e assinada por João Fernandes Vieira e André Vidal de Negreiros. A registrada como documento de número 19 foi elaborada em francês e assinada por Nicolas Croquet. Era destinada a um soldado de nome Pier de Maré. A carta de número 20 foi escrita em neerlandês e assinada por Jan Pauwl Barberin. Foi enviada para um soldado de nome Theunis Theunisz. Ambos militares estavam numa armada no Rio São Francisco. As

cartas escritas em 1653 e 1654 foram escritas em baixo-alemão e em francês e estavam assinadas pelo General de Campo Francisco Barreto de Menezes. Elas ofereciam a cada um dos soldados que quisesse desertar 150 florins, roupa e passagem livre. NL-HaNA_Hof van Holland, 3.03.01.01, inv. nr. 5252.22, DN 29-12-1653, DN 16-01-1654, DN 23-01-1654.

²⁰ Diário ou breve discurso acerca da rebelião, p. 147; WÄTJEN, Hermann. *Op. Cit.*, pp. 336-337.

²¹ Documento 5. Relatório apresentado por escrito aos Nobres e Poderosos Senhores Deputados do Conselho dos XIX, e entregue pelos Senhores H. Hamel, Adriaen van Bullestrate e P. Jansen Bas. In: Mello, José Antônio Gonsalves de. *Op. Cit.*, p. 266.

²² Diário ou breve discurso acerca da rebelião, pp. 147-148, 186.

²³ *Ibidem*, pp. 190, 192.

²⁴ *Ibidem*, p. 193. A descoberta desta missiva, destinada a todos os oficiais de mar e terra, também foi referida na ata do Alto Governo do dia 28 de maio de 1646. É importante mencionar que esse não foi o único episódio referido no diário anônimo que coincidiu com discussões feitas pelo Alto Governo, o que demonstra a validade de muitas das informações postas no impresso de 1647. NL-HaNA_OWIC 1.05.01.01, inv. nr. 71, DN 28-05-1648.

²⁵ NL-HaNA_OWIC 1.05.01.01, inv. nr. 71, DN 04-06-1646.

²⁶ NL-HaNA_OWIC 1.05.01.01, inv. nr. 71, DN 21-06-1646. Além de comida, os homens receberam na última semana de junho 17 *stuivers* em dinheiro ao invés dos 9 *stuivers* do início do mês. Mesmo com a melhora provisória, os homens continuaram a ter açúcar como parte da ração. NL-HaNA_OWIC 1.05.01.01, inv. nr. 71, DN 08-06-1646.

²⁷ Diário ou breve discurso acerca da rebelião, pp. 197-198, 200; NL-HaNA_OWIC 1.05.01.01, inv. nr. 71, DN 22-06-1646, DN 23-06-1646, DN 24-06-1646 e DN 25-06-1646. Na ata do dia 25 de junho, alegou-se que Falloo, “por sua juventude”, distorceu erroneamente uma ordem do Major Cornelis Baijart, parecendo também – segundo o governo – que não era sua intenção ir para o inimigo. Melhor conectado, ele apenas perdeu o posto de alferes. Já a apelação em favor do sargento de Gdańsk não surtiu efeito, pois para o governo o seu erro “não podia ser deixado sem punição”.

²⁸ NL-HaNA_OWIC 1.05.01.01, inv. nr. 71, DN 26-06-1646. No dia seguinte, foram enviados suprimentos para a Paraíba. Talvez as queixas sobre os desertores feitas pelo diretor Paulus de Linge também tenham pesado na decisão do governo. NL-HaNA_OWIC 1.05.01.01, inv. nr. 71, DN 24-06-1646, DN 26-06-1646.

²⁹ WÄTJEN, Hermann. *Op. Cit.*, pp. 338-339.

³⁰ *Ibidem*, p. 336.

³¹ Para o número de gente enviada ver: NL-HaNA_OWIC 1.05.01.01, inv. nr. 63, doc. 62, 25-03-1647; HOBOKEN, W. J. van. Een troepen-transport naar Brazilië in 1647. In: *Tijdschrift voor Geschiedenis*. Groningen: LXII, 1949.

³² HOBOKEN, W. J. van. *Witte de With in Brazilië, 1648-1649*. Amsterdam: N.V. Noord-Hollandsche Uitgevers Maatschappij, 1955, pp. 74-76; O Almirante De With, em uma de suas cartas a respeito das virtualhas distribuídas no Brasil, mencionou que o pão estava festado de vermes, o bacalhau cheio de traças, a cevada invadida por besouros e a ervilha tão velha, mofada e dura quanto balas de mosquete. HOBOKEN, W. J. van. Een munterij in Verzuimd Brazilië. In: *De Nieuwe Stem. Maandblad voor Cultuur en Politiek*. Amsterdam/Antwerpen: Wereldbibliotheek, 9e. jrg., 1954, p. 383.

³³ NL-HaNA_SG 1.01.04, inv. nr. 5759, 07-10-1647.

³⁴ HOBOKEN, W. J. van. *Witte de With in Brazilië, 1648-1649*, pp. 74-76.

³⁵ HOBOKEN, W. J. van. *Witte de With in Brazilië, 1648-1649*, p. 77; BOXER, Charles Ralph. *Op. Cit.*, pp. 273-274. MELLO, José Antônio Gonsalves de. *João Fernandes Vieira*, p. 278. Vale mencionar a observação feita por Varnhagen a respeito do comportamento da tropa antes da marcha, a qual, segundo ele, estava “bisonha e pouco satisfeita”. Ainda citando uma carta de Von Schkoppe aos Estado Gerais, de maio de 1648, ele enfatiza que os soldados não tinham se portado bem na peleja ocorrida em Guararapes. VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *Op. Cit.*, pp. 236, 242.

³⁶ HOBOKEN, W. J. van. *Witte de With in Brazilië, 1648-1649*, pp. 88-90; MIRANDA, Bruno Romero Ferreira. *Op. Cit.*, pp. 247-248; Os relatos de Von Schoppe e Van den Brande podem ser encontrados parcialmente no livro *O Brasil Holandês*, publicado por Evaldo Cabral de Mello, e integralmente no livro de Antônio de Souza Júnior. MELLO, Evaldo Cabral de (Org.). *Op. Cit.*, pp. 441-446; SOUZA JÚNIOR, Antônio. *Op. Cit.*, pp. 195-199; Para o número de mortos e feridos ver uma lista de 19 de abril de 1648: NL-HaNA_SG 1.01.07, inv. nr. 12564.20, doc. 3, 19-04-1648. Os números foram reajustados posteriormente e tenderam a aumentar com o falecimento dos feridos. Também não é possível afirmar que o saldo restante – retirados os 556 feridos e os 501 mortos do total de 1.500 – corresponda ao número de desertores. Há de se considerar os homens feitos prisioneiros, os que se perderam no retorno e os desaparecidos.

³⁷ NL-HaNA_OWIC 1.05.01.01, inv. nr. 72, DN 21-04-1648. Van Hoboken fala que o destacamento da WIC enviado a Olinda era de 350 homens. Talvez incluisse os reforços a serem enviados mencionados nessa ata do dia 21. HOBOKEN, W. J. van. *Witte de With in Brazilië, 1648-1649*, pp. 91-92.

³⁸ O capitão Hans Vogel foi aprisionado e dois tenentes foram mortos, ficando o reduto novamente em poder dos luso-brasileiros. NL-HaNA_OWIC 1.05.01.01, inv. nr. 72, DN 22-04-1648. Ver também: HAECX, Hendrik. Diário, 1645-1654. Tradução de Frei Agostinho Keijzers. O.C. In: *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Volume 69, 1950, p. 135; JESUS, Raphael de. *Op. Cit.*, pp. 515-517; SANTIAGO, Diogo Lopes. *Op. Cit.*, pp. 517-521.

³⁹ Segundo Van Hoboken, os homens começaram a gritar após passarem pela porta da cidade: “Dinheiro, dinheiro, e até que nós o tenhamos, a coisa deve ser assim”. HOBOKEN, W. J. van. *Witte de With in Brazilië, 1648-1649*, p. 92. Ver também: MELLO, José Antônio Gonsalves de. *João Fernandes Vieira*, p. 280.

⁴⁰ NL-HaNA_OWIC 1.05.01.01, inv. nr. 72, DN 23-04-1648. Para Witte de With, temido por manter ferrenha disciplina entre os seus comandados, uma reação violenta do governo era inadmissível e só iria restabelecer a injustiça. Ele mostrou-se favorável a que os homens fossem providos de dinheiro, vinho e que “uma esponja” fosse passada no episódio por meio da emissão de um perdão geral. HOBOKEN, W. J. van. *Witte de With in Brazilië, 1648-1649*, p. 92.

⁴¹ A falta de meios para conduzir a guerra contra a Companhia foi tema corrente na documentação dos líderes do exército insurrecto. Faltavam provisões e muitos soldados começaram a se amotinar. Em março de 1646, o Arraial

Novo, base dos rebeldes, passou por um momento crítico. Por pouco não houve um levante geral ou deserção maciça. Fortes chuvas prejudicaram o abastecimento dos rebeldes no primeiro semestre e no segundo, a falta de suprimento já havia acarretado confrontos entre os soldados oriundos da Bahia e os moradores. A situação não melhoraria para os insurrectos posteriormente. MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda Restaurada*, pp. 302-303, 307, 309; Ver também: Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Administração Central de Lisboa (ACL), Conselho Ultramarino (CU), Capitania de Pernambuco 015, Caixa 5, doc. 364, 28/10/1647; AHU_ACL_CU, Capitania de Pernambuco 015, Caixa. 5, doc. 368, 31/01/1648.

Facções de Marte: narrativa e discurso sobre a guerra cotidiana nas páginas do *Mercurio Portuguez* (1663-1666)*

Daniel Pimenta Oliveira de Carvalho

Mestre em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, atualmente cursa o doutorado pela École des Hautes Études en Sciences Sociales de Paris, com bolsa do CNPq.

RESUMO

No *Mercurio Portuguez*, periódico mensal redigido pelo secretário de Estado português, Antonio de Sousa de Macedo, entre 1663 e 1666, durante o governo de D. Afonso VI, a maior parte de suas notícias retratavam os eventos da Guerra da Restauração, travada desde 1641 contra Castela. Sobre este conflito, a historiografia tem demonstrado o seu grande impacto sobre a vida das populações das zonas de fronteira, assoladas cotidianamente por saques, razias, escaramuças, e outros feitos militares de pequeno porte. Importa neste artigo demonstrar como as narrativas destes sucessos menores tiveram grande relevância para Macedo na construção de seu discurso político, e mesmo em sua transformação ao longo dos quatro anos de publicação. Se a iniciativa de impressão de um periódico revela a intenção política de influenciar a opinião circulante em Portugal, na abordagem do *Mercurio* sobre esta guerra de pequenos feitos cotidianos encontram-se elementos decisivos de suas estratégias discursivas.

PALAVRAS-CHAVE: Restauração portuguesa; imprensa periódica; narrativas de guerra

ABSTRACT

In *Mercurio Portuguez*, a monthly periodical written by the Portuguese secretary of State, Antonio de Sousa de Macedo, between 1663 and 1666, during the government of Alphonse VI, most of its news portrayed the events of the Restoration's war, fought since 1641 against Castile. About this conflict, the historiography has shown its great impact on the lives of people from border areas, plagued daily by looting raids, skirmishes, and other small military exploits. This article wants to demonstrate how the narratives of these minor successes had great relevance for the construction of Macedo's political discourse, and even for its transformation over the four years of publication. If the initiative to print a journal reveals the political intention of influencing the opinion circulating in Portugal, in *Mercurio's* approach on this war of small everyday feats we find crucial elements of his discursive strategies.

KEYWORDS: Portuguese Restoration; periodic press; narratives of war

INTRODUÇÃO

Em uma das primeiras semanas de fevereiro de 1663, saiu da oficina do Impressor Régio Henrique Valente de Oliveira o primeiro número do *Mercurio Portuguez*, com as novas da

* Artigo recebido em 26 de março de 2014 e aprovado para publicação em 30 de abril de 2014.



*Guerra entre Portugal, & Castela*¹. Segundo periódico impresso em terras portuguesas², tratava-se de uma publicação mensal sob a responsabilidade de Antonio de Sousa de Macedo, fidalgo da Casa Real e doutor em Direito Civil, que nas décadas anteriores havia se destacado como escritor e diplomata a serviço do Estado português restaurado. Escrevê-lo e publicá-lo, de janeiro de 1663 até dezembro de 1666, foi certamente uma de suas atribuições mais importantes no governo do reino, pelo qual foi nomeado secretário de Estado em 1662, na sequência da manobra política que pôs fim à regência de D. Luísa de Gusmão e deu início ao governo de D. Afonso VI³. Período de redefinição política, o momento em que o periódico começa a ser impresso é também o de recrudescimento da guerra travada contra Castela desde o golpe da Restauração em 1640. Com propriedade o seu redator pôde comentar, como quem justifica a razão de seu esforço, em uma de suas primeiras edições: "Basta dizer, q trabalhando as Armas Portuguesas, & Castelhanas ha mais de 22 annos, estão hoje tão furiosas, como se este fora o primeiro"⁴. Diante deste quadro é que o *Mercurio* se coloca, incumbindo-se de divulgar as notícias da guerra, das medidas tomadas pelo governo, com o objetivo declarado de combater informações disseminadas por escritores castelhanos, e assim modificar a opinião que se difundia sobre o rumo dos acontecimentos, dentro e fora de Portugal.

A coleção completa das edições do *Mercurio Portuguez* constitui documentação valiosa para o historiador que pretenda se debruçar sobre este conturbado período de formação do Estado português, justamente por ser produto e instrumento da ação política do governo instaurado em torno de D. Afonso VI, portanto objeto de fundamental interesse para a compreensão do exercício político dos homens que o ocuparam. A guerra é o principal foco direto de suas notícias. Mesmo que em alguns números ela apareça em segundo plano, na maioria deles as lutas travadas em defesa da independência do reino são os personagens principais do periódico. Já naquele número inaugural, apesar do inverno de janeiro, em que "a inclemencia do tempo não permite grandes

facções militares"⁵, surgia a possibilidade de referir as façanhas das tropas da cavalaria do Alentejo, e de comentar a precisão da investida contra alojamentos castelhanos liderada pelo conde de São João, governador das armas da província de Trás-os-Montes. Relatados estes eventos, Antonio de Sousa de Macedo conclui seu primeiro *Mercurio*, e reafirma seu compromisso:

Neste mez de Janeiro não ouve outra facção, ou recontro, & porque não pareça que sò se ham de referir os de ventagem para Portugal, promete Mercurio debaixo da verdade, que tem protestado, que sempre irá referindo todos os que forem de consideração, posto que algum (o que Deos não permita) succeda contrario; & com esta promessa, pede que se não dê credito aos que elle não relatar, como a supostos, & inventados.⁶

O discurso de atenção à verdade, exórdio costumeiro das relações e gazetas do período, revelava o seu objeto principal: a narração da guerra. É na descrição dos movimentos da Guerra da Restauração que o *Mercurio* anuncia a primazia de seu embate contra os escritores castelhanos, pois seria inventando e distorcendo os fatos bélicos que eles estariam convencendo os estrangeiros, e quiçá os próprios portugueses, de sua força. Anunciada dentro desta lógica a tarefa do novo periódico, a predominância das notícias de guerra em suas páginas pode ser explicada com mais acuidade. Afinal, o destaque maior de tal ou qual assunto na imprensa periódica, moderna ou contemporânea, não pode ser compreendido como reflexo direto da importância real deste tema ou evento no mundo, mas sim associado aos objetivos que conduzem a sua veiculação. Partindo desta premissa, não é cabido esperar que aqui se proceda a verificação da autenticidade das notícias relatadas pelo *Mercurio Portuguez*, como se importasse avaliar o grau de sua confiabilidade como fonte para o leitor da época, ou, pior, para o historiador do presente. Se, no entanto, o que se objetiva é compreender o lugar deste periódico enquanto instrumento

político, a destacada centralidade da narração de feitos bélicos em suas edições indica a relevância de uma análise da construção do discurso de Antonio de Sousa de Macedo sobre a guerra que vivia a partir de 1663 já a sua última fase.

A leitura continuada do *Mercurio* deixa entrever a dinâmica da guerra, seus movimentos, sua periodicidade. A época de maior atividade bélica situava-se entre os meses de maio e novembro, portanto do fim da primavera até o outono, com auge no verão, quando os rivais encontravam condições climáticas para reunir seus exércitos, e direcioná-los a batalhas de grande proporção, tomadas de praças militares, e outros feitos de maior vulto. Nestes meses o periódico narra as principais notícias sobre o desenvolvimento da luta contra Castela, as mais decisivas batalhas da guerra da Restauração. Nos meses de dezembro a abril, as novas do periódico ligadas a eventos de guerra mostram apenas feitos de menor porte, representando este período uma baixa temporada militar imposta pelos rigores do inverno na região. Em praticamente todos os meses de sua publicação, porém, sua narrativa é pontuada por estes pequenos recontros entre tropas, escaramuças, ou saques a pequenas vilas e lugares.

Durante os vinte e oito anos de guerra, foram poucos os combates entre exércitos de grande porte; os que houve, foram certamente decisivos em seus respectivos períodos, mas resumir-se a analisar o conflito pontuando grandes batalhas e generais implica uma visão incompleta das condições que influenciaram o desenvolvimento e o desfecho da guerra, bem como a impossibilidade de compreensão do seu papel na sociedade ibérica daquele tempo⁷. O historiador Fernando Cortés Cortés, exemplo na península da contestação de uma história da guerra apoiada apenas na valorização do significado dos feitos de maior vulto, e um importante estudioso do impacto da guerra no cotidiano e na economia das regiões da fronteira hispano-portuguesa, aponta para o drama vivido pelos habitantes em decorrência de uma guerra prolongada, e destaca sua característica de violência cotidiana, baseada na ação mais corriqueira de peque-

nos destacamentos, ocupados apenas em devastar propriedades, arrasar colheitas e saquear tudo o que encontravam. Raramente verificou-se a ocupação do solo inimigo, o que parecia pouco interessar, de acordo com o autor, aos contendores. Os objetivos destas formas de luta seriam debilitar o inimigo, econômica e psicologicamente, arruinar e dificultar atividades agro-pecuárias e comerciais; em suma, desarticular a economia e pressionar duramente os habitantes, fazendo-os optar por abandonar, e assim desamparar, o território. A explicação deste estilo de ação militar teria duas faces: de um lado estaria a impossibilidade de ambos os lados para derrotar totalmente o inimigo, e do outro o excelente negócio e os elevados benefícios que a busca por presas trazia a todos os militares, e mesmo ao Estado, por seu direito à arrecadação da quinta parte dos despojos alcançados⁸.

A documentação arrolada e citada pelo historiador para comprovar sua interpretação, porém, deixa margem para que se questione sua intuição de que havia este planejamento *a priori* organizando a sucessão de razias que constituiu a maior parte dos movimentos militares ao longo dos mais de vinte anos de conflito, e de que era possível encontrar, entre os exércitos em contenda, tamanha consciência de suas reais capacidades de ação, e dano. Por ora, porém, basta a consideração deste estilo de guerra como um dado importante para a compreensão desta e de outras guerras européias daquela época, e dos fatores de pressão militar caracterizados acima, para que se dê a devida importância aos feitos militares de menor vulto no contexto da Guerra da Restauração, e para que no presente artigo nos concentremos sobre o modo como o *Mercurio Portuguez* tratou dos mesmos.

OS PRIMEIROS CONFRONTOS: A PRESSÃO MILITAR NO ALENTEJO

Terminado o inverno de 1663, Macedo conclui a edição sobre o mês de março com uma rápida referência, e não muito estimulante, às negociações de paz que começaram na fronteira norte de Portugal no início do ano⁹, mas sem deixar de narrar já três

“facçoens de Marte, neste mez em que elle especialmente reyna”¹⁰. Na primeira delas, o mestre de campo General Pedro Jacques de Magalhães, pela província da Beira, entra em Castela para enfrentar as tropas alojadas na Vila de Sarça, que vêm ao seu encontro: “Os nossos as invistiraõ com tal resoluçaõ, que às cutiladas as fizeraõ recolher pellas portas dêtro, tomadolhes alguns cavallos, & trazêdo todo o gado que se achou naquelles campos, sem perda algũa nossa”¹¹. Já em Entre-Douro-e-Minho, foram os castelhanos que atacaram, com trezentos infantes e duas tropas de cavalos, uma aldeia de Vila Nova, e o *Mercurio* narra a ação da tropa capitaneada por D. João de Sousa, filho do conde de Prado governador das armas da província:

pelejousse valerosamente, com muito sangue de parte a parte, ficando hum Cabo Portuguez com hũa perna passada de duas balas, outro com duas cutiladas na cabeça. Morreo hum Tenente Gallego, & alguns soldados da parte de Castella; mas finalmente o inimigo não entrou na aldea, & se retirou fogindo vergonhosamente de numero taõ piqueno dos nossos, que o foraõ seguindo até junto do dito Forte de S. Luís, trazêdo alguns prisioneiros.¹²

Sobressaem, na narração destes feitos, a determinação, a coragem e a força das tropas portuguesas. No primeiro, ressalta-se a perfeição da ação militar, pela eficiência no combate, pelo grande proveito do saque auferido, e pela ausência de qualquer perda de soldados. Já na defesa da aldeia, embora se comente a violência do confronto e o ferimento de dois portugueses, ao cabo da narrativa do ocorrido predomina a visão da imponência da vitória de alguns bravos combatentes contra um número bem superior de inimigos, e a desonra da fuga das tropas castelhanas. Na narrativa das batalhas do mês de março, é clara a intenção não de difundir a expectativa da paz, mas sim a proficuidade da guerra.

A outra nova militar do mês traz de forma ainda mais marcante o tom de menosprezo observado em relação ao inimigo. Pela pro-

víncia do Alentejo, o governador das armas conde de Vila-Flor envia as tropas da cavalaria de Elvas, sob o comando do Tenente-General D. João da Silva, para refrear a ousadia da cavalaria de Arronches, praça tomada aos portugueses em 1661; em ataque a cinco esquadrões inimigos, que comboiavam um grande número de cavalgaduras que saía a forragear, os portugueses terminam por tomar-lhes sessenta cavalos e setenta das cavalgaduras, enquanto os perseguiam até entrarem na praça.

Quando o Conde Governador das armas deu aquella ordem se achava Dom Manoel de Atayde, tambem Thenente General da cavalaria, muito doente sangrado dez vezes, de que no dia antecedente tinha sido a ultima; porém seu brio não soffreo ver ir os côpanheiros, & ficar elle; & assi animadas as forças corporaes só de seu espirito, os acompanhou; em a peleja se houve com tanto valor, que mostrou bem que pode dar dez sangrias de barato aos Castelhanos.¹³

O tratamento do periódico sobre o feito, além de enaltecer a inteligência de D. João da Silva e a bravura de D. Manoel de Ataíde, conclui-se depreciando a inteligência e a bravura dos castelhanos, e de um modo carregado de humor, de sarcasmo. Não foi apenas o brio individual do tenente-general que tornou possível seu bom desempenho na contenda mesmo após passar por dez sangrias, mas também a fraqueza e a pusilanimidade do oponente. Fazia parte, portanto, do discurso engendrado por Antonio de Sousa de Macedo, um enaltecimento que buscava difundir confiança nas forças portuguesas, fundado também no menoscabimento, com toques de humor, em relação aos castelhanos. O que o periódico não diz, porém, é que as populações alentejanas não estiveram bem-humoradas no decorrer daquele mês.

Em carta de 3 de março daquele ano, o conde de Vila-Flor, instado a informar o governo sobre o estado em que se achavam as vilas de Monforte e Alter do Chão, e arredores, deixa bem claro como estava a região sujeita à ação do inimigo, que inclusive vi-

nha ameaçando os moradores, “dizendolhe que não contribuem com tributo algum aos officiaes desta Coroa”¹⁴. Havendo recebido informação de que aquelas vilas se recusavam, por tal constrangimento, a pagar impostos pertencentes à sua fazenda, Sua Majestade solicitava de Vila-Flor seu parecer, e soluções, a que o governador respondeu:

ao que procurarei reduzilos será que recolham seus Gados, moveis, Molheres, as cabeças das Comarcas, ou pela terra dentro, donde cada hum tiver melhor conuinencia visto estar o tempo tão entrado e os exercitos para sair em campanha, porque não hé possível divertirce o exercito em guarnecer aqueles lugares por não ter nenhum deles genero algum de fortificaçam e que os velhos e mininos sigam os mesmo caminho com aqueles que precisamente não puderam largar suas cazas, e que os homens que puderem tomar armas se emcorporem com o exercito ou se metão de Guarnição na praça mais sircumvezinha e que, passada a Campanha para os livrar dos males que o inimigo lhe poderia fazer tornandoce para suas cazas com suas molheres, e bens os mandará Vossa Magestade reparar, e fortificar na melhor forma que for possivel fortificandoce principalmente Monforte e a Asumar, que sam os lugares mais vezinhos Arronches.¹⁵

Portanto, a notícia que chegava ao governo, e que provavelmente alcançava também alguma parcela de leitores do *Mercurio*, era de que a região no entorno de Arronches, desde que esta praça havia sido tomada pelos castelhanos em 1661, estava a cada dia mais vulnerável, e trazendo cada vez mais preocupações, estratégicas e financeiras, para a Coroa. O conde de Vila-Flor, na mesma missiva, não conclui sem ponderar a possibilidade de os moradores não aceitarem suas sugestões, nem as garantias que daria em nome do rei, e já adianta que, se assim fosse, seria a favor de que se investisse contra os mesmos, argumentando que “o inimigo se hade valer de tudo o que eles tive-

rem asy de carruagens como de mantimentos, e provavelmente os obrigará a tomar as armas contra nós e será mais comviniente que os impossibilitemos para que nos não fasam estes danos”¹⁶. O pragmatismo da solução última proposta pelo governador, expressivo documento da política e da ação militar do período, revela a dimensão do problema enfrentado naquela zona de combate, e a consequente apreensão que devia disseminar no reino, e em Lisboa, para onde certamente convergiam os rumores sobre o avanço castelhano, e das dificuldades que havia para contê-lo.

Fica patente a necessidade, sentida pelo redator do *Mercurio Portuguez*, de se dirigir contra tal apreensão. A notícia de uma vitória portuguesa contra a cavalaria sediada em Arronches, portanto, vinha a calhar, tanto para o conde de Vila-Flor, que a enviou por carta datada de 21 daquele mês, e precisava demonstrar que tomava providências para minorar o problema na região, quanto para Antonio de Sousa de Macedo, que, diante do exposto, interessava-se em divulgar novas alentadoras sobre o desenvolvimento do confronto no Alentejo. É significativo, neste sentido, que a notícia sobre o feito português iniciasse apenas com a consideração de que “se licenciava tanto a cavalaria que o inimigo tem em Arronches”¹⁷, dissimulando com ares de desdém a interferência e a preocupação que os castelhanos causavam na província. Na carta em que enviou a mesma notícia para o rei, Vila-Flor não precisara ser tão discreto, preferindo enfatizar a utilidade de seu comando:

Andava tão livre a cavallaria de Arronches pella nossa campanha, e estava tão costumada a correr as partidas, que nem se lhe dificultava o andar por ella, nem havia partida que não temese muito o ir tomar lingoa aquella praça pello que me resolvi a mandarlhe armar asim para a derotar, como tambem para desatemorizar a nosa gente, e confiar as nosas partidas.¹⁸

No mais, é pertinente notar como, fora esta significativa diferença inicial, a abordagem do *Mercurio* sobre o acontecimento é

quase uma transcrição da carta do governador, o que mais uma vez confirma como se ajustaram naquele momento os objetivos deste e os do secretário de Estado. As únicas alterações na informação promovidas pelo periódico foram pequenos ajustes nos números do feito. Vila-Flor havia escrito que foram capturados, além das setenta cavalgaduras, muitos cavalos, sendo que não mais de quarenta foram trazidos para a partilha, e outros deveriam ter sido escondidos pelos soldados; Macedo, então, informou a captura de sessenta cavalos. Já quanto à atuação de D. Manoel de Ataíde, o periódico arredondou para baixo o número de sangrias sofridas pelo tenente-general, que de acordo com a carta do governador da província haviam sido doze, e não dez: “Estando convalecendo de hũa grande doensa que padeceo de que o sangrarão doze vezes lhe não soffreo o seu zelo ver ir os companheiros a ocazião sem os acompanhar nella em que procedeo como se podia esperar de sua callidade”¹⁹. A diferença de duas sangrias é irrelevante, diante da alteração que Macedo operou no deslocamento da narrativa da carta para a de seu periódico, trocando “zelo” por “brio”, e enaltecendo com outra ênfase a ação do último personagem, dizendo que a força com que acompanhou os seus a buscou em seu espírito, e que lutou “com tanto valor, que mostrou bem que pode dar dez sangrias de barato aos Castelhanos”²⁰.

Como se pode aferir da comparação entre a notícia veiculada pelo *Mercurio* e o modo como ela havia sido descrita ao rei pelo governador das armas do Alentejo, não está na deturpação da informação a característica mais marcante da distinção entre as duas descrições do evento. Ao contrário, Antonio de Sousa de Macedo evidentemente utilizou à larga aquela carta como base para sua escrita, inclusive reproduzindo de forma bem aproximada os dados numéricos lá pontuados. Mais revelador da função política representada pelo periódico, portanto, é destacar como os distúrbios causados na região pela cavalaria inimiga são apenas referidos superficialmente no periódico, e como é na valorização do feito, pela via da ênfase na inteligência e na bravura do soldado português, tanto quanto pela do sarcasmo e do deboche

em relação às tropas castelhanas, que a sua abordagem se distingue mais da encontrada na missiva do conde de Vila-Flor. Direcionando a narrativa do feito bélico para um outro público, mais vasto do que o que teve contato com a carta, Macedo aposta na introdução destes elementos para combater alguma inquietação que poderia estar se desenvolvendo em relação ao estado da guerra na principal fronteira do reino, e para difundir maior confiança no desempenho militar português.

NEM TÃO MENORES: A VALORIZAÇÃO DOS FEITOS MILITARES DE PEQUENO PORTE

Preocupado, como foi visto, em interferir na opinião que se desenvolvia sobre a guerra contra Castela, Antonio de Sousa de Macedo percebia a importância de narrar, e comentar, os pequenos sucessos de guerra que marcavam a vida da população e dos soldados nas terras de fronteira. Se ele tinha razão em afirmar, no segundo número de seu periódico, que a guerra estava àquela altura mais intensa do que nos últimos vinte e dois anos, e a historiografia atual tem mantido e aprofundado esta visão²¹, e se nesta fase se realizou a maioria das suas maiores e mais decisivas batalhas, nem por isso o *Mercurio* deixa de abordar este cotidiano de recontros, escaramuças e, principalmente, de saques e razias, e de elaborar a partir deste enfoque elementos cruciais da construção de seu discurso sobre a guerra. Em momentos distintos, o periódico narra com estilos distintos estes feitos militares. Em várias ocasiões, como no exemplar sobre setembro de 1663, ele os aborda apenas sinteticamente, como que atualizando o leitor das últimas novas, e reafirmando seu discurso de atenção à verdade, que não permitiria que se deixasse pelo menos de pontuar qualquer evento relacionado à guerra:

Aos oito se tomãraõ entre Olivença & e Jerumenha, vinte cavallos, que o inimigo trazia de guarda naquella câpanha. Alguns dias depois tomamos outros sincoenta cavallos pella parte de Elvas. Em dezanove, ou vinte, Pedro Jacques de Magalhaães, Mestre

de Campo general da Provincia da Beira, entrou nos campos de Cidade Rodrigo, & trouxe trezentos boys, recolhendo-se sem perda alguma; & se o inimigo não tivera noticia da entrada antecipadamente, se fizera hũa preza mais consideravel. Estes bons sucessos tiveram o desconto de que na mesma Provincia da beira, no partido de Penamacor, nos derrotou o inimigo duas companhias de cavallos, que cahirão em hũa emboscada, & nos levou della cousa de trinta cavallos, & os dous Capitaes.²²

Já em outros casos, sua narrativa se detém mais sobre os feitos, como no caso já citado de março de 1663, em que na ocasião de um embate contra o inimigo o periódico aproveita para defender a eficiência dos portugueses, e a frouxidão dos adversários, além de enaltecer o desempenho dos heróis do dia. Na edição sobre abril de 1664, o *Mercurio* desenvolve uma aproximação semelhante, ao noticiar o combate travado por seis tropas de cavalos recém-recrutadas em Entre-Douro-e-Minho, contra três tropas e um terço de infantaria enviados pelo governador das armas da Galícia. Por duas vezes ao longo do dia o inimigo atacou as sentinelas da Praça da Conceição, para com isso atrair à peleja as tropas portuguesas. Na ocasião, a narrativa do periódico busca evidenciar a emoção da luta, além de demonstrar o preparo com que o exército português defende suas praças e seu território, não deixando de destacar os principais nomes envolvidos no feito:

Tornou à tarde a buscar as cêtinellas com maior grosso; nós as socorremos; elles engrossarão mais, nós fizemos o mesmo, & assim se travou uma escaramuça bem atacada, vindose por vezes ás mãos. Pello q o Mestre de campo João Rebello Leite Governador da praça lançou fora o resto da sua cavallaria, & alguma mosquetaria junto do fosso. Então rebentou o inimigo das emboscadas, mas sendo batido da nossa artilharia, & mosquetaria, & vêdo q não podia cortar a nossa gête, se retirou

cõ muita perda; (...) Tãbẽ se assinalou Agostinho de Araujo, que era o cabo da guarda; governava as tropas o Tenente Victoriano de Sousa, que se ouve cõ acerto, e bizarria; e do mesmo modo Frãcisco de Abreu, que governava a tropa do Capitaõ Nicolao Ribeiro Picado; & todos os soldados em cõpetêcia satisfizeraõ a sua obrigação. Dos nossos ficãraõ feridos de espada quatro soldados; & hum de hũa bala em hũa perna; mataraõnos dous cavallos, & algũs ficaraõ feridos.²³

A este evento, portanto, o *Mercurio* dedica mais sua atenção, e assim pede o mesmo de seu leitor, colocando-o no centro dos acontecimentos, de cada movimento do combate; mesmo que assim evidencie a violência cotidiana da guerra, o periódico intenciona passar ao leitor alguma segurança, difundindo confiança na força e na perícia militar portuguesa, nos heróis que defendem cotidianamente o seu território, perdendo sangue por ele. Além disso, Macedo nitidamente procura promover laços de identificação com os soldados, por exemplo designando-os como “nossa gente”, ou ao narrar suas ações inserindo nelas a participação do leitor, e, assim, de toda a população do reino: “Nós fizemos o mesmo”. O discurso sobre a guerra no periódico se dedica com grande frequência a estes pequenos enfrentamentos, onde de forma geral se destaca a porfia das tropas portuguesas, e sua apurada técnica militar, mesmo em momentos de desvantagem. Frieza, técnica, coragem: estas notícias de escaramuças e recontros, pontuadas ao longo de todo o período de publicação do *Mercurio*, funcionavam bem em sua lógica discursiva como um microcosmo do embate entre os dois reinos, dando ocasião a que se demonstrasse a superioridade portuguesa em cada detalhe narrado do conflito, e que se buscasse transmitir confiança no desfecho favorável da guerra.

Da mesma forma, é interessante perceber como a violência inerente a esta guerra de rápidas entradas em território inimigo é abordada pelo *Mercurio*. Se, como bem destacou Cortés Cortés, esta atividade bélica

de menor vulto, porém intensa, e contínua, é justamente a que assola e pressiona com mais assiduidade a vida dos moradores das regiões de fronteira, e se, como já foi evidenciado, as consequências políticas nefastas desta pressão influenciaram decisivamente o discurso engendrado por Antonio de Sousa de Macedo nos primeiros meses de seu periódico, é de grande valia acompanhar a sua postura diante dos eventos de guerra em que se punha mais em causa o impacto do conflito sobre a população: as pilhagens que se efetuavam tanto em terreno castelhano como no lado português da fronteira.

A edição de novembro de 1663 é exemplar quanto ao cenário de violência visualizado através do periódico. Em outubro, já se havia noticiado entradas castelhanas na Beira, com roubo de cavalos, gado, e degolas de portugueses. Já em novembro, começa a narração de saques orquestrados por Pedro Jacques de Magalhães, então governador das armas do partido de Riba Côa, distrito norte da província Beira, “em vingança das entradas que no mez passado referimos haverem feito os Castelhanos”. No primeiro dia do mês, o mestre de campo Manoel Ferreira Rebelo é enviado ao lugar chamado Redonda, “que he de setenta vizinhos, o qual saqueou, & queimou com morte de alguns Castelhanos, & proveito dos nossos soldados”. Uma semana depois, Pedro Jacques manda outros sessenta cavalos à Vila de Pastores, que “forão á porta do forte q tem ao redor da Igreja, & tocando a degolar, indo os moradores fugindo pera elle, degolâraõ oito, feriraõ muitos, entrâraõ o forte, saqueáraõ a Villa, queimâraõ as casas, & se recolhêraõ sem perda”²⁴.

Ainda mais feroz é a entrada ordenada por Afonso Furtado de Castro do Rio e Mendonça, recém-chegado para governar as armas do partido do Sul da Beira, Penamacor, no dia dezesseis. Como resposta à queima de algumas casas do lugar de Meimoa, “não tardou o nosso Governador com a vingança”, e enviou seu filho, o comissário-geral da cavalaria Jorge Furtado de Mendonça com cento e trinta cavalos e duzentos soldados auxiliares “sobre a Villa de Trebeja seis legoas da de Penamacor, na fralda da serra de Gata, cujo aspero sitio a tinha livrado até-

gora de padecer ruína”. Sem pudores quaisquer, incentivado por este clima de vingança que pretendia difundir com o seu periódico, o *Mercurio* narra o desfecho do feito deixando bem às claras o quão indefesos se encontravam a vila atacada e seus moradores:

As duas horas depois da meia noite, sem haver chegado a cavallaria pello intratavel do caminho, deu o Comissario Jorge Furtado com a infantaria na Villa descuidada, & a saqueou, e queimou, morrendo alguns miseraveis abrazados nas camas em que se haviaõ deitado para descansar.²⁵

Ao tratar dos saques às vilas, portanto, se mantém no *Mercurio* a operação de inserir o leitor no ambiente mais enérgico do conflito, e demonstrar a perseverança, e neste caso até a impiedade dos soldados e generais envolvidos cotidianamente com a defesa do território, e com o ataque ao inimigo. Quando se tratou de noticiar entradas e saques em vilas e lugares castelhanos, muitas vezes, como nestas acima, a ferocidade da ação militar foi descrita. O *Mercurio*, porém, não escapava à tarefa de justificar a agressão cometida. Nesta edição de novembro de 1663, como se percebeu, a principal razão apontada é a vingança, indicando que se tratava de responder à crueldade e à insolência dos castelhanos. Mais uma vez, a intenção de Antonio de Sousa de Macedo parece ser a de passar alguma confiança para o leitor, e ainda a de aplacar qualquer temor vinculado às últimas entradas efetuadas pelo inimigo. Outro elemento, porém, também importante justificativa do ataque a lugares desprotegidos, já aparece aí, indicado como o “proveito” obtido pelos soldados na ação: o saque.

Em vários números do periódico os saques portugueses são abordados, e muitas vezes percebe-se tal valorização dos despojos alcançados, descritos em alguns momentos com cifras bem elevadas. Nos últimos meses de 1664, o *Mercurio* narra uma série de entradas arrasadoras efetuadas pelo governador das armas de Trás-os-Montes, o já citado conde de São João, e a quantidade de animais capturados, além de outros bens, é sempre impressionante. Em

outubro, o conde teria repartido suas tropas e enviado para assolar várias localidades em uma região da Galícia nunca antes alcançada pelo exército português:

Saquearaõse todas aquellas Freguesias, de que se tirãõ oito mil cabeças de gado meudo, oitocentos bois, grande quantidades de patacas, & dobroës, muitas fazendas, em tam grande numero, que sendo grande o desejo em todos os nossos soldados, achãrãõ todos remédio commum, porque ainda que a repartição, que fez a sorte, não foi igual, todos vierãõ contentes.²⁶

Mais algumas entradas por Trás-os-Montes são então descritas, e a conclusão do *Mercurio* anuncia que alguns lugares da região vinham oferecendo obediência ao rei português. Tais acontecimentos, explica Macedo, teriam origem nas “notáveis perdas” que Castela e principalmente a Galícia vinham recebendo, e padecendo quase sem resistência. “Os clamores dos povos são iguais” arremata com precisão, “& o Rey sêse dobrar a tantos gemidos, posto q sem esperança de remedio”²⁷. Se por um lado, portanto, mostrava-se útil demonstrar a grandeza dos despojos conseguidos nas entradas na Galícia, parecia ainda argumento mais definitivo traçar como consequência da destemida ação portuguesa a desolação da região atacada e o sofrimento dos galegos, que porém não eram ouvidos por seu rei, o que os levava a recorrer à proteção das armas portuguesas que os atacavam. No mês seguinte o *Mercurio* volta a tratar das investidas do conde de São João, que “tem sido hum terrível flagello a Galliza, & a Castella a Velha por aquella parte”, que torna por sua vez a saquear lugares “a que a fúria dos nossos soldados nunca tinha chegado”, tirando deles cerca de trezentos bois, mil porcos, mil cabeças de gado miúdo, e outra grande quantidade de fazenda. O resultado destas bem-sucedidas entradas portuguesas é logo anunciado:

Andaõ os inimigos por aquella parte tão medrosos, que dous ou tres dias antes, vindo cem cavallos a hum lugarajo nosso, bastou a

resistencia de dez lavradores (que só o defendiãõ) para lhes impedir a entrada, & matarlhes alguns cavallos, & obrigarlos a que, com passo mais que ordinario, se retirassem vergonhosamente.²⁸

Narrar os saques portugueses, bem se nota, além de servir para demonstrar, aos olhos talvez de um leitor preocupado com o impacto das entradas castelhanas em território português, como o desenrolar cotidiano da guerra vinha trazendo riquezas para Portugal, e tristezas para Castela, também passava pela afirmação deste tipo de feito como parte de uma estratégia militar eficaz, no sentido da redução do poderio e até da coragem do inimigo. Um ano antes, em novembro de 1663, ao focar o *Mercurio* a atuação das forças dirigidas pelo conde de Schomberg, governador das armas dos estrangeiros e mestre de campo general da província do Alentejo, esta estratégia, militar e discursiva, já se mostrava em pauta. Ordenou ele que algumas tropas saíssem a buscar presas nos campos dos arredores de Brozas, e que outras atacassem o lugar de Ferreguela, e os soldados tiveram um ótimo dia:

A preza do gado foi grandissima, porém os que a tomarão, desencaminhão a maior parte, como he ordinario. Acharaõse setecentos bois, seis mil ovelhas, tres mil cabras, mil & quinhentos porcos, trezentas cavalgadas. A cavallaria do inimigo com o aviso de que os nossos entravão, abalou de todas as partes, & se ajuntou em Albuquerque, mas pondose em marcha para Valença, soube que as nossas tropas estavaõ já incorporadas com o Conde de Schomberg, & com a diligencia que os Castelhanos tinhão feito para chegarem depressa, deixãrãõ pello caminho mais de cento & sincoenta cavallos mortos de cançasso.²⁹

Repare-se que, nesta notícia, por todos os lados se demonstra a eficácia dos saques efetuados, desde o tamanho da presa até a rapidez com que os destacamentos portugueses conseguiram frustrar a tentativa dos

castelhanos de retaliar sua entrada, e assim lhes impingir mais um dano, que foi a perda de mais de uma centena de cavalos. Até o fato de que os soldados portugueses costumavam desviar boa parte dos despojos conseguidos nestas entradas, hábito denunciado pelo conde de Vila Flor na carta já citada de março do mesmo ano e não comentado pelo *Mercurio* daquele mês, é utilizado agora por Antonio de Sousa de Macedo como recurso para fazer supor ao leitor que o saque havia sido maior, e maior, portanto, o prejuízo dos inimigos, do que os dados ali expostos revelavam.

E o tamanho desta pequena vitória, no principal palco de operações da Guerra da Restauração que era fronteira do Alentejo com a Extremadura, é ainda mais acentuado pela pena do *Mercurio*, ao continuar comentando a atuação de Schomberg, que vinha governando a província na ausência do conde de Vila Flor:

Deixou o Cōde de Schōberg as Villas de Mōforte, Alter, Veiros, & Frōiteira com fortificações capazes de recolherem algũas tropas que incomodem o inimigo, especialmente nos comboys para Arronches. Já lhe tomãrãõ hũ, & trinta & seis cavallos; & entre outras cartas q depois se houverão de dous soldados de cavallo que as levavaõ, & foraõ tomados; vimos por hũa de Dom Diogo Cavallero seu General da cavallaria para Dom Alvaro de Luna Governador de Arronches, o muito que sentem aquele estorvo, que obrigarã (diz elle) a se fazer qualquer comboy com grande numero de cavallos, que perecerãõ nestas jornadas; & sem um exercito não será possível desalojarem-nos de alli.³⁰

Pela carta do governador das armas do Alentejo de 3 de março, foi visto como a presença dos castelhanos em Arronches vinha causando graves transtornos na região, gerando o descontentamento e o temor da população, que já se recusava a pagar impostos da Coroa, afirmando estar sendo ameaçada pelo inimigo. E o *Mercurio* sobre o mesmo mês de março, se não se permitiu comentar

esta situação calamitosa, fez apenas referência indireta, ao introduzir a boa notícia de uma vitória contra a cavalaria inimiga sediada naquela praça. Em novembro do mesmo ano, Macedo mantinha seu discurso afinado com a intenção de diminuir a apreensão em relação à ameaça representada por Arronches. Neste caso, o *Mercurio* narra primeiro um conjunto de saques efetuados por tropas portuguesas na região, ressaltando o valor dos despojos, o proveito dos soldados e a inépcia do inimigo em se defender. Em seguida a narrativa do periódico insere aqueles saques em uma perspectiva maior de estratégia militar, dando a nova de que já estavam fortificadas algumas praças nas proximidades de Arronches – lembre-se que na dita carta Vila-Flor recomendava que se fortificasse Monforte e Assumar. Estas já abrigavam destacamentos voltados para estorvar a presença inimiga na praça, através de ataques aos seus cavalos, inibindo desta forma a sua ação ofensiva na região, bem como através de saques a comboios que para lá se dirigissem, o que faria com que os castelhanos precisassem redobrar seu investimento militar se quisessem manter aquela posição conquistada anos antes. E o sucesso da estratégia de Schomberg, a confirmação de que a pilhagem portuguesa fazia parte de um movimento maior de alívio da pressão exercida pelo inimigo na região, vem inclusive através da referência a uma carta do governador de Arronches interceptada, mais um importante despojo dos afortunados saques na região.

Também em novembro, mas já de 1665, outra nova trazida pelo periódico assegura a utilidade da pilhagem e da devastação do território inimigo para o desenvolvimento global da guerra. Logo nas primeiras páginas da edição, são narradas as façanhas do exército sob o comando do conde de Prado, que teria arrasado na Galícia todos os lugares dos vales de Minhoz, Fragoso e Rosal. Entre tantos, destaca a destruição e incêndio de Bouzas, “o ninho dos armadores da pirataria, Villa de setecentos vizinhos, & riquíssima; em q arderão armazens de muitas fazendas, & assucares”. Neste momento chegam notícias de que o vice-rei da Galícia, D. Luis Poderico, aguardava os portugueses

com quarenta companhias de cavalos e cinco mil infantes em uma portela chamada San Colmado, inevitável passagem para o exército de Prado. Os soldados portugueses, segundo o periódico, quiseram seguir para logo enfrentar o inimigo, mas este, “não se fião na ventagem q tinha de sitio, se assegurou na distancia, & marchando a Redondella, passou da outra parte da ponte de Sam Payo”³¹. Ocupando então, após a frustração de não enfrentar oponente, posição em San Colmado, o exército português envia uma partida para queimar a vila de Porrinho, localidade de grande valor para o inimigo, por possuir ali as principais fábricas de suas feitorias:

Executouse com notavel perda sua, arruinandose as moendas (como tambem se fez em outras partes) rompendose as ditas fabricas, quebrandose os instrumentos que não se puderão trazer, & tomandose outros, & todos os aprestos; alem dos muitos mantimentos que havia, com o que terá o inimigo grandissima difficultade em sustentar, não sò exercito, mas gente consideravel naquella fronteira.³²

Nesta abordagem, portanto, Antonio de Sousa de Macedo inclui como fatores benéficos daquelas entradas não só o arrasamento e os saques imediatos dos lugares e dos bens encontrados em território castelhano, mas também a destruição de sua capacidade econômica, da produção em médio prazo dos mantimentos necessários ao sustento do exército, e inclusive da população da região assolada. Associado a um discurso que proclama o vigor da ação militar portuguesa, que inclusive amedronta as forças inimigas, há a afirmação simultânea da inteligência e da eficácia estratégica da sucessão de pilhagens por ela desencadeada. A conclusão da notícia sobre estes feitos resume o impacto geral da entrada na Galícia, reafirmando esta simultaneidade entre a utilidade do ganho português e a da perda castelhana:

Os ditos quatro valles de Rozal, Minhoz, Fragoso, & Porrinho, abundantissimos, & os melhores

de toda Galliza, & suas muitas, & nobres povoações, ficáraõ destruidos, queimados, & arrazados, cõ perda que sempre serà lamentavel a seus naturaes, que em muitos annos se não poderãõ aproveitar delles; & ficou dando o inimigo a cada soldado só hũa quarta de milho, que comiaõ pisado. Os despojos que os nossos trouxeraõ, são increiveis, porque não estavaõ retirados, não se imaginado, q entrariamos tanto dẽtro. Couberaõ a muitos soldados ordinarios peças de prata, & ouro de bom valor, & muito dinheiro; tal houve, q alcãçou seis mil cruzados em dobroens dobrados; desmentiose a opinião q havia do pouco cabedal dos Gallegos; mas a assistencia dos soldados, & exercito, lho acrescentou ha annos, trazẽdo para alli muito dinheiro de elRey, & dos particulares, para as despezas ordinarias.³³

A segurança, portanto, que o *Mercurio* pretendia passar aos seus leitores através do acompanhamento da pilhagem e de outros pequenos feitos militares portugueses passava pelo reconhecimento das forças pontuais do seu exército espalhadas pelas diversas fronteiras entre os dois reinos, e também pela consideração dos ganhos auferidos pelos soldados nos campos de batalha, o que, inclusive, deveria atuar também como importante móbil para a obtenção de novos combatentes para o front em Lisboa e outras cidades. O historiador Jorge Penim de Freitas demonstrou com grande propriedade, e fartura de documentação, as dificuldades que se impunham ao recrutamento de soldados na guerra da Restauração, e como a pilhagem parecia ser a principal, praticamente a única, motivação daqueles que se dispunham a alistar-se, especialmente nas companhias de cavalo do exército português³⁴. O *Mercurio Portuguez*, neste contexto, quando relatava a suntuosidade dos saques efetuados, incentivava o alistamento, mesmo que indiretamente, de novas levadas para compor as forças do reino.

Mais do que isto, porém, como se percebe pelas notícias dos saques partidos de

Portugal entre 1663 e 1665, o *Mercurio* construía através delas o discurso de que tais feitos faziam parte de uma estratégia mais abrangente de minar as forças inimigas, revertendo e contradizendo o assolamento que os ataques castelhanos estariam trazendo ao território português e a seus moradores. Concluir, partindo de tal discurso, que havia por detrás das razias praticadas pelo exército português a intenção de, através da violência sobre as populações da fronteira, sabotar suas atividades econômicas e por esta via enfrentar o esforço de guerra inimigo, confirmando o pressuposto por Fernando Cortés Cortés, talvez seja ainda arriscado, até porque não se pode tomar as informações presentes no *Mercurio* como dados reais, ali verificáveis. Como já foi arazoado, não faz parte dos propósitos deste trabalho constatar ou contestar a veracidade dos fatos narrados por Antonio de Sousa de Macedo. Mais seguro, portanto, e útil ao intento de caracterizar a função política da publicação de seu periódico, é perceber que se disseminava, e se reconhecia no seu discurso sobre a guerra, o impacto das entradas e saques em território castelhano sobre a sua população, e também sobre os rumos da guerra, se não como objetivo, ao menos como resultado deste estilo de ação militar, e que esta constatação é inserida nos comentários de Macedo sobre estes pequenos feitos, com a finalidade evidente de valorizar tais práticas, e a talvez menos evidente de combater, no terreno da opinião, o efeito político exercido pela pressão militar inimiga sobre a população portuguesa. Para isso, porém, além de narrar pequenas vitórias dos destacamentos lusitanos, fazia-se necessário também abordar, e comentar, as entradas e os estragos efetuados pelo inimigo em território português.

UMA GUERRA VIL E COVARDE: A DEPRECIAÇÃO DAS INVESTIDAS INIMIGAS E A TRANSFORMAÇÃO DO DISCURSO SOBRE SAQUES E RAZIAS

Na edição de fevereiro de 1664, a descrição da entrada das tropas sob o comando do general inimigo duque de Osuna é um bom exemplar das estratégias discursivas do *Mercurio*:

Pella parte de Almeida, na Provincia da Beira, andáraõ [os castelhanos] nos primeiros dias deste mez muito soltos com o poder que juntáraõ de Estremadura, correndo a campanha, por naõ haver com que se lhes fizesse resistencia; porrem havendo o Governador das Armas Pero Jacquez de Magalhaens feito recolher os gados ao interior da Provincia, & o fato ás Praças, se empregáraõ em destruir alguns lugares da raya, & por ultima raiva em derrubar duas pontes. Ufano destas facçoës (que o pobre se alegra com pouco) espalhou o Duque de Ossuna papeis, convidando meo mundo á obediencia de seu Rey; & a elles se lhes respondeo de Portugal com outros semelhantes, & de zombaria, & finalmente, deixando o seu novo forte guarnecido, em sinco deste mez se retirou a Ciudad Rodrigo, mas não sem perda, porq pela parte da nossa praça de Alfaiares, o Capitão de couraças Antonio Ferrão de Castello Branco lhe tomou hũ comboy de 24 carretas, & algũas cavalgadas carregadas. De hũa tapada jũto ao forte lhe tomáraõ uns Portugueses de Almofala quarenta boys, e da mesma sua Aldea do Bispo lhe tiráraõ muitos.³⁵

Com algum humor, Macedo inicia a notícia dizendo que estavam os inimigos “muito soltos” no território português, e explica que o faziam em decorrência da ausência de resistência possível à sua ação na fronteira da província. O que poderia levar à consideração de uma falha da organização militar portuguesa, desta forma, é utilizado como subterfúgio para acusar a covardia dos castelhanos, que não percorreriam a região se estivesse protegida. Ainda no intuito de contornar a falta de guarnição que propiciou tal liberdade ao inimigo, o narrador inclui a informação de que todo o gado e o fato daquela raia, objetos de cobiça das tropas de Osuna, haviam sido recolhidos para o interior do território, dando prova da prevenção com que atuava o Governador Pedro Jacques de Magalhães, e minorando a dimensão do dano causado pela entrada em Portugal. Afinal, a ação militar castelhana, de destrui-

ção de “vários” lugares e derrubada de duas pontes, é descrita como de somenos importância, e motivada exclusivamente pela raiva do inimigo, frustrado em suas primeiras intenções de pilhagem. O duque de Osuna, porém, não considerou pequeno o seu feito, e espalhou papéis exigindo a rendição dos portugueses, atitude ridicularizada pela pena afiada do *Mercurio*. Por fim, ainda procurando desacreditar o impacto da entrada castelhana, Macedo contrapõe a ela algumas notícias de saques portugueses bem-sucedidos na mesma região do conflito.

Estes elementos detrativos da ação militar empreendida pelo inimigo estão presentes na maior parte das vezes em que o *Mercurio Portuguez* enfoca os saques e razias que assolavam o território português nesta última fase da guerra. Um deles é o tratamento irônico dispensado a tais feitos, menosprezo tão bem expresso na consideração de que “o pobre se alegra com pouco”. Sua intenção mais óbvia, portanto, é exatamente fazer pouco dos ataques castelhanos. As próximas linhas da mesma edição do periódico, porém, deixam entrever que a destruição causada por tais ataques não foi assim tão desprezível: “Recolhido o inimigo, começou Pero Jacquez de Magalhaães a refazer as pontes, & veo chegando a gente q lhe faltava”³⁶. Era imperioso, bem se vê, consertar o estrago causado pelo duque de Osuna na região, assim como incrementar a defesa do território que havia ficado tão desprotegido. No mês seguinte, uma nova ofensiva do duque na Beira: Pedro Jacques de Magalhães, reedificando uma das pontes arruinadas, sobre o Rio Côa, havia levantado perto dela uma atalaia, e a guarneceu com vinte mosqueteiros, que agora seria o novo alvo dos castelhanos:

Em vinte deste mez de madrugada foi o Duque de Ossuna cõ seiscentos cavallos, & mil infantes para derrubar a atalaya. Sahio da praça de Almeida Pedro Jacques, & mandou occupar os altos de hũa, & outra parte do rio com mangas de mosquetaria; pelejou a infantaria com armas de fogo, & travouse escaramuça com os batalhoens de sua vanguarda; em fim foi o inimigo rechaçado com algũa perda.³⁷

Efetivamente não se tratou a derrubada das pontes de uma ação militar fortuita, inspirada pela raiva de não se haver encontrado gado para o saque planejado. Tendo andado livremente pelo território português, destruído vários lugares e derrubado duas pontes, Osuna talvez tivesse boas razões para se sentir vitorioso. Uma das pontes, só um mês depois o prudente *Mercurio* informa, postava-se sobre o Rio Côa, que atravessava, de sul a norte, os dois partidos militares em que foi dividida a Beira a partir de 1647³⁸, Riba Côa e Penamacor. A crer pelos esforços empreendidos pelo Governador Pedro Jacques em sua reconstrução, com instalação de uma atalaia, e pela defesa contra uma tentativa de Osuna de impedi-la, torna-se patente que a ponte não era um elemento prescindível naquele cenário de guerra, devendo se tratar de uma importante via de comunicação entre o interior da Beira e suas terras de fronteira. Antonio de Sousa de Macedo, portanto, tinha também as suas razões para debochar da investida pontual do inimigo, assim disfarçando seu caráter objetivo, e estratégico.

O assédio das tropas de Osuna na Beira, porém, não param com a tentativa de coibir a reconstrução da ponte, demonstrando que suas intenções na região não eram casuais, e assim também continua o *Mercurio*, ao narrar cada sua investida, desenvolvendo seu peculiar humor diante das incursões inimigas. Em junho do mesmo ano, já portanto em plena campanha de 1664, o duque adentra em território português, de acordo com o periódico, com três mil infantes, mil cavalos, sete peças de artilharia, e muitos carros. Mordaz, o *Mercurio* comenta a serventia de tamanho poderio:

Parou todo este estrondo em derrubar algũas atalayas que o Governador das armas Pedro Jacques de Magalhaães avia mandado despejar por não terem defesa; & em fazer guerra vil aos paês que segou meos verdes, de que levou muitas carradas. Por cartas que se lhe tomãraõ em hum Corrêo para sua mulher, & para o Conde de Graxal, assistente em Salamanca, blasonava muito destas façanhas,

avaliando cada atalaya por hũa Rochela, & cada espiga por cabeça de hum gigante. O Governador Pedro Jacques, que não se achava com seu poder junto, ainda assi em varios recontros lhe matou gente, & tomou trinta & tres cavallos, & lhe matou outros, & da nossa parte se perderaõ só tres cavallos, & houve hum soldado ferido.³⁹

“Todo este estrondo”, escarnece Macedo, é mobilizado apenas para derrubar umas atalaias e fazer “guerra vil” aos pães, ou seja, devastar as plantações de trigo da região, neste caso recolhendo-o e levando para o território castelhano. O humor do *Mercurio Portuguez* opera aqui uma caricatura da ação militar chefiada pelo duque de Osuna, com óbvias intenções políticas. Sem força, ou melhor, sem coragem para enfrentar o exército português, Osuna se contenta com fazer guerra aos pães, e ataca apenas alguns postos de observação portugueses, e ainda envia cartas vangloriando-se do feito, para o seu assistente em Salamanca e para sua mulher. O sarcasmo do periódico chega ao auge, imprimindo à sua caracterização do inimigo delírios quixotescos, e mostrando como Osuna utilizava seu feito para fazer pose de guerreiro vitorioso diante da mulher, e dos seus subordinados. Um ponto, porém, parece incontornável, mesmo à engenhosa pena do *Mercurio*: ao denunciar a vileza do ataque às plantações da Beira, pretende-se com certeza desvalorizar tal ação militar, destacando a sua covardia, mas neste caso a covardia relaciona-se não só com o medo, mas também com a crueldade de quem a engendrou; se se reconhece a crueldade do feito, reconhece-se o seu resultado assolador, o seu impacto na vida dos moradores e na organização do exército lusitano na região. O mesmo intento, portanto, de desarticlar a economia do inimigo, que Macedo procurou elogiar nos saques portugueses, pode-se encontrar no tipo de entrada operada pelos castelhanos em casos como o destacado acima, e é este intento, e seu sucesso, que se procurava então envolver no manto do escárnio e do amesquinamento.

Não por acaso, logo após narrar o recolhimento das tropas de Osuna, o *Mercurio*

traz notícias da resposta de Pedro Jacques de Magalhães aos seus ataques, que começou com uma investida sobre a vila de Sobradillo, com quatrocentos cavalos e dois mil e quinhentos infantes, força que ali entrou sem grande resistência dos moradores, que logo se refugiaram em um castelo próximo. O governador então “mandou saquear a villa, o que se fez com muito vagar; & depois a mandou queimar”. De acordo com o periódico, a fúria de Pedro Jacques só não investiu contra o castelo em que estavam os moradores porque começou uma forte chuva que engrossou o Rio Águeda e impediu que suas tropas o atravessassem com “os petardos, lanças de fogo, & granadas, que para isto levávão”. Obrigado pelo mau tempo a se recolher, ainda “mandou Pedro Jacques dizer ao duque que em saquear, & queimar villas se vingava, & vingaria de lhe segar pães, & derrubar atalayas”⁴⁰. Antes de terminar a mesma edição, Macedo traz ainda, como última nova, que o governador da Beira continuava a sua “vingança dos pães cortados”: sabendo da chegada de um comboio em direção ao forte de Fiel, saiu com trezentos cavalos de Almeida, e o atacou com quarenta cavalos, tomando sessenta carretas e quarenta cavalgadas, e atraindo a guarnição do forte para o combate:

saindo o inimigo a socorrellas, o mandou carregar pello Tenente general da cavalleria Dom Antonio Maldonado, & fazendoo com menor numero, obrou elle, & os que com elle hiaõ de maneira, que às cutiladas, metêraõ os batalhoës inimigos pella porta do Forte, & chegáraõ até á estacada com grande bizzarria, matando, & ferindo muitos soldados, tomando quinze cavallos, & quarenta prisioneiros.⁴¹

Bem se nota a relevância, tanto na guerra quanto na opinião, da derrubada de atalaias e do ataque a plantações de trigo orientados pelo duque de Osuna, se originou estas ações de retaliação, e se no periódico do secretário de Estado se designou a sua vingança como mote e justificativa para as entradas em território inimigo. Como se percebeu, ao tratar das entradas inimigas,

sempre buscando reduzir o impacto destas novas na opinião dos leitores, Macedo opera no sentido inverso do enfoque de exaltação dos pequenos feitos portugueses, e acusa a mediocridade, a covardia e a ausência de qualquer pensamento estratégico por detrás dos ataques inimigos a pequenas localidades, pastos e plantações. Porém, ao longo de suas edições, quanto mais se acusava a covardia dos castelhanos, mais se tornava necessário incluir a valentia como móbil e justificação dos saques portugueses. Isso porque, a cada notícia sobre os danos trazidos pelos castelhanos ao território português, mais se destacava no *Mercurio* a ausência por parte do inimigo de qualquer intenção de combate direto.

Já em julho de 1664 encontra-se um dos primeiros exemplos desta postura. Comenta Macedo em certa altura que os castelhanos entraram por Trás-os-Montes com dezesseis tropas de cavalos, um terço pago de infantaria, e mais alguns milicianos, indo sobre pequenos lugares como Lama de Arcos, Vila Meã e Vilarinho, entre outros, e “não levou delles cousa de sustancia, se bem nas sementeiras fez perda”. Mais um caso, portanto, de ataque direto à produção agrícola das terras de fronteira. Macedo não deixa, como nota-se em seu discurso, de subestimar a perda decorrente da entrada, mas faz mais: diz que a província portuguesa se encontrava com apenas seis tropas de cavalos, trezentos infantes pagos e alguns terços auxiliares, que comandados pelo mestre de campo Diogo de Brito Coutinho estiveram buscando o inimigo; porém este, durante toda a ação, “andou como fugindo; porq tẽdo tanto maior numero de cavalleria, & infantaria paga, se retirava logo, que imaginava q os nossos hiaõ socorrer; atẽ q, avẽdo feito guerra mais de salteador, que de conquistador, se recolheu a Monte Rey”⁴². À desvalorização da dimensão dos saques inimigos, se soma a acusação de que as tropas que os efetuavam fugiam de possíveis recontros com as forças portuguesas, mesmo quando estas apresentassem franca desvantagem numérica. Em meio ao discurso de menosprezo das intenções bélicas castelhanas, vai se definindo uma oposição nítida entre a covardia inerente a um estilo de guerra mais afeito aos saques, e o

valor e a bravura daquele que procura promover confrontos diretos entre os exércitos em contenda.

A partir dos últimos meses de 1665, e durante praticamente todas as edições do *Mercurio Portuguez* em 1666, este discurso avoluma-se e se consolida no olhar do periódico sobre a guerra. Em outubro de 1665, comenta a entrada das tropas do marquês de Caracena, general do exército castelhano desde o início do ano, nos lugares abertos de Veirós e Fronteira, de onde levava presas e prisioneiros. Porém, quando soube que o mestre de campo general e general da cavalaria do Alentejo, Diniz de Melo de Castro, vinha a seu encontro, como quem “entrara em Portugal com preposito de não receber visitas, subitamente levantou maõ do q fazia, & de hum tiro andou sete legoas por se emboscar em Castella; o temor, disse o Poeta, acrecẽta azas”⁴³. A estratégia do *Mercurio* é a de menosprezar o ataque castelhano, mas não exatamente por não haver trazido dano a Portugal, e sim acusando sua covardia em não esperar as forças portuguesas e enfrentá-las. O sarcasmo do periódico, que aqui ridiculariza a rapidez da fuga inimiga, se dirige então a inferiorizar a própria tática militar do saque e a destruição dos lugares de fronteira.

No número sobre os eventos de novembro de 1665, o mesmo em que já se havia narrado a entrada arrasadora do conde de Prado na Galícia, as notícias sobre a província do Alentejo enfocam a entrada do mesmo Caracena, com toda a cavalaria castelhana, dividida em dois troços de mil e quinhentos cavalos cada. O primeiro teria apenas queimado quatro casas nos arredores de Santa Eulália, não conseguindo entrar no lugar por rechaço dos moradores e alguns soldados que lá se encontravam, e se retirou por Juromenha sem que fizesse outro dano, “nem levou preza algũa, porque os gados se haviaõ retirado por aviso que tiverãõ”. Já o segundo troço não parecia tão fracassado, pois queimara as aldeias e casas no caminho de Monsaraz, e “se retirava com hũa grandissima preza de gado”⁴⁴, até que ficou sabendo que vinham no seu encalço o Tenente-General D. Luis da Costa com sete companhias de cavalo e também, com reforços, o mesmo Diniz de Melo de Castro:

bastou isto para tocar logo a recolher, & de retirada apressada, passou a fugida vergonhosa, largando cõ o medo toda a preza (exceptas poucas rezes, & porcos que tinha mandado muito adiante) correndo para o porto do Tarrasal. E tocandolhe poucos cavallos nossos de noite arma pellos lados, & na retraguarda, se meteo em tal confusão que, tocando as trombetas, perdeo o caminho, & setenta cavallos, e nos deixou alguns Oficiais prisioneiros, & foi pelo Roncão passar o porto do Zebro, sem parar senão depois de correr cinco legoas, em que se arruinou grande parte da cavallaria.⁴⁵

Repare-se como aqui se dedica o *Mercurio* a narrar em tons de comédia a saída do inimigo do território português, a caracterizá-lo medroso e atrapalhado, deixando para trás a grande presa que levaria para Castela, causando mesmo a perda dos seus próprios cavalos na confusão de sua fuga intempestiva. Fuga vergonhosa, e não retirada apressada, indica Macedo, ironizando o eufemismo próprio da linguagem militar. Para completar a cena cômica pintada acima, o periódico informa ainda que a causa maior do temor do marquês inimigo, os reforços que trazia Diniz de Melo de Castro, não se concretizou, este não chegara a conseguir reunir a tropas que pretendia: *Fugit impius nemine persequente*; o ímpio foge sem que ninguém o persiga, arremata recorrendo ao provérbio salomônico⁴⁶, encaminhando o leitor da comédia à censura moral dos opositores de Portugal, e passando então a apontar como sua ação covarde fazia parte de um novo estilo de guerra levado a cabo por Castela, sinal de sua decadência e de sua inépcia militar:

Tem feito Caracena estes tempos as entradas que vimos, porque (segundo os avisos que recebemos de Madrid) o novo governo da Rainha tem resolutos seguir outro estylo de guerra, não tratando de batalhas (& faz bem) mas molestando com entradas a pilhar. Se isto he generoso, & meo de cõquistar, elles o saberaõ, & se he tambem ordẽ

Real, que fujaõ os intrantes tanto que sospeitem que os nossos os querem buscar, elles a executaõ pontual, & obedientissimamente.⁴⁷

Desta forma, o *Mercurio Portuguez* definitivamente denuncia a indignidade deste estilo de guerra que privilegia os saques e foge das batalhas, e demonstra assim como este tipo de ação indica a falência do inimigo, sua incapacidade bélica, e sua covardia inveterada. Nas edições seguintes à citada, multiplicam-se os exemplos desta abordagem do periódico em relação às entradas inimigas. Em julho de 1666, no auge da campanha militar daquele ano, Macedo coroa o argumento construído nos últimos meses:

Que pelejando aja bons, ou maos successos, he muito ordinario; mas que de tempos a esta parte nam queiram ja os castelhanos pelejar, sõ busquem o que nam tenha opposiçam, & achandoa, nam ousem ver nossa cara, como vimos em tantos successos desta relação, he muito pera reparar; vejase como ham de ser conquistadores.⁴⁸

É, portanto, através deste discurso tecido mês após mês, que o *Mercurio* reorganiza, principalmente durante 1666, sua lógica de detração das investidas castelhanas de pequeno porte. Como se evidenciou aqui, ao longo das sucessivas publicações Antonio de Sousa de Macedo vai definindo suas estratégias discursivas, se esforçando no princípio em desmentir a função estratégica da ação castelhana, de modo inverso ao que fazia quando abordava um saque ou uma razia portuguesa; mais adiante, porém, concentra-se na acusação da covardia inerente a este estilo de guerra, e na associação dos saques castelhanos com uma incapacidade de empreender a guerra mais honrada, e eficiente, que seria o combate direto com as forças militares portuguesas. Construía assim uma distinção moral entre o saque e a peleja, que passou a atuar no discurso detrator da ação militar inimiga com mais veemência do que os anteriores recursos destinados a subestimar a dimensão do seu impacto.

Como não podia deixar de ser, o domínio deste enfoque nas edições de 1666 implicou também mudanças no modo como Macedo passava a descrever os saques dirigidos pelo exército português contra o território castelhano. Caso exemplar desta mudança pode já ser observado em uma notícia do *Mercurio* de março de 1666. Logo após anunciar a perda de quinhentas ovelhas, criticando como os entrantes logo se recolheram, sem deixar oportunidades para pelejas, o periódico passa a noticiar as entradas organizadas por Antonio Soares da Costa, general da artilharia da Beira, que então governava o partido de Penamacor, de onde haviam sido retiradas as tais ovelhas. Tendo saído com duzentos cavalos em busca de cinco tropas inimigas que entendeu estavam em Saclavim, não as encontrou, mas apenas outros trinta e seis cavalos, contando com cinco tenentes e um capitão, dos quais tomou trinta e cinco; no mesmo dia, foi para as proximidades de Silheiros, para atrair sua tropa, mas esta “não quiz sair; trouxeraõ os nossos muitas ovelhas, & cavalgadas, de cujo numero não chegou a *Mercurio* certeza”⁴⁹. No mesmo mês, portanto, subentende-se que houve saques realizados pelos dois lados na raia da região sul da Beira. Ambos, portanto, reconheciam a utilidade, quiçá a necessidade, de tais pilhagens no cotidiano da guerra; mas o *Mercurio*, empreendendo já outra guerra, em outra arena, faz questão de dizer que os castelhanos buscavam apenas o saque, e fugiam de confrontos diretos, enquanto os portugueses cruzavam a fronteira no intuito de provocar batalhas, e quando não as concretizavam, o que afinal dependia da recíproca coragem dos inimigos, é que se dedicavam ao saque. Repare-se que, a esta altura, mesmo o ataque de tropas portuguesas contra castelhanos em franca desvantagem era justificado pela intenção anterior de um combate mais igual, e mais valoroso.

Ao longo deste último ano escrevendo o *Mercurio Portuguez*, Macedo narra outros vários pequenos feitos conduzidos por Pedro Jacques de Magalhães, pelo partido de Riba Cõa, e o modo como Macedo aborda tais feitos, bem diferente daqueles descritos como vingança contra a guerra aos

pães empreendida pelo duque de Osuna, mostra ainda com mais nitidez a significativa alteração do discurso do periódico sobre os pequenos sucessos de guerra. Se durante a campanha de 1664 bastava a menção à necessária desforra em relação aos danos impostos por Osuna para justificar os saques portugueses naquela fronteira, já em 1666 sempre o periódico procurará atribuir ao exército português objetivos mais honrados do que a simples depredação e saque nas possessões inimigas. Durante o ano, em diversas edições são narradas entradas orientadas pelo destemido governador, que saqueiam as redondezas de Ciudad Rodrigo, sempre com o frustrado propósito de provocar um combate direto com a guarnição daquela praça. Houve que se justificar, portanto, os saques efetuados em território inimigo, pois eles não deviam ser interpretados, como o *Mercurio* pedia em relação aos castelhanos, como ações covardes de um exército indisposto a batalhas com seu opositor. A última delas, porém, noticiada no número sobre outubro, é a que merece maior destaque. Mais uma vez, saía o exército português com o fim de “armar à cavalaria de Ciudad Rodrigo”:

Emboscouse aonde chamão Val dos Canhos, pouco mais de tiro de peça da praça; & despedio em partidas 130 cavallos a pilhar os campos, os quaes chegaram a Tamames, sete legoas alem daquela Cidade, passando por muitos lugares, & villas, sem acharem nelas resistencia, mas sô desconsolaçam, & clamores de se verem sem defesa. Em tanto foi Pedro Jacques de Magalhaens sentido na emboscada, pello que se descobrio aos tres; sahio a cavallaria da praça, mas nam apartou as ancas da muralha; o que vendo Pedro Jacques mandou saquear algumas herdades, & que os soldados vindimassem as vinhas, o que fizeram muito a seu gosto com grande vagar. Chegaram as nossas partidas bem carregadas, as grupas de fato, & trazendo 700 rezes vacũas, & muitas cavalgadas, & deixando talada a campa-

nha, & muitas casas queimadas; o nosso Governador das armas se pos em marcha, vindo jütamente caçando às perdizes como por sua casa.⁵⁰

A serenidade da ação militar portuguesa chega a ser anedótica. Investira o *Mercurio* ao longo do ano, em várias ocasiões, no discurso de que as tropas da Beira repetidamente tentavam atrair as de Ciudad Rodrigo, mas estas não as enfrentavam, explicando assim a ocorrência de uma série de pilhagens realizadas por Pedro Jacques na região. Agora, nesta edição de outubro, o periódico incrementa tal discurso descrevendo com tom jocoso as ações que se tornaram possíveis pela covardia dos castelhanos: os saques efetuados já sete léguas depois da cidade inimiga, a sossegada colheita das uvas a poucos metros da mesma, e a tranquilidade com que as tropas puderam retornar a Portugal, permitindo inclusive o requinte de uma caça a perdizes durante o percurso. Assim, Antonio de Sousa de Macedo conduz ao paroxismo sua oposição entre as entradas e saques castelhanos e o mesmo tipo de investida operada pelos portugueses, construída desde fins de 1665: se nas entradas inimigas verificava-se a disposição das tropas lusitanas para sua retaliação, e apenas a covardia castelhana impossibilitava o confronto direto entre as forças militares dos dois reinos, o exército português, por sua vez, ao adentrar em território inimigo fazia questão de executar sem pressa seus saques, no intuito de enfrentar em batalhas campais a cavalaria castelhana, e mais uma vez é o temor dos inimigos que as impede.

Neste último caso, porém, Macedo traz ainda outro dado, que reforça o seu propósito, observado desde os idos de 1663, ao procurar cunhar tal diferenciação entre as pequenas ações militares de ambos os lados da contenda: se Pedro Jacques não encontrou, nos lugares saqueados, qualquer resistência, notou porém como aí se disseminava o desconsolo da população extremenha, que se percebia desamparada pelas forças que a deveriam proteger. Se o cotidiano de rápidas entradas, saques

e razias, de acordo com a historiografia atual sobre a Guerra da Restauração, era o elemento que mais debilitava e assolava a vida dos moradores das áreas atingidas pelo conflito, ao descrevê-las o redator do *Mercurio Portuguez* utilizou, como foi visto, uma série de recursos para valorizar e justificar as ações portuguesas, e menosprezar as investidas castelhanas. Com isso, se pretendeu sempre abrandar o impacto que o inevitável assolamento da zona de guerra poderia causar no terreno da opinião, impacto de inequívoca dimensão política.

A transformação dos recursos discursivos do periódico, que passou, durante sua publicação, da valorização da utilidade estratégica das razias à depreciação moral de sua utilização, serviu sempre, de uma forma ou de outra, à afirmação da superioridade militar portuguesa, à divulgação de consequências nefastas do desenrolar da guerra no território castelhano, como a pauperização da população e das forças militares inimigas, e à simultânea mitigação na opinião das mesmas consequências em Portugal, mas acompanhou também as alterações vividas nos rumos da Guerra da Restauração. De fato, é bastante significativo que, ao longo da publicação do *Mercurio Portuguez*, o simples ganho material dos saques ou a efetivação de uma vingança contra ações covardes inimigas tenham deixado de ser justificativa bastante para o anúncio de entradas em território castelhano. Se, como foi argumentado até aqui, Antonio de Sousa de Macedo pode ter sentido a necessidade de divulgar razões mais nobres, e valorosas, pelo incremento em seu próprio discurso da censura moral à prática de saques e razias, estas duas simultâneas alterações em seu discurso demonstram um novo posicionamento do redator em relação ao lugar ocupado naquela guerra por Portugal. Para além destes pequenos feitos cotidianos, as tropas de D. Afonso VI haviam vencido as batalhas mais vultosas daqueles últimos anos de guerra, notadamente a Batalha do Ameixial, seguida da reconquista de Évora ainda em junho de 1663, e a batalha de Montes Claros em junho de 1665. Sucessos estes que, ironicamente, fizeram valer àquele rei o epíteto de

Vitorioso, que lhe consagrou a tradição, a despeito de ter sido destronado pelo infante D. Pedro alguns meses antes da assinatura da paz com Castela, em 1668.

Provavelmente, portanto, tais transformações nas narrativas e no discurso sobre a guerra impresso pelo secretário de Estado correspondiam a uma percepção de que a própria opinião dos leitores já via o reino em melhores condições diante do inimigo de

mais de duas décadas; ou antes, de que, por sua interferência, este novo olhar podia ser estimulado, e mais bem aproveitado, criando bases sólidas para a afirmação, através da publicação de outras novas, da parte que cabia ao novo governo na obtenção desta posição de vantagem propalada pelo *Mercurio* mês a mês, a partir e apesar da violência cotidiana que suas páginas não deixavam de transparecer.

¹ *Mercurio Portuguez, com as novas da guerra entre Portugal, & Castela. Novas do mez de janeiro de 1663*. Lisboa: na Officina de Henrique Valente de Oliveira, Impressor delRey N. S., 1663. – O título dos diferentes números do periódico variou, porém começava sempre com *Mercurio Portuguez*, que é a forma como será referido adiante, destacando-se apenas o mês sobre o qual cada edição trata. É importante também advertir que as edições de 1666 são já compostas por outro impressor, chamado Domingos Carneyro, sediado também na cidade de Lisboa.

² O primeiro periódico impresso em Portugal, vale destacar, foi a *Gazeta*, publicado entre novembro de 1641 e setembro de 1647.

³ Para uma biografia mais detalhada de Macedo, ver prefácio de Pedro da C. de Sousa de Macedo à edição atual de MACEDO, Antonio de Sousa de. *Flores de España, Excelências de Portugal*. Lisboa: Alcala Editores, 2003. Ed. Fac-Sim. pp. IX-XXVI.

⁴ *Mercurio Portuguez*. Fevereiro de 1663. fol. 2r.

⁵ *Mercurio Portuguez*. Janeiro de 1663. fol. 2v.

⁶ *Ibid.* fol. 4v.

⁷ Este enfoque mais tradicionalista da história militar portuguesa, preocupado com a análise tática de batalhas e uma descrição das hierarquias e funções da organização dos exércitos, se mantém ainda hoje. Porém, algumas obras destacam-se por, mesmo mantendo tais ênfases, procurarem trabalhar a partir delas elementos suscitados por outros enfoques, de história política e social, dos temas militares: Cf., entre os que tratam do exército e das batalhas da Guerra da Restauração: NUNES, António Pires. *Quadros da vida militar – das Ordenações sebásticas às invasões francesas*. In: BARATA, Manuel Themudo, e TEIXEIRA, Nuno Severiano (dir.). *Nova História Militar de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, v. 5, pp. 45-98, 2004; e ESPÍRITO SANTO, Gabriel do. *Batalhas da História de Portugal, Restauração 1640-1668*. Lisboa: QuidNovi, 2006.

⁸ CORTÉS, Fernando Cortés. *Guerra e pressão militar nas terras de fronteira (1640-1668)*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990. pp. 40-43.

⁹ Ele explica que a conferência não teria começado pela ausência do conde de São João, e termina afirmando que ele “hoje deve ser chegado àquella parte, & veremos os termos em que se poem este negocio”. *Mercurio Portuguez*. Março de 1663. fol. 4r

¹⁰ *Ibid.* fol. 3r.

¹¹ *Ibid.* loc. cit.

¹² *Ibid.* fols. 3v-4r.

¹³ *Ibid.* fol. 3v.

¹⁴ COELHO, Possidónio M. Laranjo [org.]. *Cartas dos Governadores da provincia do Alentejo a El-Rei D. João IV e a El-Rei D. Afonso VI*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1940. v. 3, p. 271.

¹⁵ *Ibid.* p. 272.

¹⁶ *Ibid.* loc. cit.

¹⁷ *Mercurio Portuguez*. Março de 1663. fol. 3r.

¹⁸ COELHO, P. M. L. op. cit. v. 3, p. 273.

¹⁹ *Ibid.* p. 274.

²⁰ *Mercurio Portuguez*. Março de 1663. fol. 3v.

²¹ Cf. COSTA, Fernando Soares. *A Guerra da Restauração, 1640-1668*. Lisboa: Livros Horizonte, 2004. pp. 81-102, e também os dados recolhidos sobre a distribuição geográfica e temporal das tropas portuguesas em FREITAS, Jorge Penim. *O combatente durante a Guerra da Restauração. Vivência e comportamentos dos militares ao serviço da coroa portuguesa, 1640-1668*. Lisboa: Prefácio, 2007. pp. 133-151. Para a visão da historiografia militar tradicional portuguesa, são exemplos paradigmáticos, pois representam épocas distintas: CHAGAS, Manuel Pinheiro. *A Guerra da Restauração*. Lisboa: Lucas & Filho – Editores, 1875; SELVAGEM, Carlos. *Portugal Militar. Compêndio de História Militar e Naval de Portugal. Desde as origens do estado portugalense até o fim da dinastia de Bragança*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1926.

²² *Mercurio Portuguez*. Setembro de 1663. fol. 3r.

²³ *Mercurio Portuguez*. Abril de 1664. fols. 3r-3v.

²⁴ *Mercurio Portuguez*. Novembro de 1663. fols. 5r-5v.

²⁵ *Ibid.* fol. 5v.

²⁶ *Mercurio Portuguez*. Outubro de 1664. fol. 4r.

²⁷ *Ibid.* fol. 4v.

²⁸ *Mercurio Portuguez*. Novembro de 1664. fol. 5v.

²⁹ *Mercurio Portuguez*. Novembro de 1663. fols. 6r-6v.

³⁰ *Mercurio Portuguez*. Novembro de 1663. fol. 6v.

³¹ *Mercurio Portuguez*. Novembro de 1665. fols. 1r-1v.

³² *Ibid.* fol. 1v.

³³ *Ibid.* fols. 1v-2r.

³⁴ Cf. FREITAS, J. P. op. cit. principalmente pp. 32-43 e pp. 259-278.

³⁵ *Mercurio Portuguez*. Fevereiro de 1664. fols. 2r-2v.

³⁶ *Ibid.* fol. 2v.

³⁷ *Mercurio Portuguez*. Março de 1664. fol. 1v.

³⁸ Segundo Jorge Penim de Freitas, a divisão da província fora solicitada em Cortes, e teve como ponto de referência a Vila de Alfaiates: "A partir daquela localidade para norte, até ao rio Douro, estendia-se o partido de Riba Cõa, também designado como partido de Almeida; e de Alfaiates para sul, até ao Rio Tejo, tomava forma o partido de Penamacor, também referido como o de Castelo Branco": FREITAS, J. P. op. cit. pp. 143-144.

³⁹ *Mercurio Portuguez*. Junho de 1664. fol. 13v.

⁴⁰ *Ibid.* fol. 14r.

⁴¹ *Ibid.* fol. 16r.

⁴² *Mercurio Portuguez*. Julho de 1664. fol. 8v.

⁴³ *Mercurio Portuguez*. Outubro de 1665. fol. 3v.

⁴⁴ *Mercurio Portuguez*. Novembro de 1665. fol. 6r.

⁴⁵ *Ibid.* fol. 6v.

⁴⁶ Vulgata, Provérbios, 28, 1.

⁴⁷ *Mercurio Portuguez*. Novembro de 1665. fol. 7r.

⁴⁸ *Mercurio Portuguez*. Julho de 1666. fol. 7v.

⁴⁹ *Mercurio Portuguez*. Março de 1666. fol. 3r.

⁵⁰ *Mercurio Portuguez*. Outubro de 1666. fols. 9r-9v.

Conflitos e tensões no espaço americano: a trajetória do mestre de campo do Rio de Janeiro, Manoel de Freitas da Fonseca, na ocupação de Montevidéu (1723-1732)*

Victor Hugo Abril

Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense – UFF, bolsista Capes. Agradeço, aqui, as ponderações da minha orientadora Profa. Dra. Maria Fernanda Bicalho. Parte deste trabalho integra discussões realizadas no II Ciclo de Estudos e Pesquisas em História Militar do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB). Sou grato ao Prof. Dr. Paulo Possamai e Valter Lenine Fernandes pelos comentários e indicações de documentos. E-mail: victorhugo.abril@uol.com.br

RESUMO

A proposta deste resumo é investigar a dinâmica da guerra na monarquia portuguesa. Tendo como ponto de partida o espaço americano, verificam-se os conflitos e tensões entre as monarquias portuguesa e hispânica. Perpassando por vários polos de poder, desde governadores, mestres de campo e demais forças militares, a presente comunicação esquadrinha as dinâmicas sociais dos atores políticos através da trajetória do mestre de campo português Manoel de Freitas da Fonseca. Mesmo após a derrota para os espanhóis, em 1723, e de sua prisão ordenada pelo Rei Dom João V, este consegue a absolvição e ocupa, interinamente, o Governo do Rio de Janeiro em 1732. Tecido o fio do relato, os rastros foram pesquisados no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, principalmente as correspondências de governadores, e no Arquivo Histórico Ultramarino (Projeto Resgate), onde foram delimitadas cartas do Conselho Ultramarino e ordens do Rei Dom João V. Como ponto de chegada, através da dinâmica da guerra, traçamos a prática governativa de um interino, e suas relações com o poder central e os poderes locais, sendo esta a questão proposta nesta comunicação.

PALAVRAS-CHAVE: Rio de Janeiro; Manoel de Freitas da Fonseca; Dinâmica da Guerra

ABSTRACT

The purpose of this summary is to investigate the dynamics of the war in the Portuguese monarchy. Having as the starting point the American space, there are conflicts and tensions between the Hispanic and Portuguese monarchies. Passing over multiple poles of power, such as governors, master of field and other military forces, this communication scans the social dynamics of those political actors. Through the course of the Portuguese master of field, Manoel de Freitas Fonseca, that even after the defeat to the Spaniards in 1723, and his arrest ordered by King Dom João V, was released and temporarily got in charge of the government of Rio de Janeiro in 1732. As it has been presented the tracks were searched in the National Archives of Rio de Janeiro, where mainly correspondence of governors and the Overseas Historical Archive (Rescue Project), and letters of Overseas Council were delimited and the King Dom João V orders. As the main goal, through the dynamics of the war, we trace an interim governing practice, and its relations with the central government and local authorities being the question to be proposed in this academic paper.

KEYWORDS: Rio de Janeiro, Manoel de Freitas da Fonseca, Dynamics of the War

* Artigo recebido em 26 de março de 2014 e aprovado para publicação em 5 de maio de 2014.

NOTAS HISTORIOGRÁFICAS

Para melhor compreensão das questões que serão abordadas, é necessário pontuar um pouco sobre os fatos históricos do período estudado. Para Paulo Possamai a Colônia do Sacramento foi fundada na "margem esquerda do Rio da Prata em 1680 por D. Manuel Lobo", obedecendo ao plano do Príncipe Regente D. Pedro de expandir os domínios portugueses na América, "a fim de assegurar vantagens territoriais e econômicas à Coroa portuguesa". Seguindo esta linha de pensamento a ocasião da fundação da Nova Colônia era propícia, pois a "decadente Espanha de Carlos II, o último Habsburgo espanhol, não parecia capaz de opor resistência aos velhos projetos expansionistas portugueses" que visavam dominar o estuário do Prata e, através dele, "assegurar a manutenção do fluxo da prata contrabandeada das minas de Potosí para Lisboa por via dos portos brasileiros".¹

Segundo Zacarias Moutoukias a experiência de Manuel Lobo durou pouco, e oito meses mais tarde uma força composta pela guarnição de Buenos Aires, milícias urbanas e 3.000 indígenas das Missões Jesuíticas terminaram por derrotar os portugueses. A Coroa lusa não tardou em reagir e promoveu uma ofensiva diplomática acompanhada de um desenvolvimento militar na fronteira. A Espanha cedia a essa ofensiva, pois acabava de sair de uma guerra com a França. O resultado foi o Tratado Provisório de Paz, em 7 de maio de 1681, segundo qual deveriam devolver-se aos portugueses as instalações nesta região. Acordo firmado na presença do governador do Rio de Janeiro, Duarte Teixeira Chaves, em fevereiro de 1682, dando início ao primeiro período de vida da Nova Colônia do Sacramento, que se prolongaria até 1704.²

Num viés mais econômico, a pesquisa de Moutoukias no *Archivo General de Indias*, em Sevilla, nos esquadrinha dados importantíssimos das relações entre as Coroas lusa e hispânica em torno da região do Prata. Primeiro o historiador argentino analisa as cartas do governador de Buenos Aires, Herrera y Sotomayor, que informava, em 1690, os esforços portugueses para conso-

lidar a colonização: transporte de famílias e mulheres solteiras, aumento da guarnição, construção de um forno e galpão para a fabricação de telhas, ladrilhos, etc., ou seja, "desde Rio de Janeiro fueron trasladados 100 soldados, 60 familias blancas, mujeres desterradas, familias de índios tupíes y negros". Nas informações do governador, depois de 10 anos, o assentamento português estava relativamente protegido.³

Em outro momento Moutoukias investiga as correspondências de Gabriel Aldunate e Rada, procurador da cidade de Buenos Aires. Este procurador denunciava o aumento constante do comércio entre Brasil e Colônia, o qual significava maior comércio com Buenos Aires. Queixava-se também da extensa exploração do gado *cimarrón* praticada pelos habitantes de Sacramento. "*El desarrollo de esta atividade dentro del actual territorio uruguayo fue la fuente de conflicto entre ambas ciudades más frecuentemente citada*".⁴

Partindo de uma análise mais política das fronteiras do Brasil na região do Rio da Prata, Luís Ferrand de Almeida apontava que uma das consequências da intervenção portuguesa na guerra de sucessão de Espanha (1701-1713) foi à perda da Colônia de Sacramento, fundada em 1680. Cercada e atacada "por um exército hispano-guarani, as tropas portuguesas retiraram-se da região". Ferrand pontuava que a luta continuava por outras frentes e prolongou-se por alguns anos, até a paz estabelecida entre Portugal e Espanha em 1715, no tratado de Utrecht. Através dessa paz os portugueses reivindicaram a restituição da Colônia do Sacramento com todas as terras até o Rio da Prata. Entretanto, os representantes do Governo de Madri tinham instruções para não admitirem, com o fundamento de que tal concessão colocaria em grande perigo Buenos Aires, o comércio de Potosí e as próprias Índias ocidentais, em geral.⁵

Joaquim Romero Magalhães faz uma síntese objetiva e direta desse conflito: "Os espaços castelhanos não se abriram aos portugueses, nem os espaços portugueses aos castelhanos". Para Romero a questão da fronteira sul do Brasil vê-se então recolocada no centro da política portuguesa indo de encontro com a tese de Luís Ferrand de Almeida.⁶

Caminhando pela análise política iremos esquadrihar a ocupação de Montevidéu. Cada vez mais interessava a castelhanos e portugueses essa região. Nesse contexto, Montevidéu tornou-se angular nesses conflitos. Segundo o historiador Frédéric Mauro a decisão dos portugueses de se fixar nas terras ao sul foi uma consequência direta do conflito hispano-português na região do Rio da Prata, que irrompeu novamente em 1723 (com a questão de Montevidéu). Desde 1716 as relações se haviam exacerbado e os governadores de Bueno Aires e da Colônia do Sacramento se observavam atentamente e tentavam criar postos e povoações em outros pontos da margem esquerda do estuário, para garantir seu próprio comércio de carne, ouro e resina e conter a expansão do inimigo.⁷

Luís Ferrand de Almeida destacava que nesta década (1720) "os espanhóis se encontravam estabelecidos em Montevidéu". Ou seja, a concorrência "luso-espanhola no Prata, para além dos aspectos econômicos, tinha também uma componente política, que se traduzia num problema de soberania".⁸

A COLÔNIA DO SACRAMENTO

A ocupação de Montevidéu era o objetivo português tanto para dominar a navegação do Rio da Prata quanto para aumentar as operações militares sobre esta região, alvo da disputa luso-espanhola. Nos fins do século XVII D. Manuel Lobo, governador do Rio de Janeiro, tinha recebido ordens do Príncipe Regente D. Pedro para ocupar e povoar Montevidéu. A Câmara do Rio de Janeiro não gostava da ausência do governador reinol, pois "*durou tão pouco este bem a este porto [...] durando o seu governo mais que seis meses*". A comunicação política entre a Câmara e o rei tinha o objetivo de informar a péssima administração de João Tavares Roldão, governador interino, e o contrabando que este exercia em diversas naus. A intervenção da Câmara era que D. Manuel Lobo retornasse de Montevidéu para ocupar o Governo do Rio de Janeiro, pois não poderia deixar desprotegida a praça fluminense. No entanto, a Câmara não teve sua solicitação atendida e, em 1680, D. Manuel Lobo fundava a Nova Colônia do Sacramento sob a jurisdição portuguesa.⁹

Passados 35 anos, já no reinado de D. João V, Montevidéu continuava a permear as ambições lusitanas em torno daquela região. A 18 de outubro de 1715, o governador de Santos, Manoel Gomes Barbosa, recebia instruções da Coroa portuguesa para tomar posse da Nova Colônia do Sacramento, destacando os seguintes pontos:

"Partireis do Rio de Janeiro com a maior brevidade possível, embarcando-vos nas embarcações que para esse efeito vos der o governador do Rio de Janeiro, como lhe ordeno, levando em sua companhia para guarnição da dita Colônia duas companhias do terço do mestre de campo Manoel de Almeida, que foi criado para esse feito, procurando que os oficiais e soldados delas sejam dos que já houverem servido e assistido na mesma Colônia, e ao mesmo governador vos mande dar as munições de guerra que vos podem ser necessárias.

Logo que chegardes ao porto e enseada da Nova Colônia, antes de saltardes em terra, deveis mandar por um oficial inteligente e luzido visitar o governador de Buenos Aires e dardes-lhe de teres chegado e vir por ordem minha tomar posse da Nova Colônia e seu território, e lhe entregareis as cédulas de el-rei católico para o dito governador de Buenos Aires fazer a entrega sem depender do vice-rei do Peru, e outra para este a ter assim entendido, e também levará uma cópia autêntica das mesmas cédulas, e instará para que com a brevidade possível se vos mande fazer a entrega, porque vos é preciso desembarcar logo e pores em terra a vossa gente para se refrescar, e isto mesmo exporei em carta sua que o dito oficial decretar em termos corteses, segurando-lhe a boa amizade e correspondência, por ser esta a ordem que levais minha com a maior recomendação [...]"¹⁰

As cédulas do el-rei católico são o Tratado de Paz entre Portugal e Espanha em Utrecht, a qual restituía a Colônia a juris-

dição portuguesa. O que torna instigante nessa instrução real é como o Rio de Janeiro se transformava num centro de decisões da região centro-sul do Estado do Brasil. Manoel Gomes Barbosa se ausentava do Governo de Santos, se deslocaria ao Rio de Janeiro, e estaria esperando por ele o terço do mestre de campo Manoel de Almeida para seguir rumo à Nova Colônia do Sacramento. Contudo, nas instruções D. João V deixava claro na hipótese de uma resistência castelhana:

"No caso em que os castelhanos pretendam entrar em regular os limites do território da Colônia, insistireis em que a posse há de ser na forma dos 5º e 6º artigos do tratado da paz, vista a cessão que nele fez el-rei católico procurando estender o território até o rio Erebuay, por ser este o terreno mais fértil e de maiores esperanças, e do sítio da Colônia para a foz do Rio da Prata, pretendendo juntamente que retirem o arraial de Vera, se ainda ali o tiverem, e a guarda do Rio de São João; e, no caso em que os castelhanos duvidem em parte ou em todo do referido, deveis tomar posse da colônia, e protestando de vos não entregarem todo o território dela mandareis conta, remetendo-me cópia autêntica de seu protesto.

No caso em que os castelhanos não assinarem limites ao território, deveis com grande cuidado, indústria e dissimulação tomar posse da terra que vai assinalada no capítulo precedente, e no caso de pôr-sevos alguma dúvida não romperei com eles a correspondência, mas protestareis e dareis conta, remetendo cópia do protesto [...]"¹¹

O rei finaliza as instruções dizendo que assim que tomar posse da Nova Colônia, Manoel Gomes Barbosa deverá construir fortalezas e assumir o Governo. Esta circulação de informações instalaram um palco de conflitos entre portugueses e castelhanos na região do Prata. Montevidéu tornava-se região chave para a efetiva ocupação da Nova Colônia.

"PROJETO MONTEVIDÉU"

Depois de alguns insucessos, estava a capitania do Rio de Janeiro sob a governança de Aires Saldanha de Albuquerque, em 1723. A comunicação política com a Coroa movia-se, em grande parte, em torno da Nova Colônia do Sacramento, e da ocupação de Montevidéu, como principal eixo para a conquista efetiva de toda a região do Prata. Em setembro de 1723, Albuquerque comunicava ao rei:

"Pelo navio de licença que a este porto chegou em 6 do presente mês [setembro de 1723] recebi uma carta de Sua Majestade, expedida pela Secretaria de Estado, em que me ordena mande logo a guarda costa com alguma gente da guarnição desta praça a tomar posse e fortificar-se em Montevidéu, e logo em seu cumprimento mandei preparar a guarda costa com a sua guarnição, e desta praça vai um destacamento de cento e cinquenta homens dos de melhor nota, com três capitães e mais oficiais competentes, e por cabo dele o sargento-mor Pedro Gomes Chaves, que é o que aqui achei mais capaz, que tem visto guerra com bom procedimento nela, e com a circunstância de engenheiro; e, suposto entendo será necessário mais gente, não me atrevo a desfalcar dos terços maior número, pois que estes ambos se compõem de seiscentos homens, entre os quais há muitos velhos quase estropiados e muitos soldados novos [...]"¹²

A falta de homens para compor o terço é uma das queixas de Aires Saldanha: ou são soldados muito velhos "estropiados" ou muito novos. Além disso, o governador pedia reforços da guarda-costas da Bahia. Contudo, o rei foi informado por Antônio Pedro de Vasconcelos, governador da Colônia do Sacramento na década de 20 do setecentos, que os castelhanos já estavam fortificando Montevidéu. Tal notícia fazia com que o rei resolvesse que a guarda-costas do Rio de Janeiro partisse o quanto antes sem

esperar a da Bahia. A ordem era objetiva: achando-se ou não castelhanos, em Montevidéu, a guarda-costas do Rio de Janeiro deveria ocupar imediatamente o território, e, estabelecida a ocupação, unir-se a Antônio Pedro de Vasconcelos, ou seja, a Colônia do Sacramento. O bilhete final do rei mostra o cuidado desta empreitada militar:

"[...] Este negócio é de tanta importância e de tal reputação à minha Coroa como se deixa ver, e assim espero [Aires Saldanha de Albuquerque] de seu zelo e amor que tendes a meu serviço vos aplicareis a ele com tal cuidado, que se consiga o desejado fim de se não perder uma terra que pertence aos meus domínios, guardando nesta expedição grande segredo para que os castelhanos se não previnam e se faça impossível ou mais dificultoso deixá-los fora."¹³

Esse segredo fez Aires Saldanha intitular a ocupação de "Projeto Montevidéu". Preocupado com a questão da guarnição militar, ele nomeia o mestre de campo Manoel de Freitas da Fonseca a juntar-se a guarda-costas em direção à região do Prata. Segundo Aires Saldanha para fortificação e povoamento de Montevidéu "se faz preciso nomear um cabo de toda a autoridade, inteligência e satisfação, e reconhecendo estas circunstâncias na pessoa do Senhor Mestre de Campo Manoel de Freitas da Fonseca".¹⁴

O mestre de campo Manoel de Freitas da Fonseca embarcava com cento e cinquenta soldados e demais oficiais, entre alguns deles: Pedro Gomes Chaves, Luiz Peixoto da Silva, D. Manuel Henrique de Noronha. As instruções passadas por Aires Saldanha ao mestre de campo eram:

a) logo que chegasse ao porto de Montevidéu faria o exame cuidadoso da região para verificar se ali se encontravam castelhanos;

b) o Mestre de Campo Manoel de Freitas da Fonseca mandaria um oficial, dos mais capazes, a terra com o pretexto de fazer um aviso à Nova Colônia; entretanto, o pretexto seria a averiguação da fortificação de Montevidéu, o número de pessoas e sítios para assim mapear táticas de ataque à região;

c) necessitando de ajuda informar ao governador da Nova Colônia para mandar reforços por terra ou por mar, caso não seja amigável a entrega de Montevidéu pelos castelhanos;

d) na hipótese de encontrar a região de Montevidéu vazia, desembarcará e logo tratará de fortificar a região e fazer aviso ao governador da Nova Colônia do Sacramento e ao governador do Rio de Janeiro para qualquer coisa que possam ajudar;

e) encontrando na região os castelhanos fortificados, e que seja impossível desalojá-los, usará da dissimulação, fazendo-se de amigo e depois retornará a embarcação para planejar o ataque efetivo;

f) o mestre de campo estava advertido que qualquer embarcação que fosse para conservar (contraguarda) do guarda-costas na Nova Colônia, este não deixaria sair do porto de Montevidéu. Em suma qualquer embarcação que fosse da Colônia passando por Montevidéu ficaria retida e só sairia pelo despacho do próprio mestre de campo;

g) por fim, tudo que insinuar ou faltar às ditas instruções ficaria sobre o "prudente arbitrio" do mestre de campo Manoel de Freitas para executá-lo, "como melhor lhe parecer, e conforme a importância deste negócio, pelo muito que eu [Aires Saldanha de Albuquerque] o fio de sua pessoa".¹⁵

A 7 de dezembro de 1723 Aires Saldanha redigia uma carta ao Rei Dom João V sobre a posse de Montevidéu, relatando que, segundo as notícias que tinha sobre a Colônia do Sacramento, a paz dos portugueses com os castelhanos era fato consumado. Tal armistício o fez supor "que o destacamento que foi desta praça [Rio de Janeiro] com a [fragata] Guarda-Costas estará já sem embarço algum de posse do sítio de Montevidéu, de que espero brevemente boas notícias".¹⁶

Entretanto, as notícias não seriam aquelas que o governador do Rio de Janeiro queria comunicar ao rei. Estando sob o comando do Mestre de Campo Manoel de Freitas da Fonseca, as tropas portuguesas foram derrotadas pelos castelhanos. O próprio Aires Saldanha que escrevera ao rei dando notícias de um possível sucesso da ocupação de Montevidéu escrevia, um ano mais tarde, do insucesso.

O governador informava que o destacamento militar chegara ao território em primeiro de novembro de 1723 e "princiariam a por em execução a ordem que levavam" [povoar Montevidéu]. Entretanto, "sabido pelo governador de Buenos Aires, Dom Bruno de Zabala, mandou logo um destacamento de cavalaria que embarçou o projeto de tal forma, que o mestre de campo [Manoel de Freitas da Fonseca] resolveu se retirar outra vez para o Rio de Janeiro, suposta a impossibilidade de continuar o desígnio com que foram [...]".¹⁷

Enquanto nas instruções de Aires Saldanha a Manoel de Freitas destacava-se que o mestre de campo tinha livre arbítrio para decidir, este optou pelo recuo das tropas. Quando a carta do governador do Rio de Janeiro partia nas frotas para o reino, informando as possíveis boas novas da ocupação, deveriam estar chegando aos arredores da cidade fluminense os cento e cinquenta homens e demais oficiais da jurisdição de Manoel de Freitas da Fonseca, derrotados pelos castelhanos em Montevidéu.

CONSEQUÊNCIAS DO INSUCESO PORTUGUÊS EM MONTEVIDÉU

Para melhor encaminhar essa questão sobre a ocupação efêmera de Montevidéu, é necessário demorar-se um pouco sobre as consequências desse insucesso português. E as correspondências não tardaram a chegar aos conselheiros ultramarinos em Lisboa. Antes da empreitada a Montevidéu, o mestre de campo Manoel de Freitas da Fonseca solicitava ajuda de custo, como relatava a Fazenda Real:

"Diz o mestre de campo Manoel de Freitas da Fonseca que como está nomeado por Sua Excelência [Aires Saldanha de Albuquerque, governador do Rio de Janeiro], para pagar a gente que vai desta Praça [Rio de Janeiro] para onde ordene Sua Majestade [Montevidéu], [...] necessita de uma ajuda de custo na forma que o dito Senhor, que Deus guarde, costuma mandar dar para semelhantes ocasiões, e como em três paga-

mentos sucessivos lhe tinham tirado a metade de seus soldos, que costuma vencer por não ter o seu Terço com o número de trezentos soldados que Sua Majestade manda [...] portanto pede a Sua Excelência [o governador] seja servido mandar lhe dar a mesma quantia que se lhe tem abatido do seu soldo nos ditos três pagamentos, por forma de ajuda de custo, pois assim espera da Real Grandeza de Sua Majestade movido da informação que Sua Excelência [o governador] lhe der neste particular o haja assim por bem e juntamente lhe mandar pagar o tempo que até o presente tiver vencido, no que, receberá mercê".¹⁸

Seguem a este requerimento os despachos tanto do provedor quanto do procurador da Fazenda Real em relação ao suplicante: Manoel de Freitas. Ambos posicionavam-se contrários a ajuda de custo, alegando que o mestre de campo não possuía o número de trezentos soldados em seu regimento e que não achavam ordem real alguma que mandasse praticar tal ajuda, ponderava José Leitão, escrivão da Fazenda Real.¹⁹ Contudo tais petições foram suprimidas por ordem do Governador Aires Saldanha. A Fazenda Real escrevia que:

"mandou o governador que sem embargo das dúvidas se cumprisse o seu despacho; e, com efeito, mandei [Bartolomeu de Siqueira Cordovil, provedor da Fazenda Real] entregar ao dito mestre de campo a dita quantia de duzentos e setenta e seis mil réis, debaixo de uma fiança que se obrigou a torná-la a entregar".²⁰

O almoxarife (tesoureiro) da Fazenda Real entregara o dito valor ao mestre de campo, por ordem do governador. Em outra situação, o provedor da Fazenda Real do Rio de Janeiro relatava outra ajuda de custo que o governador pedia para a ocupação de Montevidéu: gastos com as tropas e com a Fragata Guarda-Costas Nossa Senhora da Oliveira, cujo capitão de mar e guerra era Dom Manoel Henriques de Noronha. O

provedor da Fazenda Real escrevia que desconhecia em seus regimentos que o rei enviasse ajuda de custo aos governadores nas ocasiões de ocupações de territórios. Contudo, o provedor concedeu ajuda de custo ao governador que "dando fiança o dito Dom Manuel lhe dessem da Fazenda de Sua Majestade quatrocentos e oitenta mil réis". Interessante frisar que a provedoria da Fazenda Real só concedera tal auxílio, pois em outrora havia ajudado outro governador em caso semelhante.²¹ Com isso, temos tirados dos cofres da Fazenda Real os duzentos e setenta e seis mil réis, dados ao mestre de campo, e os quatrocentos e oitenta mil réis, dados ao capitão de mar e guerra.

O Governador Aires Saldanha, em outro momento, ordena a Provedoria da Fazenda Real que o dinheiro que houvesse mais por conta da Provedoria, "mandasse dar três mil cruzados para se pagar a Companhia de Dragões do Capitão José Rodrigues de Oliveira" que vinham das Minas Gerais para passar a Montevideú.²² Do requerimento dos oficiais e soldados da primeira Companhia de Dragões constava os seguintes pontos, que queremos destacar:

"estes suplicantes [a primeira Companhia de Dragões] vieram das Minas a ordem de Sua Excelência [o governador do Rio de Janeiro, Aires Saldanha] para a segunda expedição a Montevideú [a primeira era do Regimento de Manoel de Freitas da Fonseca] e como até o presente estiveram esperando resposta dos avisos que Sua Excelência [Aires Saldanha] e os suplicantes fizeram ao Excelentíssimo Senhor Dom Lourenço de Almeida [governador das Minas Gerais] se senão poder assistir a Companhia por esta provedoria [das Minas Gerais] por se achar exausta, e que daquele governo [do Rio de Janeiro] é que se lhe havia mandar assistir com o ouro que fosse preciso para se pagar a dita Companhia e fazer os mais gastos do caminho[...]"²³

O dinheiro seria, mais uma vez, retirado da Fazenda Real do Rio de Janeiro, pois a

Provedoria das Minas Gerais alegava não ter condições de financiar o trajeto dos soldados da Companhia de Dragões para o Rio de Janeiro, nem ajudar com os víveres necessários para a tropa. Mais uma vez, o Governador Aires Saldanha retirava dos cofres do Rio de Janeiro essa ajuda de custo.

Resumindo: tínhamos os duzentos e setenta e seis mil réis e quatrocentos e oitenta mil réis dados à primeira expedição a Montevideú (ao Mestre de Campo Manoel de Freitas e o Capitão de Mar e Guerra Dom Manuel Henriques) incluindo os três mil cruzados a serem pagos à segunda expedição, pela Companhia de Dragões. Todos os pagamentos obtidos dos cofres da Fazenda Real do Rio de Janeiro, que com tantas retiradas fazia empréstimos a demais instituições locais, como a Casa da Moeda.

O provedor da Casa da Moeda, Francisco da Silva Teixeira anunciava a chegada de marcos de ouro na Casa da Moeda do Rio de Janeiro entre os anos de 1720 e 1724. Sendo que, nesse período, concedeu empréstimos à Fazenda Real e ao Governador Aires Saldanha para a "nova povoação de Montevideú". Somava a esses empréstimos a quantia de quarenta mil cruzados pagos pelo Tesoureiro da Casa da Moeda, respectivamente, à Fazenda Real e ao Governador Aires Saldanha. O provedor da Casa da Moeda informava ao rei que não remeteu esta quantia ao reino, pois ainda não tinha recebido o dinheiro do empréstimo que concedera.²⁴

Convém deixar bem claro que toda a circulação de dinheiro e ouro foi autorizada pelo rei, com o propósito de ocupação e fortificação de Montevideú, e, conseqüentemente, ter o domínio da região do Prata. Podemos ter por hipótese a ambição e a persistência de Aires Saldanha de Albuquerque no *Projeto Montevideú*, como assim era tratado. Tais meios somavam-se a inúmeras ajudas de custo, apoio militar de outros regimentos do Estado Brasil, como a Companhia de Dragões, das Minas Gerais. Incluindo inúmeros empréstimos, contraídos à Fazenda Real e a Casa da Moeda. Pesquisando mais sobre este tema, encontramos um conflito entre o governador do Rio de Janeiro e o vice-rei do Estado do Brasil, Vasco Fernandes César

de Menezes, no que tange a retirada, por Aires Saldanha, do dinheiro do imposto para a feitoria de Ajudá, na costa de Benim na África. Nesse momento, o vice-rei do Estado do Brasil interviu e proibiu essa ajuda. O conselheiro ultramarino Antônio Rodrigues da Costa corroborava a decisão do vice-rei e proibia a retirada do dinheiro, redigindo o seguinte parecer:

"Faço saber a vós Bartolomeu de Siqueira Cordovil, provedor da Fazenda da capitania do Rio de Janeiro, que o Vice-Rei e Capitão General de mar e terra do Estado do Brasil, Vasco Fernandes César de Menezes, me fez presente em carta de dezesseis de maio do presente ano [1725] em como vós lhes haveis dado conta, em que com a ocasião de ajudar o governador Aires de Saldanha em continuar o projeto de Montevideú [...] se aproveitara de três contos trezentos e noventa e um mil réis que pertencia ao novo imposto para a feitoria de Ajudá. Sou servido ordenar vos restituais logo este dinheiro a Provedoria-mor da Fazenda da Bahia, e que por nenhum acontecimento se divirta [se desvie] o tal rendimento, por que senão siga o dano e prejuízo de se arriscar a conservação daquela fortaleza [de Ajudá] [e] lhe faltarem os rendimentos destinados a seu sustento".²⁵

Neste emaranhado de acontecimentos, conflitos, empréstimos, petições e pareceres seria melhor para o Governador Aires Saldanha comunicar ao rei boas notícias do projeto de Montevideú, do que relatar o fracasso de tal empreitada. Insucesso que deixou inúmeras consequências.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre as consequências da ocupação efêmera de Montevideú estava a prisão de todos os capitães e oficiais que participaram do "Projeto Montevideú", desde o sargento-mor ao mestre de campo. A prisão fora efetuada pelo Governador Aires Saldanha de Albuquerque que não tinha ordenado o

recuo e a fuga das tropas depois de enfrentarem o destacamento militar e os índios, ambos sob controle do governador de Buenos Aires, Dom Bruno de Zabala. Aires Saldanha também criticava o recuo das tropas pelo artifício do governador de Buenos Aires que alegara que as terras de Montevideú pertenciam ao Rei Católico de Castela. Com isso, foram presos numa fortaleza no Rio de Janeiro: Luiz Peixoto da Silva, Dom Manuel Henriques de Noronha, José Rodrigues de Oliveira e Manoel de Freitas da Fonseca.

Depois deste acontecimento e o insucesso da conquista de Montevideú, o Rei Dom João V ordena o regresso de Aires Saldanha ao reino, o substituindo por Luís Vahia Monteiro, em 1725. Por carta do secretário de Estado, Diogo de Mendonça Corte Real, e por decisão régia os presos (o mestre de campo e demais oficiais) foram absolvidos e soltos, com a seguinte ordem: "Continuem no exercício de seus postos, sem que lhe formasse culpa do abandono".²⁶

Por fim, queríamos salientar, com base em ampla pesquisa sobre Manoel de Freitas Fonseca, que após o insucesso da campanha militar em Montevideú, de prisão e perdão régio, ele ampliou seu regimento, o Terço Novo, de 150 homens para 410, recebendo por isso o soldo integral de mestre de campo. Sob seu comando tinha membros e filhos das primeiras famílias ou as mais importantes da capitania do Rio de Janeiro: capitães entre os Sá; sargentos entre os Telles de Menezes, etc. Com forte apoio dessa elite colonial, principalmente dos vereadores da Câmara do Rio de Janeiro, este ocupa o governo interino, em 1732, por ocasião da doença do Reinol Luís Vahia Monteiro.

Entretanto, a maior reivindicação do mestre de campo e demais oficiais encarcerados por Aires Saldanha de Albuquerque era a restituição do pagamento do soldo atrasado no tempo em que estiveram presos. O mestre de campo, que comandou a expedição a Montevideú, Manoel de Freitas da Fonseca, morreu em 1738, sem receber a restituição dos soldos no tempo que estivera confinado na fortaleza.

Questionado pelo Rei Dom João V, Aires Saldanha, a esta época residindo em Lisboa, redigia um atestado no ano de 1755, reco-

nhecendo os valores dos soldados que aprisionara e suas aptidões, dizendo que:

"o Capitão Luiz Peixoto da Silva é um dos Capitães que foram à dita expedição [de Montevidéu] e eu [Aires Saldanha] o reconhecer sempre por um soldado de muita honra e bom procedimento, com aptidão, prontidão e zelo do Real Serviço e sei que dos oficiais que foram à dita expedição [de Montevidéu] é o que existe vivo, e como não se lhe formou culpa, parece que justamente requer o pagamento atrasado do tempo que esteve preso".²⁷

Através desse caminho, não fora nossa intenção ressuscitar instituições ou enaltecer heróis, e, sim, montar o cotidiano administrativo e bélico que envolvia governador e subordinados. Visto o dia a dia da adminis-

tração portuguesa, fomos tecendo o fio de nosso relato, através dos rastros da guerra entre portugueses e castelhanos, do "projeto Montevidéu", etc. Personagens que nos chamaram a atenção para identificar que o homem por si só é um ser imprevisível, e o esquadrihar da documentação foi-nos descontinando esses problemas.

Temos consciência das lacunas, e em nenhum momento traçamos uma história definitiva do governo do Rio de Janeiro ou da ocupação e povoamento de Montevidéu. Segundo Fernando Novais, em "História, não pode haver nunca a obra definitiva; tudo que podemos aspirar são aproximações". Em suma, a história não se faz com certezas e afirmações categóricas. Para Novais, "os juizes da História são sempre os leitores", cabendo a eles "verificar qual a melhor solução, qual a que mais satisfaz seus critérios de verdade e de compreensão".²⁸

¹ POSSAMAI, Paulo. *O cotidiano da guerra: a vida na Colônia do Sacramento (1715-1735)*. São Paulo: Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2001, p. 10.

² MOUTOUKIAS, Zacarias. *Contrabando y control colonial en el siglo XVII. Buenos Aires, el Atlantico e el espacio peruano*. Buenos Aires: Bibliotecas Universitárias, 1988, p. 155.

³ Idem, p. 155-6.

⁴ Ibidem, p. 157.

⁵ ALMEIDA, Luís Ferrand de. *Alexandre de Gusmão, o Brasil e o Tratado de Madrid (1735-1750)*. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica / Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra, 1990, p. 07.

⁶ MAGALHÃES, Joaquim Romero. *Labirintos Brasileiros*. São Paulo: Alameda, 2011, pp. 59-83.

⁷ MAURO, Frédéric. "Portugal e o Brasil: a estrutura política e econômica do império, 1580-1750". In: BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina: América Latina Colonial, volume 01*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008, p. 473.

⁸ ALMEIDA, Luís Ferrand de. Op. cit., p. 10.

⁹ Carta dos oficiais da Câmara da Cidade do Rio de Janeiro ao Príncipe Regente D. Pedro sobre o procedimento do tenente e mestre de campo general, João Tavares Roldão, que está governando a capitania na ausência do Governador D. Manuel Lobo, que se encontra em Montevidéu estabelecendo a nova povoação. (Rio de Janeiro, 19/06/1680). AHU – Projeto Resgate – Documentos Manuscritos Avulsos Referentes à Capitania do Rio de Janeiro (1614-1830), cx 05, doc. 445.

¹⁰ Carta do Rei D. João V para o governador da Praça de Santos, Manoel Gomes Barbosa, sobre tomar posse da Nova Colônia do Sacramento. (Lisboa, 20/09/1715). In: Documentos Relativos a Colônia do Sacramento, Montevidéu, Buenos Aires, e prisão de fabricantes de moedas falsas, etc. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, imprensa nacional, tomo XXXII, 1869, p. 05-6.

¹¹ Carta do rei D. João V para o governador da Praça de Santos, Manoel Gomes Barbosa, sobre tomar posse da Nova Colônia do Sacramento. (Lisboa, 20/09/1715). In: Documentos Relativos a Colônia do Sacramento, Montevidéu, Buenos Aires, e prisão de fabricantes de moedas falsas, etc. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, imprensa nacional, tomo XXXII, 1869, p. 07.

¹² Carta do governador do Rio de Janeiro, Aires de Saldanha de Albuquerque, ao Rei Dom João V sobre tomar posse e fortificar Montevidéu. (Rio de Janeiro, 30/09/1723). In: Documentos Relativos a Colônia do Sacramento, Montevidéu, Buenos Aires, e prisão de fabricantes de moedas falsas, etc. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, imprensa nacional, tomo XXXII, 1869, pp. 20-22.

¹³ Carta de Sua Majestade vindo pelo navio de licença, que chegou a este porto em princípio de setembro de 1723. (Lisboa, 09/06/1723). Documentos Relativos a Colônia do Sacramento, Montevidéu, Buenos Aires, e prisão de fabricantes de moedas falsas, etc. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, imprensa nacional, tomo XXXII, 1869, pp. 23-25.

- ¹⁴ Ordem que há de observar o Senhor Mestre de Campo Manoel de Freitas da Fonseca na expedição a que vai da fortificação de Montevidéu. (Rio de Janeiro, 01/11/1723). In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, imprensa nacional, tomo XXXII, 1869, pp. 25-28. (grifos meus)
- ¹⁵ Ordem que há de observar o senhor Mestre de Campo Manoel de Freitas da Fonseca na expedição a que vai da fortificação de Montevidéu. (Rio de Janeiro, 01/11/1723). In: Documentos Relativos a Colônia do Sacramento, Montevidéu, Buenos Aires, e prisão de fabricantes de moedas falsas, etc. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, imprensa nacional, tomo XXXII, 1869, pp.25-28.
- ¹⁶ Carta do governador do Rio de Janeiro, Aires de Saldanha de Albuquerque, ao Rei Dom João V, sobre a posse de Montevidéu e as notícias de paz estabelecida com os castelhanos na Nova Colônia do Sacramento. (Rio de Janeiro, 07/12/1723). AHU – Projeto Resgate – Documentos Avulsos Manuscritos referentes à capitania do Rio de Janeiro, caixa 13, doc.: 1505.
- ¹⁷ Consulta do Conselho Ultramarino favorável ao pagamento dos soldos do capitão de infantaria do Rio de Janeiro, Luiz Peixoto da Silva, do tempo em que estivera injustamente preso, depois da retirada de Montevidéu. (Rio de Janeiro, 31/05/1755). AHU – Projeto Resgate – Coleção Castro e Almeida, rolo 074, cx. 078, doc. 18083.
- ¹⁸ Requerimento do Mestre de Campo Manoel de Freitas da Fonseca. In: Carta do provedor da Fazenda Real, Bartolomeu de Siqueira Cordovil, ao Rei Dom João V sobre a ajuda de custo dada pelo governador do Rio de Janeiro, Aires Saldanha de Albuquerque, ao mestre de campo, Manoel de Freitas da Fonseca, que foi a Montevidéu, e o desconto feito no soldo em função do número de efetivos do seu Regimento. (Rio de Janeiro, 24/08/1724). AHU – Projeto Resgate – Documentos Avulsos Manuscritos referentes à capitania do Rio de Janeiro, caixa: 14, doc.: 1532.
- ¹⁹ Requerimento do Mestre de Campo Manoel de Freitas da Fonseca. In: Carta do provedor da Fazenda Real, Bartolomeu de Siqueira Cordovil, ao Rei Dom João V sobre a ajuda de custo dada pelo governador do Rio de Janeiro, Aires Saldanha de Albuquerque, ao mestre de campo, Manoel de Freitas da Fonseca, que foi a Montevidéu, e o desconto feito no soldo em função do número de efetivos do seu Regimento. (Rio de Janeiro, 24/08/1724). AHU – Projeto Resgate – Documentos Avulsos Manuscritos referentes à capitania do Rio de Janeiro, caixa: 14, doc.: 1532.
- ²⁰ Carta do provedor da Fazenda Real, Bartolomeu de Siqueira Cordovil, ao Rei Dom João V sobre a ajuda de custo dada pelo governador do Rio de Janeiro, Aires Saldanha de Albuquerque, ao mestre de campo, Manoel de Freitas da Fonseca, que foi a Montevidéu, e o desconto feito no soldo em função do número de efetivos do seu Regimento. (Rio de Janeiro, 24/08/1724). AHU – Projeto Resgate – Documentos Avulsos Manuscritos referentes à capitania do Rio de Janeiro, caixa: 14, doc.: 1532.
- ²¹ Carta do provedor da Fazenda Real, Bartolomeu de Siqueira Cordovil, ao Rei Dom João V sobre a partida da fragata guarda-costas, Nossa Senhora da Oliveira, de que é capitão de mar e guerra, D. Manoel Henriques, com destino a Montevidéu; e o pedido de ajuda de custo feito pelo mesmo capitão ao governador, Aires Saldanha de Albuquerque. (Rio de Janeiro, 20/08/1724). AHU – Projeto Resgate – Documentos Avulsos Manuscritos referentes à capitania do Rio de Janeiro, caixa: 14, doc.: 1527.
- ²² Carta do provedor da Fazenda Real, Bartolomeu de Siqueira Cordovil, ao Rei Dom João V, sobre a ordem do governador da capitania, Aires Saldanha de Albuquerque, para que se pague a Companhia de Dragões do capitão José Rodrigues de Oliveira, que havia sido mandada vir das Minas para socorrer Montevidéu. (Rio de Janeiro, 12/10/1724). AHU – Projeto Resgate – Documentos Avulsos Manuscritos referentes à capitania do Rio de Janeiro, caixa: 14, doc.: 1585.
- ²³ Requerimento dos oficiais e soldados da Companhia de Dragões das Minas Gerais. In: Carta do provedor da Fazenda Real, Bartolomeu de Siqueira Cordovil, ao Rei Dom João V, sobre a ordem do governador da capitania, Aires Saldanha de Albuquerque, para que se pague a Companhia de Dragões do Capitão José Rodrigues de Oliveira, que havia sido mandada vir das Minas para socorrer Montevidéu. (Rio de Janeiro, 12/10/1724). AHU – Projeto Resgate – Documentos Avulsos Manuscritos referentes à capitania do Rio de Janeiro, caixa: 14, doc.: 1585.
- ²⁴ Carta do provedor da Casa da Moeda, Francisco da Silva Teixeira, ao Rei Dom João V, sobre os empréstimos concedidos pela referida Casa à Fazenda Real, para suprir as despesas com o socorro a Montevidéu, informando que na presente frota não envia ao Reino o dinheiro da dita casa, porque ainda não recebeu o pagamento do empréstimo. (Rio de Janeiro, 17/10/1724). AHU – Projeto Resgate – Documentos Avulsos Manuscritos referentes à capitania do Rio de Janeiro, caixa: 14, doc.: 1597.
- ²⁵ Carta do provedor da Fazenda Real, Bartolomeu de Siqueira Cordovil, ao Rei Dom João V, em resposta à provisão régia de 09 de novembro de 1725, sobre a carta do vice-rei do Estado do Brasil, Vasco Fernandes César de Menezes, denunciando as intenções do governador do Rio de Janeiro, Aires Saldanha de Albuquerque, em utilizar os rendimentos do novo imposto da feitoria de Ajudá no projeto de Montevidéu, em vez de ser entregue à provedoria da Fazenda Real da Bahia; informando que restituirá o dinheiro que pertence à Provedoria da Bahia, conforme a ordem régia. (Rio de Janeiro, 20/05/1726). AHU – Projeto Resgate – Documentos Avulsos Manuscritos referentes à capitania do Rio de Janeiro, caixa: 16, doc.: 1764.
- ²⁶ Consulta do Conselho Ultramarino favorável ao pagamento dos soldos do capitão de infantaria do Rio de Janeiro, Luiz Peixoto da Silva, do tempo em que estivera injustamente preso, depois da retirada de Montevidéu. (Rio de Janeiro, 31/05/1755). AHU – Projeto Resgate – Coleção Castro e Almeida, rolo 074, cx. 078, doc. 18083.
- ²⁷ Consulta do Conselho Ultramarino favorável ao pagamento dos soldos do capitão de infantaria do Rio de Janeiro, Luiz Peixoto da Silva, do tempo em que estivera injustamente preso, depois da retirada de Montevidéu. (Rio de Janeiro, 31/05/1755). AHU – Projeto Resgate – Coleção Castro e Almeida, rolo 074, cx. 078, doc. 18083.
- ²⁸ NOVAIS, Fernando. *Aproximações. Estudos de História e Historiografia*. São Paulo: Cosac Naify, 2005, p. 13.

O infeliz general português: Antônio Carlos Furtado de Mendonça e a invasão castelhana da Ilha de Santa Catarina no século XVIII*

Adriana Angelita da Conceição

Graduação e mestrado realizados na Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC e doutorado na Universidade de São Paulo – USP. Atualmente, realiza estágio de pós-doutorado na Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, com apoio da Fapesp.

RESUMO

Em fevereiro de 1777 apareceu nas proximidades da Ilha de Santa Catarina uma imponente esquadra castelhana que tomou o território sem encontrar resistência. Deste modo, dialogando com a história da cultura escrita, a proposta deste texto é analisar as representações escritas que o general e governador militar da ilha, Antônio Carlos Furtado de Mendonça, produziu para se defender da culpa referente à invasão. Neste sentido, se estudará o envolvimento do Vice-Rei Marquês do Lavradio na preparação militar da ilha e nos desdobramentos que levaram o general a julgamento – acusado como um dos principais responsáveis pela perda do território. Sem a intenção de levantar culpados e/ou inocentes, será de interesse a prática de escritas destes governadores ultramarinos, elaboradas e articuladas diante da necessidade de se afastar da desonrosa perda de um território do rei.

PALAVRAS-CHAVE: cultura escrita; invasão castelhana; governadores ultramarinos

ABSTRACT

In February 1777 it appeared in the proximities of the Santa Catarina island an imposing Spanish fleet which, not finding any resistance, took the territory. Therefore, dialoguing with the history of written culture, the proposition of this article is to analyze the written representations that the general and military governor of the island, Antônio Carlos Furtado de Mendonça, produced to defend himself of the fault regarding the invasion. In this sense, we will study the involvement of the viceroy marquis of Lavradio in the military preparation of the island and the unfolding that brought the general to trial – accused as one of the main responsible for the loss of the territory. Without the intention of raising guilty and/or innocents, we are interested in the writing practice of these ultramarine governors, elaborated and articulated before the necessity of standing back from the shameful loss of a territory of the king.

KEYWORDS: written culture; Spanish invasion; ultramarine governors

Nos primeiros meses de 1777 a costa meridional brasileira passou por uma perturbadora e inabitual movimentação náutica de ibéricos. As embarcações castelhanas cumpriam uma ordem real e se conduziam a um território luso. Por mar, buscando contar com o apoio dos ventos e das marés, algumas naus portuguesas se mantinham em guarda, outras carregavam cartas com notícias e ordens decisivas, referentes ao considerado mais importante pon-

* Artigo recebido em 26 de maio de 2014 e aprovado para publicação em 3 de junho de 2014.



to de paragem da América portuguesa meridional – o porto da Ilha de Santa Catarina, localizado na capitania de Santa Catarina. A agitação por mar indicava que um confronto estava por acontecer, e mesmo com as preocupações dos portugueses, o pior não pôde ser evitado. No final de fevereiro, os castelhanos desembarcam no norte da Ilha de Santa Catarina e por terra tomaram a Vila de Desterro, na parte central, sem que os canhões, portugueses ou castelhanos, fossem utilizados. A guerra que a esquadra do Rei Carlos III anunciou ao atravessar o Atlântico para enfrentar as fortalezas da ilha construídas por ordens dos Reis D. João V e D. José I não aconteceu, mas o território português foi tomado pelos castelhanos.

Ao longo do século XVIII o porto da Ilha de Santa Catarina foi visitado por muitas embarcações estrangeiras. Em 1740 o britânico George Anson comandou o navio *Centurion* por uma viagem de circum-navegação oficial durante os anos de 1740 e 1744. A expedição passou por uma preocupante questão sanitária, e Anson decidiu aportar na ilha para limpar o navio e reabastecê-lo de água, alimentos e madeiras, além de empreender os reparos necessários¹. No relato que produziu sobre a viagem, consta que ao se aproximar da ilha ele e os companheiros observaram do navio "a uma distância bastante considerável, dois fortes que pareciam destinados a impedir a passagem dos inimigos entre a Ilha de Santa Catarina e o continente"² – percebendo a estrutura militar do território. Ao continuar as observações referentes à aproximação da ilha, destacou que logo percebeu que sua esquadra tinha deixado em alerta a costa, "pois vimos os fortes içar bandeiras e ouvimos também vários tiros de canhão, disparados com a intenção de fazer os habitantes tomar armas"³. A observação militar de Anson estava relacionada a um objetivo do Rei D. João V.

A construção da estrutura militar da Ilha de Santa Catarina foi iniciada em 1739 pelo Brigadeiro José da Silva Paes – primeiro governador da capitania de Santa Catarina (1739- 1749). Ao principiar seu governo, manifestou a D. João V que era necessário também povoar o território, já que a edificação de fortalezas não seria o suficiente para

assegurá-lo dos interesses estrangeiros. O pedido de Silva Paes foi facilmente compreendido pelo rei, pois fazia parte da política de povoamento das regiões de fronteira da América portuguesa – ao norte, no Maranhão e no Grão-Pará, ao oeste, no Mato Grosso, e também ao sul. Assim, em agosto de 1746 foi publicado na Ilha dos Açores uma provisão régia que anunciava facilidades para quem decidisse viajar rumo à América. Os que aceitaram a oferta tiveram o custo do transporte financiado pela Real Fazenda, receberam terras, sementes e ferramentas, sendo o principal objetivo do rei a ocupação territorial. Portanto, de acordo com a historiadora Maria Bernardete Ramos Flores, o incentivo se destinava, especialmente, aos casais jovens – mulheres com idade não superior a 30 anos e os homens não mais que 40 – preferindo-se os homens com experiência no trato da terra e na criação de gado, e as mulheres conhecedoras das atividades domésticas⁴. Pois a pretensão era a formação e a manutenção de famílias na Ilha de Santa Catarina, para o efetivo crescimento populacional da região.

No decorrer da primeira metade do século XVIII, a Ilha de Santa Catarina cresceu em importância para Portugal, especialmente, por conta do porto. Assim, segundo as análises de Marlon Salomon, a ilha foi emergindo como ponto indispensável para se chegar a conservação e defesa dos territórios meridionais lusos – "sem ela, não se pode manter nada no Rio da Prata e no Rio Grande; sendo o seu porto sempre praticável, ela pode servir como entreposto para o armazenamento de mantimentos e socorros que não podem ser enviados diretamente ao Rio Grande, e que dela podem seguir por terra"⁵. Diante da posição geográfica estratégica, era preciso conservar a ilha como território português. Por isso, D. João V decidiu fortificá-la e povoá-la.

No reinado de D. José I a ilha continuou sendo preocupação portuguesa, principalmente, em função das disputas de fronteira que cresciam ao longo da América meridional, entre Espanha e Portugal. As capitanias de Santa Catarina, Rio Grande de São Pedro e Colônia do Sacramento eram subordinadas à do Rio de Janeiro, que após 1763

tornou-se capital do vice-reinado da colônia, por conseguinte, seu governador era o vice-rei do Brasil e possuía poderes de jurisdição nestas capitânias.⁶ Na região às margens do Rio da Prata a impugnação entre os ibéricos era constante, agravando-se ao longo da década de 70 do século XVIII, quando passaram a circular notícias de que os castelhanos preparavam uma poderosa esquadra com o intuito de atacar e tomar parte das terras meridionais que pertenciam a Portugal, sobretudo, após as vantagens portuguesas nos conflitos da região. Com isso, o vice-rei do Brasil na época, D. Luís de Almeida, o 2º marquês do Lavradio, recebeu distintas ordens das secretarias ultramarinas para o fortalecimento militar da América meridional.

Entre as ordens recebidas pelo vice-rei constou o envio do militar Antônio Carlos Furtado de Mendonça à Ilha de Santa Catarina, com o objetivo de cuidar e reforçar seu sistema defensivo, começado há anos por José da Silva Paes. A carreira militar ultramarina de Furtado de Mendonça iniciou quando participou de missões na Índia como capitão e coronel de infantaria. Na América, entre o serviço militar e administrativo, exerceu o governo interino da Capitania de Goiás de 1770 a 1772 e de Minas Gerais de 1773 a 1774, onde recebeu do ministro da Marinha e dos Negócios Ultramarinos, Martinho de Melo e Castro, as ordens, encaminhadas pelo vice-rei marquês do Lavradio, para assumir o comando militar da Ilha de Santa Catarina, onde permaneceu de fevereiro de 1775 a fevereiro de 1777. O governo mineiro, quando deixado por Furtado de Mendonça, foi assumido por Pedro Antônio da Gama e Freitas, que poucos meses depois também foi enviado ao governo da ilha, tomando posse em setembro de 1775 e permanecendo até fevereiro de 1777. Furtado de Mendonça chegou à Ilha de Santa Catarina para ocupar o cargo de governador militar, e Pedro Antônio da Gama e Freitas foi nomeado governador da capitania. Para o historiador Augusto da Silva, o objetivo de Portugal com este governo dual não era apenas uma divisão de poderes entre civis e militares – “O General Furtado de Mendonça, além de ocupar o posto mais alto na hierarquia militar, estava mesmo investido

de maiores poderes do que o Coronel Gama Freitas, podendo intervir em questões civis e econômicas daquele governo”⁷ – o que era importante diante da urgente necessidade de preparar a defesa do território.

Após a chegada dos novos governadores, os trabalhos junto às tropas e às fortalezas foram iniciados. No entanto, tudo agitou-se intensamente em fins de novembro de 1776, quando o Marquês do Lavradio recebeu a confirmação de que partira da Espanha, do porto de Cádiz, uma imponente esquadra rumo à América meridional. Com isso, o vice-rei comunicou aos governadores do sul que o conflito estava próximo. Mas, como dito no primeiro parágrafo deste texto, a esperada guerra não aconteceu. Nos últimos dias de fevereiro de 1777, a esquadra castelhana tomou a Ilha de Santa Catarina sem encontrar resistência por parte das forças portuguesas. O que teria acontecido neste fastidioso episódio militar da América portuguesa? Entretanto, uma questão era evidente para os governadores da ilha e para o vice-rei, eles estavam diante de uma grande desgraça: a perda de um território do monarca. Com esta breve introdução, voltada a situação militar da Ilha de Santa Catarina e a preocupação do governo português com esta região, apresenta-se o objetivo deste texto: estudar a defesa de Antônio Carlos Furtado de Mendonça frente às acusações que recebeu pelo acontecido em fevereiro de 1777. Ainda que a tomada da ilha pelos castelhanos seja o episódio que interponha o objetivo deste estudo, não se discutirá as importantes problemáticas que envolveram as disputas de fronteira entre Portugal e Espanha ao longo do século XVIII.

O estudo da invasão castelhana não mereceu grande atenção na historiografia do Brasil colonial, no que concerne as disputas territoriais de fronteira ou em relação à história militar. Embora seja, junto de todas as disputas de território da década que ocorreu, um acontecimento que demandou importante atenção do vice-rei do Brasil, antes, durante e após o ocorrido, além de ter representado, através de seus desdobramentos, um relevante definidor das terras do Brasil no sul, com a assinatura do Tratado de Santo Ildefonso⁸, que estabeleceu o que per-

tenceria a cada um dos ibéricos, incluindo a devolução da ilha aos lusos. Na maioria, os estudos existentes, embora não sejam os únicos, foram delineados pelos membros do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina e do Brasil, muitas vezes, preocupados em encontrar resposta para a questão: quem foi ou foram os culpados pelo *indigno* episódio?⁹ Por exemplo, um dos últimos estudos do pesquisador Marcos Carneiro de Mendonça, fazendo referência a ilha de Santa Catarina, foi divulgado na revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) no ano de 1978, após as publicações que destacaram o bicentenário da invasão. Neste estudo, Mendonça, em diálogo com pesquisas publicadas em Buenos Aires, aponta que a entrega facilitada não passou de um acordo familiar, pois o pesquisador Enrique M. Barba teria encontrado informações indicando que o governador da Colônia do Sacramento e da Ilha de São Gabriel afirmava ter ordens do governo português para entregar o território, o que ocorreu em junho de 1777.¹⁰ Com isso, Mendonça levanta a questão: teria o mesmo ocorrido para Santa Catarina? – concluindo, “A entrega da Ilha de Santa Catarina aos espanhóis, comandados pelo General Don Pedro de Cevallos, obedeceu a um grave entendimento sentimental-familiar havido entre dois irmãos amigos, respectivamente responsáveis pelos destinos de Portugal e da Espanha: D. Mariana Vitória, mulher do Rei D. José I, de Portugal (mulher e já viúva), e Carlos III, rei da Espanha”¹¹. Se a suposição de Enrique M. Barba, repetida por Marcos Carneiro de Mendonça, está correta, não se sabe, já que empiricamente a hipótese não é sustentada. Entretanto, sobre a discussão desta temática, interessam a este texto os documentos produzidos sobre a invasão e sua repercussão na vida dos militares e do vice-rei – mesmo considerando o breve espaço de tempo entre a perda da ilha e sua devolução aos lusos, menos de dois anos.

A tomada da ilha produziu uma vasta massa documental relacionada à preparação militar, o momento da invasão e seus desdobramentos imediatos. Além dos referentes à investigação que buscou compreender o episódio, levantando conjecturas

quanto aos culpados e inocentes. Dentre estes documentos, este texto dialogará com os que o vice-rei produziu para justificar o ocorrido e a defesa elaborada pelo governador militar da ilha. Toda a produção escrita referente à invasão destacou uma das principais incumbências de um governador, dentro da administração colonial, a conservação do território. Por isso, perder qualquer possessão ultramarina representava uma mácula na imagem do governador ou do militar diante do rei. No século XVIII, no início dos anos 70, os conflitos de fronteira entre os ibéricos na região da capitania de Rio Grande de São Pedro despontaram. Nesse período, D. Luís de Almeida escreveu ao Marquês de Pombal, “verá V Ex.^{ca} a justa afluência em que me acho, e o perigo em q está a *minha* honra, e a *minha* reputação; e finalmente esta hé huá das occasioénz mais principaez, em q só me pode valer o amparo de V Ex.^{ca}”¹². O receio de Lavradio, diante da possibilidade de invasão castelhana, marcou a escrita a Pombal, na qual manifestou o medo de perder a honra e a reputação. Lavradio afirmou que estava disposto a oferecer “a ultima gota de sangue, *pe/a* Gloria de nosso Augustissimo Amo, *pella* Patria, e *pe/o* Estado que possuía”¹³. Portanto, reafirma-se o quanto um dos grandes temores de um governador estava relacionado à possibilidade de ficar sem a posse de uma região do monarca. Com isso, as cartas do vice-rei revelam um profundo desespero quando necessitou noticiar a tragédia da ilha aos outros governadores-gerais do Brasil e a corte.

Uma das primeiras cartas escritas por Lavradio sabendo da perda da ilha foi compartilhada com o governador da Bahia, Manuel da Cunha e Menezes, assinada em 7 de março de 1777. Nesta missiva, Lavradio comunicou a presença da esquadra castelhana diante da ilha – “de 90 e tantas Embarçaçoéz¹⁴, entre Navios de Guerra, e De transporte; e q ainda não tinhaõ feito o Seu desembarquez; e q andavaõ Sondando o porto *muito* a Sua *vontade*, Sem q as *Fortalezas* lhe podessem embarçar”¹⁵. Sendo a central preocupação de Lavradio o retorno da esquadra portuguesa ao Rio de Janeiro – decisão tomada pelo chefe da esquadra, diante das opulentas naus cas-

telhanas. A deliberação do comandante desolou o vice-rei, pois, deste modo, a debilidade defensiva da ilha aumentava. Embora neste texto não se abordará os desencontros entre o Marquês do Lavradio e o comandante da esquadra portuguesa, o britânico Roberto MacDouall, far-se-á um rápido apontamento. Desde que MacDouall assumiu o comando da esquadra lusa, o vice-rei manifestou inquietação, justificando que considerava perigosa a presença de estrangeiros nos comandos militares da colônia – mesmo que Portugal, especialmente no reinado de D. José I, tenha contratado muitos militares de outras nacionalidades para atuar no ultramar e na corte, diante da falta de homens treinados para ocupar os postos¹⁶. As desconfianças de Lavradio lançadas sobre MacDouall desencadearam processos e muitas acusações entre ambos, e cada um apresentou seus motivos diante do ocorrido na ilha.¹⁷

No dia 20 de março, Lavradio voltou a escrever ao governador da Bahia e, desta vez, a carta foi mais detalhada. Compartilhou com Cunha e Menezes que o *infeliz* governador da Ilha de Santa Catarina tomou “a resolução de Largar a Ilha, e as Fortalezas, depois de se ter trabalhado a douz annoz com o mayor vigor e despeza, para se fortificar em forma, q podesse defender-se”¹⁸. Mas o pior tinha sido a forma de entrega, “comvocou hum conselho, ou hum Consiliabo propondo Largar a Ilha, sem se ter dado hum só tiro, nem recebido hum recado do General”¹⁹, ou seja, não tinha ocorrido nenhum tipo de comunicação entre invasores e invadidos. Na continuação, escreveu “aparesseraõ fora da Barra deste porto tres Embarçaçoéz Castelhanas com Bandeira branca”²⁰, trazendo Furtado de Mendonça e os outros oficiais da ilha. A atitude do vice-rei foi severa, negou comunicar-se com os militares e dividiu-os como presos nas diferentes fortalezas da capital. Assim, indagou o governador: “Veja V. E.^a qual terá sido a minha dor, e a *minha* Consternação?”, acrescentando, “Eu não sei o como me não tem estalado o Coração por toda a parte. Esta dor hé daquellaz, q quanto mais Se lhe procura o remedio, menoz a Livio se encontra”²¹. Mas, Lavradio afirmou que precisava manter-se tranquilo, pois era

necessário que restaurasse “a honra e gloria da Nasçaõ, porem Se Deoz me não der forças, eu não poderei rezestir”²².

Quando D. Luís de Almeida comunicou o ocorrido ao chefe do exército do Sul, João Henrique Böhm, outro estrangeiro a serviço do rei português, relatou que jamais esperava receber tal notícia, vendo-se como louco diante da incredulidade que parecia permeiar a entrega da ilha – “sem se atirar hum tiro, sem se examinar a fundo a força dos Castelhanos”²³. O vice-rei não conseguia acreditar que um porto “taõ fortificado” tivesse sido abandonado diante de “huá tropa, q estava taõ disposta a defender-se com o mayor valor”²⁴ – mais adiante será retomada a questão da boa ou má fortificação da ilha. Nesta carta, o Marquês do Lavradio ainda afirmou “Esta acçaõ hé a mais desgraçada, e injuriosa q se podia cometer”²⁵, declarando sua primeira sentença diante da atitude de um militar que abandona, sem defender e/ou conhecer as forças inimigas, o território do rei. Em 1708, por ordem do Rei D. João V, foi traduzido do francês e publicado em Portugal o importante tratado militar composto por Antônio de Ville Tolozano. Dentre a descrição das competências do governador de praça, Tolozano refletiu que o governador deveria ser “prudente, seguro, que se não perturbe de cousa algũa, e dê animo aos demais”²⁶; que aonde for necessario mostre ousadia, e que saiba porèm conservar a sua pessoa, como a Praça”²⁷. Portanto, conservar o território assim como se conservar dos vícios da covardia e da temeridade eram as principais atribuições de um governador, segundo Tolozano – atitude que Lavradio indicou como ausente das práticas do Governador Militar Antônio Carlos Furtado de Mendonça.

Diante da necessidade de comunicar a corte o que acontecia, muito provavelmente D. Luís de Almeida viu-se diante de uma difícil tarefa, noticiar ao rei a perda de uma possessão na América. Na carta enviada ao importante secretário do rei, Marquês de Pombal, escreveu que admitia que as forças portuguesas eram diminutas diante da inimiga, mas, mesmo que o inevitável fosse a retirada, os militares deveriam praticar uma “vigorosa, e exemplar rezistencia”²⁸, o que não sucedeu. Com esta constatação, confes-

sou ao Marquês de Pombal que quando leu a notícia da retirada sem defesa cuidou para que seu coração não arrebetasse “e não sei como tenho forças para poder fazer a VE²⁹ huma semelhante participação”³⁰. Na época da tomada da ilha, o Marquês do Lavradio completava, aproximadamente, oito anos no posto de vice-rei, o principal cargo do governo ultramarino, assumido em 1769. No início da administração, D. Luís de Almeida pensou que retornaria a Portugal em pouco tempo. Por conseguinte, quase concluindo uma década de serviço ao rei no Rio de Janeiro, o episódio da invasão poderia originar má reputação, assim, para desvincular a invasão e a perda do território de seu governo – para se livrar desta mácula –, sua estratégia foi buscar um culpado, assim, investiu em acusar o chefe da esquadra, Roberto MacDouall, e o governador militar da ilha, Antônio Carlos Furtado de Mendonça. Como um bom conhecedor dos meandros administrativos e jurídicos do governo português, as acusações do vice-rei não foram diretas e se revestiram de ardiloso engenho, representado pela escrita de relatórios e pareceres. Entretanto, diante da culpabilidade deflagrada sobre si, o Governador Antônio Carlos Furtado de Mendonça elaborou sua defesa.

Através da troca de cartas mantida entre o Marquês do Lavradio e Furtado de Mendonça percebe-se uma relação de amizade e camaradagem mantida até o episódio da invasão. Para elucidar esta cumplicidade analisar-se-á uma carta recebida por Furtado de Mendonça quando assumiu interinamente o governo de Minas Gerais – escrita por Lavradio em junho de 1773. Nesta longa missiva o vice-rei começou preocupando-se com as moléstias do general, desejando-o boa saúde. Na sequência, o assunto voltou-se à prática de governar, escreveu o vice-rei, “Agradeço a V. Ex.^a a lembrança que quer conservar de alguns dos meus toscos discursos: eu falei a V. Ex.^a sempre com aquela honra, e amizade, de que V. Ex.^a tem tido tantas experiencias”.³¹ Nas argumentações de D. Luís de Almeida a prudência, os sofrimentos e o tempo eram os melhores mestres e poderosas forças contribuidoras para a manutenção do governo ultramarino. Ainda escreveu: “VEx.^a que por benevolencia

sua Se lembra dos meos discursos melancolicos, Senão esquecerá das muitaz vezes, que lhe repety o perigo, em que viviamos os q’ estavamos nestes Empregoz”³². Para Lavradio o governo colonial exigia cautela e atenção, assim, oferecia estas palavras a Furtado de Mendonça desejando que as ações do amigo fossem as mais acertadas.

Em outra carta, de julho de 1773, a amizade é mantida e as palavras se apresentam descontraídas, com comentários pessoais em relação à vida e aos amigos, sem que o vice-rei deixasse de repetir o quanto o governo ultramarino era penoso. Assim, “Finalmente meu Antonio Carloz, pela *minha* fiel amizade torno a pedir-lhe que se não fye de outros Conselheiroz *para* as sua rezoluçoens”³³, pois, os mais confiáveis eram o tempo, a prudência e a humanidade, “na certeza q estes Seraõ os que mais fielmente o haõ de conduzir aquellez acertos nos Servico do Rey, e da Patria, que o poderaõ encher daquella gloria, e felicidades q’ eu lhe dezejo”³⁴. Para o sentido do governo colonial o bom serviço ao rei era retribuído com glórias e felicidades, primeiramente ao monarca e depois ao executor. Nesta mesma carta Lavradio ainda destacou que não eram escritas pelos oficiais da secretaria do vice-rei e assinadas por ele, mas escritas por seu secretário pessoal, ditadas pelo vice-rei e por ele assinadas. Isso confere a esta troca epistolar a particularidade das cartas de amizade e um cuidado especial do remetente com o destinatário. Ao finalizar a missiva, ainda enfatizou: “Grande hê a liberdade, q’ tomo, e a paciencia, que a V.Ex.^a será precisa para desculpar este meu, talvez indiscreto; zello; porem mayor he a amizade q’ a V.Ex.^a profeeço, q’ me obriga a este exceso, e por ella mereço a V.Ex.^a toda a desculpa, e indulgencia”³⁵. O vice-rei desculpou-se pela extensão da carta, mas justificou ser a amizade o motivo de tanto zelo. Entretanto, como se está destacando, o vice-rei interessava-se pelo bom governo ultramarino, pensando, na maior parte das vezes, na sua imagem como representante do rei no Brasil.

Com o deslocamento de Furtado de Mendonça de Minas Gerais para a Ilha de Santa Catarina e o posterior episódio da perda do território para os espanhóis, as palavras en-

tre o vice-rei e o general perderam o estilo afetuoso. Em 25 de fevereiro de 1777, preparando a passagem dos militares para a terra firme, abandonando o território depois de um conselho de guerra entre os governadores e os militares de comando, escreveu Antônio Carlos Furtado de Mendonça ao vice-rei, anunciando pura consternação, “confesso a V.Ex.^a que não tenho Cabeça, para nada, e muito menos animo, para dar a V.Ex.^a estas tristes noticias”,³⁶ os inimigos estavam se aproximando e era preciso deixar o território.

Em maio de 1778, D. Luís de Almeida escreveu a Martinho de Mello e Castro, para comunicar o início do corpo delito que objetivava apurar o ocorrido em fevereiro de 1777. Para sentenciar a Furtado de Mendonça “e os mais officiaes, que com elle se achavaõ na infillis entrega da Ilha de Santa Catharina”³⁷ foi designado o ouvidor-geral do crime, Bernardo de Salazar Sarmento Eça Alarcão. Ainda nesta comunicação, Lavradio escreveu que “Para se formar o sobredito Corpo de Delicto, juntei todas as Ordens, e Instruçoens, assim da Corte como minhas, que foraõ dirigidas ao Sobredito Coronel, e toda a outra correspondencia, que com elle tive, as remetterei a V.E.^a, no cazo de V.E.^a achar ser preciso passar a Real/ Prezença da Raynha Minha Senhora”.³⁸ Assim, o processo foi formado com o agrupamento das cartas trocadas entre Lavradio e Furtado de Mendonça. Deste modo, o vice-rei buscou indicar suas ordens, o envio dos materiais bélicos, mantimentos e soldados na preparação militar da praça.

Bernardo de Salazar passou a questionar Furtado de Mendonça no início de maio de 1778. Concluído o primeiro interrogatório, o ouvidor enviou a D. Luís de Almeida o auto de devassa. Quando o vice-rei leu o documento, manifestou-se com intensa raiva, argumentando que o conteúdo caluniava sua reputação como vice-rei do Brasil, diante das acusações proferidas por Furtado de Mendonça. Cada um, ao seu modo, pretendia livrar-se da culpa pela perda do território. Entre as palavras de Furtado de Mendonça consta que se recusaria a responder corretamente a Bernardo de Salazar, pois não confiava na forma que seria sentenciado por Lavradio e seus oficiais. Na

ocasião em que o vice-rei soube dos insultos, solicitou que o ouvidor comunicasse a Furtado de Mendonça que as acusações, dirigidas a ele e aos juizes do processo, podiam ser levadas ao conhecimento da rainha. Porém, mesmo com as ofensas, as investigações continuaram, escrevendo Lavradio a Bernardo de Salazar – “a V.m.^{ce} agora compete hé o continuar a deligencia na forma q. o detreminaõ as Leys, guardando toda a Ordem do Processo com *aquele* acerto, e regularidade q. as mesmas Leys o tem disposto, e com *que* V.m.^{ce} taõ acertadamente costuma praticar”³⁹. As incessantes denúncias do general proporcionaram ao processo algumas vantagens, como, por exemplo, que o julgamento fosse conduzido por um conselho de guerra e não tratado como crime de lesa-majestade. Mas a principal ação defensiva do general foi a elaboração de um extenso depoimento destinado à rainha, denominado, posteriormente, *Defeza d’Antônio Carlos Furtado de Mendonsa, respeito á entrega da Ilha de S. Catarina*.

Os fólhos que formam a *Defeza d’Antônio Carlos Furtado de Mendonsa* estão custodiados na sessão de manuscritos da Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, onde constam, sem datação, duas versões idênticas que apresentam apenas variações quanto à ortografia e à gramática. A *Defeza* identificada ao grupo documental *I-31, 26, 1* está acompanhada de outros documentos, manuscritos e avulsos, relacionados à invasão. A outra versão consta identificada como *I-03, 15, 002*, “Collecção Benedicto Ottoni” – *Defeza d’Antônio Carlos Furtado de Mendonsa, respeito à entrega da Ilha de S. Catarina*. Ao se analisar as *Defezas*, supõem-se que a versão referente a coleção Benedicto Ottoni é uma cópia da presente no grupo I-31, 26, 1. Pois a Collecção Benedicto Ottoni é formada por documentos que pertenciam à antiga Biblioteca Fluminense, além disso, o documento apresenta-se isolado de outros relativos ao processo. No entanto, a versão mais lida pelos pesquisadores do tema é a edição publicada na revista do IHGB no século XIX, no ano de 1864, baseada na cópia de Benedicto Ottoni – consta na edição que o texto foi copiado de um manuscrito pertencente à hoje inexistente Biblioteca Fluminense⁴⁰.

Furtado de Mendonça declarou que o interrogatório deveria transcorrer em algum lugar neutro, sem a influência de Lavradio – desconfiando das atitudes do vice-rei. Quando D. Luís de Almeida escreveu a Mello e Castro, relatando os encaminhamentos do processo, discorreu sobre os desrespeitos do militar que usava “muitos descomedidos termos”, enquanto os outros interrogados “responderão cheyos de respeito, obediencia, e sinceridade”⁴¹. Assim, Lavradio concluiu a Mello e Castro que a alegação de Furtado de Mendonça “hera hum Libello infamatorio” contra ele. Entretanto, mais do que ressentido, Lavradio temeu as consequências de tantas difamações, afirmando ao ministro o quanto seguia as leis com respeito e obediência, “e o modo porque me tenho conduzido, hé publico, e notorio, com tudo, quando seja preciso, eu justificarme de huma acuzação semelhante, o poderá fazer por mim o Conde de Villa Verde, a quem remetto os Documentos autenticos, que farão a minha justificação”⁴². Desconhecendo a repercussão das acusações de Furtado de Mendonça, Lavradio se preveniu, enviando ao genro, conde de Vila Verde, um dossiê com cópias de cartas provando suas disposições em relação à preparação bélica da Ilha de Santa Catarina.

Na missiva dirigida a Mello e Castro encontram-se indícios que ajudam a compreender como a *Defeza* de Furtado de Mendonça foi elaborada. Durante o inquérito, em determinado momento, o general exigiu que acrescentassem os apontamentos elaborados por ele e um letrado. Embora fosse avisado “que ali não hera o lugar nem occaziaõ de dar as suspeiçoens, que hera inverter a Ordem daquelle Processo, que elle quando deu a Sua defeza, poderia alegar tudo o que fosse a bem da sua justiça”, neste momento, consta que Furtado de Mendonça “alterou-se em gritos”⁴³ ao ouvir tal ressalva. Além disso, o Marquês do Lavradio escreveu que o militar vinha recebendo ajuda de um letrado, “homem muito orgulhozo, e maõ, que a 10 para 11 annos se acha prezo nas Cadeyas desta Cidade”, sendo, certamente, quem ajudou o general com a escrita da *Defeza*.

O documento conhecido como a *Defeza* de Furtado de Mendonça é narrativo e impes-

soal, apontando o general como o suplicante. No começo consta uma breve apresentação, “Ele que desde a primeira idade, só pensou, só tem trabalhado para chegar aos phes do Trono, como hum digno e benemerito Vasalo!”. Assim, o suplicante solicitou à rainha que ouvisse “a sua defeza, ou antes a narração da sua triste historia, em que o Suplicante procura menos justificar-se, que dar huma conta exacta a sua conduta; e depois se entrega com igual rezignação á Justiça e Clemencia de V. Magestade”. Tratava-se, portanto, segundo o general, de sua versão do acontecido e não uma justificativa, pois pertencia à rainha o uso da clemência e da justiça. Na continuação, consta uma breve biografia militar, na qual compartilhou que serviu a monarquia ao lado de representantes das principais casas nobiliárquicas de Portugal: Alorna, Tavora, Arcos e Alva. Descreveu que foi tenente-coronel no regimento da armada de D. João d’Alencastre, em 1755, coronel da infantaria de Moura, em 1758, e na campanha militar portuguesa de 1762 “andou quaze sempre na Beira Alta, debaixo das ordens do Marechal de Campo, Conde dos Arcos, e dos Generaes Tausim, e Milord Jorge”⁴⁴. Em 1767 atravessou o Atlântico rumo ao Rio de Janeiro onde foi nomeado governador de praça, em seguida passou interinamente pelo governo de Goiás e Minas Gerais, como já dito. Antes de continuar a narrativa, consta a seguinte observação, “Não fás o Suplicante vans ostentações do bem que procedeu em todos os empregos, milhares de homens são testemunhas da sua atividade no militar e da sua moderação no Civil, procurando tão somente a felicidade d’aqueles que devião obedecer-lhe”⁴⁵. A partir deste ponto, os problemas referentes à ilha preenchem os 16 fólhos, frente e verso, que compõe a *Defeza*.

Na dissertação em torno do tema da invasão o texto é construído com citações de cartas trocadas entre Furtado de Mendonça e o Marquês do Lavradio. Este aspecto revela uma decisiva característica do governo colonial, a prática de escrita de cartas e sua conservação, o que garantia a elucidação de ações realizadas ou tentativas de realização, além da mobilidade do governo a distância. Neste caso, a citação de trechos

de cartas passivas e ativas de Furtado de Mendonça indica sua acuidade com os documentos referentes a sua administração militar – organizada com cópia das cartas enviadas e guarda das recebidas. Não que se conheça estes documentos enquanto guardados pelos generais, mas a elaboração da defesa, baseada na troca epistolar, indica essa argúcia da conservação documental dos administradores ultramarinos – questão ainda pouco explorada junto da historiografia do Brasil colonial em diálogo com os debates da História da Cultura Escrita. Por conseguinte, para se compreender os modos de governar nos impérios ultramarinos deve-se considerar o quanto governar era também escrever e conservar a escrita, especialmente porque, muitas vezes, importava mais o registrado do que o acontecimento em si.

Entre as ponderações de defesa do general, uma questão foi constante na estruturação dos argumentos, o quanto dificilmente a ilha recebia os materiais necessários e solicitados para a construção/reforma das fortalezas e manutenção/formação das tropas. Neste ponto, as críticas de Furtado de Mendonça ao Marquês do Lavradio foram implacáveis. Para o general existia explícita incoerência entre a escrita do vice-rei e seus verdadeiros procedimentos. Logo que chegou à ilha, Furtado de Mendonça realizou uma avaliação da situação militar e verificou o “pouco que avia, e do muito que precisava”, porém, nunca excedeu as solicitações, pedindo apenas “as coizas da ultima necessidade, e ainda assim havia sempre demora de mezes. Nunca as relações chegavão, nem a tempo nem completas, entretanto dizia-se ao *Suplicante* que hia tudo”.⁴⁶ Por conseguinte, a contradição entre as reais necessidades bélicas da colônia e seu socorro por Portugal fez também do vice-rei uma *vítima* da problemática situação do império ultramarino português, agravada no decorrer da segunda metade do século XVIII. D. Luís de Almeida escreveu inúmeras vezes a Martinho de Mello e Castro e ao Marquês de Pombal, rogando o envio de apetrechos e outros materiais, como pólvora, para a segurança militar do Rio de Janeiro e das capitânicas subalternas.

Exemplo de discrepância entre as necessidades da colônia e o provimento por parte da corte consta em carta do Marquês do Lavradio a Mello e Castro de março de 1772. Neste período, D. Luís de Almeida já completava quase três anos no comando do vice-reinado e escreveu: “Remetto a V Ex.^a a Relação dos Generos que se fazem percizos no Armazenz do trem desta *Capital*, e hé *Semelhante* as q Se tem remetido pella *Secretraria* do *Senhor* Marquez do Pombal; devo dizer a V Ex.^a q os nella se pede hé com a mayor moderação que cabe no posivel⁴⁷”. Lavradio destacou que a relação apenas incluía o necessário, sendo, portanto, preciso ainda salientar que a mesma seguia para as duas importantíssimas secretarias do governo ultramarino. Listas semelhantes, com estas necessidades, constaram em correspondências anteriores – o que permite avaliar a situação bélica temerária da capitania do Rio de Janeiro e das subordinadas. Quando Lavradio recebeu – pela primeira vez – o que pedia há anos, elaborou uma missiva repleta de gratidão, o que aconteceu no tempo em que completava cerca de cinco anos no governo do Rio de Janeiro. D. Luís de Almeida começou a carta descrevendo a chegada do Navio Nossa Senhora da Conceição e do recebimento em mãos do capitão das “*Rellaçoéz* da gente, e muniçoéz, com que EL REY Meo *Senhor* hé servido *pela* grandeza do Seo Coração socorrer esta Capitania⁴⁸”. Na sequência, o vice-rei declarou, de modo persuasivo, sua gratidão, “Eu cheyo de mayor respeito, dezejo, que aos Reaez Pes d’EL REY Meo *Senhor* possaõ chegar as expreçoéz do meo agradecimento, porque posso segurar a V Ex.^{ca} que a *necessidade* em que me tenho vizto de tudo o precizo, me tem feito chegar à maiz doLoroza consternação⁴⁹”. Mas, logo na sequência, não deixou de observar que era preciso continuar “hir provendo estes Armazenz do que ellez precisaõ⁵⁰”. Desse modo, a falta de apetrechos fazia parte da realidade da capitania do Rio de Janeiro e, conseqüentemente, das subalternas. Porém, a questão de Furtado de Mendonça a Lavradio, em sua *Defeza*, referia-se a diferença entre o que constava nas cartas e o que chegava à ilha.

Na composição da *Defeza* os ataques de Furtado de Mendonça não se dirigiram apenas ao vice-rei. Uma das estratégias do general foi enfatizar as más qualificações do Governador Pedro Antônio da Gama e Freitas, sobretudo, diante da situação delicada que passava a Ilha de Santa Catarina. Na justificação do general, Gama e Freitas não colaborou e agia com a conivência do vice-rei, que o protegia, quando deveria repreendê-lo. Para Furtado de Mendonça, a ilha, diante da ameaça de invasão, “necessitava d’um Governador habil, com o maior conhecimento da Guerra, provecto em experiencias, inteligente em fortificações, e consumado o mais que podese na arte militar”; entretanto, escolheram um oficial “sem principios, sem experiencia Militar, sem conhecimento da Fortificação, sem exercicio mais que o da Sala do Marques Vice Rei na Bahia para onde veio com ele”⁵¹. Com esta declaração, o general atacou o vice-rei e Gama e Freitas. Mas as acusações continuaram, afirmando o suplicante que D. Luís de Almeida casou seu protegido na mais “opulenta família” do Rio de Janeiro e não o enviou aos regimentos do Rio Grande, optando por enviá-lo como interino para Minas e depois fazê-lo “Governador de Santa Catarina, na conjuntura em que ela precisava mais que nunca de hum homem completo para governa-la”⁵². Com estas declarações, o general afirmou que o Marquês do Lavradio não era isento de interesses para conduzir as investigações sobre a invasão e abandono da ilha.

Para o general existiram contradições entre as ordens do vice-rei e o que se praticou. O suplicante afirmou que nas instruções que recebeu de Lavradio – “entre palavras afetadas, e sonoras” – ele seria o primeiro na ilha, sendo Gama e Freitas “o eco por onde se devia mover tudo”. Com isso, refletiu “Que importava a voz, se o eco lhe não respondesse? Que importava o primeiro movel se a mola por onde tudo devia mover se, obstruisse os movimentos?”⁵³. Depois destas certificações, afirmou que não mais falaria dos deslizamentos de Gama e Freitas, concluindo que este chegava a exigir dos coronéis “humiliações servis: suas ordens erão despoticas, e não respiravão em

de mais do que altivez, algumas ate ferocidade”⁵⁴. Portanto, nas palavras do suplicante, a má administração de seu companheiro na governação, unida a proteção de Lavradio, foi também responsável pelo ocorrido. Neste ponto, pode-se observar a construção retórica elaborada por Furtado de Mendonça para acusar D. Luís de Almeida e Gama e Freitas – utilizando as palavras escritas do vice-rei e exemplos de más atitudes do governador. Por conseguinte, mais importante do que considerar as observações do suplicante como verdadeiras ou falsas é analisá-las enquanto construção narrativa, usada com função de defesa, e com base na troca epistolar entre ele e seu superior, pois, ao desqualificar o governador, o suplicante diretamente degradava quem o nomeou, ou seja, Lavradio. Mas, diante das atitudes errôneas do governador, o que fez o suplicante? “A conduta do *Suplicante* hera moderar estes desconcertos: de huns se fazia ignorante d’outros, não queria *mesmo* saber, algumas vezes os atalhava, outras os advertia com vivacidade sim, mas sem romper, porque se expunha a comprometer-se e ficar mal”⁵⁵, sabendo que não poderia recorrer ao vice-rei. Assim, na incorrecção do governador, as atitudes do general foram relatadas como nobres, ao ignorá-las, quando possível, na busca por servir à monarquia, que era sua principal missão.

Outro ponto crucial na composição argumentativa da defesa foi o questionamento do documento enviado pelo Marquês do Pombal ao vice-rei – tratava-se das últimas instruções para a defesa da Ilha de Santa Catarina. O próprio D. Luís de Almeida observou o quanto diversos apontamentos da instrução não equivaliam à situação da ilha, mas buscou segui-los – não restava outra opção? Furtado de Mendonça foi enfático: “A situação natural da Ilha era inteiramente contraria ao prospecto, que dela fazia o *Ministro* d’estado”, ainda acrescentou “em huma palavra, entre a Ilha e a pintura que dela se fazia, não havia absolutamente semilhaça alguma”⁵⁶. Ao receber as instruções vindas da corte, o general escreveu ao vice-rei apontando as discrepâncias, preocupando-se, sobretudo, quanto à descrição quantitativa das companhias de regimento,

de artilharia e de auxiliares. Diante do contraste de informações, o suplicante sentiu-se em um labirinto, “de que nunca jamais pode sahir. O *Ofício* da Corte, poem a Ilha no conceito de incoquistavel, ate o ponto de dizer que se não receia que posa fazer brexa na referida Ilha a grande expedição de Cadis”⁵⁷, o que para o general era um grande equívoco – estaria, assim, exagerando?

O comandante da esquadra portuguesa, Roberto MacDouall, quando recebeu as instruções da Corte, escreveu, um tanto perplexo, ao Marquês do Lavradio, “a nossa Corte está enganada”, pois, “néhuma das propostas são praticaveis”⁵⁸. As argumentações do comandante evidenciaram as más condições de defesa da ilha por terra e mar, considerando a diminuta quantidade de embarcações. No último parágrafo da carta, MacDouall escreveu que não compreendia a informação referente a inexistência de água potável, “quando o proprio nome da Ilha deve ser de mil fontes”, diante da marcante presença de rios e fontes de água cristalina. Para o comandante, isso significava o pouco que a Corte conhecia “da Ilha, porto, e Continente da Capitania de Santa Catharina”⁵⁹. Sem recorrer à eloquência, a carta foi encerrada com a afirmação: “O Monarca, que tiver mayor força pelo mar, sempre pode ser Senhor da Ilha de Santa Catharina”⁶⁰. O posicionamento da esquadra portuguesa nos arredores da ilha, contando com menos de duas dezenas de embarcações, foi um conflito entre Lavradio e MacDouall, além da decisão de retirada ou não da esquadra diante da inviabilidade de defesa. Esta breve passagem pelas opiniões de MacDouall, embora não seja a discussão central deste texto, contribui para se visualizar a distância entre, muitas vezes, o que constava no discurso das cartas governativas ultramarinas e a situação do território, já que, neste caso, consegue-se acompanhar o andamento das contradições entre as informações da corte e da colônia em função do conflito. Tanto para o comandante, quanto para o general e o vice-rei, as últimas instruções para a Ilha de Santa Catarina estavam distantes da realidade e das possibilidades de defesa da estrutura militar da colônia. A decisão do comandante foi preservar a esquadra, ao perceber que perderia

as embarcações e ainda a ilha, diante da força castelhana – esta decisão rendeu um longo processo, regido por Lavradio, de acusação ao comandante.

Ao finalizar a *Defeza*, Furtado de Mendonça dedicou-se a relatar, sempre citando trechos de cartas, a incoerência da posição de D. Luís de Almeida referente às atitudes que deveriam ser tomadas quando a esquadra castelhana se aproximasse. O vice-rei reconhecia a vulnerabilidade do território, mas sugeria a resistência extrema, ao mesmo tempo, alertava a importância de armazenar os mantimentos da tropa em terra firme, caso fosse necessário abandonar a ilha. A postura do vice-rei revela a complexidade da situação. Pois percebe-se o quanto as práticas de governo da política colonial foram marcadas pela contradição entre o que se esperava de um governador e o que se podia realizar. D. Luís de Almeida sabia da fragilidade, mas precisava parecer acreditar na vitória portuguesa, por isso os jogos de palavras não foram claros quanto às disposições diante do inimigo – como dito acima, esperava-se que um governador animasse seus súditos⁶¹.

O suplicante ainda dedicou-se a discorrer sobre os decisivos instantes vividos com o inimigo nas proximidades da ilha, nos quais, como governador militar, precisou decidir. Neste momento, o *labirinto* apresentava dois caminhos: seguir as instruções de defesa ou ficar tranquilo com sua consciência de vassalo cristão. Mas o que isso significava? Nesta encruzilhada, Furtado de Mendonça manifestou desespero diante da possibilidade de perder sua honra, “adquerida com imensas fadigas e risco em 3 das 4 *partes* do Mundo aonde tinha militado”⁶². O principal argumento para a decisão foi explicado com as seguintes palavras: “o abandonar-se a Ilha, havendo alguma probabilidade de poder defenderse, ou sacrificar-se tantas vidas innocentes sem esperança de utilidade, só por caprixo e por obstinação”⁶³. Com tais justificativas, salvar *inocentes* e não pensar em sua honra – diante da iminente derrota –, o general pretendeu receber o perdão da rainha, esperando que o abandono da ilha fosse menor quando comparado a opção de evitar o confronto e as mortes, além dos anos de vida dedicados a defender na corte ou no ultramar a coroa portuguesa.

Anos se passaram até que a rainha emittisse seu julgamento. Foram anos de processo e prisão. Em junho de 1779 o sucessor do Marquês do Lavradio, Luís de Vasconcelos e Sousa, escreveu a Martinho de Mello e Castro, comunicando o recebimento do aviso real que ordenava o envio à “Corte debaixo de prizaõ ao Marechal Antonio Carlos Furtado, e aos mais Reos comprehendidos na devaçã, que se-formou sobre a entrega da Ilha de Santa Catarina”⁶⁴. Além dos presos, ordenou-se também que todos os papéis – tudo que fizesse referência à investigação – fossem enviados, pois, segundo Vasconcelos e Sousa, a intenção da rainha era que recebendo “todas as clarezas, e noticias, que mais poderem contribuir, para que nem o crime fique impunido, nem o inocente culpado”⁶⁵. Entre 1777 e o julgamento passaram-se seis anos. Na sentença final, Furtado de Mendonça e Gama e Freitas foram declarados inocentes e que mereciam avançar nos postos militares. Três anos após sair o julgamento, um decreto, assinado pela rainha, ordenava que os militares fossem libertados, entretanto, alguns morreram na prisão, como foi o caso de Gama e Freitas. No decreto, a rainha ainda observou outra relevante questão, ordenando que não fossem publicados os “referidos autos, Sentenças, e informações” e que tudo fosse “antes de outra alguma obra, recolhidos à Secretaria de Estado da Repartição da Guerra para nela se guardarem com o maior segredo, e recato, a fim de que este negócio fique em perpetuo esquecimento”⁶⁶. A morosidade da Justiça portuguesa prolongou por quase uma década a decisão final e pretendeu aprisionar no passado aquele fastidioso acontecimento, para que não fosse lembrado na história militar de Portugal e nem maculasse os principais militares envolvidos. O Marquês do Lavradio, no importante relatório que ofereceu ao seu sucessor – composto como uma memória de sua administração – ao comentar a situação militar do vice-reino, fez o seguinte comentário: “Do regimento de Moura é seu Coronel Antonio Carlos Furtado de Mendonça; este oficial por ora está impedido, parece-me desnecessário fallar n’elle”⁶⁷. Assim, não mencionou o motivo do impedimento e eximiu-se de qualquer comentário em relação à invasão. Portanto, o vice-rei bus-

cou ignorar o acontecimento. Mas, se agora dedica-se a analisar o assunto, as intenções de censurar ou apagar a memória do ocorrido não prevaleceram.

Nas últimas palavras da *Defeza* o suplicante desabafou que há 40 anos dedicava-se a servir a monarquia portuguesa, mas, “se a Providencia tem determinado que esta vida acabe no meio da ignominia, sirva ela para expiar outras culpas, e o *Suplicante* se recomenda á grandeza de V. Mag.^e á sua Real Clemencia, e á sua Real Piedade”⁶⁸. Na condição de réu, coube a Furtado de Mendonça esperar a clemência e a piedade da Rainha D. Maria I, que chegou, embora muitos anos depois. Com o abandono da ilha e os desdobramentos do lento julgamento, restou ao general adjetivar-se na abertura da *Defeza* como o cavalleiro infeliz. Sentença já usada pelo vice-rei quando o denominou de governador infeliz. A infelicidade marcou a carreira deste governador ultramarino quando se envolveu com a desonra da perda de um território do rei – acontecimento que pareceu anular uma vida de presteza à monarquia. Será que todos os jogos de culpabilidade mantidos entre Lavradio, Furtado de Mendonça e MacDouall apenas fizeram parte do mundo retórico, do governo a distância mantido pela escrita? Será que a rainha manteve as prisões e etapas do julgamento, quando tudo não passou de um acordo entre ela e o Rei Carlos III para a tomada e posterior devolução da ilha aos portugueses? Ou será que o acordo sentimental entre as monarquias aconteceu, como definiu o Pesquisador Marcos Carneiro de Mendonça, mas os posteriores problemas da coroa portuguesa foram mais importantes, deixando a solução dos inqueritos para outro momento? Estas problemáticas ainda fazem parte da história deste acontecimento e, neste texto, procurou-se oferecer mais questões ao debate, considerando a estrutura de defesa organizada pelo militar *infeliz* para se inocentar. Portanto, se foi um acordo familiar ou não, isso não importaria para Furtado de Mendonça, quando o que estava em jogo era a sua honra. Assim, o mais relevante para esta discussão foi a formação das representações escritas com o objetivo de limpar as manchas da invasão castelhana na Ilha de Santa Catarina.

FONTES MANUSCRITAS

Arquivo Nacional – Rio de Janeiro, Brasil

– Códice 1096 - Registro da correspondência do Marquês do Lavradio (...), etc. 1772-1776.

Biblioteca Nacional – Rio de Janeiro, Brasil

– I-03, 15, 002 - "Collecção Benedicto Ottoni" - Defeza d'Antônio Carlos Furtado de | Mendonça, respeito à entrega da Ilha de S. Catarina.

– I-28, 26, 3 – Cópia. Instrução para a Ilha de Santa Catarina, setembro de 1776.

– I-31, 26, 1 – Documento relacionado às sentenças dos envolvidos com a invasão espanhola.

Arquivo Histórico Ultramarino – Lisboa, Portugal

– ACL, Conselho Ultramarino, 017: caixa 102, documento 8726 e 8731; caixa 106, documento 8933; caixa 110, documento 9138.

Biblioteca Nacional – Lisboa, Portugal

– Códice 10631 - Cartas do Marquês de Lavradio, (...). Manuscrito. 1776-1778.

– Códice PSS_cx_3 - Ofícios do 2º Marquês do Lavradio. Manuscrito. 1768/1774.

Academia das Ciências de Lisboa – Portugal

– Códice 630 - Colecção das ordens e instruções dadas a Roberto MacDonall, encarregado da defesa do porto de Santa Catarina (...)

BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE, Mário Marcondes de. A ocupação da Ilha de Santa Catarina pelos espanhóis. *Revista do Instituto Histórico Geográfico de Santa Catarina*. Anais do Congresso de História e Geografia de Santa Catarina 1896-1996. Florianópolis: 1997.

BARBA, Enrique M. *Don Pedro de Cevallos*. 3ª ed. Madrid: Ed. de Cultura Hispánica, 1988.

BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral (orgs.). *Modos de Governar: ideias e práticas políticas no império português (séc. XVI e XIX)*. São Paulo: Alameda, 2005.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *As defesas da Ilha de Santa Catarina no Brasil Colônia*. Rio de Janeiro: Conselho Federativo de Cultura, 1972.

CONCEIÇÃO, Adriana Angelita da. *No vai e vem das cartas: a arte de governar da política colonial setecentista através da epistolografia lusa*. Florianópolis, 2006. Dissertação de Mestrado em História Cultural. UFSC.

_____. *A prática epistolar moderna e as cartas do vice-rei D. Luís de Almeida, o Marquês do Lavradio. Sentir, Escrever e Governar, 1768-1779*. São Paulo: Alameda, 2013.

DOMINGUES, Ângela. O Brasil nos relatos de viajantes ingleses do século XVIII: produção de discursos sobre o Novo Mundo. *Revista Brasileira de História*. 2008, vol. 28, n. 55.

FLORES, Maria Bernardete Ramos. *Povoadores da fronteira: os casais açorianos rumo ao sul do Brasil*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2000.

FLORES, Maria Bernardete Ramos; CONCEIÇÃO, Adriana Angelita da. *Os espanhóis conquistam a Ilha de Santa Catarina – 1777*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004.

HARO, Martin Afonso Palma de (org.). *Ilha de Santa Catarina: relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX*. Florianópolis: EdUFSC – Lunardelli, 1996.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de. A rendição da Ilha de Santa Catarina. *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: vol. 321, out.-dez., 1978.

MOSIMANN, João Carlos. *Ilha de Santa Catarina – 1777:1778. A invasão espanhola*. Florianópolis: Edição do autor, 2003.

PEREIRA, Carlos da Costa. *Acerca da Invasão espanhola*. *Revista do Instituto Histórico Geográfico de Santa Catarina*. Florianópolis: 1º semestre, volume X, 1943.

PIAZZA, Maria de Fátima Fontes. *A invasão espanhola na Ilha de Santa Catarina*. Brasília, 1978. Dissertação de mestrado em História na área de Política Externa. UNB.

PIAZZA, Walter F. Pombal e a entrega da Ilha de Santa Catarina aos espanhóis, em 1777. *Revista do Instituto Histórico Geográfico de Santa Catarina*. Florianópolis: n. 04, 1982-1983.

ROSA, General Vieira da. A vergonha de 1777. *Revista do Instituto Histórico Geográfico de Santa Catarina*. Florianópolis: vol. XIII, 2º semestre, 1944.

SALOMON, Marlon. O saber do espaço: ensaio sobre a geografização do espaço em Santa Catarina no século XIX. Florianópolis, 2002. Tese de doutorado em História Cultural. Universidade Federal de Santa Catarina. CFH, Departamento de História.

SILVA, Andréa Mansuy-Diniz. Portugal e o Brasil: a reorganização do Império, 1750-1808. In: BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina. América Latina Colonial*. Vol. I. São Paulo/Brasília: EDUSP/Fundação Alexandre Gusmão, 1998.

SILVA, Augusto da. *A Ilha de Santa Catarina e sua Terra Firme. Estudo sobre o governo de uma capitania subalterna (1738-1807)*. São Paulo, 2008. Tese em História Econômica. USP. FFLCH, Departamento de História.

SOUZA, Laura de Mello. *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SOUZA, Laura de Mello; FURTADO, Junia Ferreira e BICALHO, Maria Fernanda (orgs.) *O governo dos povos*. São Paulo: Alameda, 2009.

- ¹ DOMINGUES, Ângela. O Brasil nos relatos de viajantes ingleses do século XVIII: produção de discursos sobre o Novo Mundo. *Revista Brasileira de História*. [online]. 2008, vol. 28, n. 55, p. 137.
- ² HARO, Martin Afonso Palma de (org.). *Ilha de Santa Catarina: relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX*. Florianópolis: EdUFSC – Lunardelli, 1996. p. 61.
- ³ HARO, M. A. P. (org.). *Ilha de Santa Catarina...* op. cit., p. 61.
- ⁴ FLORES, Maria Bernardete Ramos. *Povoadores da fronteira: os casais açorianos rumo ao sul do Brasil*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2000.
- ⁵ SALOMON, Marlon. *O saber do espaço: ensaio sobre a geografação do espaço em Santa Catarina no século XIX*. Florianópolis, 2002. Tese de doutorado em História. UFSC, CFH, Departamento de História. p. 32.
- ⁶ ALDEN, Dauril. *Royal Government in Colonial Brazil, with special reference to the administration of the Marquis of Lavradio, viceroy, 1769-1779*. Califórnia: University of California Press, 1968.
- ⁷ SILVA, Augusto da. *A ilha de Santa Catarina e sua Terra Firme. Estudo sobre o governo de uma capitania subalterna (1738-1807)*. São Paulo, 2008. Tese em História Econômica. USP. p. 214.
- ⁸ O tratado de Santo Ildefonso foi assinado em outubro de 1777.
- ⁹ Para os estudos realizados fora do circuito do IHG-SC e IHGB consultar a bibliografia.
- ¹⁰ BARBA, Enrique M. *Don Pedro de Cevallos*. 3ª ed. Madrid: Ediciones de Cultura Hispánica, 1988.
- ¹¹ MENDONÇA, Marcos Carneiro de. A rendição da Ilha de Santa Catarina. *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: vol. 321, out.-dez., 1978. p. 12
- ¹² Portugal, Biblioteca Nacional, Códice PSS_cx_3. Doravante: PT_BN_PSS_cx_3_f 313.
- ¹³ PT-BN_C_PSS_cx_3_f 313.
- ¹⁴ As transcrições presentes neste texto mantiveram a gramática, a ortografia e a pontuação dos documentos. Apenas, para facilitar a leitura, desenvolveu-se as abreviaturas, indicando o acréscimo com a marcação em itálico. Por exemplo: no original m.^o, na transcrição, *multo*.
- ¹⁵ Portugal, Biblioteca Nacional, Códice 10631, fólio. Doravante: PT-BN_C_10631_f 69v.
- ¹⁶ Conferir: SILVA, André Mansuy-Diniz. Portugal e o Brasil: a reorganização do Império, 1750-1808. In: BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina. América Latina Colonial*. Vol. I. São Paulo/Brasília: EDUSP/Fundação Alexandre Gusmão, 1998. p. 493.
- ¹⁷ Conferir o terceiro capítulo do livro "A prática epistolar moderna e as cartas do vice-rei D. Luís de Almeida, o Marquês do Lavradio. Sentir, Escrever e Governar, 1768-1779" – ver bibliografia.
- ¹⁸ PT-BN_C_10631_f 85.
- ¹⁹ PT-BN_C_10631_f 85v.
- ²⁰ PT-BN_C_10631_f 86 e 86v.
- ²¹ PT-BN_C_10631_f 86v.
- ²² PT-BN_C_10631_f 86v.
- ²³ PT-BN_C_10631_f 79.
- ²⁴ PT-BN_C_10631_f 79.
- ²⁵ PT-BN_C_10631_f 79.
- ²⁶ D. Luís de Almeida como vice-rei do Brasil buscou animar os governadores e incentivou que estes repetissem a atitude com os subalternos, mesmo que soubessem das impossibilidades de sucesso. Por exemplo, em carta ao governador de Minas Gerais, Antônio de Noronha, solicitando soldados desta capitania para colaborar com as defesas meridionais, escreveu: "V. E.^a animará *quanto* lhe for possível *aqueles* povos, e lhe segurar, q elles farão imortaez os Seuz nomez q com *aqueles* q se destenguiem EL REY Meu *Senhor* fará as mayores demonstraçoéz do Seu reconhecimento". (PT-BN_C_10631_f 74v). Ao governador cabia animar, independente da situação ser favorável ou não.
- ²⁷ TOLOZANO, Antonio de Ville. *O governador de praças, obra muyto util, & necessaria não só para os Governadores das Praças; mas tambem para todos os Officiaes de Guerra, (...)*. Lisboa, Na Officina de Antonio Pedrozo Galram. MDCCVIII. p. 7.
- ²⁸ Portugal, Arquivo Histórico Ultramarino: AHU_ACL_CU_017, Cx. 102, D. 8731.
- ²⁹ Vossa Excelência.
- ³⁰ AHU_ACL_CU_017, Cx. 102, D. 8731.
- ³¹ Brasil, Arquivo Nacional, Códice 1096, fólio. Doravante: BR_AN_C_1096_f 48v.
- ³² BR_AN_C_1096_f 48v.
- ³³ BR_AN_C_1096_f 55.
- ³⁴ BR_AN_C_1096_f 55
- ³⁵ BR_AN_C_1096_f 55.
- ³⁶ AHU_ACL_CU_017, Cx. 102, D. 8726.
- ³⁷ AHU_ACL_CU_017, Cx. 106, D. 8933.
- ³⁸ AHU_ACL_CU_017, Cx. 106, D. 8933.
- ³⁹ PT-BN_C_10631_f 186-186v.
- ⁴⁰ Praticamente todo o acervo da biblioteca Fluminense foi destinado à Biblioteca Nacional.
- ⁴¹ AHU_ACL_CU_017, Cx. 106, D. 8933.
- ⁴² AHU_ACL_CU_017, Cx. 106, D. 8933.
- ⁴³ AHU_ACL_CU_017, Cx. 106, D. 8933.
- ⁴⁴ Brasil, Biblioteca Nacional, "Defeza d'Antônio Carlos Furtado de Mendonsa, respeito à entrega da Ilha de S. Catarina" (I-03, 15, 002). Doravante: I-03, 15, 002_f 2v.
- ⁴⁵ I-03, 15, 002_f 2v.
- ⁴⁶ I-03, 15, 002_f 3.
- ⁴⁷ PT_BN_PSS_cx_3_f 245.
- ⁴⁸ PT_BN_PSS_cx_3_f 342.

⁴⁹ PT_BN_PSS_cx_3_f_342v.

⁵⁰ PT_BN_PSS_cx_3_f_342v.

⁵¹ I-03, 15, 002_f 6.

⁵² I-03, 15, 002_f 6 e 6v.

⁵³ I-03, 15, 002_f 6v.

⁵⁴ I-03, 15, 002_f 7.

⁵⁵ I-03, 15, 002_f 7.

⁵⁶ I-03, 15, 002_f 8v.

⁵⁷ I-03, 15, 002_f 9v.

⁵⁸ Portugal, Academia das Ciências de Lisboa, Códice 630. Doravante: PT-ACL_C_630_f 185.

⁵⁹ PT-ACL_C_630_f 185.

⁶⁰ PT-ACL_C_630_f 185v.

⁶¹ Conferir o parágrafo com as notas de rodapé número 26 e 27.

⁶² I-03, 15, 002_f 14v.

⁶³ I-03, 15, 002_f 14v.

⁶⁴ AHU_ACL_CU_017, Cx. 110, D. 9138.

⁶⁵ AHU_ACL_CU_017, Cx. 110, D. 9138.

⁶⁶ Decreto de 14 de janeiro de 1786, de D. Maria I de Portugal. In.: CABRAL, Oswaldo Rodrigues. As defesas da Ilha de Santa Catarina no Brasil Colônia. Rio de Janeiro, Conselho Federativo de Cultura, 1972. p. 136.

⁶⁷ Relatório do marquês do Lavradio, vice-rei do Rio de Janeiro, entregando o governo a Luis de Vasconcellos e Souza, que o sucedeu no vice-reinado. Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Tomo XXV, n. 16, 1842. p. 416.

⁶⁸ I-03, 15, 002_f 16v.

Do Estaleiro do Recife à Ribeira das Naus: logística, dinâmicas econômicas e sociais para a construção naval na Capitania de Pernambuco (1755-1788)*

Fernanda Cordeiro de Almeida¹

Doutoranda em História, Cultura e Sociedade – PGHIS/UFPR

Cleverson Faust

Mestrando em Filosofia Geral – Universidade Nova de Lisboa – Portugal

RESUMO

A partir da segunda metade do século XVIII, a administração portuguesa implementou uma série de normas para a extração e beneficiamento das madeiras da Capitania de Pernambuco, com a finalidade de abastecer a construção naval na Ribeira das Naus em Lisboa. Em adição às novas normas, foram efetivadas expedições de catalogação das porções florestais correspondentes à Capitania da Paraíba, à Comarca do Recife e ao Distrito de Alagoas. Entre 1755 e 1788, seis governadores da Capitania de Pernambuco colocaram em prática as ordens emanadas da Secretaria de Estado de Marinha e Ultramar, com o objetivo último de aprimorar a logística do Estaleiro do Recife. Em consequência disto, foram avaliados os melhores portos de escoamento da produção, realizados testes em amostras de madeiras no Real Arsenal do Exército e contratados novos mestres carpinteiros provenientes do Reino.

PALAVRAS-CHAVE: Administração colonial; Pernambuco; Construção naval

ABSTRACT

From the second half of the eighteenth century, the Portuguese authorities implemented a series of rules for the extraction and processing of wood from the Captainty of Pernambuco, with the aim of supplying shipbuilding in Ribeira das Naus in Lisbon. Moreover to the new standards, cataloging expeditions to the corresponding Captainty of Paraíba, the judicial district of Recife and the District of Alagoas forest portions were enforced. Between 1755 and 1788 six managers of the Captainty of Pernambuco put into practice the orders issued by the State Department of Navy and Overseas, with the ultimate goal of improving the logistics of the reef site. As a result, we evaluated the best ports for transportation of production, conducted tests on samples of wood at the Royal Army Arsenal and hired new master carpenters from the Kingdom.

KEYWORDS: Colonial administration; Pernambuco; Shipbuilding

* Artigo recebido em 26 de maio de 2014 e aprovado para publicação em 3 de junho de 2014.



INTRODUÇÃO

A recomendação do uso de madeiras de construção para finalidades náuticas na Capitania de Pernambuco remonta, provavelmente, ao século XVII, mais precisamente em 1634. Em finais desse ano, o Rei Felipe III salientou a importância da utilização das madeiras da América portuguesa para a indústria naval.

Excetuando-se o comércio do pau-brasil, foi somente a partir de 1755 que se deu início às investigações nas florestas da Capitania de Pernambuco com o fito de enviar madeiras de construção para Lisboa².

No período que compreende as três primeiras décadas do século XVIII houve significativas mudanças e progressos na arquitetura naval portuguesa. Tais melhorias foram o resultado da política de atualização do reino, implementada por D. João V, com a contratação de cientistas, artistas, especialistas e técnicos, entre estes construtores navais originários de países como Inglaterra e França.

Para além da contratação dos mestres construtores, o monarca investiu na aquisição de obras que versavam sobre a construção naval. Esses melhoramentos possuíam o objetivo de desenvolver e sistematizar as construções de navios na Ribeira das Naus, visto que, naquele momento, havia falta de organização e vigilância, o que culminava em grandes prejuízos à Fazenda Real. Vários navios eram fabricados em simultâneo, sem haver controle de materiais, nem de pessoas. Também eram constantes os abandonos das construções, o que resultava em uma total perda do investimento ali depositado.³



Vista da Ribeira das Naus e Palácio Corte Real [c.1752], Biblioteca Nacional de Portugal, *Vuë du Palais que le Roi de Portugal a acheter* [sic] [visual gráfico].- [S.l.:s.n, D.L.1985 (Porto: Lito, Lusitana)]. -1 rep. de obra de arte: color; 25x30 cm. Disponível em: <http://purl.pt/12664>, acessado em 20/1/2014.

Acerca de 1721, um dos construtores ingleses contratados implantou uma nova técnica de dobrar madeiras para construção naval e sistematizou o conhecimento sobre navios ao estabelecer uma academia ou escola naval, da qual se destacava a Sala dos Riscos em que eram construídos navios em escalas menores.⁴ A partir da década de 1750, D. José I solicitou, da Inglaterra, mais construtores e cerca de trezentos operários para trabalharem nos estaleiros portugueses, transformando a Ribeira das Naus numa verdadeira indústria naval.⁵

Tal momento de maior sistematização dos trabalhos no estaleiro lisboeta contribuiu para a emissão de leis que assegurassem a matéria-prima essencial para a construção de navios, tanto em Portugal quanto na América portuguesa. No Reino, a vinte e cinco de junho de 1751, D. José I publicou o Regimento dos Pinhais e Fábricas de Madeira de Leiria, no qual foram regulamentadas as atribuições do guarda-mor e seus oficiais, bem como do superintendente de fábrica de madeiras da Marinha, que passou a ter autoridade sobre as matas reais daquela região portuguesa.⁶

Cumprе salientar que o estabelecimento de reservas florestais não foi somente uma peculiaridade do Reino de Portugal. Na Inglaterra, desde a Idade Média, havia uma política de restrição aos cortes das florestas. Notadamente a partir de 1580, com o aumento do interesse nas matas para o abastecimento da indústria naval inglesa, foi implementado o plantio de árvores com o intuito de prover a Marinha.⁷

Para regulamentar a importação de madeiras originárias da América portuguesa, foram editados decretos e alvarás que permitiram que navios portugueses transportassem a madeira dessa parte do Império, especialmente durante o pós-terremoto, visto que as madeiras deveriam servir também para a reconstrução da cidade de Lisboa.⁸

Dentre as inovações implementadas na Ribeira das Naus, destacou-se a incorporação nos planos dos navios das qualidades de madeiras do Brasil que deveriam ser utilizadas em cada parte da embarcação. Até 1765, os investimentos no Arsenal Real da Marinha surtiram efeito na durabilidade dos navios, que passou de entre dez a quinze anos, nos navios construídos com madeira de Portugal, para quarenta anos.⁹

As madeiras transportadas da América portuguesa para o Real Arsenal de Lisboa eram provenientes das Capitânicas de Pará e Maranhão, da Bahia, do Amazonas e de Pernambuco.¹⁰ Convém destacar que depois do corte das madeiras para a Indústria Naval, todo o material processado era depositado em armazéns e/ou nos estaleiros das capitânicas citadas e de lá era escoado para Portugal.

Na Capitania de Pernambuco, além do fornecimento de madeiras para o além-mar, houve construção naval a nível local, assim como houve nas Capitânicas da Bahia, do Rio de Janeiro e do Pará.¹¹ Em fins do século XVIII, as madeiras extraídas das florestas de Pernambuco abasteciam também a capitania da Bahia, onde havia um Estaleiro exclusivo para a construção da Marinha de Guerra. Portanto, a exportação das madeiras pernambucanas para Portugal competia com o consumo interno do Estaleiro de Salvador. A exportação madeireira para terras portuguesas possuía outras finalidades

além da fabricação de navios para o Real Arsenal da Marinha e da reconstrução de Lisboa após o terremoto de 1755, tais como a reforma do Palácio D'Ajuda e até mesmo a construção mobiliária das moradas reais.¹²

Para elucidar o espaço das Florestas da Capitania de Pernambuco, das quais as madeiras foram extraídas, delinearemos brevemente a conjuntura espacial e política da Capitania, a partir da segunda metade do século XVIII. Nesse período, a área espacial administrada pela Capitania de Pernambuco englobava outras Capitânicas vizinhas como a da Paraíba, do Rio Grande (do Norte), do Ceará, além da Comarca das Alagoas. Por ordem do Conselho Ultramarino, a Paraíba foi anexada a Pernambuco em 1755, para fins de administração, permanecendo sob seu controle até janeiro de 1799. A Capitania do Rio Grande (do Norte) estava subordinada a Pernambuco desde de 1701, e a Capitania do Ceará estava sob tutela pernambucana desde 1656. A Comarca das Alagoas permaneceu ligada a Pernambuco até 1817. Este era o espaço da Capitania de Pernambuco e suas áreas anexas.¹³

Apesar da indústria madeireira na Capitania de Pernambuco já estar consolidada, existiram diversos problemas no corte, na qualidade e em transporte das madeiras que dificultavam as remessas para a construção de embarcações do outro lado do Atlântico. Os problemas gerados no escoamento da produção tiveram como resultado ações dos secretários de Estado da Marinha e Ultramar que exigiram providências dos diversos gestores da Capitania de Pernambuco. Para sanar tais dificuldades, foram realizadas investigações nas florestas, bem como foi montado um aparato logístico que demandava a coordenação de trabalhos por mestres construtores para levantamento, catalogação, seleção e o transporte das madeiras.

Em fins de abril de 1755, Luís José Correia de Sá, governador da Capitania de Pernambuco, solicitou ao secretário do Estado da Marinha e Ultramar, Diogo Corte Real, o envio de verbas para o ajuste e o corte das madeiras destinadas à Fábrica da Ribeira das Naus. Correia de Sá, quando questionado pelo secretário sobre o envio de uma

charrua contendo madeiras para o Reino, advertiu que seria desperdício para a Fazenda Real remeter a embarcação, antes da frota anual, somente para este fim. A falta de verbas fez com que o administrador suspendesse a fatura de novos cortes de madeiras sem que as primeiras fossem pagas. Naquele período era comum que, anualmente, os navios trouxessem sal de Portugal e levassem de volta madeiras de construção para os Arsenais da Marinha e do Exército¹⁴.

A carestia praticada pelos marceneiros no corte e transporte das madeiras, além da escassez das mesmas na Praça do Recife impulsionaram expedições para a descoberta de novas porções florestais. Essas buscas lideradas pelos agentes da Administração portuguesa tinham como objetivo suprir as necessidades da Marinha portuguesa, bem como a carência interna da Capitania de Pernambuco de construir navios. A fabricação de embarcações, a nível local, satisfazia a comunicação e o transporte de mercadorias entre Pernambuco, seus distritos e outras Capitânicas, como também facilitava a exportação de artigos e a comunicação com o Reino.

Como consequência desses fatores, a busca por madeiras de boa qualidade e de boa localização, ou seja, próximas ao litoral, era algo incontornável. Essa era uma demanda que precisava ser rapidamente resolvida para se evitar mais prejuízos ao Erário Régio. Atendendo à Ordem Real que mandava fazer a averiguação de todo o litoral da Capitania de Pernambuco em busca de madeiras de construção, Correia de Sá ordenou que dois práticos peritos realizassem tal expedição¹⁵.

Os dois práticos eram António Oliveira, piloto da Barra do Recife, que por Mercê Real tornou-se patrão-mor, e Ivan de Oliveira, capitão do Paquete destinado ao transporte de guarnição da Ilha de Fernando de Noronha. Ao percorrer o litoral da Capitania, os peritos investigaram a qualidade e a quantidade das madeiras, bem como o acesso a elas. Na Capitania da Paraíba, eles destacaram as proximidades da Baía da Traição como o local mais abundante em madeiras. Ali havia um porto que foi assim descrito pelos peritos: *sim o podem estar Navios, mas que*

hão de ficar em bastante distância do porto donde se devem embarcar as madeiras, e que a esta circunstância se ajunta a de não ser naquela paragem, o mar mais pacífico (AHU, ACL, CU, Capitania de Pernambuco, Cx. 78, D. 6526. p.1).

Apesar de não possuir um porto bom, a Baía da Traição foi destacada pelos peritos pela abundância e boa qualidade das madeiras. Aparentemente, os preços dos paus de construção realizados na Paraíba eram menores do que os efetuados na Praça do Recife. Essa era uma vantagem que deveria ser verificada posteriormente a partir da ordem ao governador da Paraíba. Em sondagem prévia, Correia de Sá assegurou que os carpinteiros do Recife, ainda que lhes dobrassem os preços, não faziam conta em trabalhar na Baía da Traição. Embora os preços fossem menores, a distância do porto paraibano para o porto do Recife resultava num entrave, visto que os fretes cobrados pelos mestres carpinteiros para o transporte da madeira eram exorbitantes.

Já no distrito das Alagoas o panorama era outro. A maior parte das madeiras processadas, que tinham embarcado para Portugal ou que restavam no Porto do Recife e se transportavam para a Bahia, era proveniente das matas alagoanas. O maior destaque dessa região eram as matas de *Secupira*¹⁶, espécie destinada à construção de mastros para embarcações. A abundância dessa árvore era tanta que Correia de Sá asseverou que em muitos anos não se conheceria a sua falta, por mais continuados que fossem os cortes. A fatura de paus para a construção na porção alagoana foi uma das justificativas lançadas pelo capitão-general de Pernambuco para sugerir a interrupção do projeto da Baía da Traição¹⁷.

Outra justificativa apontada por Correia de Sá para desistir das investigações nas matas da Paraíba, em detrimento das do Distrito das Alagoas, foi o melhor acesso para o transporte das madeiras. O principal porto de escoamento da madeira processada em Alagoas era o da Barra Grande, denominada Jaguará, que possuía fácil entrada e dava fundo para navios de grande porte, além de possuir mar manso e próximo à praia onde se embarcavam os paus de cons-

trução. Além dessas vantagens, a Barra de Jaguará tinha uma boa infraestrutura para os cortes e o transporte das madeiras, bem como a sustentação dos empregados nesses trabalhos, com muitos mantimentos, carros e carpinteiros em sua Ribeira. Tinha era a infraestrutura que alguns moradores haviam aproveitado dela para fabricar navios particulares¹⁸.

Para Correia de Sá, a Barra do Jaguará era a paragem mais cômoda em que se podiam estabelecer cortes de madeiras. No entanto, o governante fez uma ressalva para a reflexão: as condições do Porto da Barra do Jaguará eram tão boas que poderia ser um atrativo para a invasão estrangeira, como se verifica no trecho abaixo:

Da comodidade que nesta barra se poderão para o embarque das Madeiras; se devem temer para o desembarque dos inimigos; é certo que a barra dá/ pelo que respeita ao fundo/ entrada ao maior navio, e é sem dúvida que dentro da enseada podem estar cinquenta navios ancorados, e com sossego; pela descrição que os ditos práticos me fizeram da enseada, só de palavra vim a entender que é uma das suas pontas seria muito conveniente fazer alguma fortificação, com que se pudesse por alguma dificuldade a entrada (AHU, ACL, CU, Capitania de Pernambuco, Cx. 78, D. 6526, grifo nosso, p. 4)

Na sua própria reflexão, Correia de Sá sugeriu a construção de uma fortificação como solução paliativa para a proteção da Barra do Jaguará. Essas primeiras diligências de investigação surtiram efeitos posteriores que foram muito além da descrição das qualidades das madeiras e da sua possibilidade de escoamento e transporte.

As pesquisas sobre as Matas da Capitania de Pernambuco e suas jurisdições administrativas, tais como a Capitania da Paraíba e o Distrito de Alagoas, prosseguiram durante a década de 1760. A partir desse período, com a instalação da Companhia de Comércio de Pernambuco e Paraíba, houve uma mudança no contexto socioeconômico dessas Capitânicas¹⁹.

AVALIAÇÃO E SELEÇÃO DE PESSOAL NO ESTALEIRO DO RECIFE

Em janeiro de 1761, outro governador da Capitania de Pernambuco, Luís Lobo da Silva, forneceu seu parecer ao secretário de Marinha e Ultramar, Francisco Mendonça Furtado, a respeito dos mestres carpinteiros do Porto do Recife. O parecer foi negativo para os dois mestres António dos Santos Ribeiro, filho da terra, e José da Costa, natural do Reino. Em ambos foi reconhecida a aptidão para construir barcos, sumacas e corvetas²⁰, bem como para reparos em navios mercantes e de guerra. Apesar de cumprirem com essas tarefas, os mestres carpinteiros em questão não possuíam *toda a inteligência necessária* para a fatura de Naus de Guerra.

Mais adiante, Lobo da Silva afirmou que muitos mestres carpinteiros do Porto do Recife não construíam as Naus de Guerra com a regularidade precisa, mas sim as destruindo sacrificando um importante estoque. A perda de material era causada porque os marceneiros não se atentavam para as medidas que deveriam seguir. Finalizando a sua avaliação, o governador afirmou que se houvesse a necessidade de mandar construir alguma fragata na Praça do Recife que encaminhasse alguém da Corte, habilitado para tal tarefa.

O parecer de Lobo da Silva nos leva a duas constatações: a primeira é que, até a década de 1760, barcos, sumacas e curvetas eram fabricados no Porto do Recife, mas a construção de Naus de Guerra, que demandava maior perícia, ainda era efetuada na Ribeira das Naus em Lisboa. Se esse tipo de embarcação fosse construído no mesmo local onde eram retiradas as madeiras, isto resultaria numa grande economia para o Erário Régio. Tanto assim que em 1757 houve a publicação de uma lei que incentivava a construção de navios no Além Mar²¹.

A outra constatação é que o controle de qualidade no corte das madeiras era fundamental para o sucesso da construção das embarcações. Caso uma medida não fosse fielmente executada, perdiam-se muitas peças que depois dificilmente se encaixavam. Os tabuados, aduelas²² e champrões deve-

riam ser milimetricamente cortados, seguindo rigorosos padrões de medidas.

Em março de 1772, outro governador da Capitania de Pernambuco, Manoel da Cunha Meneses, remeteu um ofício ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, sobre a extinção de matas próximas ao mar. Mais adiante, no mesmo documento, Meneses recomendou a instalação de uma logística para a extração e o transporte das madeiras. Com a escassez das madeiras na faixa litorânea, surgiu a necessidade de cortar madeiras no interior das Capitanias de Pernambuco e da Paraíba. Para atender a tal necessidade, a fabricação de madeiras no interior demandou a instalação de pequenos portos em rios que poderiam receber navegação e escoar a produção até os portos costeiros.

Ainda no ofício, Manoel Meneses referiu-se a uma carta recebida em novembro de 1771 em que os diretores da Junta da Companhia Geral de Comércio das Capitanias de Pernambuco e Paraíba solicitaram a construção de um navio no Porto do Recife. Em resposta a essa solicitação e ponderando sobre a agilidade na construção da embarcação, o governador fez algumas ressalvas sobre as condições do Estaleiro do Recife²³.

A primeira ressalva feita por Manoel Meneses foi a comparação entre a *fábrica de construir embarcações neste Porto* e os demais estaleiros da Europa, tais como Dinamarca, Suécia e Rússia. As diferenças entre os estaleiros do exterior e o Estaleiro da Praça do Recife eram duas: a logística necessária para extração das madeiras e o alto custo da mão de obra empregada nas construções.

Para o governador, a escassez de madeiras provocada pelo corte continuado das mesmas para a construção naval obrigaria a implantação de uma logística que deveria ser realizada com carros adequados para o transporte do material até o litoral de onde poderiam ser enviadas até o estaleiro. A necessidade do corte de madeiras no interior pode ser observada nesse trecho: *É preciso cortá-las pela Terra dentro, donde é indispensável fazer uma inevitável despesa com carros competentes, para as conduzirem aos embarcadouros, para destes pararem em Su-*

macas e Balsas ao Estaleiro da Construção (AHU, ACL, CU, Capitania de Pernambuco, Cx. 112, D. 8642, p.1).

Com relação à mão de obra, provavelmente em resposta ao questionamento da Coroa sobre os elevados preços dos jornais²⁴ dos trabalhadores, Meneses ponderou sobre algumas condições específicas do estaleiro do Recife. O primeiro fator implicador da elevação dos preços cobrados pelos mestres e artífices era o clima. O sol e o calor excessivos faziam o trabalho mais custoso do que nos climas europeus, mais amenos. Outra causa apontada foi a importação de gêneros alimentícios que custavam a esses trabalhadores cinquenta por cento mais caro.

Tais condições de trabalho obrigavam os artífices a prestarem serviços aos particulares que pagavam jornais maiores. Havia também uma hierarquia para o pagamento desses numerários pela Coroa Portuguesa:

Sua Majestade pela Real Fazenda paga quando tem obras pertencentes à Marinha, a quinhentos e sessenta metros aos carpinteiros e calafates que são verdadeiramente oficiais; e aos outros chamados oficiais mancebos, estes percebem o preço que lhes julgar o mestre (*Idem, Ibidem*, p. 2).

O Governador Manoel Meneses anexou ao ofício em questão uma lista dos mestres e oficiais de Carpinteiros da Ribeira. Nessa lista, observam-se os diferentes cargos utilizados na construção de navios: três mestres construtores, vinte e sete oficiais brancos, catorze oficiais mancebos²⁵, um oficial preto forro²⁶ e onze oficiais pretos cativos²⁷. Merece destaque o fato de haver distinções sociais entre os oficiais, brancos, pretos forros e pretos cativos. Quanto aos pretos cativos, o governador advertiu sobre o cuidado no emprego deles nas obras nos estaleiros, pois alguns ao fugirem desaprendiam o ofício de marceneiros ficando entregues à *ociosidade* e à *vida libertina*.

EXAMES E MEDIÇÕES DAS MADEIRAS DA CAPITANIA DE PERNAMBUCO

Voltando ao assunto da investigação das madeiras da Capitania de Pernambuco por

parte de seus agentes administrativos a mando da Coroa Portuguesa, em setembro de 1774 foram remetidos amostras de dois a quatro pés cúbicos para posteriores estudos no Arsenal da Marinha. O Aviso de 25 de junho solicitava a investigação de madeiras de louro e óleo para mastros e vergas, com o intuito de construir naus de grande porte. Em observância à Ordem Real, o Governador José Cesar de Meneses fez embarcar as seguintes qualidades de madeiras: *Secupira*, *Githay* e *Pau de Arco*.

A remessa das amostras das madeiras citadas foram catalogadas e seguiram com uma relação que descrevia os usos e a localização de cada uma delas. A *Secupira* era uma qualidade de madeira utilizada em quase todos os tipos e em todas as partes das embarcações. Desta havia em abundância, porém, em matas distantes de 3 a 8 léguas do litoral. Já o *Githay* e o *Pau de Arco* eram tipos de madeiras que pouco se utilizavam na construção naval por apresentarem capacidade de curvatura. Na região havia, ainda, os paus denominados *Sapocaia* e *Oiti*, que serviam na falta das outras duas já mencionadas.

Um ano mais tarde, a Junta da Fazenda Real da Capitania de Pernambuco remeteu um ofício ao Marquês de Pombal informando sobre a remessa de madeiras para a mastreação de uma fragata de trinta e dois pés de boca²⁸. O carregamento foi feito no Navio Nossa Senhora da Conceição²⁹, do qual era primeiro piloto José Francisco Perné. O custo com os cortes das madeiras totalizaram trezentos e setenta e sete mil e seiscentos reis de despesa para o Arsenal da Marinha de Lisboa. A carga foi incompleta por falta de madeira suficiente no comprimento para mastros e joanetes grandes³⁰.

Em outubro de 1775, José César de Meneses informou ao secretário da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, sobre os cortes das madeiras efetuados na Capitania da Paraíba e no Distrito das Alagoas. As madeiras processadas serviram para o provimento do Arsenal Real da Marinha e foram transportadas também pelo Navio Nossa Senhora da Conceição, pilotado por Perné. Quase toda a madeira fora cortada na Paraíba, exceto os tabuados, processados na

Vila das Alagoas. O comunicado terminou com uma indagação de César de Meneses. O navio deveria dirigir-se à Paraíba, onde embarcaria também o produto dos cortes que estavam sendo feitos em Alagoas, a fim de se fazer ajuntar toda a madeira na Praça do Recife.

Essas questões de logística de remessa das madeiras para o Reino era uma preocupação constante, visto que havia várias recomendações quanto à economia e à comodidade para a Real Fazenda, o que pode ser notado no trecho: *fizesse com a maior brevidade aprontar a dita madeira, examinasse com a maior exação toda a despesa, para não ter prejuízo a Real Fazenda* (AHU, ACL, CU, Capitania de Pernambuco, Cx. 120, D. 9199. p. 2).

Os estudos das madeiras provenientes da Capitania da Paraíba e efetuados no Arsenal da Marinha prosseguiram. Em fevereiro de 1776, novamente a Junta da Real Fazenda remeteu um ofício ao Marquês de Pombal comunicando que havia seguido a determinação de remeter dois terços da madeira cortada e reservar a parte restante na Capitania. Dos dois terços de cada tipo de madeira, deveriam ser priorizados os tipos que servissem para cortes de curvas e braços que constituíam a necessidade do Real Arsenal naquele momento. A investigação começava a nível local, e estudos posteriores eram feitos no Arsenal de Lisboa³¹.

Para fazer os exames detalhados dos tipos de madeira remetidos, os componentes da Junta da Real Fazenda deveriam mandar cortar um número duplicado de três amostras de tamanho considerável, todas da mesma espécie de árvore, de igual peso e vigor, fazendo-os numerar. O corte deveria ser efetuado em diferentes estações do ano, para que fosse observada a influência no peso das madeiras. Posteriormente, a remessa foi identificada de acordo com uma relação anexa que foi assinada pelo contador-geral da Junta, Manoel Pereira de Faria. Seguindo-se esse método, foi enviada a primeira remessa com as primeiras amostras de cada espécie de madeira e suas identificações respectivas.

As madeiras foram encaminhadas para o Reino por duas sumacas, e na ocasião já

estavam recolhidas em duas barcadas no Porto do Recife, que completariam as duas terças partes das amostras para estudos. A última terça parte, que seria carregada no Porto da Paraíba, deveria ficar resguardada para exames posteriores. Os cortes dos ternos duplicados de amostras prosseguiram a fim de que fossem investigados o peso e a serventia das madeiras para o Real Arsenal. Essa estratégia de investigação garantia a averiguação da qualidade das madeiras, sem que fosse feito um corte exaustivo de árvores sem utilidade para o Real Serviço e com oneração para o Erário Régio, porque cortar madeiras demandava despesa no corte, no transporte e no envio delas. Exigia uma logística que muitas vezes não era justificada, visto que algumas madeiras ou não serviam ou eram processadas *toscamente*³².

De acordo com a demanda do Real Arsenal, a investigação prosseguiu, seja para atender aos pedidos urgentes, seja para se fazer reservas de madeiras para utilização a longo prazo. Em resposta ao envio das madeiras de louro e óleo, o secretário de Estado, Sebastião José de Carvalho e Melo, mostrou-se satisfeito com a remessa enviada. Tanto que esse tipo de madeira deveria ser despachado novamente para a mastreação de uma nau de sessenta peças. As providências para o corte ficou a cargo do Mestre de Campo José Rodrigues Chaves. Não obstante, para o término da construção da Fragata de trinta e dois pés de boca, citada anteriormente, faltavam dois paus para completar a mastreação. Como forma de atender ao pedido do secretário do Reino, José César de Meneses solicitou uma diligência para buscar as madeiras solicitadas. Mas, apesar de as madeiras encontradas encaixarem-se nas medidas sugeridas pela Marinha, nem sempre as árvores eram de boa qualidade:

(...) de cinco, que se descobriram, uns foram ocos, outros foram furados, (...) tenho feito repetir as diligencias, mas sem fruto, porque até o presente só se tem achado do mesmo modo: irei continuando nas mesmas diligencias, e quando suceda encontrarem-se capazes os remeterei (AHU, ACL, CU, Capitania de Pernambuco, Cx. 122, D. 9277, p. 2).

Observa-se que o cuidado com o envio de madeiras deveria ir além do corte e processamento das medidas sugeridas, como também deveria atentar para a qualidade das mesmas, ocos, furados ou sem a casca não serviriam para a construção de mastros de navios.

A resposta do Arsenal Real sobre as experiências realizadas nas madeiras remetidas em 1776 chegou à Capitania de Pernambuco em julho de 1780, quatro anos após o seu envio. Os peritos elaboraram uma Relação de Madeiras com amostras que foram enviadas numa caixa para Pernambuco com a declaração da utilização que delas se podiam fazer, conforme as experiências realizadas. Na primeira folha da Relação, foram destacados nove tipos de madeiras que serviam para aduelas, pina de roda e mastros.

O *Piquiá Banana* e o *Ingá Porco* eram qualidades de árvores fáceis de trabalhar e possuíam a singularidade de tenderem direitas para o feitio da *Aduela Philadephia*. Os mestres carpinteiros do Real Arsenal enviaram modelos de aduelas para que se pudesse confirmar o uso das duas espécies. Já a madeira do *Piquiá do Pará* era ideal para pina da roda, pois nenhuma das madeiras enviadas enquadrava-se na sua capacidade para tal fim. As espécies *Emberiba preta* e *Biraquim* serviriam para pinas. No entanto, experiências ratificadoras, de acordo com o modelo enviado, deveriam ser realizadas posteriormente na Capitania de Pernambuco. Por fim, dentre as madeiras que serviam para mastros, destacavam-se: *Gitahy*, *Biraquim*, *Coquan* e *Emberiba preta*. A ressalva feita para essas plantas era a verificação se as árvores desses tipos davam paus suficientes para mastros³³.

Em folhas anexas foi apresentado o resultado das experiências para o teste de forças e resistência das amostras de madeiras remetidas. Os instrumentos empregados para a pesquisa foram réguas e paralelepípedos de quatro palmos, seis polegadas e 1/6 de comprimento e duas polegadas e 1/4 de largura e 3/4 de grossura. Os marceneiros do Real Arsenal catalogaram oitenta e oito espécies de madeiras de construção, todas classificadas conforme a qualidade de cada madeira, seu peso, peso que suportava e

a flexibilidade das amostras. Observamos aqui que os testes realizados deveriam ser confirmados com exames locais na Capitania de Pernambuco. Isso nos leva à constatação de que, além do estudo de cada espécie de acordo com seus usos, deveriam ser observadas as condições locais de cada planta, tais como a disponibilidade e a verificação dos modelos remetidos.

Em outubro de 1780, José César de Meneses declarou estar ciente dos cuidados que deveria continuar tomando na escolha das madeiras enviadas à Corte, por se destinarem à Construção naval. O governador asseverou que ele ficaria na inteligência das qualidades das Madeiras para mastros, aduelas, pinas, eixos, cubos, pinas e raios. Especial precaução deveria ser tomada no corte dos raios e pinas, para que fossem úteis para as finalidades pretendidas. Desse modo, os paus dos eixos não deveriam ser ocos, e os cubos não deveriam ter nós, nem fendas. Escusando-se pelos erros cometidos, o governante prometeu que nas próximas remessas de madeira para o Reino não haveria mais defeitos³⁴.

Um mês depois, José César de Meneses remeteu uma grande quantidade de madeiras pelo Pacote Real Nossa Senhora da Glória, Remédios e São José, comandado por Luiz Antônio Portela. A remessa era composta também por cortes de madeiras, como o tabuado de costado, que estavam no Porto do Recife há três anos. As madeiras estavam danificadas, primeiro porque estavam expostas ao tempo e, segundo, porque não havia um armazém para acondicioná-las. O governador afirmou que estava aflito com tal situação, e por esse motivo todas as tardes acompanhava pessoalmente o embarque das madeiras danificadas que já representavam um grave prejuízo para a Fazenda Real.

MESTRES CARPINTEIROS, A MARINHAGEM E O CARREGAMENTO DAS MADEIRAS

Em maio de 1781, vinte anos após a sondagem a respeito dos mestres carpinteiros de Pernambuco que fossem capazes de promover a construção de navios de guer-

ra, desembarcou na Capitania de Pernambuco o oficial de Carpinteiro de Machado, Julião Alves, nomeado para fazer os cortes de madeiras para aduelas. O encaminhamento de Julião foi feito pelo oficial do Real Arsenal do Exército, João da Cunha Eça Teles, por indicação do Brigadeiro Bartolomeu da Costa³⁵.

No que diz respeito aos Arsenais Reais da Marinha e do Exército, há um esclarecimento a ser feito. É um erro imaginar que estes Arsenais funcionavam em locais distintos ou que eram instituições separadas. A interferência do Brigadeiro Bartolomeu da Costa na nomeação do carpinteiro para o Estaleiro do Recife é um exemplo disso. Havia a divisão em repartições, que mais tarde deu origem a ministérios distintos, mas que funcionavam conjuntamente. Todas as repartições possuíam seus armazéns. Estas repartições foram extintas com a criação dos Ministérios da Guerra e da Marinha. Em dezembro de 1797, por ofício do Ministério da Guerra, os Arsenais do Exército e da Marinha foram separados. As repartições faziam parte da Junta dos Três Estados que era composta pela Junta do Comércio (depois de 1760 Conselho da Fazenda), Conselho Ultramarino e Conselho de Guerra³⁶.

Ainda no mês de maio de 1781, José César de Meneses recebeu instruções sobre os métodos de cortar madeiras para aduelas que deveriam ser encaminhadas para que o Mestre Julião as seguisse. Tais métodos consistiam em cortar madeiras de aduelas para barris de pólvora, seguindo os modelos remetidos para a capacidade de uma ou duas arrobas de pólvora que deveriam abastecer o Arsenal Real do Exército. Nota-se, a partir de então, que as madeiras examinadas, cortadas e enviadas para a Ribeira de Lisboa não se destinavam apenas à construção de embarcações, como também para servir de matéria-prima para a construção no Arsenal de Guerra de Portugal.

A seguir, o governador ordenou que o mestre carpinteiro examinasse as matas com o auxílio de oficiais de sua profissão empregados no Real Serviço que, na sua ausência, deveriam prosseguir com as buscas. Ao remeter o ofício a Martinho de Melo e Castro, o governador inquiriu quando seria

o retorno do mestre de machado ao Reino, denotando que a sua estadia na Capitania de Pernambuco seria provisória³⁷.

No mês seguinte ao desembarque, Julião Alves promoveu uma vistoria nas matas de Pernambuco à procura da madeira *Piquiá banana* para a confecção de aduelas. O oficial de machado afirmou que tinha sido muito custoso encontrar os paus que estavam pelo mato adentro, e que os poucos que haviam os oficiais da terra utilizavam para a construção de casas, desaparecendo os paus de maior bitola, restando apenas os mais delgados, inúteis para a fatura de aduelas. Outra questão colocada do Mestre Julião ao secretário de Marinha e Ultramar foi o período para os cortes das madeiras. O governador General José César de Meneses queria o corte em junho, ao que o mestre de machado retrucou, afirmando que o tempo correto para tal seria a partir de agosto, época em que não havia chuvas³⁸.

O fato de ter sido convocado um mestre de machado do Reino para processar as madeiras demonstrava uma preocupação com a economia dos recursos florestais, evitando o desperdício de madeiras, como também de seu corte e transporte. De acordo com as instruções de 16 de maio de 1781, deveriam ser remetidas quatro diferentes dimensões de aduelas, com o intuito de utilizar uma maior quantidade de madeira da mesma árvore.

O trabalho do mestre carpinteiro foi bastante intenso, visto que no início de novembro foram remetidas pela Corveta Nossa Senhora da Conceição e Santa Rita mil seiscentas e quarenta e três aduelas e sete rolos de *Paroba*, *Piquiá banana* e *Articupe*³⁹. Em fevereiro de 1782, foram remetidas duas mil e quatrocentas aduelas pelo Navio Nossa Senhora da Piedade e Santa Ana, em atendimento aos Avisos da Secretaria da Marinha e Ultramar de vinte e dois de julho de 1780 e dezesseis de março de 1781.

A quantidade de aduelas carregadas nas embarcações leva-nos ao questionamento acerca de quem fazia o carregamento delas. Para entender melhor esse assunto é imprescindível compreendermos a marinhagem. Como foi mencionado anteriormente, os marinheiros e os grumetes⁴⁰

envolvidos no Serviço das Matas de Pernambuco descarregavam os navios de sal vindos do Reino e carregavam-nos com madeira. A viagem de Lisboa ao Porto do Recife era exaustiva e durava em média 60 dias, sendo a tripulação composta por oficiais e pela marinhagem. O grupo de oficiais era composto por comandante e 1º piloto, escrivão e 2º piloto, praticante, capitão, cirurgião, contra-mestre, guardião, marinho e calafate. Já a marinhagem era composta por marinheiros e grumetes⁴¹.

Inserindo a marinhagem no contexto do Serviço das Matas⁴² da Capitania de Pernambuco, ocorreu um episódio interessante em julho de 1782, a desobediência de dois marinheiros a bordo do Paquete Real no Porto de Jaguará. O alvo da desobediência foi o ouvidor da Comarca das Alagoas, José de Mendonça de Matos Moreira, que em março de 1789 foi nomeado juiz conservador das matas da Capitania de Pernambuco⁴³. O magistrado não tomou nenhuma providência, pois o Paquete partiria para o Porto do Recife no dia seguinte. Não obstante, com a chegada da embarcação, de posse da carta de Matos Moreira, José César de Meneses tomou as devidas providências para a correção dos marinheiros desobedientes. Como sabia que o Piloto José Lopes era *muito brando e frouxo*, fez os marinheiros desembarcarem e os recolheu na cadeia para purgarem alguns dias o delito⁴⁴.

A indisciplina dos marinheiros poderia comprometer o prazo de envio de madeiras de construção para Lisboa, e o trabalho no Porto do Recife não podia parar. Em fins de 1783, houve a deserção de marinheiros em duas embarcações, no Navio Nossa Senhora do Pilar⁴⁵, comandado por Gregório de Souza Brito, e no Nossa Senhora do Monte Carmo e São José, que tinha como comandante Luís Antônio Portela. No Navio Nossa Senhora do Pilar desertaram vinte e dois marinheiros. Para sanar a situação, César de Meneses colocou a bordo vinte e cinco índios para poderem ajudar na arrumação das madeiras. No outro navio rebelaram-se sete marinheiros na época da Festa do Natal. Diante do exposto surge a questão: por que os marinheiros desertavam? Provavelmente, um dos motivos foi a falta de soldos.

Em ofício ao Secretário Martinho de Melo e Castro, o governador da Capitania de Pernambuco sugeriu que toda embarcação proveniente de Lisboa que aportasse em Recife para carregar madeiras deveria ser encaminhada com o adiantamento de soldos dos marinheiros. Ao nível local, o governador adiantava dois meses de soldos para a marinhagem, que deveriam ser pagos somente depois de estar barra afora. Caso houvesse deserção, os soldos deveriam ser entregues nos Armazéns Reais⁴⁶.

AS MADEIRAS DA COMARCA DO RECIFE

Como pode ser observado até aqui, grande parte da madeira enviada a Lisboa era proveniente da Capitania da Paraíba, que possuía com principal porto a Baía da Traição; e da Comarca das Alagoas, tendo como principal ponto de escoamento o Porto de Jaguará. Mas por que as madeiras da Capitania de Pernambuco eram mais abundantes em outras jurisdições administrativas? Mais precisamente, como era a qualidade das madeiras provenientes das matas próximas ao Porto do Recife?

Em fevereiro de 1788, o mestre da Ribeira, José da Costa, o mesmo que vinte e sete anos antes havia sido *desqualificado* para a construção de Navios de Guerra, emitiu um parecer sobre a suficiência e a qualidade das madeiras da Praça do Recife. Seu parecer referiu-se especificamente às espécies utilizadas para mastros, tais como os paus de *Githai*, *Beraquim*, *Coquan* e *Emberiba preta*. Sobre a qualidade dessas madeiras, Costa afirmou:

Além do pouco comprimento, as árvores próprias para mastros não possuíam resistência e durabilidade. Adicionado a isso, os paus enviados para Lisboa e posteriormente testados foram rejeitados. As poucas madeiras utilizadas na confecção de mastros de Galeras duravam somente duas viagens. Conforme o relato do mestre da Ribeira do Recife, tal dificuldade, ou escassez de paus para a construção náutica, não ocorreu na época de Manoel da Cunha, que geriu a Capitania de Pernambuco entre 1769 e 1774⁴⁷.

Apesar de grande parte das madeiras cortadas serem provenientes de outras jurisdições administrativas, o Porto do Recife era

o local onde era reunido todo o material processado para o subsequente envio para Lisboa. A demora no envio das madeiras para o Real Arsenal dos Exércitos, principalmente pela chegada e carregamento das embarcações, causava graves prejuízos à Fazenda Real. Isto ocorria porque os paus faturados eram colocados sobre a areia da praia, ficando expostos às intempéries do clima. Como fora observado, as madeiras cortadas eram deixadas na Praia do Recife por anos e apodreciam ao sabor das águas das marés.

Em fevereiro de 1788, o governador da Capitania de Pernambuco, D. Tomás José de Melo, informou por meio de ofício ao secretário de Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, que havia mandado construir um Telheiro Real, com o intuito de resguardar as madeiras que fossem produzidas do rigor do tempo. Outro benefício do Telheiro seria o adiantamento do corte e o pronto embarque dos paus no Porto do Recife⁴⁸.

As investigações nas matas da Capitania da Paraíba e Comarca de Alagoas prosseguiram, com o intuito de encontrar madeiras para o uso náutico. Em abril de 1788, o governador remeteu pelo Pacote Nossa Senhora do Monte Carmo e São José, onze amostras de madeiras para aduelas das quais oito eram próprias para molhados, e três para secos. A incumbência de gerir as expedições nas matas da Paraíba ficou a cargo do Escrivão da Provedoria da Fazenda Real da Capitania. Havia grande abundância das madeiras remetidas como amostras e próximas ao porto de embarque. A quantidade de tipos de madeiras encontradas para aduelas aumentou. Foram remetidas as espécies para estudos de paus de *Peroba*, *Cubucu*, *Louro amarelo* e *de cheiro*, *Largahiro* ou *pau de leite*, *Gulandim amarelo*, *Laranja-nha*, *Pau Sangue*, *Guabiraba branca* ou *canela*, todas essas para molhados; já para secos, *Paus Paraíba*, *Cupiúba*, e *Louro branco*⁴⁹.

Já em Alagoas, os investigadores das matas encontraram mais seis tipos de madeiras para aduelas, das quais foram remetidas duzentas e quarenta; ou seja, quarenta de cada tipo. *Peroba amarela*, *Pitimaju*, *Pisco*, *Caboim*, *Murta* e *Peroba branca* foram as qualidades de paus selecionados para amostras. O carregamento das expedições nas matas ala-

goanas foi o Ouvidor José de Mendonça de Matos Moreira, que também remeteu ao secretário de Marinha e Ultramar dois caixões com duas qualidades de baunilha, contendo as favas e flores da planta. O Governador D. Tomás José de Melo remeteu, também, um caixote com mais amostras de *Quina*, com o objetivo de que fossem examinadas amostras da planta retiradas em épocas distintas. Conforme o governante, a descoberta de novas qualidades de madeira poderia abrir a *esta Colônia um novo ramo do Comércio importantíssimo para a Real Coroa*⁵⁰.

DISPUTA PELO CARGO DE MESTRE CARPINTEIRO

Em junho de 1788 ocorreu um fato bastante relevante para as investigações das florestas realizadas na Capitania de Pernambuco, a chegada ao Porto do Recife do Alferes António Manoel Prata. Este ficou encarregado do corte das Matas e busca de novas espécies de madeira na Paraíba para a mastreação de navios. Contudo, havia uma equação difícil de ser resolvida pelo governador da Capitania de Pernambuco, visto que já havia outro oficial do machado trabalhando nos cortes de paus na Paraíba, Manoel Martins Beiriz. Conforme Aviso de Martinho de Melo e Castro, inicialmente, os dois oficiais deveriam trabalhar em locais separados, para que se pudesse apurar qual dos dois resultaria em maior economia para o Real Erário. O ordenado do Alferes Prata ficou atribuído em oitocentos reis por dia, remuneração paga ao seu antecessor Julião Alves⁵¹.

Diante da encomenda urgente de madeiras para o Real Arsenal dos Exércitos, Tomás de Melo fez uma ressalva com relação ao período mais favorável para os cortes nas florestas. O período mais adequado ia de fins de julho até o mês de janeiro, porque era o tempo mais seco naquelas Capitânicas. No restante do ano, de fevereiro a junho, era um período mais chuvoso, e esse fato trazia alguns inconvenientes. As matas ficavam cheias de atoleiros, as águas dificultavam os trabalhos, as cascas das árvores largavam, rachavam e deterioravam. Em resultado desses fatores, os custos com o transporte e as despesas da fabricação das madeiras resultavam mais ca-

ros. Para evitar esse transtorno, o governador sugeriu que as encomendas provenientes do Real Arsenal fossem feitas com a devida antecedência, respeitando o prazo para a fatura das madeiras, de acordo com a estação seca e não a de inverno⁵².

Para evitar enganos ou a duplicação de serviços, D. Tomás de Melo mandou reproduzir três cópias do plano de corte de madeiras para uma nau de setenta e quatro peças, que foi anexado à Ordem emitida pela Secretaria de Marinha e Ultramar. Duas das cópias foram entregues aos dois oficiais dos cortes, Manoel Beiriz e o Alferes Prata. A terceira cópia ficou sob a posse do mestre do Estaleiro do Recife, José da Costa, que deveria conferir os paus que fossem chegando para a referida nau. Ao solicitar ao Alferes Prata que reproduzisse o Plano, o mestre de corte afirmou que não sabia escrever, apenas traçar a madeira. Assim, Tomás de Melo solicitou a reprodução de cópias com firmas, e além delas emitiu duas portarias para esclarecer como deveria ser executada a fatura das madeiras⁵³.

Na Portaria identificada com a letra A, passou-se ao Alferes Prata as Ordens Reais de cortes de madeiras sob a sua responsabilidade. No quarto capítulo da Portaria, D. Tomás de Melo afirma que como forma de excitar a *emulação*, que se determina a Ordem Real, Prata deveria ficar com metade das encomendas e Manoel Beiriz com a outra metade. De tal maneira que um deveria fazer iguais paus que o outro, a fim de que fosse observado, sem a menor dúvida, quais se conformavam melhor com as dimensões solicitadas; quais paus seriam faturados com melhores madeiras e quais sairiam mais baratos. Já na portaria identificada com a letra B, foram recomendações a Manoel Beiriz, encarregado dos cortes de Madeiras da Paraíba do Norte, todas versando sobre o mesmo assunto que as indicações feitas ao Alferes Prata. Em anexo, com a letra C o Alferes Prata afirmou que estava ciente das Instruções emitidas pelo capitão general das Capitânicas, D. Tomás de Melo. Por fim, com a letra D, foi emitida uma lista na qual constavam as feramentas⁵⁴ e demais apetrechos solicitadas pelo Alferes Prata para dar início aos cortes de madeiras na Paraíba do Norte.

Para entender melhor o que D. Tomás de Melo estabeleceu com a *emulação* entre os dois mestres construtores de madeira, convém esclarecer o significado desse termo no Bluteau: *Estímulo que nos incita a obrar tão bem como os outros, ou melhor se for possível. (...) Imitar alguém com emulação. Procurar ser igual ou superior a ele em alguma coisa*⁵⁵.

Conforme a explicação do Bluteau, a emulação foi sugerida para fins comparativos de qual dos dois mestres construtores seria mais bem-sucedido no Serviço das Matas da Paraíba. Apesar de todo o zelo em comunicar as tarefas de cada construtor, D. Tomás de Melo emitiu um parecer tendencioso ao dirigir-se por meio de Ofício ao Secretário Martinho de Melo e Castro. O governador destacou a experiência que Manoel Beiriz possuía no corte das madeiras, asseverando que quando esse tinha oportunidade separava as madeiras de maior grandeza e qualidade para o Real Serviço e vendia as menores aos negociantes para empregarem nos seus navios. Outra qualidade de Beiriz, destacada pelo governador Melo, era o baixo custo de seu serviço, que era sempre racionável, e se houvesse abuso no valor, ele o abaixava para ficar mais econômico ao Real Erário. O Mestre Beiriz tinha suas próprias ferramentas, adiantava o pagamento ao pessoal que cortava as matas e por esse motivo tinha sempre *gente pronta*⁵⁶.

Apesar da preferência pelo Mestre Beiriz, D. Tomás de Melo afirmou que manteria o Secretário Martinho de Melo e Castro informado do resultado da emulação, enviando notícias tão logo fosse despachada a primeira *barcada* de madeiras com destino ao Reino. Ao final, o mestre carpinteiro mais antigo, Beiriz, foi o vencedor da competição, no entanto quem permaneceu à frente da administração das madeiras foi o Alferes Manoel Prata. Este trabalhou no corte das madeiras até 1801,

permanecendo na Capitania até 1807, após ser promovido sucessivamente como tenente e a capitão de infantaria do Regimento de Linha do Recife de Pernambuco⁵⁷.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal assunto discutido por este artigo foi a construção do aparato logístico no Estaleiro do Recife, entre 1755 e 1788. Para tanto, foram implementadas a catalogação, a seleção e o transporte das madeiras de maneira mais eficaz e econômica. Para que essas ações fossem postas em prática, foram contratados mestres carpinteiros que asseguraram a qualidade dos serviços prestados. A avaliação e seleção de pessoal qualificado na Ribeira do Recife, bem como as investigações florestais para a realização de exames e medições das madeiras da Capitania de Pernambuco, constituíram a própria logística para o aprimoramento dos serviços do Estaleiro do Recife que passou a fornecer materiais de melhor qualidade para a construção naval na Ribeira das Naus, como também para o consumo interno da Capitania.

Durante trinta e três anos, os serviços do Estaleiro do Recife foi aprimorado de modo a congregar as madeiras provenientes do espaço das florestas da Capitania de Pernambuco, que até 1788 era composto pela Capitania da Paraíba e pelo Distrito de Alagoas. Pesquisa ainda inédita demonstra que o período de estabelecimento da logística melhorada no Porto do Recife foi fator essencial para a implantação, em 18 de março de 1789, do Serviço das Matas da Capitania de Pernambuco, uma administração que foi coordenada por juizes conservadores das matas, que foram ouvidores indicados pelos governadores e, como tal, fizeram parte da Administração e da Política da Capitania de Pernambuco até 1822.

¹ Agradecemos à Capes pelo fomento à pesquisa de estágio doutoral realizado em Portugal de abril de 2013 a abril de 2014, sob o título: *Em comum benefício dos meus vassallos: A regulação dos usos e dos acessos às florestas costeiras na Capitania de Pernambuco (1760-1822)*, orientada pelo Prof. Dr. Luiz Geraldo Silva (PGHIS/UFPR) e co-orientada pelo Prof. Dr. Tiago C.P. dos Reis Miranda, CHAM/UNL e UAç. Bolsista PDSE/CAPEs, processo nº 18458122.

² AHU, ACL, CU, Capitania de Pernambuco, Cx. 2, D. 138.

³ SALGADO, Augusto. Teoria portuguesa de arquitetura naval. In: PEREIRA, José Manuel Malhão. *Navios, marinheiros e arte de navegar (1669 – 1823)*. Lisboa: Academia de Marinha, 2012, pp.171- 173.

- ⁴ Desconhece-se o nome deste construtor inglês tão importante para a construção naval portuguesa. ALMEIDA, Luís Rocha Ferrand. Um construtor naval inglês em Portugal (1721-1723), *Revista Portuguesa de História*, tomo X, Coimbra: Instituto de Estudos Históricos, 1962, pp.5-13.
- ⁵ SALGADO, Augusto. *Op. cit.*, pp.171-174.
- ⁶ Regimento dos Pinhais e Fábricas de Madeira de Leiria. 25 de junho de 1751. In: SILVA, Antônio Delgado da. Coleção da legislação portuguesa desde a última compilação das Ordenações. Disponível em: <http://www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/>. Acessado em 10/10/2013.
- ⁷ THOMAS, Keith. O homem e o mundo natural. Mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais. (1500 – 1800). Trad. João Roberto Martins Filho, São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 282. Ver também: THOMPSON, E. P. *Senhores e caçadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 28 e 29.
- ⁸ A isenção de impostos sobre a madeira que entrava em Portugal tinha como principal argumento a reconstrução da cidade de Lisboa após o terremoto ocorrido em 1º de novembro de 1755. Cf. Decreto de 29 de novembro de 1755. Alvará de 22 de maio de 1756. Decreto de 28 de Janeiro de 1758. In: SILVA, Antônio Delgado da. Coleção da legislação portuguesa desde a última compilação das Ordenações. Disponível em: <http://www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/>. Acessado em 11/10/2013.
- ⁹ SALGADO, Augusto. *Op. cit.*, p. 175.
- ¹⁰ SALGADO, Augusto. *Op. cit.*, p. 199.
- ¹¹ Sobre a utilização de madeiras de construção para a indústria naval nas Capitanias de Pernambuco, do Rio de Janeiro e da Bahia, conferir: RIBEIRO JR., José. *Colonização e Monopólio no Nordeste Brasileiro: A Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba (1759-1780)*. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 2004; CABRAL, Diogo Carvalho. Floresta, política e trabalho: a exploração das madeiras-de-lei no Recôncavo da Guanabara (1760-1820). *Revista Brasileira de História*, vol. 28, núm. 55, janeiro-junho, 2008, pp. 217-241; LAPA, José Roberto do Amaral. *Op. cit.*, 2000; KIRSCHNER, Tereza Cristina. Entre o rei e a lei. Natureza, legislação ilustrada e conflitos no final do período colonial. *Textos de História*, vol. 11, nº 1-2, 2003; FONSECA, Halysson Gomes da. *Devastação e conservação das florestas na Terra de Tinharé (1780-1801)*. Dissertação (Mestrado em História Social) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.
- ¹² LAPA, José Roberto Amaral. *Op. cit.*, pp. 25-26.
- ¹³ RIBEIRO JR., José. *Op. Cit.*, 2004, p. 63.
- ¹⁴ AHU, ACL, CU, Capitania de Pernambuco, Cx. 78, D. 6525, Sobre o embarque de Sal e o desembarque de Madeiras. Cf. D. 9143.
- ¹⁵ AHU, ACL, CU, Capitania de Pernambuco, Cx. 78, D. 6526.
- ¹⁶ Os nomes dos tipos de madeiras para a construção naval encontrados nas fontes de pesquisa foram mantidos com a grafia original do período.
- ¹⁷ *Id Supra*.
- ¹⁸ *Id Supra*.
- ¹⁹ Sobre a Companhia Geral de Comércio de Pernambuco e Paraíba. Cf. RIBEIRO Jr., *op. cit.*
- ²⁰ Veleiro de pequena tonelagem, dois mastros de pano redondo, velas de proa, entre-mastros e uma bateria. Cf. GONÇALVES, Antônio. Navios de Vela. In.: PEREIRA, José Manuel Malhão. *Op. Cit.*, p. 84.
- ²¹ Alvará de 12 de novembro de 1757. Mandando preferir no carregamento das frotas os navios fabricados no Brasil. SILVA, Antônio Delgado da. *Coleção da legislação portuguesa*. Lisboa: Tipografia Maigrense, 1830, p. 561. Disponível em: <http://www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/pesquisasimplesresultado.php?pesquisa=navio&usado=2&campos=1&rdem=1&pagina=10>. Acessado em 13/11/2013.
- ²² Madeira lavrada para pipas, tonneis. Silva, Antônio de Moraes. Dicionário da Língua Portuguesa composto pelo Padre D. Raphael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro, Tomo I, A-K, p. 30. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/00299210#page/3/mode/1up>. Acessado em 20/10/2013.
- ²³ AHU, ACL, CU, Capitania de Pernambuco, Cx. 112, D. 8642.
- ²⁴ Jornal: a paga de cada dia, que se dá ao jornaleiro. Cf. SILVA, Antônio de Moraes. *Op Cit.* p.191.
- ²⁵ Oficiais mancebos, gente da Náutica entre grumetes e serventes. Cf. SILVA, Antônio de Moraes. *Op Cit.* p.256
- ²⁶ Forro que saiu da escravidão, liberto. § que não paga foro, nem direitos, livre. SILVA, Antônio de Moraes. *Op Cit.* p. 51.
- ²⁷ Cativo reduzido à escravidão. Cf. SILVA, Antônio de Moraes. *Op Cit.* p.362
- ²⁸ Fragata era, essencialmente, um navio de guerra de três mastros que dispunha de duas baterias. Cf. GONÇALVES, Antônio. Navios de Vela. In: PEREIRA, José Manuel Malhão. *Op. Cit.*, p. 61.
- ²⁹ Navio Nossa Senhora da Conceição
- ³⁰ AHU, ACL, CU, Capitania de Pernambuco, Cx. 119, D.9153.
- ³¹ AHU, ACL, CU, Capitania de Pernambuco, Cx. 121, D. 9257.
- ³² O Secretário da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro referiu-se a forma tosca como eram cortadas as madeiras provenientes da Capitania de Pernambuco em AHU, ACL, CU, Cx. 175, D. 12270, p. 2.
- ³³ AHU, ACL, CU, Capitania de Pernambuco, Cx. 137, D. 10204.
- ³⁴ AHU, ACL, CU, Capitania de Pernambuco, Cx. 138, D. 10260.
- ³⁵ AHU, ACL, CU, Capitania de Pernambuco, Cx. 140, D. 10358.
- ³⁶ Cf. CORREIA, Maria Teresa Rodrigues de Almeida. *A Gênese de um Museu: Do Arsenal Real do Exército ao Museu de Artilharia*. Dissertação de Mestrado. Museologia e Patrimônio. Universidade Nova de Lisboa, FCSH, Dep. Antropologia, Lisboa, 2002, p. 29.
- ³⁷ AHU, ACL, CU, Capitania de Pernambuco, Cx. 141, D. 10390.
- ³⁸ AHU, ACL, CU, Capitania de Pernambuco, Cx. 140, D. 10377.
- ³⁹ AHU, ACL, CU, Capitania de Pernambuco, Cx. 142, D. 10469.

⁴⁰ Grumetes eram aprendizes de marinheiros. Realizavam tarefas de auxílio aos marinheiros mais experientes, desde carregar ferramentas para ajudar um carpinteiro até fazer a limpeza dos barcos. Cf. BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário Portuguez & Latino*, 8 volumes. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/en/dicionario/edicao/1>. Acesso em 13/11/2013, pp.139.

⁴¹ AHU, ACL, CU, Capitania de Pernambuco, Cx. 174, D. 12217.

⁴² O Serviço das matas da Capitania de Pernambuco funcionou de 1789 a 1822 e será discutido de maneira pormenorizada na tese de doutoramento, em construção, de Fernanda Cordeiro de Almeida (PGHIS/UFPR), sob orientação do Prof. Dr. Luiz Geraldo Silva.

⁴³ Edital de 18 de março de 1789, que proíbe o corte das Madeiras de Construção que possam servir para Fragatas de 20 peças, e naus da última grandeza, nas Comarcas da Paraíba, Recife e Alagoas. Apeje, R. Pro. 04/2, Fl.39.

⁴⁴ AHU, ACL, CU, Capitania de Pernambuco, Cx. 145, D. 10598.

⁴⁵ A Nau Nossa Senhora do Pilar teve seu funcionamento de 1763 a 1820, foi construída em Lisboa e abrigava uma guarnição de 650 homens (1795) e 753 homens (1799). Cf. GONÇALVES, Antônio. Navios de Vela. In: PEREIRA, José Manuel Malhão. *Op. Cit.*, p. 50.

⁴⁶ AHU, ACL, CU, Capitania de Pernambuco, Cx.150, D. 10891.

⁴⁷ AHU, ACL, CU, Capitania de Pernambuco, Cx. 162, D. 11609.

⁴⁸ AHU, ACL, CU, Capitania de Pernambuco, Cx. 162, D. 11612.

⁴⁹ AHU, ACL, CU, Capitania de Pernambuco, Cx. 163, D. 11675.

⁵⁰ AHU, ACL, CU, Capitania de Pernambuco, Cx. 164, D. 11715.

⁵¹ AHU, ACL, CU, Capitania de Pernambuco, Cx. 164, D. 11728.

⁵² *Id Supra.*

⁵³ AHU, ACL, CU, Capitania de Pernambuco, Cx. 165, D. 11755.

⁵⁴ Para iniciar os Cortes na Paraíba do Norte em 1788, o Alferes Antônio Manoel Prata solicitou: 3 Pedras de amolar, 3 Peças de Botas, 4 Argolas de ferro de arrastar madeira, 1 Martelo grande, 18 Enxadas, 18 Ferros de cova, 20 Foices, 1 Cardel de fio para cordiar madeira, 2 Travadeiras, uma pequena e uma grande, 6 Serras braçais incluindo a que veio armada, 4 Serrotes braçais, 12 Machados, 6 Enxões, 1 Serra de mão, 2 Serrotes de mão, 6 Escobulos de marcar madeira, 4 Compassos, três pequenos, um grande, 3 Jogos de algarismo de marcar, 1 Lações de rachar aduela, 1 Estojo matemático, 3 Sultas, 12 Limas sortidas. Cf. AHU, ACL, CU, Capitania de Pernambuco, Cx. 165, D. 11755, p. 9.

⁵⁵ BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário Portuguez & Latino*, 8 volumes. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/en/dicionario/edicao/1>. Acesso em 13/11/2013. pp.75-76.

⁵⁶ AHU, ACL, CU, Capitania de Pernambuco, Cx. 165, D. 11755, p. 3.

⁵⁷ AHU, ACL, CU, Capitania de Pernambuco, Cx. 268, D. 17876.

Guiana Francesa, janeiro de 1809: articulações para a construção governativa conforme as primeiras ordenanças*

Ivete Machado de Miranda Pereira

Doutoranda pela *École des Hautes Études en Science Sociales – Paris*. Bolsista da Capes – Proc. nº BEX 1773/13-5.

RESUMO

Em janeiro de 1809 a Guiana Francesa foi invadida por tropas portuguesas provenientes do Grão-Pará, com ajuda naval britânica. Este estudo pretende acompanhar o início da administração portuguesa na Guiana, precisamente o mês de janeiro de 1809, por meio das seis primeiras Ordenanças do governador interino, Manoel Marques, consultadas nos *Archives Nationales de Paris*. Em diálogo com essa documentação, analisaremos *População e Administração Provisória da Colônia de Caiena* e a Capitulação firmada entre o governador francês vencido e os conquistadores, documentos do acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Pretende-se compreender como o governo português organizou de imediato o novo território observando o que ficara estipulado na rendição.

PALAVRAS-CHAVE: Guiana Francesa; administração; Ordenanças

ABSTRACT

In January 1809 the French Guiana was invaded by Portuguese troops from Grão-Pará, helped by the British Navy. This study intends to follow the beginning of the Portuguese administration in Guiana, precisely in the month of January 1809, through the first six Ordinances of the provisional governor, Manoel Marques, consulted in the Archives Nationales of Paris. In dialogue with this documentation, we will analyze *Population and Temporary Administration of Cayenne's Colony* – Manoel Marques's authorship – and the Capitulation signed between the defeated French governor and the conquerors, documents from the collection of the National Library of Rio de Janeiro. It is intended to understand how the Portuguese government immediately organized the new territory observing what had been stipulated in the surrender.

KEYWORDS: French Guyana; administration; Ordinances

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

“Inferno verde”, “guilhotina seca”, sinônimo de morte para o metropolitano, a colônia francesa da América Meridional, Guiana Francesa, era colônia de *plantation* escravagista desde o século XVII e, portanto, o eixo essencial da economia era a produção a ser exportada para a metrópole. Escassamente povoada no início do século XIX, sua população ocupava somente uma estreita franja costeira que ia do Rio Iracoubo, a oeste, ao Rio Oiapoque,

* Artigo recebido em 7 de abril de 2014 e aprovado para publicação em 6 de maio de 2014.



a leste. Segundo o recenseamento de 1807 a população total de 15.483 indivíduos era composta de 13.474 escravos, 1.040 “pessoas de cor livres” e 969 brancos – não compreendida a tropa¹. Os índios não estão representados nesse recenseamento, mas no censo do ano de 1789 eles perfaziam a soma de 806². O mais importante e numeroso grupo linguístico da região era o dos *Caraïbe*, que na época da chegada dos europeus vivia no litoral entre o Approuague e o Suriname, seguido pelo grupo *Arawak*, pouco representado. Essa população indígena, pequena e dispersa no início da colonização, sofrerá uma diminuição drástica a partir do contato com os europeus³. Assim, uma das características da Guiana Francesa é a grande modéstia de sua população que, durante o século XVIII, apresentou crescimento de menos de 3 mil indivíduos⁴.

No início do século XIX, o território habitado era dividido em oito *quartiers*⁵ – *Oyapock*, *Approuague*, *Kourou*, *Cayenne* e *Remire*, *Macouria*, *Roura*, *Sinamary* e *Iracoubo*. Em 1809, 234 *habitations*⁶, ou estabelecimentos de cultura, se espalhavam pela colônia, dos quais 45% estavam concentrados nos Cantões de Cayena e Macouria⁷. Além das *habitations*, pequenos estabelecimentos pertencentes aos “livres de cor” com menos de dez escravos se ocupavam, sobretudo, da exploração de madeiras e criação de gado. A produção agrícola da colônia em 1809 era composta por algodão, urucum, cravo-da-índia, cacau, café, canela e madeira de cor, produção avaliada em 1.671.000 francos coloniais⁸. Os engenhos de açúcar que faziam a riqueza de outra colônia francesa, São Domingos, conheceram, desde 1740, um declínio devido à falta de capital para a empreitada, que exigia mão de obra numerosa, várias construções, nível técnico aprimorado e planejamento. Nas palavras do historiador Ciro Cardoso, “uma sociedade microscópica, uma economia desprezível no quadro do mundo colonial francês, [...] uma colônia defendida por sua própria pobreza”⁹.

Entretanto, a Guiana foi invadida em janeiro de 1809 por tropas portuguesas, com ajuda naval inglesa, depois administrada até finais de 1817 pelos portugueses. A motivação para a invasão pode ser ligada aos

litígios de fronteira envolvendo França e Portugal na América, pois desde o século XVII as duas metrópoles reivindicavam as terras compreendidas entre os rios Oiapoque e Amazonas, as chamadas Terras do Cabo Norte – hoje o Estado brasileiro do Amapá –, integradas na época ao Grão-Pará¹⁰. Outra causa apontada para a invasão seria seu uso como moeda de troca, por Portugal, na paz geral que fatalmente aconteceria na Europa após as guerras napoleônicas¹¹. A conquista seria ainda represália à invasão de Portugal em 1807, incentivada pelo interesse pelas especiarias aclimatadas com êxito na Guiana¹².

O objetivo deste trabalho é acompanhar o início da administração portuguesa na Guiana por meio da análise das primeiras Ordenanças publicadas pelo governador interino português. Entretanto, torna-se necessário o exame de alguns artigos presentes no tratado de Capitulação para a compreensão do começo da administração da conquista. Pretende-se responder a uma primeira questão: como o governo português organizou do ponto de vista jurídico seu novo território observando o que ficara estipulado na rendição.

AS ORDENANÇAS DE JANEIRO DE 1809

Após a conquista foi assinada a capitulação, no dia 12 de janeiro, pelo governador da Guiana Francesa, Victor Hugues, pelo comandante da expedição e chefe do corpo da artilharia do Grão-Pará, Tenente-Coronel Manoel Marques, e pelo capitão de mar e guerra inglês, James Lucas Yeo¹³. Proposta pelo governador da Guiana, a capitulação continha dezesseis artigos e foi ratificada após pronta aquiescência dos vitoriosos. Entretanto, geraria protestos das autoridades portuguesas insatisfeitas com sua redação. No preâmbulo o governador francês afirma que se rende “não tanto à força, como ao sistema destruidor de libertar todos os escravos que se declarassem pelo inimigo” e ao incêndio das fazendas, por ordem do príncipe regente. A afirmativa não era verdadeira – a ordem partira do governador do Grão-Pará, responsável pela expedição –, mas Victor Hugues ao colocá-la na introdução da ca-

pitulação, documento oficial, provocara um mal-estar, pois o fato de se armar os escravos do inimigo era atitude inadmissível para a época em que o fantasma da Revolução de São Domingos estava presente na memória de todos.

A inabilidade política de Manuel Marques o fizera assinar um documento vivamente criticado na ratificação proposta pelo governador do Grão-Pará, em 17 de fevereiro de 1809¹⁴. O *Correio Braziliense*¹⁵, que publicou a rendição e a ratificação, disse sobre a primeira: "A capitulação com efeito está miserável, e até abaixo do criticismo". Outro personagem que reprovou veementemente os termos da capitulação, e principalmente seu preâmbulo, foi o conselheiro do príncipe regente, D. João de Almeida, conde das Galveias, que deixou registrado seu parecer sobre o assunto em maio de 1809¹⁶. Mas o fato é que a capitulação permaneceu válida, pois quando a ratificação do governador do Pará chegou à Guiana Francesa, um de seus signatários, Victor Hugues, já havia partido para a França e vários jornais a haviam publicado.

Além da introdução, certos artigos eram desfavoráveis aos vencedores. Segundo o artigo VI, os escravos cooptados e armados pelos portugueses, e a quem fora prometida liberdade, deveriam sair da colônia, e uma indenização seria paga a seus antigos donos. Ou seja, estipulava-se como deveria agir o futuro governo da colônia e reforçava-se a cooptação de escravos por ordem do príncipe regente. O artigo XI determinava que as leis civis francesas, o Código Napoleão, até então em vigor na colônia, continuariam a decidir os interesses entre os indivíduos e as diferenças que lhes dissessem respeito. Esse artigo é importante, pois determina a continuidade da forma de governar francesa por meio da manutenção de seu regime jurídico. Assim, o artigo XI negava, em parte, a soberania portuguesa sobre o novo território, ao definir a estrutura administrativa da colônia pela conservação do conjunto das leis civis francesas.

Em decorrência do artigo precedente, o XII estabelecia a cobrança das dívidas igualmente segundo o Código Napoleão. Isto é, o conjunto de regras que determinam as rela-

ções jurídicas de ordem privada – garantias pessoais, bens e aquisições de propriedades – não se conformaria ao direito português. Finalizando, o artigo XV, que, segundo os inimigos de Hugues, serviria para encobrir o modo pouco ortodoxo como enriquecera, impunha que todos os documentos fiscais e de controle da alfândega ou a contabilidade oficial da Guiana Francesa seriam lacrados e mantidos à disposição de S. M. Imperial e Real, Napoleão Bonaparte. Exigência que impedia o conhecimento da situação contábil e econômica da colônia.

Mas, a Carta Régia portuguesa de 10 de junho de 1809¹⁷, dirigida ao Magistrado João Severiano Maciel da Costa, tendo por objeto sua nomeação como intendente da Guiana, observa que não se estipulou na capitulação nem a forma do exercício do Poder Judiciário, nem a forma dos princípios da administração. A Carta pedia informações "do que pode estabelecer-se sem faltar ao estipulado na Capitulação [...] tanto sobre a forma do Poder Judiciário, como sobre os objetos d'Administração de Fazenda e de Polícia". Procurava-se uma maneira de contornar o artigo XI da capitulação com toda "moderação", mas ao mesmo tempo encarregando o magistrado de fazer as alterações que julgasse indispensáveis e úteis ao serviço real, não se descartando a possibilidade de "introduzir, ou em tudo, ou em parte, novos Juizes Portugueses, que podereis chamar do Pará e do Maranhão", mas desde que tal alteração não fosse contrária à opinião pública. Por fim, solicitava a descrição dos tribunais estabelecidos, e para informar se haveria inconveniente na adoção do sistema que se praticava nos domínios portugueses.

Portanto, apesar do ministro da Guerra, D. Rodrigo de Souza Coutinho, em ofício de 18 de maio de 1809 ao governador do Pará¹⁸, dizer ser ordem do príncipe que "se cumpra religiosamente a capitulação", os portugueses estão procurando sair do impasse criado pelo artigo XI da capitulação. No mesmo ofício, D. Rodrigo pede que se faça o reconhecimento exato da Guiana Francesa, dos rios e canais que a cortam, dos canais entre as ilhas que conduzem à embocadura do Rio Amazonas, portanto, o reconhecimento do território, importante para a defesa da

própria Guiana em caso de tentativa de retomada pelos franceses, e para a defesa das capitânicas portuguesas do Pará, Rio Negro e Rio Branco.

Assim, a administração da conquista começou a ser desenhada. Para governar a Guiana Francesa, sob dependência do governo do Pará, foi nomeado interinamente o comandante das tropas que fizera a conquista, Manoel Marques, elevado ao cargo de brigadeiro. Manteve-se o modelo francês de separação do governo militar da intendência, ficando a administração da Justiça Civil, Criminal e de Polícia, a cargo do magistrado nascido em Mariana, João Severiano Maciel da Costa, conforme a Carta Régia vista anteriormente. O Intendente receberia o ordenado de dois contos de reis e a mercê de Desembargador dos Agravos da Casa de Suplicação do Brasil, cargo a ser exercido depois de concluída sua missão na Guiana¹⁹.

Maciel da Costa só chegaria à Guiana no início de 1810, portanto, as primeiras providências foram tomadas pelo governador militar. A primeira intervenção necessária foi o envio de um destacamento de 20 homens, comandados por um oficial, para reprimir desordens em diversas *habitations* insurgidas, entre elas a *Gabrielle*, onde eram cultivadas especiarias e que pertencia ao governo. Foi ordenada a condução dos insurgentes para Caiena a fim de serem severamente punidos²⁰. O Governador Manoel Marques ficou a par das desordens por meio do ex-governador francês, com quem manteve uma relação conflituosa revelada pela correspondência trocada entre eles. A 29 de janeiro, Marques pede que se cumpra o prometido, no caso, a entrega dos escravos pertencentes ao governo²¹. O número de escravos do governo e repartidos nos diversos estabelecimentos era de 920 indivíduos²². Em outra carta pede-se que Hugues dê a ordem necessária para a entrega do recenseamento de 1808, a fim de compará-lo com o de 1809 e assim cobrar dos habitantes o imposto da Capitação²³. Hugues reclama quatro barris de moeda de cobre e Marques aceita entregá-los por julgá-los “inúteis nesta colônia”²⁴. Marques reclama do uso, por seu predecessor, de “expressões muito for-

tes a meu respeito”, em carta de 8 de fevereiro de 1809. A poucos dias da partida para a França, que aconteceria em 3 de março, Hugues escreveria a Manoel Marques:

Fui obrigado a negociar com oficiais subalternos, por circunstâncias e considerações alheias ao protocolo militar que, diante do mundo inteiro, chamo de crime e traição, assim como chamarão todas as nações civilizadas quando tiverem lido a capitulação, que vós assinardes, e que ousou dizer, honra-me tanto quanto deve fazê-lo corar de vergonha²⁵.

A primeira proclamação pública do governador português, publicada no dia 16 de janeiro, na verdade uma ordenança, determinava a volta dos escravos à fazenda de origem. A ordenança partia da constatação de que em vários *quartiers* da colônia os escravos estavam em estado de insurreição, outros vagavam pela cidade cometendo excessos e, portanto, decretava que a partir da publicação da proclamação os escravos deveriam retomar seus trabalhos habituais. O não cumprimento da ordem em vinte e quatro horas acarretaria a punição – cem chicotadas – do escravo encontrado fora da fazenda sem permissão assinada por seu dono²⁶. O número de chicotadas estabelecido na Ordenança pode ser considerado um castigo rigoroso, pois a decisão do Conselho Superior de Caiena, de 5 de julho de 1717, estipulava que o número máximo de chicotadas que um senhor podia infligir a seu escravo era de vinte e nove²⁷. Parece que o novo governo acreditava ser essencial a demonstração de pulso forte para o restabelecimento da ordem que a tomada desestruturara, principalmente em uma colônia cujo número de escravos representava 87% da população.

No dia seguinte, nova ordenança traz a nomeação de oito habitantes para compor uma Junta Provisória, presidida pelo governador, encarregada de organizar os diversos ramos da administração civil e da polícia²⁸. Essa ordenança era imprescindível porque o corpo administrativo que regia a colônia francesa não existia mais após a rendição.

A Guiana possuía à sua frente na época da invasão um comissário do imperador – comandante em chefe –, responsável pelo poder militar e político, Victor Hugues, e um comissário ordenador – chefe da Administração Civil –, que substituíra os antigos intendentes da Marinha e preenchia todas as suas funções, Benoist-Cavay. Todos os atos da administração civil deviam ser combinados entre o comissário do imperador e o comissário ordenador. Esses eram os principais homens da colônia. Todas as possessões francesas eram administradas pela Secretaria de Estado da Marinha e se caracterizavam por uma direção bicéfala, composta pelo governo militar e político e pela administração.

Também participava da administração da colônia um comissário inspetor da Marinha, responsável por todos os atos relativos ao serviço da Marinha, como compras e contratos passados ou feitos pelo governo. Outro cargo era o de comissário da Marinha, que regulava as contas dos marinheiros da Marinha Militar e da Mercante, organizava os róis da equipagem e tinha o registro de todos os marinheiros. Havia ainda um recebedor dos domínios e direitos, que na verdade era o chefe da Alfândega, encarregado do recebimento dos direitos de entrada e de saída das mercadorias, e dos impostos estabelecidos, por capitação e pelo aluguel das casas²⁹.

Além dos cargos listados por Manoel Marques em seu documento, pode-se acrescentar o de escrivão da colônia, responsável pelo registro das correspondências, dos inventários e de todos os trabalhos de contabilidade. Outro cargo era o de guarda-armazém, responsável pelo abastecimento da colônia, cujo desempenho era importante na pequena economia guianense pelo fato de favorecer a circulação de bens e de dinheiro sob a forma de compra e venda dos víveres para os soldados. E ampliando a lista, a multidão de escriturários que povoavam os diferentes escritórios da colônia³⁰. Os funcionários sempre foram considerados “pletóricos” em proporção à modéstia da colônia³¹.

Toda essa estrutura ruuiu com a tomada da Guiana, e era preciso estabelecer articulações políticas para a nova construção

governativa. Provavelmente o governador interino não possuía sob seu comando pessoas qualificadas para exercer funções administrativas, ele próprio um militar de carreira, e tomou a decisão de dividir com um grupo de habitantes a gestão da colônia. Decisão administrativa, mas principalmente política, um pacto entre conquistador e conquistados. Manoel Marques fala da dificuldade de preencher a vaga de intendente da Marinha, provisoriamente a cargo da Junta, “pela dificuldade de achar alguém em estado de preencher este lugar, e que possa falar as duas línguas, como é absolutamente necessário³²”.

A Junta estabeleceu tribunais sob sua administração tendo como função receber, examinar as contas, rejeitá-las ou aprová-las. Ela possuía poder deliberativo, mas o poder decisório final era do governador encarregado dos assuntos relativos ao Exército, como o pagamento dos soldos, o controle do parque da artilharia e do arsenal³³. Provisoriamente a Junta preenchia o lugar do Comissário Ordenador, visto ter sob sua responsabilidade os assuntos civis da colônia, a parte civil da divisão bicéfala da administração colonial francesa.

Pretendeu-se simplificar a nova ordem administrativa pela falta de portugueses para preencher os cargos e para torná-la a menos onerosa possível. Os membros da Junta não recebiam nenhum pagamento, os cargos eram puramente honoríficos³⁴. A Junta Provisória propôs ao governador a divisão da colônia em quatorze *quartiers*, em substituição aos oito até então existentes, e fundamentou sua proposição na questão da segurança, pois os *quartiers* eram muito afastados uns dos outros e a *gendarmérie* que fazia a segurança dos quartéis deixara de existir depois da conquista. Portanto, o aumento do número dos cantões e de comissários responsáveis pela segurança dos mesmos traria efetivamente mais tranquilidade³⁵.

A proposta foi aceita conforme a ordenança de 24 de janeiro, que apresentou os nomes dos comissários para os quatorze *quartiers* – tornando-os responsáveis pela manutenção da tranquilidade e execução das ordenanças; os nomeados deveriam

prestar juramento ao príncipe regente no dia 19 de fevereiro, em Cayena³⁶. Mas, além da questão da segurança, a ordenança tratava do controle dos víveres da colônia, pois a mesma obrigava os moradores a entregar no “Armazém de Sua Alteza”, todo o *caouac* – farinha de mandioca em grão – de que dispusessem, a ser pago em dinheiro ou em dedução dos impostos. Outro artigo da mesma ordenança determinava que cada fazendeiro “estará obrigado dentro do mais breve prazo, a declarar ao Comissário de seu *quartier* a quantidade de *couac* que ele poderá fornecer de imediato, e a dar o estado de suas plantações de mandioca”. O artigo V “convidava” os fazendeiros a aumentar suas plantações de víveres, à razão de um *carré*³⁷ por dez escravos. O motivo alegado por Manoel Marques para o controle dos víveres era a urgência de se assegurar meios de subsistência para as tropas portuguesas³⁸.

A ordenança de 19 de janeiro dizia respeito à administração da Justiça Civil pelos Tribunais de Primeira Instância e pela Corte de Apelo, pois a interrupção da Justiça prejudicava os interesses da colônia, dos fazendeiros e negociantes. Entretanto, para se entender a ordenança será preciso conhecer os tribunais presentes na Guiana no início de 1809, e em vigor desde 1802.

Os Tribunais de Primeira Instância e de Apelo foram criados em 2 de novembro de 1802³⁹, segundo instruções do governo metropolitano e pelos poderes conferidos ao Comissário do Governo na Guiana Francesa. Pela decisão, as leis civis, criminais e de comércio deviam ser executadas pelos tribunais seguindo forma e conteúdo das mesmas leis anteriores a 1789, suprimidas as denominações do regime monárquico. O Tribunal de Primeira Instância era composto por um juiz, um comissário do governo e um escriturário; ele julgava definitivamente e sem apelo todas as contestações que não ultrapassassem a soma de mil francos coloniais, assim como todos os delitos contra os regulamentos da Polícia e da Ordem, desde que os delitos fossem passíveis de punição com pena correccional.

O Tribunal de Apelo era composto por presidente, vice-presidente, Comissário do Governo, substituto, escriturário e por oito

habitantes proprietários e notáveis da colônia, que receberam a denominação de juízes do Tribunal de Apelo. Mas, segundo o artigo XIII, o comissário do Governo francês tinha voz deliberativa e presidia suas sessões quando julgasse conveniente, o que ocasionava conflitos, intrigas e tráfico de influência no seio desta corte. As funções do Tribunal de Apelo eram puramente judiciais e sob nenhuma hipótese podia se imiscuir em algum caso de competência da administração pública, nem dar sentença ou ordenança, ou qualquer ato extrajudicial. Competia a ele pronunciar definitivamente e em última instância todos os apelos das decisões dadas pelo Tribunal de Primeira Instância.

O terceiro tribunal criado em novembro de 1802 foi o Tribunal Especial para a repressão de crimes “cometidos por vagabundos e sem profissão”, como incêndios, assassinatos por arma de fogo, ameaça e agressão contra seus senhores praticada por escravos e roubos nas fazendas. Esses crimes eram punidos com a pena de morte. A venda de armas e munições aos escravos, manutenção de qualquer tipo de relação ou o fornecimento de alimentos aos escravos fugitivos eram punidos com prisão. Na verdade, esse tribunal era destinado à repressão dos delitos cometidos pelos escravos contra a ordem colonial. O Tribunal Especial era composto por um presidente, dois juízes do Tribunal de Apelo, três militares com patente mínima de tenente-coronel e dois cidadãos. A presidência do tribunal era do Comissário do Governo, que indicaria os demais componentes.

Portanto, o comissário do Governo, na época da criação dos tribunais Victor Hugues, era presidente do Tribunal Especial e indicava sua composição, possuía voz deliberativa no Tribunal de Apelo e presidia as sessões quando julgasse necessário. De fato, ele reunia à sua função de governador grande poder, o que não deixou de gerar insatisfação entre os colonos, como prova a carta de 15 de agosto de 1806, do juiz da Corte de Apelo, M. Caseneuves, ao ministro da Justiça da França. Caseneuves discorre sobre o abuso de autoridade de Hugues e termina a carta questionando “[...] se a mão

que segura a balança da Justiça deve ser movida pela lei ou pela vontade absoluta do Senhor Victor Hugues”⁴⁰.

A ordenança sobre os tribunais não trazia nenhuma alteração sobre as atribuições ou formação de cada tribunal; o governador Manoel Marques como comandante da colônia devia presidir a Corte de Apelo. Segundo o artigo IV, os interesses entre particulares deviam, em consequência da capitulação, ser julgados segundo o Código Napoleão em vigor na colônia, e o artigo V estabelecia que todos os julgamentos seriam feitos em nome de Sua Alteza Real, o príncipe do Brasil. Assim, as leis em vigor desde 1802 continuaram vigentes no início do governo português da colônia.

Em 24 de janeiro uma ordenança tentou assegurar a tranquilidade na colônia pelo desarmamento, pois franceses e portugueses haviam armado os escravos durante os combates. Considerava todas as armas e munições de guerra, pertencentes por direito de conquista ao príncipe do Brasil e, portanto, deveriam ser entregues ao Arsenal dentro do prazo de três dias, a partir da data da publicação da ordenança, por todos os habitantes da vila ou residentes em um raio de quatro léguas. Os moradores de outros cantões deviam entregar suas armas aos comissários em até quinze dias. Os colonos que quisessem conservar suas armas deveriam no momento de entregá-las solicitar permissão, o contrário seria punido com multa e confisco das armas. Ficava proibido aos escravos conservar armas ou munições sob pena de serem presos e receberem cem chicotadas⁴¹.

A última ordenança que este trabalho analisará é igualmente do dia 24 de janeiro de 1809 diz respeito às “pessoas de cor livres ou outras” que faziam parte das Companhias de Sapadores e Gendarmes pagos pelo governo francês. Considerava que a permissão que lhes fora dada para estarem fora das companhias era devido às profissões que exerciam ou às propriedades que possuíam, mas determinava aos mesmos apresentarem-se dentro do prazo de vinte e quatro horas à Junta Provisória trazendo as licenças que permitiam o afastamento das companhias e a declaração de profissão e domicílio. Os que não possuíssem profis-

são ou meios de subsistência certa estavam obrigados a apresentar alguém que respondesse por eles, o que seria submetido à apreciação da Junta. No caso de possuírem armas e munições, essas seriam entregues.

A Guiana Francesa, como as demais colônias francesas, teve a escravidão abolida em 1794 pela Convenção e restabelecida em 1802 pelo Cônsul Napoleão Bonaparte. A lei que restabelecia a escravidão e o trato de escravos na Guiana Francesa dizia no artigo 7 que o comissário do Governo faria “uma lista de duzentos negros ou homens de cor escolhidos entre os que estavam na época ligados ao serviço militar da colônia” os quais continuariam sob a bandeira e formariam duas companhias, uma de gendarmes e outra de sapadores, sob o comando de oficiais europeus. O valor desses indivíduos foi pago a seus antigos donos à custa do tesouro da colônia. Os demais negros foram dispensados e devolvidos a antigos proprietários⁴². Esses duzentos homens gozavam do estado de liberdade durante o exercício da função, definitivamente obtida após dezesseis anos de leais serviços.

A ordenança de 24 de janeiro, pelo exposto acima, dizia respeito “aos livres de cor” ou “outros” que prestavam serviços militares à colônia. Provavelmente “outros” designavam os escravos escolhidos para permanecerem na carreira militar e que ainda cumpriam o tempo de serviço para merecerem a liberdade. Em janeiro de 1809, havia 109 sapadores negros e 74 gendarmes negros licenciados, no total 183 indivíduos, que foram recenseados com a medida. Outra força militar que permitia a presença de “pessoas de cor livres”, de quinze a sessenta anos, formando uma companhia de gendarmes, eram as milícias nacionais, sob as ordens do capitão comandante do *quartier*, onde ficavam estabelecidos e empregados na caça de escravos fugitivos ou desertores pela polícia do *quartier*⁴³. Criadas por decreto de 25 de novembro de 1802, formavam uma tropa permanente encarregada de assegurar um serviço de polícia, defender a coletividade ou ajudar o Exército regular.

As seis primeiras ordenanças do Governador Interino Manoel Marques publicadas entre os dias 16 e 24 de janeiro, portanto no intervalo de apenas oito dias, permitiram

acompanhar a formulação das diretrizes iniciais da administração provisória. O cuidado de desarmar a população, a preocupação de manter controle sobre os escravos de modo a impedir possíveis fugas naquele momento turbulento, o controle das companhias de “livres de cor” e o aumento do número de comissários nos *quartiers* foram medidas visando assegurar não só a tranquilidade da colônia, mas principalmente manter a con-

quista. A formação da Junta Provisória com os próprios colonos e o restabelecimento dos tribunais permitiram o início da administração, elemento essencial no processo de dominação. Chama atenção a rapidez com que o governador português conseguiu compor, articular e formar uma coalizão com cidadãos até então pertencentes a outro império, para formar a Junta Provisória e restabelecer os tribunais.

¹ Recensement Général des Habitants, Particuliers, Gens de Couleur de la Guyane française. Archives Nationales de Paris. Colonies C14/85-86. Utilizamos os termos que se encontram na fonte.

² CARDOSO, Ciro Flamarion. *La Guyane française (1715-1817) Aspects économiques et sociaux. Contributions à l'étude des sociétés esclavagistes d'Amérique*. Guadeloupe: Ibis Rouge Éditions, 1999. p. 329.

³ *Ibid.*, p. 63-64.

⁴ RONSSERAY, Céline. *“Administrer Cayenne”*: Sociabilités, Fidelités et Pouvoirs des fonctionnaires coloniaux en Guyane française au XVIII^e siècle. Tese (História Moderna). Université de la Rochelle, 2007, p. 56.

⁵ Os “quartiers” eram a circunscrição administrativa da colônia francesa. Cf: MAM LAM FOUCK, Serge; ANAKESA, Apollinaire. *Nouvelle histoire de la Guyane*. Des souverainetés amérindiennes aux mutations de la société contemporaine. Matoury, Guyane: Ibis Rouge Éditions, 2013, p. 48. O termo *quartier* é substituído pelo de “cantão” e “quartel” nos ofícios portugueses.

⁶ O termo *habitation* utilizado nas colônias francesas designava as fazendas formadas pela distribuição de terras a particulares, o *habitant* ou colono, concessão gratuita sob obrigação de cultivá-las.

⁷ Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. População e Administração Provisória da Colônia de Cayenna. Pelo Governador Interino Manoel Marques. Cayenna, 7 de agosto de 1809. Cod CXCIX 16-65 I-4-2 N° 34. Localização no Acervo 07.2.039.

⁸ Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. População e Administração Provisória da Colônia de Cayenna. Pelo Governador Interino Manoel Marques. Cayenna, 7 de agosto de 1809. Cod CXCIX 16-65 I-4-2 N° 34. Localização no Acervo 07.2.039.

⁹ CARDOSO, op., cit., p. 23.

¹⁰ GOYCOCHÉA, Luís Felipe de Castilhos. *A diplomacia de D. João em Caiena*. Rio de Janeiro: Ed. G.T.L., 1963.

¹¹ LIMA, Oliveira. *D. João VI no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2006.

¹² PEREIRA, Ivete Machado. *La Gabrielle, cravo e canela*: as “Plantas Preciosas” e a invasão portuguesa da Guiana Francesa. Dissertação (mestrado em História). Universidade Federal de Juiz de Fora, 2013.

¹³ Capitulation proposée par Monsieur Victor Hugues. Borda, le 12 Janvier 1809. Fundação Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos, I-32, 18, 002 n° 002. Disponível em: [HTTP://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_manuscritos/mss1233588/mss1233588.pdf](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_manuscritos/mss1233588/mss1233588.pdf).

¹⁴ *Ratificação condicional do capitão-general do Pará à capitulação de Cayenna*. Transcrita em: *Correio Braziliense*. Londres v. III julho de 1809, p. 9-11.

¹⁵ *Correio Braziliense*. Londres. V. III, julho de 1809, p. 104-105.

¹⁶ Documento reproduzido integralmente em: MELLO MORAES, José Alexandre de. *História do Brasil Reino e do Brasil Império*. Tomo I. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Edição da Universidade de São Paulo, 1982, p. 370.

¹⁷ Carta Régia a João Severiano Maciel da Costa. Palácio do Rio de Janeiro, 10 de junho de 1809. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_manuscritos/mss1233592/mss1233592.pdf. Acesso em: 10/09/2010.

¹⁸ Ofício do conde de Linhares ao Sr. José Narciso de Magalhães e Menezes. Palácio do Rio de Janeiro em 18 de maio de 1809. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_manuscritos/mss1233592/mss1233592.pdf. Acesso em: 10/09/2010.

¹⁹ Decreto da nomeação de João Severiano Maciel da Costa pelo Príncipe Regente. Cópia. Palácio do Rio de Janeiro em 10 de junho de 1810. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_manuscritos/mss1233592/mss1233592.pdf. Acesso em: 10/09/2010.

²⁰ Archives Nationales de Paris. Fonds Colonies C14/85-86. Lettre de Manoel Marques et James Lucas Yeo à M. Hugues. Cayenne, le 16 janvier 1809.

²¹ Archives Nationales de Paris. Fonds Colonies C14/85-86. Copie d'une lettre écrite au Général Monsieur Victor Hugues Officier de la Légion d'Honneur par Manoel Marques Chevalier Lieutenant Colonel d'Artillerie Commandant à Cayenne. Cayenne le 29 janvier 1809.

²² Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. População e Administração Provisória da Colônia de Cayenna. Pelo Governador Interino Manoel Marques. Cayenna, 7 de agosto de 1809. Cod CXCIX 16-65 I-4-2 N° 34. Localização no Acervo 07.2.039.

²³ Archives Nationales de Paris. Fonds Colonies C14/85-86. Copie d'une lettre écrite au Général Victor Hugues Officier de la Légion d'Honneur par Manoel Marques Chevalier Lieutenant Colonel d'Artillerie Commandant à Cayenne. Cayenne le 31 janvier 1809.

- ²⁴ Archives Nationales de Paris. Fonds Colonies C14/85-86. Copie d'une lettre écrite au Général Victor Hugues Officier de la Légion d'Honneur et Général de S.M.I et Royal par par Manoel Marques Chevalier Lieutenant Colonel d'Artillerie Commandant à Cayenne. Cayenne le 8 février 1809.
- ²⁵ Archives Nationales d'Outre Mer, Série C14/86/F° 83.
- ²⁶ Archives Nationales de Paris. Fonds Colonies C14/85-86. Proclamation qui ordonne à tous les esclaves [aller] sur leurs habitations respectives. Cayenne le 16 janvier 1809.
- ²⁷ CARDOSO, op., cit., p. 374.
- ²⁸ Archives Nationales de Paris. Fonds Colonies C14/85-86. Ordonnance pour la formation d'une Junte provisoire [...] de toutes les branches de l'Administration civile et de [...] de la Colonie. Cayenne, le 17 janvier 1809.
- ²⁹ Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. População e Administração Provisória da Colônia de Cayenna. Pelo Governador Interino Manoel Marques. Cayenna, 7 de agosto de 1809. Cod CXCIX 16-65 I-4-2 N° 34. Localização no Acervo 07.2.039.
- ³⁰ RONSSÉRAY, op., cit., p. 42-44.
- ³¹ CARDOSO, op., cit., p. 354.
- ³² Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. População e Administração Provisória da Colônia de Cayenna. Pelo Governador Interino Manoel Marques. Cayenna, 7 de agosto de 1809. Cod CXCIX 16-65 I-4-2 N° 34. Localização no Acervo 07.2.039.
- ³³ O Armazém Geral era um elemento central no funcionamento da colônia, lugar de estocagem e distribuição de víveres. Seu chefe era o encarregado do abastecimento da colônia. Cf. RONSSEAI, 2007, p. 75.
- ³⁴ Cruzando os nomes dos fazendeiros que faziam parte da Junta Provisória com os nomes de antigos ocupantes de cargos na colônia, encontramos apenas M. Dubois, que fazia parte do Tribunal Especial criado pela Arrêt de 17 de novembro de 1802. Archives Nationales de Paris C/14-88. Création du Tribunal spécial le 26 Brumaire an XI. In: AZEMA, Mylene. L'administration coloniale de la Guyane sous Victor Hugues d'après sa correspondance de 1800 à 1809. Memoire de Master I. Sciences Hum. Histoire Economique et Sociale. Université Paris VIII, 2006.
- ³⁵ Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. População e Administração Provisória da Colônia de Cayenna. Pelo Governador Interino Manoel Marques. Cayenna, 7 de agosto de 1809. Cod CXCIX 16-65 I-4-2 N° 34. Localização no Acervo 07.2.039.
- ³⁶ Entre os comissários de *quartiers* nomeados pelo governador português encontramos dois que fizeram parte do governo anterior. O Comissário nomeado para o cantão de Macouria, M. Franconie, era Juiz do Tribunal de Apelo. E o comissário do Approuague, M. Grimard, era commissaire du Gouvernement. Archives Nationales de Paris. Fonds Colonies C/14 79/80. Création du Tribunal de première instance et du Tribunal d'appel le 11 Brumaire an XI (le 2 novembre 1802). In: AZEMA, Mylene. op. cit., 2006.
- ³⁷ *Carré* ou *Carreau* era a unidade utilizada nas plantações das colônias francesas da América para medir a superfície. O *carré* correspondia a aproximadamente 1,13 hectare. In: CARDOSO, op. cit., 1999, p. 25.
- ³⁸ Archives Nationales de Paris. Fonds Colonies C14/85-86. Ordonnance relative à la nomination des commissaires des Quartiers. Cayenne, le 24 janvier 1809.
- ³⁹ Archives Nationales de Paris. Fonds colonies C14/79-80. Création du Tribunal de première instance et du Tribunal d'appel le 11 Brumaire an XI (le 2 novembre 1802).
- ⁴⁰ Archives Nationales de Paris. Colonies C/14/83-84. Lettre du membre de la Cour d'Appel de la Guyane française, M. Caseneuves, à Son Excellence Monseigneur le Grand Juge, Ministre de la Justice. Le 15 août 1806.
- ⁴¹ Archives Nationales de Paris. Fonds Colonies C14/85-86. Ordonnance concernant la remise à faire à l'Arsenal, des armes, munitions de guerre de toutes catégories, fusils de calibre, fusils de chasse, sables, gibernes et cartouches. Cayenne, le 24 janvier 1809.
- ⁴² Archives Nationales de Paris. Colonies C/14/79-80. Minute d'Arrêté (vers Frimaire an XI, novembre 1802). Rétablissement de l'esclavage.
- ⁴³ Archives Nationales de Paris. Colonies C/14/79-80. Création de la milice le 4 Frimaire an XI (le 25 novembre 1802).

Marujos de primeira viagem: os Aprendizes-Marinheiros da Bahia (1910-1945)*

Wagner Luiz Bueno dos Santos

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ. Pesquisador no Departamento de História da Diretoria do Patrimônio Histórico da Marinha – DPHDM e pesquisador membro do Laboratório de Estudos sobre os Militares na Política – IH/UFRJ

Resenha de BARRETO NETO, Raul Coelho. Marujos de primeira viagem: os aprendizes-marinheiros da Bahia (1910-1945).

Há, de forma ainda incipiente, uma aproximação da historiografia brasileira a temas relacionados aos militares e seus espaços de atuação. Nesse sentido, os trabalhos recentes que abordam a temática se distanciam da produção historiográfica praticada, em maior escala, no interior das Forças Armadas e que privilegiava as ações dos grandes vultos heroicos, personalidades e líderes militares, conceituada na tradição historiográfica tradicional, de orientação rankeana.

Esse movimento, sobremaneira, acompanhou a produção historiográfica brasileira que diante às críticas provenientes do movimento francês *La nouvelle histoire* se distanciou daquela tradição. As abordagens sobre os militares, além de seguir os passos no caminho contrário ao paradigma rankeano, aproximou-se de outros campos do conhecimento buscando na sociologia, na filosofia, na antropologia, nos estudos da psicanálise e na crítica literária novas perspectivas de análises. É justamente neste caminho que pretendeu seguir *Marujos de Primeira Viagem: os aprendizes-marinheiros da Bahia (1910-1945)*, de Raul Coelho Barreto Neto, publicado no ano de

2012, mantendo o título original da tese de doutoramento defendida na Universidade do Estado da Bahia no ano de 2009.

A proposta de Barreto Neto é analisar a Escola de Aprendizes-Marinheiros da Bahia a partir da perspectiva de um projeto educacional e de formação profissional com envergadura nacional. O autor defende que o projeto abarcava um ideal de nação e de sociedade nos moldes do regime republicano, além do seu objetivo central que era recrutar, educar e instruir jovens para o serviço na Armada. Na defesa desta hipótese, o autor propõe uma rigorosa investigação do cotidiano da Escola, reconstruindo as experiências dos sujeitos na dinâmica das relações internas e externas, sobretudo com demais instituições soteropolitanas congêneres existentes no período analisado. A operação historiográfica de Barreto Neto é subsidiada por um corpo documental diversificado e composto por documentação que podemos sistematizar hierarquicamente em três grupos.

A produzida pela Administração Naval e pela própria Escola, que permitem verificar as diretrizes e implementações dirimidas pelo alto Comando Naval e pela

* Resenha recebida em 16 de maio de 2014 e aprovada para publicação em 30 de maio de 2014.



direção da Instituição acerca da Escola de Aprendizes-Marinheiros da Bahia.

Os documentos produzidos pelos tutores, pais e responsáveis que entregavam e confiavam seus filhos a Instituição, como cartas de recomendações, o que pode dar conta, por exemplo, de informações acerca da origem, extrato social e dinâmica de recrutamento dos indivíduos que ingressavam na Instituição. Além de escritos e entrevistas de ex-alunos, remontando o dia a dia nos corredores e salas de aula, que trazem a superfície suas experiências individuais.

Por fim, na tentativa de compreender as percepções que se produziam sobre a dinâmica social, o autor lança mão da literatura ficcional, na medida em que seu objeto de estudo e os sujeitos integravam o universo por ela representado. Ao reconstruir, analisar e compreender a dinâmica da Escola de Aprendizes-Marinheiros da Bahia, e o universo social em que se inseria, no período entre 1910 e 1945, o autor desenvolve um denso trabalho de diálogo entre as fontes, sendo a estrutura da narrativa produzida dividida em três seções.

Na primeira seção, o autor propõe uma discussão sobre os aspectos dos ideários educacionais republicanos, relacionando-os com a Escola de Aprendizes-Marinheiros da Bahia, tida como uma das opções educacionais disponíveis à juventude carente naquele Estado, no início do século XX. Cabe ressaltar que a infância e a responsabilidade penal foram temas muito debatidos naquele momento, resultando na criação do serviço de assistência e proteção à infância abandonada e delinquente, em 1921, sendo impulsionado por preocupações internacionais e por uma série de medidas que objetivaram dar conta dos problemas que envolviam a infância e a adolescência. Embora o modelo educacional republicano tenha sido pautado por este debate, e apesar desta discussão ser apresentada sucintamente na obra, o autor se apoia na historiografia para indicar que a Escola de Aprendizes-Marinheiros concentrou seus esforços no voluntariado de crianças e jovens, que além de oferecer instrução e educação, configurou-se como espaço coercitivo das mentes e dos corpos dos jovens alunos.

Na segunda seção, Barreto Neto busca compreender de que forma as Escolas de Aprendizes se enquadravam na estrutura administrativa da Marinha, e como eram pensadas as estratégias por seus Almirantes. O detalhamento do ensino elementar, profissional e complementar são abordados no sentido de compreender a estrutura educacional proposta pela instituição. Portanto, a questão que atravessa essa seção se concentra em estabelecer uma conexão entre a capacidade das Escolas de Aprendizes em relação às inúmeras expectativas que se construiu sobre ela.

Para o autor, a Instituição construiu um modelo de marujo ideal, no qual ser valente, amante da paz, solidário, amante do mar, das tradições, responsável pela integridade e defesa nacional eram algumas das qualidades que um jovem pretendo ao serviço da Armada precisava reunir. Investiu-se contra todo material que pudesse ameaçar essa construção. Nesse sentido, Barreto Neto demonstra que a literatura foi um dos setores culturais mais combatidos, destacando as fogueiras que destruíram vários livros, entre eles, *Capitães de Areia*, de Jorge Amado, por ser ambientado em Salvador e ser acusado de promover, entre os alunos, comportamentos dissonantes a ordem e aos bons costumes.

A Marinha talvez estivesse atenta ao que Fredric Jameson chamou de *inconsciente político*¹ das obras literárias. *A priori*, a compreensão de Barreto Neto acerca do processo de formação do marinheiro, como uma dinâmica de valorização e desvalorização cultural, apoiando-se em Bourdieu², parece esvaziar a ação sofrida pela literatura, simplificando-a como um combate às concepções subversivas materiais do mundo dos marujos, desconsiderando os vários níveis de leitura possíveis do discurso político subjacente na literatura. Portanto, o conceito de Jameson poderia ter contribuído na operação historiográfica no sentido de compreender os motivos que levaram, mais ou menos, uma interferência ideológica no processo de formação dos marujos, pois o autor parece tratar a construção do marujo ideal como elemento ideológico do qual a Administração Naval revestiu a Escola de Aprendizes

para a reorientação do projeto de captação e treinamento de recursos humanos, construção que nitidamente postulava um ideal moral e profissional.

O autor destaca que o mais grave dos problemas era a falta de padronização pedagógica associada à carência de material humano, acarretando na falta de rigor no processo de formação do marinheiro. Bronislaw Baczko chamou atenção de que a coesão é fundamental para a existência de uma sociedade, sendo necessário que a superioridade do fato social coexista acima do individual, e que se “exprima o sentimento da existência da coletividade”³. Nesse sentido, a falta de coesão pode ter afetado a construção da imagem ideal de marujo, que apontada pelo autor, não foi compartilhada pelo corpo de alunos como pretendia a Administração Naval.

Na terceira e última seção, Barreto Neto propõe uma discussão acerca da hierarquia e da disciplina, tomando os conflitos entre alunos, seus superiores e os ocorridos fora do ambiente da Escola, como base para compreender em que medida o aparato coercitivo inferiu na formação dos alunos. O capítulo intitulado “Nem a marinha deu jeito!” denuncia a descrença na eficácia do sistema coercitivo da instituição, de modo que a operação historiográfica confirma a premissa.

Sob a orientação de Michel Foucault e Michel de Certeau, o autor propõe uma

análise das relações entre alunos e superiores na perspectiva do exercício do poder. Porém, durante a operação com o entendimento deste mesmo poder, o autor se deparou, na análise do seu objeto, com os limites da funcionalidade do que Foucault chamou de circularidade do poder. A solução encontrada por Barreto Neto foi elaborar uma ferramenta analítica associando as proposições do filósofo francês ao entendimento elaborado por Certeau sobre estratégias e táticas. Nesse ponto, o trabalho do autor oferece uma grande contribuição para a historiografia, elaborando sua pesquisa com análises embasadas em discussões teóricas e obedecendo rigorosa metodologia, diferenciando-se das antigas abordagens de matrizes positivistas.

O autor compreende que a Escola de Aprendizes-Marinheiros da Bahia estava imersa no processo educacional republicano, e apesar de ser uma instituição militar, flexibilizou-se diante das demandas sociais. As relações e a dinâmica foram investigadas considerando as experiências dos sujeitos que orientaram suas vidas a partir da instituição, convivendo sob uma rígida estrutura hierárquica e submetidos a um poder disciplinar rigoroso. Barreto Neto ainda deixou pistas por onde pesquisadores, atraídos pelo tema, possam desenvolver novas investigações e promover debates contribuindo para a renovação das pesquisas sobre militares e seus espaços de atuação.

¹ JAMESON, Frederic. *O inconsciente político: a narrativa como ato socialmente simbólico*. São Paulo: Ática, 1992.

² BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. 6ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

³ BACKZKO, Bronislaw. “A imaginação social”. In: Leach, Edmund et Alii. *Anthropos-Homem*. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985, p. 306.